

Marcelo Motta Delvaux

As Minas Imaginárias

O maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América

Portuguesa – séculos XVI a XIX

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientação: Prof. Júnia Ferreira Furtado

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2009

907.2 Delvaux, Marcelo Motta

D367m As Minas imaginárias [manuscrito]: o maravilhoso geográfico
2009 nas representações sobre o sertão da América portuguesa -
Séculos XVI a XIX / Marcelo Motta Delvaux. – 2009.

258 f.

Orientadora: Júnia Ferreira Furtado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. História - Teses. 2. Imaginário - Teses 3. Cartografia - Teses I.

Furtado, Júnia Ferreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora, prof. Júnia Ferreira Furtado, por acreditar em meu tema e me incentivar a trabalhar com um objeto de pesquisa tão fugidio e complexo como são as representações do imaginário, sempre respeitando minhas opiniões e escolhas e me mostrando como transformar idéias esparsas em um projeto acadêmico rigoroso. Um agradecimento especial às professoras Adriana Romeiro e Maria Eliza Borges pelas sugestões decisivas realizadas em meu exame de qualificação e que foram imprescindíveis para a versão final da dissertação. Sou grato, ainda, aos meus colegas de mestrado com quem convivi nestes anos, especialmente ao Luís Gustavo Molinari Mundim e ao Vagner da Silva Cunha, com quem pude compartilhar as expectativas e anseios da vida acadêmica, e ao Adriano Toledo Paiva por suas preciosas indicações de fontes e documentos. Finalmente, não poderia deixar de lembrar a presença fundamental de meus familiares e inúmeros amigos em minha vida, sem os quais não teria encontrado a motivação necessária para a condução deste desafio.

Resumo: Estudo sobre o maravilhoso geográfico na América Portuguesa entre os séculos XVI e XIX, especialmente os mitos sobre as riquezas ocultas no sertão, responsáveis pelo surgimento de lugares lendários como a Serra das Esmeraldas, o Sabarabuçu e a Lagoa Dourada. São analisadas as origens deste mito a partir da herança cultural europeia e da experiência de ocupação e povoamento do continente americano, buscando o entendimento de sua permanência na longa duração.

Palavras-chave: História cultural; imaginário; maravilhoso geográfico na América Portuguesa; mitos do sertão; minas imaginárias; edenização do Novo Mundo; cartografia.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: O sertão na América Portuguesa	21
1.1 A herança cultural europeia e o imaginário do Novo Mundo	21
1.2 O mito do Paraíso Terrestre e a crença no Milênio	31
1.3 A “invenção” do sertão	45
1.4 As representações do sertão: o Paraíso, o Inferno e o Purgatório	57
Capítulo 2: Os mitos do sertão e as riquezas lendárias	71
2.1 As matrizes míticas do Novo Mundo	71
2.2 Os mitos do sertão na América Portuguesa quinhentista	98
O maravilhoso geográfico no Brasil	98
Os mitos originários: a Serra Resplandecente e a Alagoa Grande	101
A Serra das Esmeraldas, a lagoa Paraupava e o Sabarabuçu	113
Capítulo 3: Das minas imaginárias às minas reais	133
3.1 As minas imaginárias do século XVII	133
Minas de prata no norte do Brasil: o mito de Itabaiana e as explorações holandesas	134
Lagoas lendárias	142
Minas de prata e esmeraldas nas capitânicas do sul: Paranaguá, Sabarabuçu e a Serra das Esmeraldas	150
3.2 As minas reais e seus mitos	171
A geografia mítica da descoberta do ouro	171
Ainda as minas de prata e esmeraldas	189
Mitos tardios	200
Conclusão	209
Referências Bibliográficas	219

Introdução

A idéia de sertão aparece, desde os primórdios da ocupação do território na América Portuguesa, como uma designação vaga e imprecisa para o interior desconhecido. Apesar do povoamento nos dois primeiros séculos ter se restringido às áreas litorâneas, o sertão encontrava-se presente no imaginário sobre as terras brasileiras, concebido como uma contraposição à costa: inculto, isolado, perigoso, despovoado, mas também repleto de riquezas minerais à espera de seus descobridores. Estes atributos faziam do sertão um local a ser evitado, mas que, em contrapartida, exercia uma grande atração pelas suas imensas possibilidades.

Além dos metais preciosos ainda não descobertos, outra riqueza mais acessível apresentava-se aos exploradores pioneiros: o gentio que habitava suas matas, trazido ao litoral para o trabalho na lavoura. A busca pela mão-de-obra indígena foi um dos principais fatores, senão o maior, de motivação para as incursões ao sertão, pelo menos para aquelas lideradas pelos moradores da vila de São Paulo, cuja localização, no planalto de Piratininga, constituía uma exceção no padrão de colonização adotado até então.¹

Mas a expectativa da descoberta das riquezas, especialmente o ouro, a prata e as esmeraldas, permanecia presente nos objetivos das expedições, sobretudo quando eram incentivadas pelas autoridades, que recomendavam uma averiguação minuciosa nos

¹ Sérgio Buarque de Holanda afirma sobre os habitantes de São Paulo que “De preferência à prata, ao ouro e às pedras coradas, alvo principal das bandeiras ‘dirigidas’, não tardarão eles a volver-se para o cabedal mais seguro, mais imediato e mais consentâneo ao cabo com a rústica economia das terras do planalto. Isto é, para a riqueza que representa a abundância de mão-de-obra afeita à lavoura, fornecida principalmente pelos índios domesticados do Guairá e do Itatim, ou, em último caso, por certas tribos menos erradias e andantes, como o são os Tupiniquim, os Tupinaém, os Temiminó (...)”. Opinião semelhante é apresentada por John Monteiro: “Alguns colonos que participavam das expedições sem dúvida alimentavam certa esperança de alcançar a riqueza instantânea que um descobrimento de prata traria, mas a vasta maioria alistou-se nestas aventuras na oportunidade de criar ou expandir suas posses de escravos”. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 63 e MONTEIRO, John. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 61.

locais percorridos para que se confirmasse a existência das minas. A crença em sua realidade era alimentada pela interpretação das notícias reveladas pelos índios e pela noção corrente sobre a proximidade do Peru, terra supostamente contígua ao Brasil onde os castelhanos já se beneficiavam da abundância em metais preciosos.² Surgiram, assim, diversos lugares lendários que, ao preencher o vazio dos mapas, proporcionavam um relativo ordenamento do espaço geográfico em função das expectativas do que se esperava encontrar nas regiões interioranas: Serra Resplandecente, Sabarabuçu, Alagoa Grande, Serra das Esmeraldas, tais eram alguns dos referenciais míticos retratados pela cartografia e buscados por aqueles que adentravam ao sertão. As imagens sobre o sertão sugeriam, deste modo, representações aparentemente contraditórias: ao mesmo tempo em que era o espaço dominado pela natureza selvagem, por onde vagava o gentio bárbaro e animais ferozes, também era o local onde as riquezas minerais encontravam-se escondidas. Em outras palavras, concorrendo com a visão negativa do sertão estavam as concepções que faziam do interior uma terra de promessa, em uma perspectiva de edenização do território. Inferno ou Paraíso, assim apresentava-se o sertão no imaginário sobre as vastidões desconhecidas da América Portuguesa.³

A existência de um imaginário específico sobre o sertão durante o período colonial, vale destacar, é uma das premissas em que se baseia o desenvolvimento deste trabalho, que

² A convicção na proximidade entre as possessões lusitanas e espanholas aparece em inúmeras fontes, como na carta de Tomé de Souza, citada por Sérgio Buarque de Holanda, onde se diz, de forma explícita, que “esta terra e o Peru he todo hum”. O mesmo sentido aparece na carta de mercê de Mem de Sá determinando as condições para a entrada ao sertão de Vasco Rodrigues Caldas, conforme interpretação de Capistrano de Abreu, pois nela havia a recomendação de que “não saísse em outro lugar que o Brasil (o que indica a crença na proximidade imediata de possessões espanholas)”. Ver HOLANDA, 2000, p. 49 e ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989, p. 96.

³ A polarização das representações do sertão na ênfase de seus aspectos positivos ou negativos é um elemento recorrente nas interpretações literárias e historiográficas sobre a realidade brasileira, forjando diferentes imagens para uma suposta identidade nacional. Uma visão geral sobre esta questão e seus desdobramentos encontra-se em SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 21-85 e, do ponto de vista literário, em OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro, História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 5, 1998, p. 195-215.

visa promover, como objetivo geral, uma análise do maravilhoso geográfico contido em suas representações, identificando não apenas suas origens, mas também a força deste imaginário na penetração e ocupação do território. Uma primeira observação sobre as imagens elaboradas em torno da idéia de sertão é que esta noção não se restringia a um conceito meramente geográfico, de espaço interior ou afastado da costa, como pode sugerir a etimologia da palavra. O sertão também significava o oposto ao modelo idealizado de organização social que se procurava implantar nos núcleos populacionais litorâneos. Isto explica as descrições que o apresentam como despovoado, ao mesmo tempo em que são ressaltados os perigos relacionados à presença de índios hostis: era despovoado de cristãos, onde a fé católica e o poder metropolitano não conseguiam chegar.

O sertão, portanto, era imaginado e representado não somente a partir de referências espaciais, mas, principalmente, através de noções oriundas dos valores predominantes na cultura portuguesa,⁴ o que aponta para seu vínculo com os conflitos de interesses relativos ao contexto histórico vigente. Mas não significa que esteja subordinado a tais interesses ou que seja objetivamente determinado por estes. O imaginário também não pode ser considerado um simples reflexo da realidade, que existiria disfarçada atrás de suas representações.⁵ Ao contrário, as concepções que compõem o imaginário acabam por fornecer um sentido para a experiência histórica, promovendo possibilidades de interpretação para a realidade social que, por sua vez, correspondem à própria construção desta realidade.

⁴ A idéia do sertão como uma categoria cultural, cujos significados ultrapassam as referências geográficas ou espaciais de local deserto ou interior, contidas na origem da palavra, foi explorada por diversos autores, como Janaína Amado e Márcia Amantino. Ver, especialmente, os seguintes trabalhos: AMADO, Janaína. *Região, sertão e nação*, *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 15, 1995, p. 145-151 e AMANTINO, Márcia Sueli. *O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde*, *Vária História*, Belo Horizonte, n° 29, 2003, p. 79-97.

⁵ A relação entre as representações e práticas culturais e a realidade histórica é abordada por Roger Chartier em CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988, p. 13-28.

Distinguir os referenciais espaciais e culturais presentes na concepção de sertão não implica na definição de categorias de representação com significados excludentes: ambos referenciais têm em comum o aspecto do desconhecimento do território como base para a interpretação da realidade. O sertão, entendido como espaço do desconhecido, trouxe à tona as noções de lugar distante, isolado, perigoso ou repleto de riquezas. O contato com a natureza americana e seus habitantes, onde tudo era estranho e diferente, possibilitou a transferência para o Novo Mundo de mitos e tradições presentes no imaginário europeu, renovados a partir desta experiência com o “outro”.

Jacques Le Goff, ao tratar do maravilhoso no ocidente medieval, faz uma interessante comparação com o sobrenatural cristão: enquanto o maravilhoso ligava-se ao imprevisível, tendo sua origem em forças inumeráveis, sua apropriação pelo cristianismo teria derivado um sobrenatural racionalizado, através do qual o milagre, sua manifestação principal, possuiria uma origem única, Deus.⁶ Teria a imprevisibilidade do Novo Mundo representado um terreno fértil para a transposição e renovação dos antigos mitos e lendas da tradição européia? Não resta dúvida de que o contato do europeu com as novas terras descobertas e seus habitantes sofreu a mediação das representações contidas nesta tradição, derivando descrições e interpretações da realidade marcadas por elementos fantásticos e irrealis. Os resquícios do maravilhoso encontrados na descrição do sertão também se associam a esta herança cultural, revelando outros aspectos de seu imaginário, como a elaboração, de certa forma inconsciente, das representações míticas sobre o território, na medida em que derivavam de uma base cultural comum, cujos valores eram socialmente compartilhados e amplamente aceitos pela cristandade ocidental.

⁶ LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 24-25.

Identificamos, assim, outra possibilidade de distinção para as representações do imaginário, separando o que é herdado da tradição cultural e reformulado em um determinado contexto histórico, daquelas imagens elaboradas para representar ou legitimar interesses específicos. Hilário Franco Júnior faz algo similar, ao contrapor utopia e ideologia na caracterização do imaginário utópico medieval, ressaltando que “a primeira é muitas vezes produto inconsciente, a segunda sempre consciente”.⁷ Apesar de não adotarmos estes conceitos no estudo do sertão, julgamos que reconhecer a dualidade presente na construção do imaginário social, onde noções e concepções de uso e entendimento comuns são inconscientemente utilizadas na interpretação da realidade histórica, ao mesmo tempo em que são apropriadas para atender interesses segmentados, é fundamental no exercício de análise do imaginário a que nos propomos, identificando tanto os elementos derivados da herança cultural, quanto os conflitos de interesses vigentes em um momento histórico preciso. Ou seja, trabalhar em uma perspectiva de longa duração, buscando as origens das representações e a forma como foram assimiladas, rejeitadas ou transformadas ao longo do tempo, procurando, do mesmo modo, entender as razões que levaram esta herança a ser reelaborada no contexto do recorte geográfico e temporal adotado, que será anunciado a seguir.

Partindo do pressuposto de que a análise das representações sobre o sertão não visa uma “desmistificação” ou “desvendamento” destas imagens para se revelar uma realidade objetiva ou verdadeira,⁸ mas a identificação das possibilidades de interpretação da experiência histórica trazidas por estas representações, podemos esboçar os contornos de nosso objeto de estudo. No caso específico das concepções sobre o sertão na

⁷ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 13.

⁸ Segundo Baczko, a tradição intelectual do século XIX propunha descobrir a história verdadeira por detrás das representações, através de uma operação de “desvendamento” e “desmistificação”. Ver BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, p. 296-331.

América Portuguesa, a recorrência do maravilhoso geográfico na documentação reflete a crença na existência de lugares míticos que davam realidade às “minas imaginárias”, antecedendo em um século e meio, pelo menos, a visão das riquezas trazidas pelas “minas reais”. Mesmo após o descobrimento do ouro e dos diamantes nas Minas Gerais, elementos oriundos das minas imaginadas continuavam a compor o entendimento sobre o espaço físico e geográfico, a despeito do conhecimento alcançado sobre o interior do território, revelando a capacidade de construção da realidade trazida por suas representações. Apesar da possibilidade de se interpretar as referências às supostas descobertas de riquezas irreais, ou à localização das serras e lagoas lendárias, como parte das práticas difundidas entre os sertanistas para enaltecer seus feitos e pleitear honras e mercês, a apropriação destas representações para atender interesses particulares, por si só, já constitui um indício de sua força e da extensa difusão da convicção em sua realidade.⁹

Por detrás da apropriação intencional do mito encontra-se o uso inconsciente de elementos do imaginário: uso inconsciente por ser parte da realidade construída, e socialmente compartilhada, pelo próprio mito, fazendo de sua utilização algo espontâneo, como qualquer outro conceito derivado do senso comum, que tornava verossímil os discursos que os incluíam. Deste modo, definiremos nosso objeto de estudo como sendo o conjunto de representações míticas sobre o espaço geográfico que denominamos de minas imaginárias, lugares imprecisos e repletos de imensas riquezas, localizados em pontos ainda inexplorados do sertão; compreender a permanência de suas imagens na longa duração, por sua vez, é o objetivo principal do trabalho. Tal permanência constitui a hipótese central que norteia a pesquisa, ou seja, os elementos

⁹ O simbolismo contido nas práticas e representações sobre a descoberta de metais preciosos nos sertões das Minas Gerais e o “papel ritual” dos descobrimentos na construção de uma identidade própria para a região mineradora foi tema da tese de doutorado de Francisco Eduardo de Andrade, publicada em ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

míticos das minas imaginárias teriam sobrevivido, e convivido, com a nova realidade histórica de ocupação do território trazida pela exploração das Minas a partir do século XVIII. Em outras palavras, as minas reais não teriam apagado os vestígios das minas imaginárias, tampouco o desejo de encontrá-las.

A longevidade de algumas concepções sobre o maravilhoso justifica a opção por uma abordagem que contemple a longa duração. O melhor exemplo são os mitos geográficos forjados ainda no século XVI e que perduraram ao longo do setecentos e, até mesmo, do oitocentos, em várias regiões da América Portuguesa. Qual o papel destes mitos na penetração e ocupação do território? Por que continuaram vivos no imaginário sobre o sertão em uma época em que já se detinha um maior conhecimento sobre o interior do continente, ao mesmo tempo em que surgiam as sementes de uma cartografia “científica”, responsável pelo mapeamento sistemático do território? E o que dizer da renovação dos mitos edênicos, que localizavam nas Minas Gerais o próprio Paraíso Terrestre? Para responder a estas e outras perguntas, nosso estudo irá buscar os vínculos entre a geografia fantástica brasileira e os mitos do Novo Mundo, no contexto da colonização das áreas mineradoras, que são, em grande parte, tributários do imaginário cristão medieval e renascentista e das tradições pagãs da Antiguidade. As características naturais do sertão, associadas ao relativo desconhecimento do interior do território e seu isolamento em relação aos núcleos de povoamento do litoral, teriam propiciado a difusão e reformulação dos mitos, forjando um imaginário próprio marcado por uma geografia fantástica com seus lugares lendários específicos. Mas, vale reforçar uma vez mais, não basta demonstrar as origens destas representações sem explicar as condições que permitiram sua permanência e as transformações sofridas ao longo do tempo. Iremos, desta forma, investigar as relações entre a presença do maravilhoso, a percepção

da imprevisibilidade da vida nas regiões interioranas e o desconhecimento do território, refletidas na imprecisão da palavra sertão.

A associação entre a idéia de sertão e o desconhecimento do território traz certa dificuldade para a delimitação de nosso tema, ao impedir sua localização em um contexto espacial bem definido. Por esse motivo, vamos estabelecer um recorte para nosso objeto através da identificação de quais elementos do maravilhoso geográfico serão analisados na longa duração, considerando como limite temporal o período de três séculos, das primeiras notícias sobre as minas imaginárias, contidas nas fontes quinhentistas, até meados do século XIX. A constatação da existência de relações de longa duração entre os elementos que constituem o imaginário do sertão nos leva, além da busca de seus laços com os mitos da conquista do Novo Mundo, à verificação de suas permanências e transformações, fundamentando o amplo recorte temporal adotado. Essas relações de longa duração poderão ser interpretadas como uma confirmação da correspondência entre a construção deste imaginário e a existência de áreas pouco conhecidas ou habitadas: tal noção perduraria para preencher os “vazios geográficos” do interior do território.

Deste modo, o recorte proposto para o objeto de pesquisa, ao invés de definir uma delimitação espacial, irá estabelecer os tipos de representações do imaginário do sertão que farão parte de nosso estudo. Trabalharemos com um recorte do próprio imaginário, restringindo nossa análise às imagens do maravilhoso geográfico derivadas das três principais matrizes míticas sobre as riquezas lendárias do sertão, surgidas no século XVI. A primeira foi responsável pela difusão, em diversos locais do interior brasileiro, da idéia da existência de uma serra de prata. Outra serra riquíssima, formada por esmeraldas, também fez parte do imaginário quinhentista, motivando diversas expedições a sua procura. O último conjunto de concepções lendárias tem origem na

crença sobre uma lagoa situada no centro do continente, cujas águas, ao descerem as vertentes de altas montanhas, traziam consigo grande abundância em metais preciosos. Esta lagoa era considerada a nascente dos principais rios americanos, como o Amazonas e o Prata, e, na América Portuguesa, era normalmente localizada nas cabeceiras do rio São Francisco.

O propósito deste recorte é analisar como a concepção das serras e lagoas fantásticas, saídas destas matrizes míticas originárias, forjou imagens sobre as riquezas supostamente existentes no sertão e como sua variação ao longo do tempo acompanhou o devassamento e ocupação do território, do mesmo modo que a noção de sertão se transformou, conforme as condições do contexto social e histórico em questão. Também será dada especial atenção às práticas e representações que incluíam elementos deste lendário após a descoberta das jazidas de ouro e diamantes nas Minas Gerais. Apesar da tendência, em geral, de associação dos lugares míticos a esta região devido às suas particularidades geográficas, como o isolamento trazido pelo relevo montanhoso e a presença de grandes rios, interessa-nos estudar a ocorrência destas lendas em outras áreas que, no período histórico do nosso trabalho, faziam parte de um todo desconhecido e não delimitado: o sertão.

A opção por um recorte baseado em uma tipologia do maravilhoso geográfico nos permitirá, ainda, a obtenção de uma visão de conjunto dos mitos, analisando-os em um intervalo temporal mais amplo e observando-os através de sua dispersão espacial, o que não seria possível caso restringíssemos nossa observação a um local específico. O estudo do imaginário pode requerer uma forma distinta de recorte para seus objetos, de modo a contemplar a permanência de suas representações na longa duração e as possibilidades de compreensão de determinados aspectos de sua ocorrência em uma

região através da comparação com imagens surgidas em outras áreas, preenchendo possíveis lacunas existentes na documentação.

Apesar do tema sobre as lendas do sertão ter sido explorado pela historiografia tradicional, de um modo geral não constituiu um objeto de análise próprio, aparecendo, principalmente, no contexto das pesquisas sobre o bandeirismo. Márcio Santos, em sua dissertação de mestrado, faz uma revisão destas obras, apontando os três tópicos fundamentais que, de um modo geral, despertaram a atenção de seus autores: o papel do bandeirante no movimento de penetração no interior do continente, a identificação das finalidades das expedições ao sertão e a dinâmica da mobilidade dos habitantes de São Paulo como fator dominante na expansão para o interior.¹⁰ A preocupação maior estava na busca de uma classificação para as bandeiras e não para os mitos, que acabavam vistos como fazendo parte de ciclos, em uma delimitação temporal bem definida e restrita, como o ciclo das esmeraldas e da prata,¹¹ ou eram incluídos em investigações sobre a expansão para o interior promovida pelos paulistas e a ocupação do território, especialmente a região das Minas Gerais.¹² Uma exceção, talvez, tenha sido o trabalho

¹⁰ SANTOS, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e Verde Grande, 1688-1732*. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2004. Dissertação de Mestrado.

¹¹ A idéia de ciclos de pesquisas minerais no sertão para a prata e as esmeraldas, antecedendo o ciclo do ouro e dos diamantes, aparece em CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1904-1938. A trilogia romanceada de Paulo Setúbal também se baseia, de certo modo, nesta concepção: SETÚBAL, Paulo. *El-Dorado*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1934; SETÚBAL, Paulo. *O sonho das esmeraldas*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935 e SETÚBAL, Paulo. *O romance da prata*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935. As referências às buscas das riquezas lendárias encontram-se dispersas ao longo da monumental história sobre o bandeirismo paulista escrita por Afonso Taunay, cuja organização temática e periodização também demonstram sua preocupação com uma tipologia específica para as bandeiras. Ver TAUNAY, Afonso d'E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H.L.Canton & Imprensa Oficial, 1924-1950 e TAUNAY, Afonso d'E. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1961.

¹² Dentre os autores que descrevem as expedições em busca de lugares míticos, como a Serras das Esmeraldas e o Sabarabuçu, no contexto de estudos sobre a ocupação do território e descoberta das Minas Gerais estão Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães, Orville Derby, Francisco Lobo Leite Pereira e Felisbello Freire. Ver ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989; MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978; DERBY, Orville A. *Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. V, 1899-1900, p. 240-278;

de Pedro Calmon sobre as minas de prata, ao tratar deste mito e seus desdobramentos desde o século XVII até o XIX.¹³

Estudos recentes sobre o maravilhoso geográfico no território brasileiro concentraram-se em regiões particulares, como a Amazônia¹⁴ e o Pantanal,¹⁵ ou em temas específicos, como o mito da ilha Brasil¹⁶ e as cidades imaginárias brasileiras.¹⁷ Alguns autores pesquisaram outros aspectos do maravilhoso, como os monstros e as criaturas fantásticas,¹⁸ os elementos míticos e teratológicos na herança medieval do Brasil,¹⁹ o

PEREIRA, Francisco Lobo Leite. *Descobrimento e devassamento do território de Minas Gerais*, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. VII, 1902, p. 549-594 e FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1906. De modo semelhante, ao dissertarem sobre a expansão territorial promovida pelo bandeirismo paulista, aparecem referências sobre os mitos do sertão nas obras de Alfredo Ellis Júnior e Francisco de Assis Carvalho Franco, especialmente em ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 e FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *História das minas de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964.

¹³ CALMON, Pedro. *O segredo das minas de Prata*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1950.

¹⁴ GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

¹⁵ COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

¹⁶ O assunto aparece em diversos trabalhos de Jaime Cortesão, que associa a difusão do mito aos interesses geopolíticos da coroa portuguesa: CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo – capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955; CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores (Instituto Rio Branco), 1965-1971 e CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958. Um trabalho atual que apresenta um balanço historiográfico sobre o tema é KANTOR, Íris. *Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polémicas cartográficas e historiográficas*, *Vária História*, Belo Horizonte, nº 37, 2007, p. 70-80, também tendo sido tratado pela historiadora Júnia Furtado em FURTADO, Júnia Ferreira. *As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro*, *Anais de História do Além Mar*, Lisboa, vol. IV, 2003, p. 155-212.

¹⁷ LANGER, Johnni. *As cidades imaginárias do Brasil*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

¹⁸ DEL PRIORI, Mary. *Esquecidos por Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Afonso Taunay já havia abordado esta temática em um livro dedicado a este assunto: TAUNAY, Afonso d'E. *Monstros e monstregos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁹ WECKMANN, Luis. *La herencia medieval del Brasil*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.

imaginário religioso, a feitiçaria e a demonização do Novo Mundo²⁰ e o fenômeno da santidade e a crença tupi sobre a “Terra sem Mal”.²¹

O levantamento bibliográfico sobre o maravilhoso geográfico do sertão, em especial para a região de Minas Gerais, aponta para uma área ainda por explorar, servindo como uma motivação adicional para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Dentre as obras consultadas que fazem menção, direta ou indiretamente, aos elementos presentes no imaginário sobre o sertão mineiro, estão as investigações sobre Pedro de Rates Henequim,²² português que viveu nas Minas no início do século XVIII e foi processado pelo Santo Ofício entre 1740 e 1744, sendo condenado como heresiarca e apóstata, e aquelas realizadas pela historiadora Júnia Ferreira Furtado sobre o médico José Rodrigues Abreu, responsável por uma visão paradisíaca da região mineradora.²³ Em comparação, a América Espanhola já foi tema de uma grande variedade de estudos. Por ora, basta citar, como referências fundamentais para a associação entre as lendas do

²⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico: demonologia e colonização – Séculos XVI - XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 e SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²¹ VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²² ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001 e GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao Paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²³ FURTADO, Júnia Ferreira. *Chuva de estrelas na terra: o paraíso e a busca dos diamantes nas Minas Setecentistas*. In: *HISTÓRIA e meio ambiente: o impacto da expansão européia*. Funchal: CEHA, 1999, p. 445-457; FURTADO, Júnia Ferreira. *As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro*, *Anais de História do Além Mar*, Lisboa, vol. IV, 2003, p. 155-212; FURTADO, Júnia Ferreira. *José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro*. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (Orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português (séc. XVI a XIX)*, vol. 1. São Paulo: Alameda, 2005, p. 277-295 e FURTADO, Júnia Ferreira. *O Peregrino Instruído: José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária das minas brasileiras*. In: GODOY, Scarlett O'Phelan e SALAZAR-SOLER, Carmen. (Orgs.). *Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX*, vol. 1. Lima: Instituto Riva-Agüero-PUCP/Instituto Francês de Estudios Andinos, 2005, p. 757-787.

sertão e os mitos do Novo Mundo, o trabalho de Enrique de Gandía²⁴ e, mais recentemente, os de Guillermo Giucci²⁵ e Stephen Greenblatt.²⁶

Visão do Paraíso, de Sérgio Buarque de Holanda, constitui a obra clássica e, por que não dizer, obrigatória, para qualquer análise sobre a presença do maravilhoso na América Portuguesa, particularmente as imagens edênicas sobre as possessões lusitanas no Novo Mundo.²⁷ Holanda destaca a relação entre os mitos da conquista e a idéia da existência física do Paraíso Terreal, surgida no século IV e difundida pelo pensamento medieval, que teria contribuído para as concepções geográficas vigentes na era das navegações, fazendo, ainda, uma importante distinção entre um suposto realismo português, que se contraporía ao “gosto de maravilha e mistério” dos espanhóis.²⁸ Estes teriam sido mais influenciados pelos elementos fantásticos que compunham as lendas e o imaginário da conquista do que os portugueses, para quem somente as riquezas minerais é que exerciam alguma atração. Para Holanda, foi a influência castelhana que fez surgir, entre os cronistas portugueses, descrições marcadas pelo maravilhoso,²⁹ como as que localizavam o Paraíso em terras brasileiras, citando o caso de Pedro de Rates Henequim.

Apesar de não corresponder ao objetivo principal de nossa pesquisa esclarecer este suposto dualismo entre as concepções portuguesas e espanholas, a discussão desenvolvida por Holanda nos permite refinar algumas questões anteriormente apontadas como parte do escopo do trabalho, particularmente a relação entre os lugares

²⁴ GANDÍA, Enrique de. *Historia crítica de los mitos y leyendas de la conquista americana*. Buenos Aires: Centro Difusor del Libro, 1946.

²⁵ GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

²⁶ GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

²⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

²⁸ HOLANDA, 2000, p. 1.

²⁹ HOLANDA, 2000, p. XXII-XXV.

lendários do sertão e os demais mitos da conquista do Novo Mundo, levando-nos à investigação de sua associação com os motivos paradisíacos que estariam em suas raízes. Vale ressaltar que Sérgio Buarque de Holanda, ao procurar as origens edênicas dos mitos americanos e destacar a importância da tradição cristã medieval, fazia-o em contraposição à apropriação instrumental do imaginário mítico proposta por Jaime Cortesão, que interpretava sua difusão a partir dos interesses geopolíticos da coroa portuguesa.³⁰

Os distintos modelos interpretativos propostos por Holanda e Cortesão para análise da emergência destes mitos salientam as múltiplas formas de representação e entendimento da realidade derivadas da significação atribuída aos elementos do imaginário, tanto por parte dos agentes históricos em sua vida cotidiana, quanto pelos historiadores no ofício de criação de um conhecimento coerente sobre o passado, a partir de sua leitura das fontes. Isto implica no reconhecimento da realidade histórica como um campo de possibilidades, que são construídas pela forma como tais elementos são apropriados e utilizados nas práticas sociais e inseridos em visões de mundo específicas. O estudo do imaginário deve procurar a compreensão destas possibilidades sem assumir a intencionalidade das representações, ou seja, sem apresentar uma interpretação da realidade alheia aos interesses envolvidos em sua elaboração, que estabelecem relações complexas entre as imagens construídas e o contexto social e histórico no qual foram concebidas.

A complexidade das representações sobre o sertão revela-se em um típico exemplo de apropriação política do imaginário: nas práticas decorrentes das concepções milenaristas

³⁰ A divergência entre os dois historiadores se deu em torno da idéia do mito da ilha Brasil que, segundo Cortesão, era um “Conceito expansionista, opondo-se às limitações do tratado de Tordesilhas, que amputava por forma violenta e inviável a unidade geográfica, econômica e humana do Brasil, só poderia explicar-se na sua formação e lógica íntima e ganhar caráter funcional, como criação portuguesa. Representava uma espécie de protesto coletivo, de antecipação e estímulo à realização do conhecimento geográfico e à integração do território”. Ver CORTESÃO, 1955, p. 68-69.

surgidas nas décadas iniciais do século XVIII nas Minas Gerais³¹ que, de certo modo, estavam associadas à edenização desta região e ao maravilhoso geográfico. Neste caso, não seria possível considerar a presença do maravilhoso nas representações do sertão como simples crenças herdadas da tradição cultural européia, desprezando as condições e motivações que propiciaram sua apreensão e reformulação. Isto fica evidente, ainda, na percepção do descontrole das Minas. Apesar desta percepção estar, muitas vezes, relacionada aos conflitos de interesses entre os representantes da administração metropolitana e os habitantes da região, ou entre as autoridades e os potentados locais, aparece também na descrição da desordem na natureza imprevisível do sertão, dando margem, uma vez mais, à irrupção do maravilhoso na sua interpretação. A existência de uma simbologia específica sobre o interior do território teria possibilitado, além do surgimento de uma visão de mundo peculiar moldando a leitura da realidade histórica e do espaço geográfico, o estabelecimento de estratégias de ação voltadas para a exploração e controle do sertão.

A principal referência teórica do trabalho é a história cultural, denominação abrangente que abarca diversas tendências historiográficas. Por isso, faz-se necessário alinhar os pressupostos adotados na elaboração da pesquisa com os modelos conceituais que estão na base de sua argumentação, de modo a permitir a definição de uma abordagem metodológica para tratamento das fontes e verificação das hipóteses.

O nosso objeto de estudo foi definido a partir de um recorte nas representações do imaginário sobre o sertão na América Portuguesa e um problema a ser superado ao se trabalhar com um objeto desta natureza é a imprecisão de sua conceituação. Para tal, iremos procurar um entendimento da noção de imaginário através de uma definição por

³¹ Este assunto foi estudado por Adriana Romeiro em sua análise da cultura política existente nas Minas Gerais setecentistas, a partir das especulações milenaristas do padre Antônio Vieira e das concepções de Pedro de Rates Henequim. Ver ROMEIRO, 2001, p. 151-208, especialmente.

exclusão, ou seja, relacionando aquilo que devemos evitar na identificação das representações simbólicas de uma sociedade. Em primeiro lugar, não concebemos estas representações como falsas imagens criadas a partir da experiência histórica. Conforme mencionado anteriormente, não iremos assumir a existência de uma realidade objetiva, “escondida” atrás das idéias e símbolos que determinados grupos sociais criam para si próprios e para o mundo em que vivem. Isto implica em não considerar o imaginário como uma simples fonte de mediação entre o historiador e seu objeto de estudo, situado em um contexto predefinido na realidade histórica, por meio da qual seria possível chegar à verdade dos fatos. Em uma perspectiva inversa, o imaginário e as manifestações culturais às quais o mesmo se associa são responsáveis pela construção da realidade, fornecendo a matéria-prima conceitual para sua interpretação e dotando-a de sentido.

Esta questão foi elaborada, em outros termos, por Roger Chartier e corresponde a um elemento essencial em sua concepção sobre os objetos e métodos da história cultural.³²

A segunda premissa que iremos adotar também foi abordada por Chartier e relaciona-se à capacidade do imaginário de não apenas construir representações da realidade, mas também de possibilitar uma interferência no real vivenciado.³³ A cultura e o imaginário não podem ser vistos como um mero reflexo de fatores econômicos e sociais, formando uma espécie de superestrutura determinada pelas características de sua base, mas algo capaz de influenciar e ser influenciado pelos demais aspectos da sociedade. As

³² “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. (...) Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. Ver CHARTIER, 1988, p. 16-17.

³³ “O que leva seguidamente a considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas – ‘mesmo as representações colectivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam actos’ – que têm por objectivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua”. Ver CHARTIER, 1988, p. 18.

construções culturais definem visões de mundo que são utilizadas na elaboração de estratégias de ação pelos agentes históricos. Daí o poder do imaginário elaborado por cada grupo, permitindo a coexistência, em um mesmo contexto, de diferentes modos de se perceber e compreender a realidade e agir sobre ela, o que leva a um conflito de representações ligado ao choque de interesses entre aquelas parcelas da sociedade que procuram legitimação para seus atos.

Por último, e não menos importante, está a preocupação em não se tratar a cultura e as representações do imaginário como algo homogêneo e uniforme, compartilhado por todos os que vivem em um mesmo espaço geográfico em um determinado momento histórico. Deste modo, iremos evitar a utilização de concepções generalizantes e abstratas para explicar a ocupação do território, como a dinâmica do sistema colonial, ou sua inclusão em processos mais amplos que abarcam diversos outros fatores externos. Também não iremos subordinar a cultura às determinações do campo econômico, tratando-a como um mero reflexo das relações de produção e interesses vigentes no modelo de colonização imposto ao Novo Mundo. E este enfoque converge para outra influência importante em nosso método historiográfico, a micro-história, conforme apresentada por Carlo Ginzburg.³⁴

Ginzburg propõe um paradigma indiciário para a escrita da história, mais propício ao caráter singular e efêmero dos acontecimentos históricos. É neste sentido que iremos procurar, nas fontes e documentos disponíveis, os elementos particulares do imaginário do sertão, buscando utilizá-los para a construção de um conhecimento histórico objetivo, mais próximo da visão de mundo daqueles que habitavam o interior da América Portuguesa. A relação entre o particular e o geral, por sua vez, é uma operação

³⁴ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 179-202 e GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

de abstração que leva o historiador a associar uma determinada conjuntura a um cenário mais amplo, identificando permanências na longa duração e descontinuidades relacionadas às especificidades do contexto analisado. Tal abstração é válida, sobretudo, quando realizada através da identificação de esquemas de percepção culturalmente herdados e continuamente reiterados, empregados na consolidação de um imaginário comum e que trazem a possibilidade de uma difusão consensual das formas de entendimento do mundo e estratégias de ação. Estes esquemas de percepção e representação da realidade, ao serem historicamente, e incessantemente, reproduzidos, fornecem as ligações entre as visões de mundo dos grupos e indivíduos e as imagens e valores presentes no ambiente cultural em que se encontram inseridos, permitindo um diálogo entre os diversos grupos através do reconhecimento de elementos comuns.

O conflito de representações, além de corresponder a um reflexo dos interesses existentes na sociedade, é um indício da forma como cada grupo se posiciona em relação ao mundo social, almejando a conservação ou transformação deste mundo. Os estudos de Peter Burke sobre esquemas, lugares-comuns e estereótipos³⁵ fornecem os princípios metodológicos para buscarmos a ligação entre o individual e o geral: a busca dos meios de representação da realidade que se repetem, em meio à aparente singularidade dos acontecimentos, permite a elaboração de hipóteses relacionadas à existência de um imaginário sobre o sertão que, além de ressaltar suas particularidades, estabelecem sua associação, sem uma generalização excessiva, com os aspectos mais amplos da tradição cultural européia e com as características econômicas e políticas do império português no período.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos, além desta introdução e de uma conclusão final. O capítulo 1 tem como objetivo apresentar como a idéia de sertão se

³⁵ Os estudos que se utilizam destes conceitos encontram-se em BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

consolidou na América Portuguesa, destacando os elementos míticos e as condições históricas que possibilitaram o surgimento e a difusão das lendas sobre as minas imaginárias. Inicialmente, serão analisadas as relações entre a tradição cultural medieval e renascentista e o imaginário sobre o Novo Mundo, especialmente a crença na existência do Paraíso Terreal, que está na base tanto das representações do maravilhoso geográfico, quanto das idéias milenaristas que exerceram grande influência no pensamento ibérico até o século XVIII. A seguir, serão discutidas as representações sobre o sertão delineadas no século XVI, enfatizando-se a importância da experiência com o “outro” na constituição destas representações, ou seja, o contato entre o europeu e o indígena americano e a percepção das diferenças evidenciadas pelas particularidades da natureza americana.

As três principais lendas sobre as riquezas do sertão na América Portuguesa, o Sabarabuçu, a Serra das Esmeraldas e a Alagoa Grande, serão o tema principal do capítulo 2, que buscará estabelecer suas origens no imaginário europeu e nas concepções quinhentistas sobre o sertão, além de sua associação com os mitos hispânicos da conquista. Também será feito um inventário das expedições pioneiras que percorreram o interior brasileiro, ressaltando-se os componentes fantásticos que motivaram tais incursões e suas representações na cartografia do período.

O capítulo 3 irá buscar uma compreensão para a permanência, até os séculos XVIII e XIX, de uma geografia fantástica sobre o sertão, após a descoberta das minas reais de ouro e diamantes. Serão investigados o desenvolvimento e a disseminação dos mitos ao longo século XVII e a consolidação das concepções sobre a existência das minas lendárias, derivando os aspectos que farão parte do imaginário setecentista e oitocentista. Será feita, ainda, uma revisão da cartografia sobre a América Portuguesa, produzida a partir do seiscentos, e sua contribuição na representação e propagação da

crença na realidade das minas imaginárias. Finalmente, serão averiguadas as continuidades e transformações nos mitos estudados, cujos elementos haviam forjado a noção da existência das minas imaginárias, e sua adaptação ao novo contexto histórico, permitindo a convivência de tais representações com a exploração efetiva das riquezas minerais no sertão e a constituição de um lendário próprio a este contexto.

Na conclusão final do trabalho iremos rever as principais questões apresentadas, enfatizando os resultados obtidos pelo desenvolvimento da pesquisa e as novas possibilidades de investigação, resultantes dos pontos que ainda requerem um estudo mais aprofundado.

Capítulo 1: O sertão na América Portuguesa

1.1 A herança cultural européia e o imaginário do Novo Mundo

A chegada de Colombo em terras americanas tem sido, tradicionalmente, apresentada pela historiografia como um evento extraordinário, marcado pelo encontro entre o Velho e o Novo Mundo que iria mudar, de uma forma completa e repentina, os rumos da história.¹ Porém, a visão que Colombo teve deste “encontro” parece ter sido bem diferente, ao acreditar ter atingido as imediações do oriente asiático, em algum ponto próximo ao arquipélago do Japão.² O “novo”, de certa forma, mostrava-se familiar: as ilhas e seus habitantes, a natureza exuberante, quase tudo, enfim, remetia às imagens contidas nos relatos de viajantes e cosmógrafos medievais, como Marco Polo, Mandeville e Pierre d’Ailly, que ele conhecia tão bem. Colombo enxergava a realidade através dos olhos destes autores, descrevendo-a a partir dos elementos da cultura européia de sua época.³ Sua convicção de ter chegado à Ásia levou Edmundo O’Gorman a cunhar a expressão “invenção da América”, sintetizando nesses termos o processo de assimilação da novidade americana pelos europeus como uma descoberta ou revelação.⁴

A idéia da América como uma invenção, além tornar explícito o modo como o erro geográfico de Colombo foi, posteriormente, acomodado pelos primeiros cronistas ao

¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 21.

² O’GORMAN, Edmundo. *La invención de América: investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 15.

³ SOUZA, 1995, p. 22.

⁴ Segundo O’Gorman, a referência à descoberta da América por Colombo aparece, inicialmente, no *Sumario de la natural historia de las Indias*, de Gonzalo de Oviedo, publicado mais de trinta anos após a primeira viagem de Colombo. Ver O’GORMAN, 2003, p. 20.

forjarem o fato histórico do descobrimento do continente, encerra a noção da construção gradual do conhecimento sobre as novas terras, conhecimento este que contemplava tanto a herança cultural européia e suas fabulações sobre as regiões incógnitas, quanto a constatação das especificidades da realidade americana, produzindo novas reflexões e elaborações conceituais sobre o homem e a natureza. As representações sobre o sertão, incluindo seu repertório mítico, surgiram através deste estímulo duplo da tradição e da experiência, sendo primordial entendermos a forma como o imaginário europeu atuou na percepção do “novo” antes de examinarmos as particularidades do sertão e suas lendas na América Portuguesa. A imagem de um Novo Mundo, tão bem caracterizada por Marilena Chauí como extrapolando os significados de um “conceito meramente geográfico”, ao levar à “descoberta de novas técnicas, novas ciências, nova educação, nova ordem social e política”,⁵ confundiu-se, muitas vezes, com antigas concepções cosmográficas e religiosas, fazendo do “novo” algo já conhecido e, por isso mesmo, interpretado à luz destas concepções. O impacto do “novo”, portanto, não se fez sentir de imediato e as notícias trazidas por Colombo e pelos navegadores e conquistadores que o sucederam devem ter provocado, muitas vezes, a sensação de uma redescoberta do que já se imaginava conhecer e permanecia escondido, ao invés da manifestação de algo verdadeiramente original e insólito.

Considerado nos séculos XIX e XX um personagem anacrônico, um medieval em plena Renascença,⁶ as descrições fantásticas feitas por Colombo, na verdade, são bastante representativas do pensamento europeu na era dos descobrimentos marítimos. A

⁵ CHAUI, Marilena. *Profecias e tempo do fim*. In: NOVAES, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 453-505, citação p. 460.

⁶ CHAUI, 1998, p. 473.

influência deste pensamento em Colombo foi tão marcante que, em suas narrativas sobre o encontro com os nativos das ilhas caribenhas, transparece um perfeito entendimento de uma língua que, a princípio, deveria lhe ser estranha e incompreensível. Na realidade, Colombo ouve aquilo que já esperava ouvir: “a interpretação dada aos nomes indígenas firmará logo a obstinada convicção de que aportara ao extremo oriente. Cibao, por exemplo, seria uma simples variante fonética do Cipangu de Marco Polo, e no próprio nome de ‘canibais’, associado ao gentio mais intratável e sanhoso daquelas ilhas chegava a descobrir uma alusão evidente ao Grão-Cão da Tartária”.⁷

Colombo é um homem de seu tempo, mesclando referências medievais e renascentistas em seus textos e na sua forma de ver o mundo: “Dos medievais, Colombo recebe, além da influência dos espirituais franciscanos, a *Ymago Mundi* de Piere d’Ailly, a *Historia Rerum*, de Plínio, o *Livro das Maravilhas* e a *Descrição do Mundo*, de Marco Polo, as *Viagens maravilhosas*, de Mandeville. Dos renascentistas, recebe a esfera de Sacrobosco, os mapas de Toscanelli, a releitura dos animais, das plantas e da experiência, do pseudo-Teofrasto, o mito da Idade de Ouro, de Ovídio e a crença da filosofia hermética no Eldorado”.⁸ A ambigüidade aparente e o tom fantasioso contido nos escritos de Colombo refletem as contradições das idéias vigentes durante o Renascimento, período que teria se notabilizado “por estudos tais como os da Retórica, da Magia, da Astrologia, da Alquimia, que, na sua maior parte, julgamos hoje anticientíficos e ineficazes”.⁹ A época das navegações e dos descobrimentos, entendida nos séculos seguintes pelo viés da expansão das fronteiras geográficas e do conhecimento humano e como um marco inicial

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 14.

⁸ CHAUI, 1998, p. 474.

⁹ HOLANDA, 2000, p. 2.

para o desenvolvimento científico moderno, foi, também, uma época de maravilhas e prodígios, durante a qual os mitos da antiguidade gozaram de imenso prestígio na cultura popular e erudita. O maravilhoso herdado do pensamento medieval era, assim, uma característica marcante na forma como os homens contemporâneos de Colombo percebiam e compreendiam o mundo.

Os elementos que formavam o maravilhoso medieval, os *mirabilia*, possuíam origens pré-cristãs e correspondiam a “um universo de objectos, uma colecção mais que uma categoria”.¹⁰ Tal universo era composto por seres e forças sobrenaturais múltiplas e inumeráveis¹¹ que, pela sua importância no imaginário popular, também faziam parte ou influíam no modo de vida daqueles que acreditavam em sua existência: “o maravilhoso, que exercia sobre os espíritos uma evidente sedução, que constitui uma das suas funções na cultura e na sociedade”.¹² O cristianismo, por sua vez, teria contribuído muito pouco na elaboração deste imaginário. Segundo Le Goff, a Igreja, durante a Alta Idade Média, adotou uma postura de repressão ao maravilhoso, procurando eliminar seus aspectos característicos na incorporação das crenças tradicionais às concepções cristãs. Foi somente a partir do século XII que o maravilhoso passou a ser aceito, ou pelo menos tolerado, pela cultura erudita, quando a ascensão da pequena e média nobreza trouxe a necessidade de se buscar uma identidade própria, distinta da cultura eclesiástica, sendo simbolizada pela figura do cavaleiro idealizado e retratada nos romances de corte, que resgataram do folclore os componentes do maravilhoso até então desprezados. No final

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 20.

¹¹ LE GOFF, 1990, p. 24-25.

¹² LE GOFF, 1990, p. 22.

da Idade Média teria ocorrido uma “estetização” do maravilhoso, tornando-se objeto de preocupações intelectuais e literárias.¹³

Outro traço fundamental do maravilhoso medieval era a sua imprevisibilidade: “A realidade é que não temos apenas um mundo de objectos, um mundo de acções diversas, mas que por detrás deles há uma multiplicidade de forças”.¹⁴ A profusão de agentes envolvidos na produção do maravilhoso trazia a percepção de algo improvável ou inesperado, percepção racionalizada e esvaziada de seu sentido original nas formulações do sobrenatural cristão, cuja manifestação principal, o milagre, possuía uma regularidade inerente à sua origem única, a vontade divina. Compreende-se, assim, que o lugar do maravilhoso, por excelência, eram as terras incógnitas: nada mais imprevisível do que os lugares pouco conhecidos do oriente ou próximos ao Oceano Índico, como a Índia e a Etiópia.¹⁵ Também ficam mais claros os motivos que levavam ao deslocamento das crenças, conforme as regiões associadas aos mitos eram exploradas e devassadas: a aura de fantasia e mistério transferia-se, deste modo, para áreas remotas e ainda desconhecidas, como a América. Dentre os elementos identificados por Le Goff em seu “inventário do maravilhoso medieval”,¹⁶ incorporados ao imaginário americano, estão animais e criaturas fantásticas, como sereias e lobisomens, seres monstruosos, tipos humanos com particularidades físicas ou comportamento exótico, como gigantes, anões e

¹³ LE GOFF, 1990, p. 21-23.

¹⁴ LE GOFF, 1990, p. 25.

¹⁵ Segundo Le Goff, “o oceano Índico é um horizonte mental, o exotismo do Ocidente medieval, o lugar dos seus sonhos e dos seus recalamentos”. E os lugares onde as maravilhas eram localizadas dividiam-se em três regiões: “A Índia Maior, que compreende quase toda a nossa Índia, fica entre a Índia Menor que se estende do norte da costa de Coromandel com inclusão das penínsulas do Sudeste asiático, e uma Índia meridiana que compreende a Etiópia e as regiões costeiras do Sudoeste asiático”. Ver LE GOFF, Jacques. *O ocidente medieval e o Oceano Índico: um horizonte onírico*. In: LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p. 263-280, citação p. 273.

¹⁶ LE GOFF, 1990, p. 32-33.

as mulheres guerreiras conhecidas como amazonas, além de lugares com significações especiais, como fontes milagrosas ou montanhas repletas de riquezas.

Nas cartas de Colombo desfilam “cinocéfalos, *monoculi*, homens caudatos, sereias, amazonas”.¹⁷ Mas as descrições mais perturbadoras são, talvez, aquelas que mencionam a suposta localização do Paraíso Terreal: “Creio que, se eu passasse abaixo da linha equinocial, ao chegar lá, na parte mais alta, encontraria temperatura muito maior e diferença nas estrelas e nas águas; não porque creia que ali onde a altura seja máxima seja também navegável ou haja água, nem que eu possa subir até lá, mas porque creio que ali é o Paraíso Terrestre, aonde ninguém consegue chegar, a não ser pela vontade divina”.¹⁸ Ou ainda: “Volto ao meu assunto da terra de Gracia, do rio e do lago que ali encontrei, tão grande que seria mais justo considerá-lo mar, pois ‘lago’ é lugar de água e, sendo grande, se diz ‘mar’, como se chamou ao mar da Galiléia e ao mar Morto, e eu afirmo que esse rio emana do Paraíso Terrestre e de terra infinita, pois do Austro até agora não se teve notícia, mas a minha convicção é bem forte de que ali, onde indiquei, fica o Paraíso Terrestre, e em meus ditos e afirmações me apóio nas razões e autoridades supracitadas”.¹⁹

Teria Colombo, realmente, acreditado em sua chegada às proximidades do Paraíso Terreal ou deveríamos interpretar suas palavras em um sentido puramente alegórico, sendo as fórmulas edênicas consagradas pela tradição empregadas como um recurso retórico, para retratar a natureza exuberante diante de seus olhos? O entendimento da herança cultural européia e o papel do maravilhoso no imaginário medieval e

¹⁷ HOLANDA, 2000, p. 21.

¹⁸ COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre, L&PM, 1991, p. 188-189.

¹⁹ COLOMBO, 1991, p. 190-191.

renascentista tornam menos fantasiosos ou, pelo menos, mais compreensíveis, os textos de Colombo, produzidos sob a influência de modelos de percepção marcados por um movimento simultâneo de encantamento e desencantamento: “A barreira entre o sagrado e o profano se dissolve tanto pela sacralização da vida quanto pela laicização do conhecimento”.²⁰ Por mais contraditório que pareça, a indistinção entre sagrado e profano, apesar de criar as bases para a produção de um saber que via o mundo natural através das propriedades imanentes a seus objetos e seres, levava, simultaneamente, a uma transcendência da realidade física em direção ao divino, com a natureza e suas criaturas sendo vistas como uma demonstração da bondade e sabedoria de Deus, seu criador. Holanda fornece uma explicação semelhante, ao considerar o espaço do maravilhoso, ou do encantamento do mundo, como resultante da combinação entre a secularização do cotidiano e certa idealização da vida.²¹ O desencantamento se produzia a partir da obtenção de um maior conhecimento sobre as terras e suas gentes, que perdiam seus componentes fantásticos, substituídos pelas formas de representação decorrentes da experiência e da racionalidade científica nascente.

Delumeau é categórico ao afirmar que “estas contradições são o próprio tecido do Renascimento. Todas as épocas têm seus contrastes, mas esta tem mais que as outras”. E aponta o caminho para o entendimento do pensamento renascentista: “A dialéctica do mistério e da clareza, da credulidade e do espírito crítico, da fantasia e do rigor, da vitalidade e do método é pois, nas mãos do historiador, o fio de Ariana que permite a este não se perder num labirinto onde encontra ora astrólogos ora sábios, ora *condottieri* ora

²⁰ CHAUI, 1998, p. 478.

²¹ HOLANDA, 2000, p. 4-5.

santos, ora Vênus ora bruxas (...).²² Mas a contradição das concepções renascentistas ia além da simples combinação entre crenças fantásticas e a expansão de um conhecimento sobre o mundo, cuja racionalidade seria, posteriormente, considerada como origem do pensamento científico moderno, manifestando-se, também, em um sentimento simultâneo de decadência e de promessa.

Conforme salientado por Marilena Chauí, foi através do *Corpus Hermeticus* que “a magia natural, a astrologia e matemática mística penetram no pensamento e na imaginação da *intelligenza* renascentista, afirmando que o homem, senhor e governante da Natureza, nascido e feito para dominar os elementos e os animais, é também astrólogo e astrônomo, capaz de compreender os movimentos das esferas celestes e, na qualidade de geômetra e mago, de construir pequenos céus e outros mundos, conformes ao modelo divino, pois é dotado de inteligência semelhante à divina”.²³ O hermetismo e o neoplatonismo, ao destacarem o valor da inteligência humana, apresentavam uma forma de redenção através do conhecimento, correspondendo ao lado otimista da forma de se perceber e compreender o homem e o mundo que comportava, ainda, a possibilidade do reencontro com o Paraíso Terrestre, escondido em algum lugar recôndito. Mas a idéia de um Paraíso perdido implicava, também, no reconhecimento da degeneração e decrepitude dos tempos atuais, se comparados a uma antiga Idade de Ouro.²⁴ A sensação de declínio, combinada com a obsessão escatológica sobre o fim dos tempos, alimentava o teor pessimista do

²² DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 125.

²³ CHAUI, 1998, p. 455-456.

²⁴ Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “a idéia da corrupção deste nosso mundo e da natureza, em conseqüência do Pecado e da Queda, acha-se implantada em todo o sentimento e pensamento cristãos, e deita claramente suas raízes nas Sagradas Escrituras”. Ver HOLANDA, 2000, p. 229.

pensamento renascentista, profundamente influenciado pelas formulações milenaristas, especialmente aquelas elaboradas pelo abade Joaquim de Fiori.

Podemos, deste modo, considerar Colombo como um personagem emblemático, fiel às principais idéias de seu tempo que iriam moldar as representações sobre a América durante o período de sua conquista e ocupação. Ele não somente acreditava na existência física do Paraíso, mas estava convicto de conhecer sua localização, conforme os sinais que se lhes apresentavam e que compunham a tópica das “visões do paraíso” mencionada por Sérgio Buarque de Holanda: temperatura amena, vegetação verdejante e que nunca perdia as folhas, terra espontaneamente fértil, presença de prodígios e indícios de riquezas, além do reconhecimento de um dos rios provenientes do Éden.²⁵ Isto reforçava sua outra crença, a de que o fim do mundo estaria próximo, restando somente 155 anos para o evento escatológico.²⁶ Daí a importância de se realçar a experiência de Colombo nas novas terras: além de tornar explícito o papel que a imagem do Paraíso e a sombra do fim dos tempos iriam exercer no imaginário americano, sua atitude perante o “novo” nos revela como a percepção da realidade sofre a mediação de conceitos e valores preexistentes.

Percebem-se, através de sua experiência, os meandros da “invenção do novo” e sua constituição como uma via de mão dupla, na qual o contato do europeu com o “outro”

²⁵ HOLANDA, 2000, p. 13-15 e 19-21.

²⁶ CHAUI, 1998, p. 469. Colombo menciona sua contabilidade sobre o fim dos tempos em uma carta aos Reis Católicos, contida em seu *Livro das Profecias*: “De la creación del mundo, o de Audán fasta el avènement de Nuestro Señor Jhesu Christo son çinco mill e tresientos y quarenta e tres años, y tresientos y diez e ocho días, por la cuenta del rey don Alonso, la qual se tiene por la más çierta. Pedro de Ayliaco, *Elucidario astronomice concordie cum thologica & hystorica veritate* sobre el verbo X, con los quales poniendo mill y quingentos y uno ynperfeto, son por todos seys mill ochoçientos quarenta & çinco ynperfetos. Segund esta cuenta, no falta salvo çiento e çinquenta y çinco años para complimiento de siete mill, em los quales dise ar[r]iba por las abtoridades dichas que avrá de feneçer el mundo. Nuestro Redentor diso que antes de la consumaçión d’este mundo se abrá de complir todo lo qu’estava escrito por los profetas”. Ver COLON, Cristóbal. *Libro de las profecias*. Barcelona: Editorial CLIE, 1992, p. 36-37.

americano levaria não somente à elaboração de imagens e representações sobre o Novo Mundo, mas também a uma revisão das concepções da cultura européia sobre o homem, a natureza e sua própria identidade.²⁷ O reconhecimento do “outro” como diferente, ou como imprevisível, trazia, ainda, o maravilhoso para a realidade vivenciada: “É a partir dessa percepção do sujeito sobre as particularidades de seu mundo e da sensação de estranheza que lhe causa o desconhecido, que se produz a alteridade e se cria espaço para o ‘maravilhoso’”.²⁸ Situação semelhante de confronto com o “outro” surgiria, meio século depois, em terras brasileiras, com os jesuítas e sua missão de conquista espiritual do gentio. As representações sobre o sertão e seus habitantes neste período devem ser compreendidas considerando-se, dentre outros aspectos, as motivações religiosas dos inicianos e suas idéias a respeito dos nativos e da natureza americana.

Delineamos, desta forma, as principais chaves de leitura dos escritos de Colombo que nos ajudam no seu entendimento, evitando anacronismos ou explicações redutoras: “Assim, o que muitos chamaram de cosmografia fantástica e geografia quimérica do último dos medievais, pode receber uma outra interpretação, se lidas de um outro lugar, isto é, da perspectiva do milenarismo joaquimita, de um lado, e da organização do cosmos desenvolvida pela filosofia hermética da Renascença, de outro”.²⁹ Acrescentemos aos pontos destacados por Marilena Chauí, apesar de neles implícita, a crença no Paraíso Terrestre e teremos em mãos os elementos fundamentais da cultura européia dos quais o imaginário americano é tributário. Chauí denomina Colombo de “exegeta do novo

²⁷ Para um aprofundamento desta discussão, ver TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 3-48.

²⁸ BAUMANN, Thereza B. *Imagens do “outro mundo”*: o problema da alteridade na iconografia cristã ocidental. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *A América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 58-76, citação p. 66.

²⁹ CHAUI, 1998, p. 474.

mundo”,³⁰ descrevendo sua vivência americana como um processo hermenêutico de identificação e decifração de signos já contidos nos livros. Mas esta hermenêutica não é uma exclusividade do navegador genovês e a tradução dos indícios trazidos pela experiência no novo continente à luz da autoridade dos filósofos, padres da Igreja e autores consagrados pela tradição acompanhará os europeus na elaboração de suas representações para a América. Nosso trabalho buscará acompanhar este processo de construção de imagens, ou de invenção, no sertão da América Portuguesa, fortemente marcado, em um primeiro momento, pelo encantamento do mundo trazido pelas concepções do pensamento europeu, para depois se desencantar de seus elementos lendários, na medida em que os territórios despiam-se de seus mistérios, apesar de sua persistência na longa duração.

1.2 O mito do Paraíso Terrestre e a crença no Milênio

A importância do mito sobre a realidade física do Paraíso Terrestre nas representações do Novo Mundo ganhou uma maior relevância, na historiografia brasileira, com a publicação do estudo de Sérgio Buarque de Holanda sobre o tema.³¹ Produzido em um período posterior ao debate travado com Jaime Cortesão a respeito da noção da ilha Brasil, retratada pela cartografia e pelos cronistas da América Portuguesa que descreviam a geografia do interior do território, Holanda aventou a possibilidade de que a idéia da

³⁰ CHAUI, 1998, p. 488-496.

³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. A primeira edição é de 1959, mas o trabalho apareceu no ano anterior, como tese em um concurso para a cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

existência de um lago central onde nasciam os principais rios do continente, deixando o Brasil com o feitio de uma ilha, estivesse relacionada com as imagens do Éden bíblico.

No Paraíso delineado pelo Gênesis encontra-se um rio dividido em quatro ramos, o Fison, o Gion, o Heidequel e o Eufrates. Segundo Holanda, a busca da identificação dos cursos d'água edênicos com rios africanos e asiáticos levou à concepção de uma África insular, circunscrita pelo Nilo e o Senegal, bem como de uma Índia insular, formada pelos rios Indos e Ganges. O mesmo poderia ter ocorrido na América.³² Tal idéia contrapunha-se à interpretação de Jaime Cortesão sobre uma suposta apropriação política do mito pela coroa portuguesa, com o intuito de defender os limites de suas possessões americanas em função do traçado do sistema hidrográfico, marcando uma fronteira natural com a América espanhola muito além daquela estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas.³³

Contudo, o vínculo entre a edenização das terras americanas e o imaginário sobre o continente vai além da crença na existência deste lago central, sendo verificado, direta ou indiretamente, nos principais mitos difundidos com a penetração e ocupação do território.

A fonte de Juventa, procurada por Juan Ponce de León na Flórida e na ilha de Bimini,

³² HOLANDA, 2000, p. 10.

³³ O debate sobre o mito da ilha Brasil aconteceu em 1952, através de uma série de artigos publicados nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Diário de Notícias*. Os argumentos apresentados por Holanda na ocasião, contestando a opinião de Cortesão, baseavam-se na política de Portugal para a ocupação dos territórios de suas possessões ultramarinas, que proibia a expansão para o interior, no exame da cartografia portuguesa e em fatores que ele denominou de “puras contingências econômicas”. Já em sua obra *Visão do Paraíso*, Holanda estabelece a possível relação entre as representações da hidrografia americana e a tradição sobre os rios edênicos. Apesar de não apresentá-la como uma alternativa às idéias de Cortesão, reacendendo o debate, Holanda não deixa de mencioná-las: “E sabe-se como o fato de numerosos mapas quinhentistas e seiscentistas mostrarem as águas do Amazonas e as do Prata unidas no nascedouro, através de uma grande lagoa central, levou o historiador Jaime Cortesão a sugerir ultimamente a idéia de uma ‘ilha Brasil’, que teria sido concebida entre os portugueses da época sob a forma de mito geopolítico”. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Um mito geopolítico: a ilha Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, 61-84 e HOLANDA, 2000, p. 10. Jaime Cortesão também desenvolveu o tema em diversos trabalhos, já citados na Introdução. Ver p. 11, nota 16.

encontra-se nas descrições medievais do Paraíso Terrestre e na *Carta do Preste João*,³⁴ que se refere à sua existência nas proximidades do Éden.³⁵ Outro exemplo é o mito das amazonas que, de acordo com Holanda, também se achava associado pela tradição ao Paraíso, como transparece no *Romance de Alexandre*, nas *Viagens de Mandeville*,³⁶ em romances de cavalaria como o *Amadis de Gaula* e na já citada *Carta do Preste João*.³⁷ Também era comum a conexão entre as riquezas materiais e os bens espirituais paradisíacos, a começar pela própria Bíblia, que descreve o “ouro e as pedrarias do rio Fison”.³⁸ A partir desta constatação e da proposição de Holanda sobre os mitos da América Portuguesa, que teriam se caracterizado mais pelo sonho da riqueza fácil do que pela compleição do maravilhoso, abre-se uma linha de investigação sobre a relação entre as lendas brasileiras e a edenização das novas terras, manifestada, a princípio, nas cores em que estas eram pintadas, ou seja, em conformidade com as tópicas das “visões do Paraíso”, que incluíam a célebre fórmula da temperança invariável para o clima, o “*non ibi frigus non aestus*”.³⁹

³⁴ A carta do Preste João apareceu por volta de 1165 e trazia notícias sobre um reino cristão localizado no oriente. Apesar dos indícios de se tratar de uma falsificação, atendendo aos interesses do imperador Frederico Barba Ruiva, sua grande difusão entre a cristandade européia demonstra a relevância das crenças descritas em seu texto no imaginário medieval, dentre as quais a existência física do Paraíso Terrestre, que estaria situado nas proximidades dos territórios do Preste João. A carta ilustra, ainda, como determinadas concepções eram associadas ao tema paradisíaco, como a fartura, a natureza exuberante, a fonte da juventude e os rios que nasciam no Éden e carregavam grande quantidade de riquezas, além da presença de seres fantásticos e lendários, como as amazonas. Ver FRANCO JÚNIOR, Hilário. *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 38-41 e ANÔNIMO. *La carta del Preste Juan*. Madrid: Ediciones Siruela, 2004.

³⁵ HOLANDA, 2000, p. 24-27.

³⁶ Ver FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (Org.). *Viagens de Jean de Mandeville*. Bauru: EDUSC, 2007.

³⁷ HOLANDA, 2000, p. 36.

³⁸ HOLANDA, 2000, p. 202.

³⁹ HOLANDA, 2000, p. XX. Holanda chama de “atenuação plausível” à tendência, entre os portugueses, de depurar os motivos edênicos de seus elementos fantásticos, além de uma limitada atração pelos mistérios e maravilhas, quase sempre circunscrita à ambição das riquezas do sertão. Ver, especialmente, o capítulo VI, *As atenuações plausíveis*, p. 161-182.

Hilário Franco Júnior ressalta que o “primeiro mito da humanidade possivelmente tenha sido sobre a condição perfeita perdida, o Paraíso”.⁴⁰ É interessante observar que a idéia de um Paraíso Terrestre é comum a diversas tradições culturais e que, apesar das distintas imagens elaboradas em torno desta concepção, a similaridade entre seus elementos permitiu sua convergência e assimilação pelo cristianismo. Tal convergência teria se manifestado no século IV, no poema latino *De ave phoenix* atribuído a Lactâncio, onde aparecem, junto com a afirmação da materialidade física do Éden, as características dos jardins de delícias pagãos, compondo a temática paradisíaca exaustivamente reproduzida pelos autores medievais: recinto recôndito e elevado, situado no oriente mais remoto, sem fome, sede, velhice, doenças ou tempestades, e local da fonte da vida, cujas águas jorravam no meio do jardim.⁴¹ Os motivos relacionados à temperança dos ares e à presença dos metais e pedras preciosas seriam, também, uma constante nos relatos dos cronistas do Novo Mundo.

A Bíblia era a referência fundamental para as representações cristãs do Paraíso na Idade Média, principalmente os livros do *Gênesis* e do *Apocalipse* com suas imagens do jardim do Éden e da Jerusalém celeste. Estas representações compatibilizavam-se com a idéia de uma Idade de Ouro advinda da Antiguidade greco-romana, que também teria sido perdida como o Paraíso bíblico. Outras crenças pagãs fortaleciam a noção de sua existência material, como o Horto das Hespérides e as ilhas Afortunadas, de origem grega ou fenícia, localizadas na costa ocidental da África e que, com Homero e Plutarco, receberiam os atributos facilmente assimiláveis às visões medievais do Éden: clima

⁴⁰ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 113.

⁴¹ HOLANDA, 2000, p. 203-204.

sempre temperado e ausência da fome e da peste.⁴² Mitos semelhantes são igualmente encontrados na tradição celta, como a ilha de Avalon, confundida, muitas vezes, com as Afortunadas ou com a Jerusalém celeste, correspondendo, conforme Hilário Franco Júnior, a “uma das muitas representações possíveis do arquétipo paradisíaco”, onde a natureza era abundante e cheia de delícias, possuindo, ainda, fontes de águas mágicas e curativas.⁴³ O interesse pelo tema levou à grande popularidade de um tipo específico de literatura, responsável pela propagação de narrativas sobre viagens ao Paraíso, como as jornadas iniciáticas de São Brandão e Santo Amaro,⁴⁴ e aquelas mencionadas em obras como o *Tratado do Purgatório de São Patrício*,⁴⁵ a *Visão de Túndalo*,⁴⁶ as *Viagens de Mandeville*, o *Livro do Infante Dom Pedro de Portugal* e o *Romance de Alexandre*.

A fé na realidade do Paraíso Terreal aguçava a especulação sobre sua localização. De um modo geral, era situado em algum lugar do oriente, especialmente na Índia, identificado ora a uma montanha de altura excessiva, ora a uma ilha. A temperança de seus ares, um dos traços fundamentais do sítio edênico, alimentava os diversos argumentos sobre sua posição mais provável, levando alguns autores, como São Tomás de Aquino, a interpretarem a altitude ou a segregação por uma muralha de fogo como imagens alegóricas, já que uma elevação extrema ou o calor produzido pelas chamas não seriam condizentes com seu ambiente temperado. A muralha ígnea, segundo São Tomás,

⁴² HOLANDA, 2000, p. 185-191.

⁴³ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 43.

⁴⁴ Ver SOUZA, Néri de Almeida. *Peregrinação, conquista e povoamento. Mito e “realismo desencantado” numa hagiografia medieval portuguesa*, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 21, nº 40, 2001, p. 197-216.

⁴⁵ Ver SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. *Quem foi São Patrício? Uma reflexão sobre algumas representações acerca deste santo*, *Brathair*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 1, 2005, p. 128-140.

⁴⁶ Ver ZIERER, Adriana Maria de Souza. *Paraíso versus Inferno: a visão de Túndalo e a viagem medieval em busca da salvação da alma (século XII)*, *Revista Mirabilia*, São Paulo / Frankfurt / Barcelona, vol. 2, 2003, p. 137-162.

indicaria que o Paraíso estaria em alguma região próxima aos trópicos, cujo clima seria ameno e favorável à vida humana, ao contrário das opiniões normalmente aceitas. Estas concepções eram plenamente acolhidas por Colombo que, além disso, acreditava ser possível chegar ao Paraíso navegando para o ocidente.⁴⁷

O entendimento da idéia do Paraíso como um espaço de existência concreta também se refletia na produção cartográfica medieval. Nos mapas conhecidos como “T-O”, o simbolismo religioso ressalta uma preocupação maior com a geografia do sagrado, em detrimento de uma representação fidedigna para a realidade física do mundo terreno: o leste, por exemplo, aparece sempre em sua parte superior, reforçando a personificação do oriente, onde o Paraíso é retratado, como o eixo do mundo.⁴⁸ Apesar das sugestões contidas no Gênesis dando-lhe o aspecto de uma montanha, também era comum apresentá-lo como uma ilha.⁴⁹ Por outro lado, de acordo com Holanda, é possível perceber uma tendência para o deslocamento do Paraíso do oriente para as regiões ocidentais, como se depreende no *Libro del conocimiento de todos los reinos*, que fixa os domínios do Preste João, circunvizinho ao Paraíso, na Etiópia e não mais na Índia.⁵⁰ A mitologia céltica teria reforçado a transferência para o Atlântico dos cenários paradisíacos e a propensão para sua concepção insular, como é o caso da noção sobre a existência neste oceano da ilha Brasil. Vinculada à lenda de São Brandão e aos seus motivos edênicos, a ilha Brasil também se associava às demais ilhas míticas atlânticas,

⁴⁷ HOLANDA, 2000, p. 195-200.

⁴⁸ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 142 e BAUMANN, 1992, p. 62-66.

⁴⁹ HOLANDA, 2000, p. 196.

⁵⁰ HOLANDA, 2000, p. 207.

considerando que “aparenta-se o topônimo antes às vozes irlandesas Hy Bressail e O’Brazil, que significariam ‘ilha afortunada’”.⁵¹

A confluência das diversas tradições a respeito da existência do Paraíso Terrestre demonstra uma visão de mundo essencialmente religiosa, que iria marcar, de modo profundo, a percepção que os europeus teriam das terras recém “descobertas”. A materialidade do jardim edênico e a expectativa de sua revelação motivariam diversas empresas náuticas rumo a lugares míticos, similares às viagens imaginárias da literatura medieval, como a que os armadores de Bristol organizaram em 1480 para encontrar a “Ile of Brasile”.⁵² Holanda menciona, ainda, que entre 1526 e 1721 “saíram das Canárias em busca daquela terra de promessa, onde teriam aportado São Brandão e sua companhia de monges, quatro expedições marítimas”.⁵³ Muito embora a identificação do Paraíso Terrestre com as ilhas procedentes das mitologias pagãs fosse negada por cosmógrafos e padres da igreja, como Pierre d’Ailly e Isidoro de Sevilha, esta correspondência era muitas vezes concretizada, como faz explicitamente Colombo.⁵⁴ A aceitação da esfericidade da terra, por sua vez, trazia a sensação de que as chances de se atingir o oriente longínquo seriam maiores pela via ocidental. Estando o Paraíso no oriente ou em uma ilha atlântica, o sonho de encontrá-lo parecia mais próximo de se realizar, instigando viajantes e navegantes, como Colombo, a partirem em seu encalço.

Com o aparecimento do Novo Mundo para os europeus, a esperança de se chegar ao Paraíso transformou-se em uma convicção sobre sua proximidade e os motivos edênicos

⁵¹ HOLANDA, 2000, p. 209.

⁵² HOLANDA, 2000, p. 220.

⁵³ HOLANDA, 2000, p. 221.

⁵⁴ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 124.

herdados da tradição foram utilizados na descrição da paisagem americana, com a correspondente projeção das riquezas e maravilhas associadas a esses motivos nas novas terras. Diversos autores passaram a concebê-lo no interior do continente, como Antonio de León Pinelo que, no século XVII, produziu uma obra monumental sobre o assunto.⁵⁵ Quase na mesma época, o padre jesuíta Simão de Vasconcelos relata, de maneira mais tímida, porém, do que Pinelo, a possibilidade do Paraíso Terreal situar-se na América.⁵⁶ Holanda interpreta a maior propensão à fantasia pelos cronistas da América Portuguesa, após o século XVII, como uma influência dos autores espanhóis e do estilo barroco, no qual a “evocação do Paraíso Terreal adquire, nesses casos, um valor aparentemente menos literal do que literário”.⁵⁷ De qualquer modo, a demanda do sítio onde se encontraria o jardim edênico continuaria sendo uma obsessão para a cristandade europeia, como se nota no empreendimento para o qual o bispo de Avranches, Daniel Huet, teria sido confiado pela Academia Francesa em pleno seiscentos: descobrir a localização mais precisa do Paraíso.⁵⁸ E esta preocupação, ilustrada pelas idéias de Pedro de Rates Henequim, chegaria às Minas Gerais no século seguinte, com o território mineiro sendo

⁵⁵ PINELO, Antonio de León. *El Paraíso en el Nuevo Mundo. Comentario apologético, historia natural y peregrina de las Indias Occidentales, islas y tierra firme del mar oceano*. Lima: Inprenta Torres Aguirre, 1943.

⁵⁶ Simão de Vasconcelos trata a questão sobre a localização do Paraíso nos sete parágrafos finais das *Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil*, contidas na *Crônica da Companhia de Jesus*. Estes parágrafos, no entanto, foram censurados e retirados de sua obra, mas sobreviveram por terem sido enviados por Vasconcelos ao Doutor Luís Nogueira, a quem havia solicitado um parecer, conforme descrito em HOLANDA, 2000, p. XXIII. Os parágrafos foram publicados por Sérgio Buarque de Holanda em um anexo incluído a partir da 3ª edição da *Visão do Paraíso* e encontram-se em HOLANDA, 2000, p. 439-442. A edição mais recente da obra de Simão de Vasconcelos, que não inclui os parágrafos censurados, é VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

⁵⁷ HOLANDA, 2000, p. 178.

⁵⁸ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 142. O bispo de Avranches escreveria, ainda, um tratado a respeito da localização do Paraíso. Ver HUET, Pierre Daniel. *Traité de la situation du Paradis Terrestre*. Paris: Imprimerie Royale, 1691.

apresentado sob a perspectiva da presença do Paraíso em suas serranias.⁵⁹ Apesar do progressivo desencantamento do mundo, a descoberta de metais e pedras preciosas em áreas pouco exploradas ou conhecidas, neste caso, acabou sendo acompanhada pela edenização dos lugares onde as riquezas se mostravam.

Contudo, a revelação do Paraíso Terrestre trazia consigo outro significado, ao ser considerado como prenúncio para o cumprimento das profecias bíblicas sobre o advento do Juízo Final. Existiam duas vertentes principais no pensamento religioso europeu na Idade Média que explicavam o fim dos tempos, uma defendida pela ortodoxia cristã e de cunho erudito e outra mais popular e não reconhecida pela Igreja.⁶⁰ As duas vertentes, porém, eram herdeiras de uma tradição comum, que combinava a concepção do tempo cíclico, oriunda das sociedades agrárias da Antiguidade, com o tempo linear hebraico.⁶¹ A primeira definia um ciclo eterno de decadência e recriação da natureza, enquanto a segunda previa o fim do mundo e do próprio tempo. O amálgama destas duas visões levaria à noção de um período intermediário, o Milênio, antecedendo o evento escatológico derradeiro.⁶² As divergências se davam na interpretação sobre o significado deste período. Enquanto para a Igreja os “mil anos” deveriam ser compreendidos em um sentido alegórico, eles eram popularmente apreendidos como um retorno à Idade de Ouro, ou à condição paradisíaca perdida.

⁵⁹ Os principais estudos sobre Pedro de Rates Henequim são ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001 e GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao Paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. As idéias de Henequim serão analisadas no capítulo 3, quando trataremos do maravilhoso geográfico e dos mitos do sertão nas Minas Gerais setecentistas.

⁶⁰ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 56-57.

⁶¹ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 54-56 e CHAÚÍ, 1998, p. 478-480. Marilena Chauí ressalta, ainda, a miscelânea cultural que está na base das idéias milenaristas, formadas por uma “mescla de tradições lendárias judaicas, iranianas, helênicas, romanas, celtas e germânicas”. Ver CHAÚÍ, 1998, p. 475.

⁶² FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 56-57.

As ambigüidades e dificuldades de compreensão do principal texto bíblico que trata do fim dos tempos, o Apocalipse de São João, permitiam duas leituras para a segunda vinda de Cristo: “ou ocorria o Juízo, ou começava o Milênio”.⁶³ Apesar de um reino de fartura e abundância, antes do Juízo Final, não ser mencionado na Bíblia, esta idéia foi largamente difundida durante a Idade Média e tolerada pela Igreja nos séculos iniciais de sua existência. Delumeau destaca que o milenarismo parece ter feito parte da doutrina oficial do cristianismo em seus primeiros anos, após analisar uma declaração de São Justino, incluído por ele, junto com Papias, Santo Irineu, Tertuliano e Lactâncio, entre os milenaristas cristãos desta fase inicial.⁶⁴ Alguns textos apócrifos complementavam o Apocalipse bíblico na descrição do reinado de Cristo ou do messias, conhecendo grande notabilidade e contribuindo para a disseminação do Milênio. No entanto, seu caráter igualitário chocava-se com a hierarquização eclesiástica e a imagem de um reino terreno passou a ser vista com ressalvas, beirando a heresia.⁶⁵

As formulações de Santo Agostinho, que considerava a ressurreição de Cristo o início do Milênio, sendo sua duração indeterminada, só conhecida por Deus, acabaram constituindo a interpretação oficialmente aceita pela Igreja. Esta perspectiva fazia do Milênio algo simbólico e individualizado, abolindo o período intermédio do reino terrestre de Cristo, já que sua vinda seria imediatamente seguida pelo Juízo Final. As demais visões sobre o Milênio, que consideravam os “mil anos” em um sentido literal e mundano, passaram a ser acusadas de heréticas e, também, de judaizantes, devido à

⁶³ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 59.

⁶⁴ DELUMEAU, Jean. *Uma travessia do milenarismo ocidental*. In: NOVAES, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 441-452, citação p. 443.

⁶⁵ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 59-61 e CHAÚÍ, 1998, p. 481-482.

influência do messianismo judaico na esperança milenarista popular.⁶⁶ Apesar da *Kaballah*, em sua versão intelectualizada, descrever a salvação como um processo individual de ascese, prevaleceria o aspecto messiânico da redenção coletiva e terrena.⁶⁷

A inquietude trazida pela idéia do fim do mundo, porém, permanecia como o elo comum ligando todas as formas de percepção do Milênio. O pensamento milenarista do abade Joaquim de Fiori, descrito por Hilário Franco Júnior como “síntese entre a visão clerical pessimista e a popular esperançosa”,⁶⁸ teve grande influência na tradição cristã medieval, sentida até o período renascentista e durante a expansão ultramarina. Além de seu caráter conciliatório, ao manter a etapa milenarista, mas sem os traços materiais do Paraíso de abundância, sua divisão do tempo em três eras, a de Deus Pai, regida pela lei, a do Cristo, marcada graça, e a do Espírito Santo, serviu de inspiração para as ações de homens como Colombo e Inácio de Loyola.⁶⁹ A evangelização dos povos, ao ser considerada uma das condições para a concretização do Milênio, motivou a criação de ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, e o envio de missionários para o Novo Mundo.

Chegar ao Paraíso Terrestre, portanto, implicava não somente no retorno ou reencontro com a Idade de Ouro perdida, mas à explicitação de uma das condições que indicariam a proximidade do Milênio ou do fim dos tempos, como acreditava Colombo. Uma crença oriunda de um texto medieval de grande popularidade, a *Sibila Tiburtina*, reforçava os traços escatológicos das empresas marítimas promovidas por Henrique, o navegador, e pelos Reis Católicos: a do Último Imperador do Mundo, responsável pelo combate inicial

⁶⁶ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 57; CHAUI, 1998, p. 481-482 e DELUMEAU, 1998, p. 444.

⁶⁷ CHAUI, 1998, p.475.

⁶⁸ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 62.

⁶⁹ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 62 e CHAUI, 1998, p. 486-488.

com o Anticristo e pela conversão dos gentios ao cristianismo. Ao Último Imperador do Mundo estaria reservado um reino de abundância e o domínio universal, justificando o interesse pela conquista de novas terras.⁷⁰ As concepções contidas nas “sibilinas cristãs” combinaram-se com o milenarismo joaquimita e motivaram a realização das cruzadas, sendo um dos objetivos principais da viagem de Colombo a obtenção de recursos para financiamento da retomada de Jerusalém.⁷¹

Outros sinais relacionados ao fim do mundo eram anunciados por profecias bíblicas, como as de Isaías e as do *Livro das Revelações* de Daniel. O profeta Daniel previa a multiplicação do saber quando se aproximasse o tempo do fim, levando pensadores, como Newton e Bacon, a uma tentativa de interpretação das profecias a partir da ampliação do conhecimento, trazida pelas descobertas marítimas e pelo desenvolvimento da racionalidade científica moderna.⁷² Além da abertura do livro dos segredos do mundo, Daniel menciona o surgimento de um Quinto Império, que seria associado pelo padre Antônio Vieira ao destino de Portugal: os domínios portugueses no ultramar corresponderiam ao Quinto Império de Daniel. Mas, para isso, seria necessário que se cumprissem as profecias de Isaías sobre a conversão dos gentios e dos judeus.

Esta leitura dos profetas bíblicos reforçou, ainda mais, o caráter escatológico das navegações e da conquista e ocupação das Índias Orientais e Ocidentais, fundamentando as atividades dos missionários e o papel de Portugal como o propagador da fé cristã por todas as partes do mundo, preparando-o para o fim dos tempos.⁷³ Segundo Marilena

⁷⁰ FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 61.

⁷¹ DELUMEAU, 1998, p. 445-446.

⁷² CHAUI, 1998, p. 461-464.

⁷³ CHAUI, 1998, p. 465 e DELUMEAU, 1998, p. 447-448.

Chauí, enquanto as revelações de Daniel haviam exercido um prestígio maior entre os pensadores, predominava a força persuasiva de Isaías “sobre a imaginação dos navegantes e conquistadores, de um lado, e sobre a dos missionários franciscanos e jesuítas, de outro”, ao anunciar o encontro de “novas terras e gentes”.⁷⁴ Colombo considerava que os resultados de sua viagem já haviam sido previstos por Isaías.⁷⁵ Vieira, que “completa o ciclo da construção da América como cumprimento das profecias”,⁷⁶ também pensava de modo semelhante, tentando demonstrar que Isaías referia-se, especificamente, ao Maranhão.⁷⁷

O debate a respeito da origem dos povos americanos também se vinculou à leitura milenarista e profética sobre o novo continente, na medida em que um dos eventos prenunciadores do fim dos tempos era a redescoberta das dez tribos perdidas de Israel e especulava-se se os indígenas da América descenderiam ou não das tribos judaicas. Para os judeus, as tribos exiladas voltariam à Terra Santa antes do Milênio. A tradição cristã, por sua vez, previa a conversão de todos os povos à sua fé antes do Juízo Final, incluindo os judeus e as tribos perdidas.⁷⁸ A publicação por Menasseh da obra *Esto es la esperanza de Israel*, em 1650, onde é narrado o reencontro de uma das tribos na região de Cartagena, seis anos antes, por Antonio de Montezinos, parecia uma confirmação de que

⁷⁴ CHAUI, 1998, p. 459.

⁷⁵ CHAUI, 1998, p. 488.

⁷⁶ CHAUI, 1998, p. 465.

⁷⁷ CHAUI, 1998, p. 468.

⁷⁸ Segundo Adriana Romeiro, “A consumação do Quinto Império esteve sempre atrelada ao surgimento de um salvador, fosse o messias sobrenatural ou o príncipe humano que iria preparar as condições necessárias a um novo tempo: a conversão de todos a uma só fé, a extirpação da heresia e a reunião das tribos perdidas”. Ver ROMEIRO, 2001, p. 74. As diversas opiniões sobre a origem das populações americanas, como as de Diego Duran, Mendieta, Diogo Andrés Rocha, Arias Montano, Ambrósio Fernandes Brandão e Menasseh ben Israel são apresentadas em ROMEIRO, 2001, p. 120-122.

o fim do mundo estaria próximo.⁷⁹ Estas concepções chegariam até o século XVIII, aparecendo entre as idéias do edenizador das Minas, Pedro de Rates Henequim.⁸⁰

O Paraíso Terrestre e o Milênio, portanto, constituíram duas poderosas fontes de representações para o imaginário do Novo Mundo, demonstrando a importância e a força do pensamento religioso na interpretação da realidade americana. A visão do Paraíso, ao mesmo tempo em que ornamentava a natureza da América com os matizes do Éden, revelando as riquezas e maravilhas à espera dos europeus, também anunciava que o fim dos tempos se avizinhava. Delumeau nos lembra que “Portugal foi atravessado, do século XV até o XVII inclusive, por profundas correntes milenaristas, sem o conhecimento das quais a história desse país permanece incompreensível”.⁸¹ Incompreensíveis seriam, também, as imagens forjadas na descrição da América Portuguesa, particularmente aquelas sobre o interior do território, vastidão inexplorada chamada, imprecisamente, de sertão, cujo conhecimento limitava-se a conjeturas originárias das crenças européias e das notícias trazidas pelos índios. E, vale ressaltar, a experiência com os indígenas brasileiros, o “outro” que os europeus procuravam enquadrar nos limites de sua tradição cultural, se deu, notadamente, através do trabalho dos missionários jesuítas, ordem religiosa criada sob a influência do pensamento de Joaquim de Fiori e que tinha, como missão espiritual, a conquista de almas através da conversão do gentio.⁸² As cartas e

⁷⁹ CHAUI, 1998, p. 466 e ROMEIRO, 2001, p. 122-123.

⁸⁰ ROMEIRO, 2001, p. 29.

⁸¹ DELUMEAU, 1998, p. 446-447.

⁸² MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O Vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Departamento de História / PUC, 1995. Dissertação de Mestrado, p. 61-63. Delumeau descreve “a esperança dos jesuítas quando criaram as ‘reduções’ do Paraguai em favor dos guaranis”, como sendo a de “reconstituir a idade de ouro da Igreja primitiva além-Atlântico”. O mesmo ideal teria ocorrido aos franciscanos Motolonia e Mendieta no México. Ver DELUMEAU, 1998, p. 448-449. É interessante observar que, no Brasil, os jesuítas tiveram contato com a crença da “terra sem mal” das tribos tupis, “um lugar eterno, onde teriam agido e se refugiado os heróis

relatos jesuíticos, junto com as demais fontes quinhentistas que tratam do interior brasileiro, correspondem a um rico manancial de representações sobre a natureza e os homens, importantíssimas para a compreensão do imaginário que se formou em torno do sertão desconhecido.

1.3 A “invenção” do sertão

Para o entendimento do imaginário mítico sobre o sertão é necessário, além da análise da herança cultural européia, o conhecimento das significações trazidas pela própria idéia de sertão, especialmente os sentidos assumidos por esta concepção na América Portuguesa. A etimologia da palavra sertão é obscura e alvo de controvérsias, não havendo consenso sobre sua procedência ou significado originário. Gustavo Barroso defende sua raiz

ancestrais, e um território sagrado, espécie de ‘paraíso terreal’ que poderia ser concretamente atingido”. Ver VAINFAS, Ronaldo. *Idolatrias Luso-Brasileiras: santidades e milenarismos indígenas*. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *A América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 176-197, citação p. 177. Os exemplos sobre as imagens do Paraíso entre os indígenas da América Portuguesa aparecem em diversas fontes. A *Nova Gazeta da Terra do Brasil* registra tal crença difundida entre os indígenas do litoral sul: “ (...) o povo de lá pensa que seus filhos vão para a terra prometida”. Gandavo descreve as migrações dos indígenas em busca da terra onde encontrariam a imortalidade: “Os quaes como nam tenham fazendas que os detenham em suas patrias, e seu intento nam sejam outro senam buscar sempre terras novas, afim de lhes parecer que acharão nellas immortalidade e descanço perpetuo, aconteceu levantarem-se huns poucos de suas terras, e meterem-se pelo sertão dentro (...)”. Já o padre jesuíta Azpilcueta Navarro narra um ritual que, posteriormente, ficaria conhecido como “santidade”, mencionando algumas características da “terra sem mal”, como as flechas que caçavam sozinhas e os alimentos que nasciam espontaneamente: “Os Indios andavam pintados com tinta, ainda nos rostos, e implumados de pennas de diversas côres, bailando, e fazendo muitos gestos, torcendo as boccas e dando uivos como perros: cada um trazia na mão uma cabaça pintada, dizendo que aquelles eram os seus santos, os quaes mandavam aos Indios que não trabalhassem porque os mantimentos nasceriam por si, e que as frechas iriam ao campo matar a caça (...)”. Ver *NOVA Gazeta da Terra do Brasil, Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 33, 1911, p. 111-143, citação p. 119; GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 144 e *CARTA do Padre João de Azpilcueta Navarro*. Porto Seguro, 24 de junho de 1555. In: *CARTAS Jesuíticas II. Cartas Avulsas (1550 – 1568)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931, p. 146-151, citação p. 147.

africana, derivando-a do vocábulo “mulcetão” da língua bunda de Angola.⁸³ Câmara Cascudo, por sua vez, propõe a forma contrata “desertão”, da qual sertão seria uma corruptela.⁸⁴ Esta, talvez, seja a versão mais difundida entre os autores que se debruçaram sobre o assunto, com “desertão” originando-se do radical latino “desertanu”, transmitindo a noção espacial de lugar deserto ou vazio.⁸⁵ Outra opção sugerida por alguns, também oriunda de raízes latinas, parte de “sertanum” ou “sertanus”, com o sentido de entrelaçado ou entrançado.⁸⁶

Jerusa Ferreira identifica dois significados básicos para sertão, “deserto” e “interior ou distante da costa”, sendo que cada uma destas acepções admitiria o uso de seu sentido inverso em um mesmo contexto descritivo. Assim, sertão é aplicado para denominar ora áreas desérticas, ora locais onde predominam as florestas e a abundância de vegetação. O mesmo aconteceria para a idéia de região interior, substituída, muitas vezes, por um sertão próximo ao litoral ou vizinho aos centros urbanos.⁸⁷ A palavra sertão remeteria, assim, a uma “gradação de significações que se situam formando verdadeiros blocos

⁸³ BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 9-17, apud FERREIRA, Jerusa Pires. *Os segredos do sertão da terra: um longe perto, Intermedias*, nº 8, 2008, p. 2-22, citação p. 2.

⁸⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962, p. 697-698, apud FERREIRA, 2008, p. 3.

⁸⁵ Além de Luís da Câmara Cascudo, outros autores como Janaína Amado, Márcia Amantino, Ricardo Ferreira Ribeiro, Nísia Trindade Lima e Maria Elisa Mader reproduzem esta explicação. Ver AMADO, Janaína. *Região, sertão e nação, Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 15, 1995, p. 145-151, citação p. 148; AMANTINO, Márcia Sueli. *O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde, Vária História*, Belo Horizonte, nº 29, 2003, p. 79-97, citação p. 80; RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005, p. 55; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan / IUPERJ, 1999, p. 57 e MADER, 1995, p. 3

⁸⁶ AMADO, 1995, p. 148. Esta alternativa também é proposta por Joseph Piel, após sua refutação, através de argumentos fonéticos e semânticos, da origem de sertão a partir do radical “desertanu”. Ver PIEL, Joseph. *Sobre a origem de sertão palavra testemunho dos Descobrimentos, Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Lisboa, vol. IV, 1961, p. 321-328, apud FERREIRA, 2008, p. 3-4.

⁸⁷ FERREIRA, 2008, p. 8-16.

opostos, pares opositivos”.⁸⁸ Na verdade, o que se observa é uma grande variação de sentidos em sua utilização, levando-nos a reconhecer que uma discussão sobre seu significado primordial seria um trabalho infrutífero, que esbarraria nas dificuldades impostas pelas incertezas de sua etimologia. Porém, podemos considerar, junto com Jerusa Ferreira, alguns pontos como conclusivos, a saber:⁸⁹ a palavra sertão não teria surgido em terras brasileiras, já que era empregada pelos portugueses em outras regiões da África e da Ásia; seu uso seria uma decorrência da necessidade de se nomear as novas realidades vivenciadas pelos portugueses no ultramar, o que sinaliza para sua provável origem estrangeira;⁹⁰ e a ampla variação de sentidos decorreria, justamente, do conjunto de distintas experiências históricas a que estaria associada, sendo necessário historicizar o sertão para se compreender o seu significado. Vamos, pois, analisar os sentidos atribuídos ao sertão brasileiro, tentando identificar o vínculo entre as formas de entendimento do espaço interior e a irrupção das imagens sobre as minas lendárias.

Nas primeiras décadas do século XVI consolidou-se a percepção geográfica das terras americanas como um novo continente e a noção da imensidão a ser desbravada. Esta percepção se deu através do movimento de ocupação do território pelos portugueses e espanhóis. Pelo lado dos castelhanos, a expansão aconteceu através de dois “arcos de conquista”, originados na zona caribenha: um partindo de Cuba e direcionado ao México, prosseguindo depois para outras áreas da América do Norte e Central; o outro iniciando no Panamá e dirigindo-se para o norte, até a Nicarágua, e a seguir, para o sul pela rota do Pacífico, chegando à costa setentrional da América do Sul, base para a penetração na

⁸⁸ FERREIRA, 2008, p. 7.

⁸⁹ FERREIRA, 2008, p. 16-20.

⁹⁰ PIEL, 1961, p. 323, apud FERREIRA, 2008, p. 5.

região andina e invasão do império inca em 1531.⁹¹ Enquanto os espanhóis, a partir de então, procuraram dominar as regiões interioranas, o povoamento lusitano limitou-se ao estabelecimento de alguns núcleos populacionais na costa atlântica, mesmo após a criação das capitanias hereditárias em 1534. Havia, é bom lembrar, a determinação expressa para não se ocupar o interior das terras, determinação explicitada tanto nas cartas de doação das capitanias, quanto no regimento do primeiro governador-geral Tomé de Sousa, de 1548.⁹²

A cartografia quinhentista é bastante elucidativa sobre o gradativo reconhecimento territorial da América. Nos mapas mais antigos, como o de Cantino, de 1502,⁹³ e o anônimo conhecido como Kunstmann III, produzido por volta de 1503,⁹⁴ aparecem o litoral brasileiro, as Antilhas e a porção norte do continente sul-americano. Já no mapa de Lopo Homem, de 1519,⁹⁵ e no mapa-múndi anônimo da Biblioteca de Turim, com data aproximada de 1523,⁹⁶ o interior do Brasil é retratado de maneira figurativa, realçando-se sua grande dimensão com ilustrações de índios, árvores e pássaros. Com a conquista castelhana estendendo-se para as áreas meridionais, o contorno do continente fica cada

⁹¹ ELLIOTT, J. H. *A conquista espanhola e a colonização da América*. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: A América latina colonial*, vol 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998, p. 135-194, citação p. 158-159.

⁹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 66.

⁹³ ANÔNIMO. *Planisfério de Cantino*. 1502. Bibliothèque Estense, Modena. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 1.

⁹⁴ ANÔNIMO. [*Mapa de Kunstmann III*]. [1503 ou 1506]. Biblioteca do Exército, Munique. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 3.

⁹⁵ HOMEM, Lopo. *Terra Brasilis*. [1519]. Bibliothèque Nationale, Paris. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 22.

⁹⁶ ANÔNIMO. [*Parte americana de um mapa-múndi da Biblioteca Real de Turim*]. [1523]. Biblioteca Real de Turim, Itália. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 8.

vez mais nítido, como mostram os mapas de Alonso de Santa Cruz, de 1540,⁹⁷ de Pierre Desceliers, de 1550,⁹⁸ e de Sebastião Lopes, de 1558.⁹⁹ Surge, então, a representação de um enorme vazio entre os locais ocupados por espanhóis e portugueses, denominado por estes últimos de sertão.

A intuição sobre a grandeza da terra, porém, manifestou-se desde o primeiro contato dos portugueses com a costa brasileira, com a idéia de sertão insinuando-se na visão de Pero Vaz de Caminha para além do litoral: “A terra por cima [é] toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia palma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, [vista] do mar, muito grande, porque a estender os olhos não podíamos ver senão terra e arvoredos, que nos parecia mui longa terra”.¹⁰⁰

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o sertão parecia vasto e inexpugnável, era comum a convicção de que, através dele, poder-se-ia facilmente atingir as possessões castelhanas, incluindo suas riquíssimas minas. A noção da contigüidade entre o Brasil e o Peru foi, além de um lugar-comum entre cronistas e viajantes, um poderoso estímulo para a difusão dos mitos sobre as riquezas do sertão, já que trazia a perspectiva de que as regiões controladas pelos portugueses fossem tão, ou ainda mais, abundantes em metais preciosos do que aquelas em mãos espanholas.¹⁰¹ Isto fica claro no *Tratado da terra do*

⁹⁷ SANTA CRUZ, Alonso de. [*Carta da América Meridional*]. [1540]. Biblioteca Nacional, Madrid. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 9.

⁹⁸ DESCELIERS, Pierre. [*América Meridional*]. 1550. Museu Britânico, Londres. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 12.

⁹⁹ LOPES, Sebastião. [*Américas Central e Austral*]. 1558. Museu Britânico, Londres. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 14.

¹⁰⁰ *CARTA de Pero Vaz de Caminha*. s.l., 1º de maio de 1500. In: AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 73-122, citação p. 114-115.

¹⁰¹ Esta esperança se baseava na crença de que “o Oriente, participando melhor da natureza do Sol, é mais nobre do que o Ocidente”, ou seja, mais rico em minerais e pedras preciosas. Como o Brasil encontra-

Brasil, de Gandavo, que, ao narrar a entrada de Martim de Carvalho em busca da Serra Resplandecente e de suas esmeraldas, atribuía aos índios as notícias sobre a localização destas riquezas próximas ao Peru, que também não estaria distante do sertão brasileiro: “Alguns índios lhes derão noticia segundo a menção que fazião que podião estar cem legoas da serra das pedras verdes que ião buscar, e que não havia muito dalli ao Perú (...)”.¹⁰² Outros exemplos encontram-se na descrição da terra dos carijós pelos jesuítas, denominação dada às tribos guaranis situadas em áreas do atual estado do Paraná e do leste do Paraguai:¹⁰³ “A primeira que da terra dos Carijós (que disse confinavam com o Perú) até os Pitaguales e Tupinambás, vizinhos do famoso rio das Amazonas; todos os que vivem perto do mar usam da mesma língua, e as praticas e doutrina que nella andam escriptas servem tambem aos Padres da Companhia que andam no Perú (...)”.¹⁰⁴ E também: “Desde o rio do Maranhão que está alem de Pernambuco para o norte até á terra dos Carijós, que se estende para o sul desde a Alagoa dos Patos até perto do rio que chamam de Martim Affonço, em que pode haver 800 leguas de costa, e em todo o sertão d’ella que se estenderá como 200 ou 300 leguas tirando o dos Carijós, que é muito maior e chega até ás serras do Perú ha uma só lingua”.¹⁰⁵

se ao oriente do Peru, deveria possuir minas mais opulentas do que as de lá. Ver HOLANDA, 2000, p. 110.

¹⁰² GANDAVO, 1980, p. 65.

¹⁰³ HEMMING, John. *Os índios e a fronteira no Brasil colonial*. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: A América latina colonial*, vol 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, p. 101-127, citação p. 118.

¹⁰⁴ *COPIA de uma carta do padre Pero Rodrigues, Provincial da Provincia do Brazil da Companhia de Jesus, para o Padre João Álvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral, Bahia. 1 de maio de 1597, Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, vol. 20, 1898, p. 255-282, citação p. 264.*

¹⁰⁵ *ENFORMAÇÃO do Brazil, e de suas Capitánias, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, nº 6, 1844, p. 412-443, citação p. 438.*

Na *História da Província Santa Cruz*, Gandavo comenta, ainda, sobre a possibilidade de se viajar do Peru ao Brasil por terra: “E pela do Occidente confina com as altissimas serras dos Andes e fraldas do Perú, as quaes sam tam soberbas ensima da terra que se diz terem as aves trabalho em as passar. E até hoje hum só caminho lhe acharão os homens vindos do Peru a esta Provincia (...)”.¹⁰⁶ Esta possibilidade, apesar de ser, algumas vezes, associada às dificuldades trazidas pelas distâncias, reforçava a imagem do Peru e do Brasil como uma terra única, conforme sugerem outras fontes, como a carta de Diogo Nunes sobre sua jornada do Peru à região amazônica em 1538: “tambem poderey ir por Saõ vt.^e atraveçando pelas cabeçadas do brazil tudo por trã firme / porem ha muyta trã q’ amdar (...)”.¹⁰⁷

Os testemunhos sobre a proximidade ou a identidade entre o Brasil e o Peru,¹⁰⁸ trazendo ora a noção de vizinhança, ora a de unidade geográfica entre duas regiões remotas, refletem tanto a ambigüidade ou complementaridade de sentidos que o termo sertão foi adquirindo na América Portuguesa, quanto a relação entre a percepção do espaço e a formação do imaginário sobre o interior desconhecido: ambos significados alimentavam o sonho da existência das minas imaginárias do Brasil.

Os diferentes níveis de significações para o conceito de sertão acabariam conduzindo a uma série de questões e problemas, discutidos pela historiografia atual sobre o tema. Um aspecto importante diz respeito à relação entre as acepções da palavra e as especificidades

¹⁰⁶ GANDAVO, 1980, p. 81.

¹⁰⁷ *CARTA de Diogo Nunes, escripta a D. João III acerca do descobrimento de sertões aonde podia chegar atravessando a terra de S. Vicente (Província de S. Paulo)*. s.l.n.d., *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 2, 1840, p. 364-368, citação p. 366.

¹⁰⁸ Sérgio Buarque de Holanda cita outras opiniões que corroboram esta crença, dadas por Anthony Knivet, Duarte de Lemos e Thomas Griggs, além de uma carta dos camaristas de São Paulo de janeiro de 1600. Ver HOLANDA, 2000, p. 47, 57, 88 e 114, respectivamente.

da realidade vivida em terras brasileiras. Alguns pesquisadores definem seu principal sentido como sendo, predominantemente, o de uma região interiorana e oposta ao litoral.¹⁰⁹ Isto fica evidente quando o termo sertão era utilizado para qualificar os aspectos físicos da terra, possivelmente em decorrência da ocupação ter se restringido, por quase dois séculos, às áreas costeiras, trazendo a necessidade de se designar, de alguma maneira, o restante das terras.¹¹⁰ As referências do sertão como oposição à costa, encontradas nas fontes quinhentistas, são inúmeras. Gandavo, quase sempre, utiliza-se da expressão “sertão dentro”: “(...) geram-se com a influencia do Sol que nisto concorre, muitos e mui peçonhentos, que per toda a terra estão esparzidos, e a esta causa se crião e achão nas partes marítimas, e pelo sertão dentro infinitos da maneira que digo”.¹¹¹ O mesmo sentido é usado por Gabriel Soares de Sousa: “(...) onde depois seu filho, do mesmo nome, lhes fez guerra, maltratando e cativando neste gentio, que é o que se chama de caeté, que o fez despejar a costa toda, como esta o é hoje em dia, e afastar mais de

¹⁰⁹ Segundo Emanuel Araújo, “O primeiro e inequívoco significado do termo aponta para algo como ‘interior’, ‘longe do litoral marítimo’”. Ver ARAÚJO, Emanuel. *Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais*. In: PRIORI, Mary del. (Org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, p. 47-91, citação p. 79. Para Maria Elisa Mader, “o sertão pode ser pensando em diferentes perspectivas. Uma delas parte da etimologia da palavra sertão, das diversas definições encontradas nos dicionários portugueses mais antigos e de relatos de viajantes, descobridores, missionários e cronistas portugueses nos séculos XV, XVI, XVII, e parece limitar a noção de sertão a uma dimensão meramente espacial, opondo costa/sertão”. Ver MADER, 1995, p. 3. Jerusa Ferreira, por sua vez, apesar de reconhecer a pluralidade de sentidos da palavra sertão, conclui que no Brasil “este vocábulo desenvolveu significação de oposição a litoral e, em condições brasileiras, sertão estaria sempre em interior”. Ver FERREIRA, 2008, p. 17.

¹¹⁰ Ao longo do tempo outros significados surgiram, com novas acepções sendo consolidadas após o século XIX e perdurando até os dias atuais, estando fora do escopo de nosso trabalho. Um desses sentidos é lembrado por Jerusa Ferreira: “No Nordeste, em circunstâncias que se conhece dirigiu-se a significação para a preexistente conotação de aridez”. Emanuel Araújo destaca outros dois: “o sentido de região inóspita e sem lei (caso sobretudo do Nordeste) ou, ao contrário, de floresta luxuriante ao mesmo tempo generosa e perigosa (caso sobretudo da Amazônia)”. Ver FERREIRA, 2008, p. 17 e ARAÚJO, 2000, p. 82.

¹¹¹ GANDAVO, 1980, p. 110.

cinquenta léguas pelo sertão”.¹¹² Ou, ainda, pelo padre Fernão Cardim: “(...) não tem aldeias de índios, estão muito apertados dos Guaimurés, e com elles em contínua guerra: não se estendem pelo sertão adentro mais de meia até uma legua, e pela costa, de cada parte, duas ou tres leguas”.¹¹³

Outros autores enfatizam a elaboração do conceito ao longo da experiência da ocupação do território, indo além dos significados meramente espaciais. Janaína Amado, por exemplo, considera o sertão como “uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização”,¹¹⁴ não apenas como uma contraposição ao litoral, mas como um complemento deste, na medida em que o entendimento de um foi sendo engendrado tendo o outro como referente. A concepção do sertão como uma categoria culturalmente construída também admite diferentes interpretações, que salientam ou a permanência, ou a mudança de sentidos.¹¹⁵

¹¹² SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001, p. 46.

¹¹³ CARDIM, Padre Fernão. *Tratado da terra e da gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 147.

¹¹⁴ AMADO, 1995, p. 150.

¹¹⁵ Janaína Amado privilegia a atribuição de novos sentidos ao longo do tempo, sobrepondo-se à acepção original da palavra de lugar interior ou afastado da costa, fazendo, de certa forma, uma diferenciação entre as referências espaciais e culturais sugeridas pela idéia de sertão. As mudanças de significado na construção desta noção teriam se dado a partir dos elementos da cultura portuguesa implantada no litoral, superando os aspectos geográficos. Márcia Amantino também explora os diversos sentidos trazidos pela idéia de sertão que, mais do que uma região geográfica, teria se caracterizado pela “falta de traços culturais”. Mas, diferentemente de Amado, ressalta a continuidade dos significados, esclarecendo que, na origem latina da palavra, a noção de lugar vazio já apontava para a inexistência de elementos civilizados. Assim, as representações sobre o sertão, construídas a partir do século XVI, teriam chegado quase inalteradas ao século XVIII. Ver AMADO, 1995, p. 150-151 e AMANTINO, 2003, p. 79. Haruf Salmen Espindola, de modo semelhante, destaca o caráter não objetivo do sertão: “As representações sobre o sertão não expressam realidades objetivas. Dizer que era espaço vazio não significa literalmente que fosse desabitado, mas sim de estarem aí ausentes as atividades que produziam para o mercado. A referência ao sertão como lugar distante ou longe do litoral, ou no interior, não está relacionada a realidades geográficas, mas a uma centralidade política, à maior ou menor presença, controle ou proximidade do aparato administrativo, jurídico, militar e eclesiástico”. Ver ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 76. Isto parece não ter sido percebido por Jerusa Ferreira que, ao restringir sua análise aos aspectos geográficos dos significados de sertão, contesta a origem do vocábulo a partir do radical latino “desertanu”, já que o

O reconhecimento da influência dos elementos da cultura portuguesa na criação das imagens sobre as novas terras, por outro lado, abre caminho para a reflexão sobre o sertão como o espaço do “outro”, trazendo para a pesquisa histórica conceitos antropológicos relacionados à percepção da alteridade e formação de identidades.¹¹⁶ Entender o sertão como uma construção cultural, que abarca e extrapola suas significações geográficas, nos permite, ainda, sugerir que a idéia de uma América “inventada” também se aplicaria, de um modo especial, para as regiões interioranas. A indistinção entre as possessões lusitanas e castelhanas, marcada pelas representações da proximidade ou da unidade entre o Brasil e o Peru, sinaliza que a noção de uma América Portuguesa, nitidamente destacada de uma América Espanhola, é uma construção a qual, segundo Jaime Cortesão, já teria se corporificado em meados do século XVI com o mito da ilha Brasil. Concordando ou não com o ilustre historiador, o certo é que o processo de percepção do espaço americano se deu através da elaboração, ou invenção, de concepções geográficas que misturavam a realidade vivenciada com o universo mítico do europeu e dos indígenas. É nesta perspectiva que podemos falar em uma “invenção do sertão”, combinando elementos da tradição, da experiência de exploração do território e da vivência da alteridade e confronto com o “outro”.

No entanto, a significação produzida tendo a cultura portuguesa como referente, é bem provável, já estaria presente nos sentidos originais da palavra: a noção de vazio e de lugar

mesmo seria empregado, também, para regiões de matos espessos e vegetação em excesso. No entanto, como a idéia de sertão pode estar vinculada a uma ausência dos elementos que caracterizam a cultura européia, isto mantém a possibilidade de sua significação original derivar-se de “desertanu”, fazendo com que regiões denominadas de sertão marcadas por uma natureza exuberante, ou habitadas por povos considerados bárbaros ou infiéis, sejam descritas como desertas ou despovoadas. Ver sua análise sobre este tópico em FERREIRA, 2008, p. 8-10. Finalmente, vale mencionar a alternativa proposta por Maria Elisa Mader de oposição entre sertão e região colonial, cujas significações derivadas extrapolariam os referenciais espaciais. Ver MADER, 2005, p. 4-14.

¹¹⁶ AMADO, 1995, p. 151 e ARAÚJO, 2000, p. 82.

inculto, interior ou afastado das povoações implicava “que era vazio de elementos civilizados”.¹¹⁷ Assim, o surgimento de novos sentidos, que absorviam “o significado original, conhecido dos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil – espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados”,¹¹⁸ não teria se dado somente, ou prioritariamente, a partir do litoral brasileiro, constituindo “categorias ao mesmo tempo opostas e complementares”, nas palavras de Amado.¹¹⁹ Uma contraposição similar entre os valores europeus e a barbárie observada em outras terras já existiria antes da migração do termo sertão para a América Portuguesa, como se percebe em um texto do século XV,¹²⁰ a *Crônica do descobrimento e conquista de Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara: “(...) que vós achastes rastro de homens e de camelos, bem parece que a povoação não é d’ali muito afastada, ou por ventura será gente que atravessa com suas mercadarias para algum porto do mar, onde ha alguma ancoração segura; que pois gente é, por muito bestial que seja, necessário é que se haja de governar das cousas do mar, sequer ao menos em pescaria, quanto mais aqueles que vivem no sertão”.¹²¹

Na alusão à “gente bestial”, feita por Zurara, está implícita uma visão sobre os habitantes das regiões distantes e inóspitas, onde a religião cristã e os princípios e instituições da cultura europeia encontravam-se ausentes, definindo uma “outra” humanidade, diferente e oposta ao homem europeu.¹²² A interposição destes conceitos fazia com que as

¹¹⁷ AMANTINO, 2003, p. 80.

¹¹⁸ AMADO 1995, p. 150.

¹¹⁹ AMADO 1995, p. 150.

¹²⁰ Alguns autores consideram o século XV como o período em que a palavra sertão teria surgido. Ver ARAÚJO, 2000, p. 79 e PIEL, 1961, p. 323, apud FERREIRA, 2008, p. 5.

¹²¹ ZURARA, Gomes Eanes da. *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1937, p. 73.

¹²² Laura de Mello e Souza destaca dois tipos de representação que acabaram por se fundir na América: a da humanidade monstruosa, associada ao desconhecimento geográfico, e a do homem selvagem,

expressões utilizadas para a descrição da natureza e das pessoas que ali viviam, incluindo o vocábulo sertão, fossem carregadas de significados que iam muito além de meros balizadores geográficos. O mesmo se constata no seguinte trecho de uma obra do início do século XVII, que também descreve a experiência portuguesa em terras distintas às do Brasil, a *Etiópia Oriental*, de João dos Santos, onde o *topos* da barbárie e da selvageria aparece de forma enfática: “Os zingantes vivem no meio d’este sertão de África, onde ha muito mel, que é o seu ordinario mantimento, e andam todos pintados de vermelhão. Todas estas nações de bárbaros, que ficam ditas, são de côr baça, e o cabelo corredio. Vivem no campo como selvagens, e ordinariamente andam nus, salvo aquelles que se cobrem com pelles de bogios, e de outros animaes silvestres”.¹²³

Deste modo, talvez fosse mais adequado falar não em uma mudança ou em uma continuidade nos sentidos do sertão na América Portuguesa, mas, antes, em uma apropriação e reelaboração dos significados herdados da tradição.¹²⁴ A utilização da palavra sertão já trazia consigo uma percepção espacial culturalmente sugestionada, evidenciada pela edenização da natureza e infernalização do gentio, levando a uma visão contraditória do sertão como Paraíso ou Inferno.¹²⁵ Contudo, seus significados não

concebido, a partir da Idade Média, como o oposto dos ideais cavalheirescos e cristãos. Tantos os monstros, como o homem selvagem, são temas com origens na Antiguidade, fazendo parte do imaginário medieval e renascentista. A combinação entre estas representações teria levado à sua animalização e diabolização. Ver SOUZA, 1995, p. 49-72. Ana Cristina Araújo, por sua vez, relembra o papel que a imagem tradicional do “homem silvestre”, “peludo e coberto de folhagens”, teve na construção da idéia do homem selvagem. Ver ARAÚJO, Ana Cristina. *O maravilhoso mundo “recontrado” na América Portuguesa*. In: *ESTUDOS de Homenagem ao Professor Doutor João Marques*, vol. 1. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2001, p. 171-182, citação p. 172-173.

¹²³ SANTOS, Fr. João dos. *Ethiopia Oriental*. Lisboa: Typografia do Commercio de Portugal, 1891, p. 37.

¹²⁴ Paulo de Assunção adota a expressão “circulação cultural” para o movimento mais amplo de “transações e interações que se processaram com os descobrimentos nos Quinhentos e Seiscentos”. Ver ASSUNÇÃO, Paulo de. *Imagens simbólicas da conquista da terra dos Brasis, Revista de História*, São Paulo, nº 136, 1997, p. 59-72, citação p. 60.

¹²⁵ Consideramos válidas para o sertão as conclusões feitas por Laura de Mello e Souza para a América Portuguesa, já que o mesmo era lar dos índios reputados como selvagens e onde a natureza

permaneceram inertes, “inventando-se” um sertão característico da realidade brasileira. A reformulação das representações herdadas do imaginário europeu produziu sentidos renovados no decorrer da experiência histórica americana: por um lado, a perspectiva paradisíaca da descoberta das riquezas do sertão fez surgir lugares lendários próprios; a desordem observada pelos jesuítas no século XVI, por sua vez, decorrente da visão religiosa dos missionários e das concepções européias sobre as terras incógnitas e seus habitantes, combinou-se ou deu lugar, mais de um século depois, às imagens de descontrole transmitidas pelas autoridades metropolitanas após a descoberta do ouro e dos diamantes no sertão, marcando as especificidades dos interesses da Coroa para a interiorização de seu poder nas áreas mineradoras. Talvez, por isso, tenha Amantino afirmado que a “principal imagem criada para o Sertão foi a de uma área rebelde que precisava ser controlada e domesticada”.¹²⁶ Mas esta é uma representação tipicamente setecentista; importa-nos, neste momento, conhecer as idéias que estão nos primórdios do universo mítico do sertão.

1.4 As representações do sertão: o Paraíso, o Inferno e o Purgatório

A convivência, aparentemente ambígua, entre representações positivas e negativas, desde o século XVI, procedia das diferentes formas de se apreender o sertão: as visões do Paraíso, de um modo geral, partiam da imprevisibilidade e do desconhecimento do

apresentava-se em todo seu esplendor e mistério: “No tocante à natureza, a idéia de prolongamento da Europa – e portanto lugar de concretização dos mitos de um Paraíso Terrestre – tendeu a triunfar: quase sempre edenizou-se a natureza. Mas no que disse respeito à humanidade, pintada de negro pelo escravo africano e de amarelo pelo indígena, venceu a diferença: infernalizou-se o mundo dos homens em proporções jamais sonhadas por toda a teratologia européia – lugar imaginário das visões ocidentais de uma humanidade inviável”. Ver SOUZA, 1995, p. 31-32.

¹²⁶ AMANTINO, 2003, p. 80.

interior do território, trazendo a esperança das maravilhas e riquezas em um cenário onde tudo parecia plausível; já a sua vinculação às características infernais tinha como traço fundamental a percepção da desordem da natureza e de seus habitantes. Em comum encontrava-se a vivência da alteridade, com as dessemelhanças entre o homem branco e o “outro” americano sendo assimiladas através de sua redução a componentes míticos, tornando-as familiares e passíveis de inserção no universo cultural europeu. A diferença é que, enquanto as promessas edênicas faziam parte de um plano imaginário, ainda não concretizado, a vivência da desordem se dava através da experiência real do contato com homens que desconheciam a fé cristã e com uma natureza selvagem que, nem sempre, se mostrava benéfica. Em outras palavras, o sertão paradisíaco era oriundo do encantamento do mundo, revelando-se por sinais e indícios, a partir dos quais se imaginava o que estaria escondido nos recônditos inexplorados. Suas representações eram constituídas por elementos não visíveis, mas de existência supostamente real. O sertão infernal, ao contrário, era fruto do desencantamento trazido pela realidade vivenciada, substituindo, gradativamente, os componentes míticos por motivos profanos, caracterizados por sua visibilidade cotidiana.

A discussão dos problemas historiográficos relacionados ao conceito de sertão nos ajuda a situar nosso objeto de estudo neste emaranhado de possibilidades interpretativas. A importância da distinção entre as formas de percepção do sertão como espaço do imprevisível e do desconhecido, daquelas que o apreendem como espaço da desordem e do descontrole, manifesta-se não apenas na delimitação do escopo de nosso trabalho, mas, também, porque aponta para questões metodológicas distintas.¹²⁷ Apesar de

¹²⁷ As análises sobre o sertão, geralmente, não distinguem as implicações trazidas por estas diferentes formas de percepção, combinando imagens relacionadas ao desconhecimento e à desordem em uma

compartilharem o fundo mítico das representações iniciais sobre o Novo Mundo e a experiência da alteridade, surgem dois caminhos específicos de investigação: de um lado, as palavras-chaves são encantamento, invisibilidade e permanência; do outro desencantamento, visibilidade e descontinuidade. A convivência entre os dois tipos de percepção é que trouxe o aspecto contraditório para as representações do sertão, levando alguns pesquisadores a defender ora a mudança, ora a perenidade de seus sentidos. Os mitos sobre as riquezas do sertão pertencem à primeira categoria e interessa-nos, portanto, estudar as condições que proporcionaram a apropriação e reformulação do maravilhoso geográfico europeu em terras americanas em uma perspectiva de longa duração.

A relação sugerida entre uma visão paradisíaca e o desconhecimento do território traz, a princípio, alguns obstáculos, já que, além do sonho do ouro, da prata e das pedras preciosas, a imprevisibilidade produzia, também, a noção de perigos e ameaças à espreita daqueles que se aventuravam pelo interior. Ou seja, qualidades negativas que pareciam levar, uma vez mais, o sertão para o lado das imagens infernais. No entanto, os riscos e

mesma definição. Janaína Amado, por exemplo, considera o sertão “aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura”. Márcia Amantino reforça os elementos ligados ao desconhecimento, apesar de conjugá-los com o desconhecimento do território: “O Sertão era a região do desconhecido, do descontrolo e, portanto, de perigos para os civilizados”. Alida Metcalf também reúne, em uma mesma conceituação, os aspectos da desordem e do desconhecido: “A palavra *sertão*, por outro lado, designava o desconhecido, a imensa vastidão. Nos mapas, o sertão especificava o interior do Brasil, os territórios sob controle dos índios e a floresta virgem que poderia ainda existir em torno dos povoados portugueses e entre eles”. Maria Beatriz Silva, por sua vez, apesar de descrevê-lo de modo semelhante, reconhece a possibilidade da emergência do maravilhoso neste imaginário como algo distinto: “Do mesmo modo que o sertão, mesmo quando já povoado por brancos, aparecia ainda como o lugar da anarquia civil e religiosa devido à instabilidade de povoações constantemente ameaçadas pelos indígenas, também o mato era concebido como um espaço misterioso que despertava a imaginação das populações vizinhas”. Ver AMADO, 1995, p. 151; AMANTINO, 2003, p. 81; METCALF, Alida. *Vila, reino e sertão no São Paulo colonial*. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira e MONTEIRO, John Manuel. (Orgs.). *Raízes da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 419-437, citação p. 420 e SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 257.

atribuições vislumbrados na vida no sertão, se vistos como provações necessárias a quem quisesse chegar às riquezas minerais, podem abrir uma terceira possibilidade de interpretação: mais do que o Paraíso ou o Inferno, a imagem do Purgatório, relacionada com a idéia de passagem e de purificação, antecedendo a fruição derradeira das delícias paradisíacas, aparece como uma interessante referência para os mitos sobre os tesouros do sertão.

Laura de Mello e Souza já havia proposto a concepção do Brasil como Purgatório, resumindo em uma célebre frase as três facetas do mundo colonial: “Paraíso Terrestre pela natureza, inferno pela humanidade peculiar que abrigava, o Brasil era purgatório pela sua relação com a metrópole”.¹²⁸ Nesta relação estaria implícita a percepção da colônia como lugar passageiro, onde o trabalho e a produção de bens determinariam, para o colono branco, a duração de sua pena, antes do regresso à Europa. Reforçando este imaginário estariam as funções purificadoras associadas às viagens marítimas, o “exílio ritual representado pela travessia atlântica”,¹²⁹ e a simbologia e as funções do degredo, “mecanismo máximo pelo qual os brancos portugueses purgaram seus pecados na colônia-purgatório”.¹³⁰

As dificuldades da vida no sertão eram incompatíveis com a visão edênica da terra, estando o interior do território, muitas vezes, associado à fome, doenças, privações e, até mesmo, à morte. Mas estas dificuldades não podem ser vistas, simplesmente, como uma assimilação do sertão ao Inferno, já que existia a possibilidade de redenção, trazida pelos lugares lendários carregados de riquezas que se pensava existir. A presença, nas crenças

¹²⁸ SOUZA, 1995, p. 84.

¹²⁹ SOUZA, 1995, p. 84.

¹³⁰ SOUZA, 1995, p. 80.

herdadas da cultura europeia, de elementos ligados à idéia de purgação dos pecados e de um sofrimento efêmero antecedendo ao Paraíso, fornecia um outro conjunto de significações para a compreensão da realidade americana. As investidas ao sertão tornavam-se, assim, semelhantes a ritos de passagem ou viagens iniciáticas, como as travessias marítimas, com todos os padecimentos esperados para este tipo de experiência.¹³¹ Os infortúnios, contudo, valeriam à pena, já que seriam temporários e as recompensas imensas. A visão do Purgatório revelar-se-ia não somente nas relações com a metrópole, mas, sobretudo, nos caminhos do sertão.

A concepção do sertão como Purgatório também é, explicitamente, desenvolvida por Lúcia Lippi Oliveira: “Lugar de passagem, de travessia, definido pelo exercício da liberdade e pela dramaticidade da escolha de cada um. Identificado como lugar de penitência e de reflexão, o sertão aparece como reino a ser desencantado e decifrado. Aqui estamos no mundo de Guimarães Rosa. O sertão como reino do fantástico e do mítico aparece em vários estudos sobre os movimentos messiânicos no Brasil”.¹³² Apesar de Oliveira ter baseado sua análise, principalmente, em textos literários, suas considerações podem ser aplicadas na interpretação das fontes históricas, já que uma terceira via interpretativa, intermediária às visões de Paraíso e Inferno, permitiria ao historiador certa isenção em relação aos interesses associados às representações do sertão,

¹³¹ As semelhanças entre as experiências da vida no mar e no sertão também são sugeridas por Maria Elisa Mader: “Configura-se aí a possibilidade de estabelecermos um paralelo entre o papel que o mar desempenhou no imaginário daqueles homens do início dos tempos modernos, que viveram a aventura dos descobrimentos, e o sertão. Assim como o mar, o sertão representa, nos primeiros séculos da colonização, o desconhecido que atrai, a barreira a ultrapassar, o vazio a preencher, ao mesmo tempo que é o lugar do perigo, o lugar do medo”. Ver MADER, 1995, p. 41.

¹³² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro*, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 5, 1998, p. 195-215, citação p. 200.

evitando a mera reprodução do caráter positivo ou negativo destas representações, muitas vezes ligadas a motivações laudatórias ou detratoras.

Se a edenização da América Portuguesa deu margem à especulação sobre a qualidade e a riqueza da terra, não a teria preenchido com todas as maravilhas e prodígios normalmente associados aos motivos paradisíacos.¹³³ No entanto, um tema que aparece, recorrentemente, desde as primeiras miradas da costa brasileira, é aquele que versa sobre a temperança de seus ares, já se anunciando na *Carta de Pero Vaz de Caminha*: “Não pudemos saber até agora que nela haja ouro, nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro, nem lho vimos. Porém, a terra em si é de muito bons ares, frios e temperados, como os de Entre Douro e Minho, porque, neste tempo de agora, assim os achávamos como os de lá”.¹³⁴ Este tema apresentar-se-á, posteriormente, em conformidade com a velha fórmula “*non ibi frigus nos aestus*”, de Santo Isidoro de Sevilha, como na *História da Província Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gandavo,¹³⁵ e na carta do padre Manoel da Nóbrega de 1549, citada por Holanda.¹³⁶ Mas não somente nos textos quinhentistas, perdurando, pelo menos, até o início do século XIX.¹³⁷

¹³³ “Em outras palavras, não se pode afirmar que participassem então os portugueses, menos do que os outros povos, daquela sedução universal. O provável, no entanto, é que os motivos edênicos facilmente se refrangiam entre eles, privando-os da primeira intensidade para chegarem ao que se pode chamar sua *atenuação plausível*”. Ver HOLANDA, 2000, p. 291-292.

¹³⁴ *CARTA de Pero Vaz de Caminha*, p. 115.

¹³⁵ “Esta Província he à vista mui deliciosa e fresca em gram maneira: toda està vestida de mui alto e espesso arvoredo, regada com as aguas de muitas e mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra, onde permanece sempre a verdura com aquella temperança da primavera que cà nos offerece Abril e Maio. E isto causa não haver là frios, nem ruinas de inverno que offendão as suas plantas, como cà offendem às nossas. Em fim que assi se houve a Natureza com todas as cousas desta Província, e de tal maneira se comedio na temperança dos ares, que nunca nella se sente frio nem quentura excessiva”. Ver GANDAVO, 1980, p. 82. Os elogios à terra brasileira levaram Capistrano de Abreu, na introdução à obra de Gandavo, a considerá-lo como um propagandista da imigração portuguesa.

¹³⁶ “A informação que destas partes do Brasil vos posso dar, Padres e Irmãos charissimos, é que tem esta terra mil leguas de costa, (...) a qual é aqui mui temperada, de tal maneira que o inverno não é frio nem quente, e o verão, ainda que seja mais quente, bem se pôde soffrer”. Ver NOBREGA, Manoel da.

Sérgio Buarque de Holanda relembra, ainda, outros aspectos que, apesar de secundários nas visões do Paraíso, poderiam ser vistos como reminiscências destes motivos. Um dos primeiros nomes dado ao território brasileiro, Terra dos Papagaios, seria um destes vestígios, já que os papagaios eram considerados como uma das aves que compunham a fauna edênica, tanto por sua reputação de originários da Índia, onde o Paraíso era, geralmente, localizado, quanto pela crença de que, antes do Pecado, todos os animais falavam, correspondendo esta sua habilidade a uma lembrança daqueles tempos.¹³⁸ Outro elemento que indicaria a proximidade do Éden seria a longevidade dos indígenas, característica que teria sucedido a imortalidade perdida, encontrada em diversas descrições dos naturais da terra desde o início de sua exploração, como na *Nova Gazeta da Terra do Brasil*, redigida, provavelmente, na segunda década do século XVI: “O navio está, sob a coberta, carregado de páu brasil e na coberta está cheio de rapazes e raparigas comprados. Pouco custaram aos portugueses, pois na maior parte foram dados por livre vontade, porque o povo de lá pensa que seus filhos vão para a terra promettida. Dizem também que o povo naquelle logar alcança até aos cento e quarenta annos”.¹³⁹ Holanda cita diversos autores, portugueses ou não, que se valeram do argumento da longevidade

Informação das terras do Brasil. s.l.n.d. In: *CARTAS Jesuíticas I. Cartas do Brasil (1549 – 1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931, p. 97-102, citação p. 97, apud HOLANDA, 2000, p. XXI.

¹³⁷ É o que transparece na obra de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, onde ressurge o tema da temperança: “A América é um terreno abundantíssimo; o Brasil é o mais abundante da América: debaixo de um clima quente, mas doce, ameno e temperado pelas chuvas e pelos ventos, está sempre produzindo um contínuo giro. A terra está em todo o ano coberta de um alegre verde e em uma primavera continuada”. Ver COUTINHO, J. J. da Cunha Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*. In: COUTINHO, J. J. da Cunha Azeredo. *Obras econômicas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 59-81, citação p. 68, apud HOLANDA, 2000, p. 308.

¹³⁸ HOLANDA, 2000, p. 255-259.

¹³⁹ *NOVA Gazeta da Terra do Brasil*, p. 119.

em seus relatos: Jean de Léry, Gandavo, Fernão Cardim, Ambrósio Fernandes Brandão, Frei Claude d'Abbeville e Marcgrave.¹⁴⁰

A percepção da proximidade do Paraíso Terrestre decorria, além da crença em sua realidade física, que fazia com que as características da terra fossem descritas de acordo com os atributos edênicos, como a temperança do clima, a qualidade das águas ou a vegetação exuberante, também da leitura da natureza como um signo da presença divina, expressando sua bondade e sabedoria.¹⁴¹ É o que parece dizer o padre Ruy Pereira em uma carta escrita em 1560: “E por amor de Christo lhes peço que percam a má opinião que até aqui do Brasil tinham, porque, lhes fallo verdade, si houvesse paraíso na terra, eu diria que agora o havia no Brasil. E, si eu isto sinto, não sei quem o não sentira, porque si olhamos ao espiritual e serviço de Deus, vai deste modo que lhes digo; pois, si olhamos para o corporal, não ha mais que pedir, (...) ares frescos, terra alegre, não se viu outra”.¹⁴²

O entendimento do meio natural através de sinais revelando significados ocultos, vale ressaltar, seria um aspecto fundamental na percepção do sertão como espaço do desconhecido e do imprevisível, dando margem à intuição sobre o que o estaria escondido em suas brumas e ao surgimento da tópica do “tesouro oculto”. Também seria um importante componente cognitivo na experiência do contato com o “outro”.

Porém, se a “outra” natureza que despontou aos olhos dos europeus inspirou miragens do Éden, os homens que a habitavam despertaram imagens que os conduziram à sua

¹⁴⁰ HOLANDA, 2000, p. 305-312.

¹⁴¹ SOUZA, 1995, p. 35.

¹⁴² *CARTA do Padre Ruy Pereira aos padres e irmãos da Companhia da Provincia de Portugal*. Bahia, 15 de setembro de 1560. In: *CARTAS Jesuíticas II. Cartas Avulsas (1550 – 1568)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931, p. 251-273, citação p. 263.

animalização e diabolização, com já vimos antes.¹⁴³ Mais do que compreender o processo de infernalização do Novo Mundo, é fundamental identificarmos, na alteridade vivenciada, o modo como o “outro” foi apreendido e representado, pois, decerto, nos ajudará no entendimento do contexto em que surgiram os segredos e mistérios do sertão, consubstanciados nos lugares lendários que passaram a povoar o imaginário brasileiro. Thereza Baumann associa o espaço do maravilhoso com as representações derivadas do encontro com o “outro”: “este momento nos revela e conduz a uma temporalidade plural através do ‘outro’ personagem envolvido: o indígena, cuja existência só parece possível e aceitável para o conquistador quando situada em um tempo mítico no espaço do ‘maravilhoso’ de um *alter mundus*, que tanto pode ser identificado como um retorno à Idade do Ouro ou ao Paraíso Terreal (onde o estado original seria sinônimo de pureza e liberdade), como ao ‘caos’, território cujas características excessivas permitiriam apenas a sobrevivência de monstros ou demônios”.¹⁴⁴

Tendo chegado ao Brasil em 1549, junto com o primeiro Governador Geral, Tomé de Sousa, os jesuítas “tiveram a primazia, na colônia, da atuação no campo missionário”.¹⁴⁵ Sua ação evangelizadora, voltando-se para a “conquista de almas” e aumento da

¹⁴³ No entanto, no canto III do poema *Caramuru*, do frei José de Santa Rita Durão, aparece uma representação do inferno que vai além da diabolização do gentio, ao apresentar as paragens infernais como uma realidade física, localizada no meio das montanhas do sertão: “Que é desde nossos pais fama constante / Que aonde o sol se pule fama montanhas / Há um fundo lugar de que é habitante / O pérfido anhangá com cruéis sanhas: / Ali de enxofre a escuridão fumante / Com portas encerrou Tupá tamanhas, / Que as não pode forçar nem todo o inferno: / A morte é a chave, e o cadeado é eterno”. Em uma nota incluída na edição elaborada pelo visconde de Porto Seguro, encontra-se a seguinte explicação para estes versos: “Crêem os brasilienses que no meio das montanhas que dividem o Brasil do Peru há vales profundíssimos, aonde são punidos os ímpios. Idéia expressa do inferno, em que concordam com todas as gentes, e dão claro sinal nesta persuasão de saberem-no por tradição original dos primeiros que povoaram a América”. Ver RIBEIRO, Joaquim. *Folklore dos bandeirantes*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1946, p. 51.

¹⁴⁴ BAUMANN, 1992, p. 58.

¹⁴⁵ MADER, 1995, p. 60.

crisandade, tomou um caráter ofensivo e expansionista,¹⁴⁶ deixando-os em uma posição privilegiada para o convívio com o “outro”, o que fazia do sertão um campo de trabalho idealizado: “Muito desejosos andamos todos de ir pelo sertão, porque a nenhuma parte iremos onde não haja aparelho melhor para se fazerem bons christãos (...)”.¹⁴⁷ O mesmo desejo é descrito em uma carta do padre Leonardo Nunes: “Agora queremos emmadeirar uma igreja que aqui temos feita; depois de acabada, o que será presto, determino de sahir por esta terra dentro quase 200 leguas, onde hei de gastar alguns seis ou sete mezes, e levarei comigo quatro línguas mui boas (...)”.¹⁴⁸

O anseio de buscar no sertão os desígnios de sua missão fez com que os jesuítas refletissem sobre sua natureza e os homens que lá viviam. Em seus textos também sobressai a idéia das riquezas escondidas do sertão, que seriam constituídas, sobretudo, pelas almas dos gentios aguardando a verdade trazida pela catequese: “Dizem que aqui se encontrará grande quantidade de ouro que pelas poucas forças dos Christãos não está descoberto, e egualmente pedras preciosas. Deus queira que o verdadeiro thesouro e as verdadeiras joias, isto é, as almas suas que estão nas trevas, comecem a ver a luz como esperamos que será, mediante a sua misericórdia”.¹⁴⁹

Quais eram os elementos que condicionavam a assimilação do “outro” e a produção de um conhecimento sobre o sertão? Sem dúvida alguma, o modo de pensar, e interpretar o

¹⁴⁶ ASSUNÇÃO, 1997, p.62 e MADER, 1995, p. 61-65.

¹⁴⁷ *CARTA do Padre Manoel da Nóbrega para o Padre Provincial de Portugal*. Bahia, 1552. In: *CARTAS Jesuíticas I. Cartas do Brasil (1549 – 1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931, p. 128-132, citação p. 132.

¹⁴⁸ *CARTA do Padre Leonardo Nunes*. São Vicente, 24 de agosto de 1550. In: *CARTAS Jesuíticas II. Cartas Avulsas (1550 – 1568)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931, p. 57-64, citação p. 62.

¹⁴⁹ *CARTA do Padre Manoel da Nóbrega ao Padre Simão Rodrigues*. Porto Seguro, 6 de janeiro de 1550. In: *CARTAS Jesuíticas I. Cartas do Brasil (1549 – 1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931, p. 103-113, citação p.112-113.

mundo, a partir de critérios e princípios religiosos tinha um papel primordial na cultura européia transplantada para a América, como revelam as crenças na materialidade do Paraíso Terrestre e na iminência do fim dos tempos.¹⁵⁰ Além disso, no século XVI, as formas de cognição religiosas e profanas baseavam-se em uma racionalidade de “cunho analógico” que também influía na percepção daquilo que se observava.¹⁵¹ O pensamento analógico alicerçava-se na identificação de similitudes e dessemelhanças entre os objetos captados da realidade e os referentes disponíveis no universo europeu. A compreensão do “outro” a partir destas “redes de identidades e diferenças”¹⁵² conduzia, inevitavelmente, a uma hierarquização, onde os valores da cultura cristã apareciam como superiores a tudo aquilo que dela divergisse.¹⁵³

A busca de significados velados no cenário natural era decorrente desta maneira de se conjecturar por analogias: “A natureza é, em suma, ‘o livro da Natureza’, escrito por Deus e, como a Bíblia, encerra sentidos ocultos, além do literal”.¹⁵⁴ A interpretação do meio natural, e do cotidiano dos homens, passava pela identificação de indícios que poderiam manifestar tanto a presença divina, quanto a proximidade de maravilhas, como os lugares fabulosos e as riquezas minerais. Mas eram os sinais mais raros e inusitados os que

¹⁵⁰ Segundo Thereza Baumann, “A permanência do estado de religiosidade comprometeria a percepção do conquistador sobre o ‘outro’, que estaria irremediavelmente associado ao profano e condenado à submissão”. Ver BAUMANN, 1992, p. 59.

¹⁵¹ “A mentalidade da época acolhe de bom grado alguns modos de pensar de cunho analógico, desterrados hoje pela preeminência que alcançaram as ciências exatas”. Ver HOLANDA, 2000, p. 74.

¹⁵² MADER, 1995, p. 62.

¹⁵³ ASSUNÇÃO, 1997, p. 62.

¹⁵⁴ HOLANDA, 2000, p. 74. Holanda descreve a grande difusão, a partir do Renascimento, dos chamados livros de emblemas, que procuravam esclarecer o simbolismo dos elementos naturais, orgânicos e inorgânicos, citando as seguintes obras: a *Hieroglyphica* de Horapolo, publicada em 1505, o *Andreae Alciati Emblemata*, impresso em 1531, e a *Hieroglyphica* de Valeriano, de 1556. Ver HOLANDA, 2000, p. 241-242.

poderiam desvelar os maiores segredos.¹⁵⁵ Por isso o interesse por espécimes animais e vegetais incomuns e curiosos, que Gandavo expõe nessa sua passagem emblemática: “Somente tratarei de huma mui notavel, cuja qualidade sabida creio que em toda parte causará grande espanto. Chama-se herva viva, e tem alguma semelhança de silvam macho. Quando alguém lhe toca com as mãos, ou com qualquer outra cousa que seja, naquelle momento se encolhe e murcha de maneira que parece criatura sensitiva que se anoja, e recebe escandalo com aquelle tocamento. E depois que assossega, como cousa já esquecida deste agravo, torna logo pouco a pouco a estender-se até ficar outra vez tam robusta e verde como dantes. Esta planta deve ter alguma virtude mui grande, a nós encoberta, cujo effeto nam será pela ventura de menos admiraçam. Porque sabemos de todas as hervas que Deos criou, ter cada huma particular virtude com que fizessem diversas operações naquellas cousas pêra cuja utilidade foram criadas e quanto mais esta a que a natureza nisto tanto quis assinalar dando-lhe hum tam estranho ser e differente de todas as outras”.¹⁵⁶ Isto explica, ainda, o empenho com que o maravilhoso era perseguido, levando Sérgio Buarque de Holanda a concluir que “Se o prodígio pode, assim, implantar-se no próprio espetáculo quotidiano, se até os atos e fatos mais mezinhos chegam a converter-se em signos ou parábolas, impregnando-se de significações sobrenaturais, que dizer das coisas ocultas ou invisíveis, que apenas se deixam anunciar por misteriosos indícios? Não é uma verdadeira procissão de maravilhas – lagoas douradas, reluzentes serras, seres monstruosos e inumanos – o que costuma gerar o pensamento dos tesouros encobertos ou encantados do sertão?”.¹⁵⁷

¹⁵⁵ HOLANDA, 2000, p. 240.

¹⁵⁶ GANDAVO, 1980, p. 101.

¹⁵⁷ HOLANDA, 2000, p. 178.

Os jesuítas, apesar de considerados por Laura de Mello e Souza como “representantes máximos da incompreensão do universo colonial”,¹⁵⁸ traziam em sua bagagem intelectual estas formas de apreensão do real, contribuindo não para o desentendimento da realidade brasileira, mas sim na construção de um conhecimento compatível com a visão de mundo de sua época e com os preceitos da leitura do “outro” que acabamos de analisar. Assim, sua visão da natureza compartilhava a noção de que as maravilhas observadas eram indícios que confirmavam a existência do criador. Porém, o meio natural também era visto como um espaço ameaçador e desordenado, que deveria ser dominado através da conversão do gentio, seus habitantes, à fé cristã.¹⁵⁹ E os costumes dos índios contribuíam para esta noção de desordem, ao serem vistos como povos sem lei, nem religião.¹⁶⁰

Finalmente, vale lembrar o poder da palavra no pensamento quinhentista, completando as condições que levavam à elaboração das imagens sobre o interior do território. Laura de Mello e Souza destaca que, neste período, “*ouvir* valia mais do que *ver*, os olhos enxergavam primeiro o que se *ouvira dizer*”.¹⁶¹ E Guillermo Giucci reforça a capacidade criativa do discurso na geração do maravilhoso, justificando o surgimento dos mitos a partir das narrativas dos indígenas, que também teriam se apoiado no poder da palavra para influenciar o imaginário e a ambição dos conquistadores, e da contínua repetição das fontes, usadas para a comprovação das lendas e que acabavam por abrir espaço para novas crenças.¹⁶² Vamos, então, a partir do próximo capítulo, analisar a consolidação das

¹⁵⁸ SOUZA, 1995, p. 46.

¹⁵⁹ ASSUNÇÃO, 1997, p. 63-64 e p. 71-72.

¹⁶⁰ MADER, 1995, p. 78.

¹⁶¹ SOUZA, 1995, p. 21.

¹⁶² GIUCCI, Guillermo. *Velhos e novos mundos: da conquista da América ao domínio do espaço cósmico*, *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº. 7, 1991, p. 3-18, citação p. 5.

representações míticas sobre as riquezas do sertão da América Portuguesa, explorando aquelas que seriam as principais referências sobre as minas imaginárias: o Sabarabuçu, a Serra das Esmeraldas e a Alagoa Grande.

Capítulo 2: Os mitos do sertão e as riquezas lendárias

2.1 As matrizes míticas do Novo Mundo

A formação do imaginário mítico sobre as terras americanas se deu através da combinação entre a tradição cultural européia e os elementos apreendidos na experiência da ocupação do território, trazidos pelo contato com a natureza e com o homem do Novo Mundo. As notícias fornecidas pelos índios representavam uma importante fonte para o desvendamento dos segredos do continente.¹ Sua interpretação, além das dificuldades impostas pelas barreiras lingüísticas, sofria a mediação das concepções oriundas do pensamento cristão ocidental. Surgiram, assim, as lendas sobre as riquezas e maravilhas da América, que se propagavam e se transformavam em sintonia com a expansão da colonização. Podemos identificar, para a América espanhola na primeira metade do século XVI, duas matrizes principais a partir das quais os mitos foram elaborados,² uma

¹ “A geografia fantástica do Brasil, como do restante da América, tem como fundamento, em grande parte, as narrativas que os conquistadores ouviram ou quiseram ouvir dos indígenas, e achou-se além disso contaminada, desde cedo, por determinados motivos que, sem grande exageros, se podem considerar arquetípicos. E foi constantemente por intermédio de tais motivos que se interpretaram e, muitas vezes, se ‘traduziram’ os discursos dos naturais da terra”. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 83.

² É importante salientar que estas duas matrizes correspondem aos dois principais movimentos de povoamento da América do Sul pelos espanhóis, ocorridos, de um modo geral, de forma simultânea e independente: o primeiro, partindo da costa norte do Pacífico, ocupou a porção ocidental da cordilheira dos Andes, fundando cidades como Quito e Bogotá, e expandiu-se para o sul e para a Amazônia; o outro, iniciado com a exploração da bacia do rio da Prata e intimamente relacionado com a colonização portuguesa da costa Atlântica, deu origem às cidades de Buenos Aires e Assunção, unindo-se ao movimento oriundo do Pacífico na região andina de Charcas, onde foram descobertas as riquíssimas minas de Prata de Potosí. A análise dos mitos que acompanharam estes movimentos de conquista e ocupação se restringirá, no âmbito de nosso trabalho, às representações sobre a localização de riquezas minerais fabulosas no interior do continente. Não ignoramos, porém, a existência de outras importantes fontes mitológicas para o imaginário da América do Sul, como aquela relacionada ao rio Amazonas e sua imensa floresta. Mas, do ponto de vista das riquezas lendárias, as concepções amazônicas como o Eldorado surgiram com, e acompanharam, o movimento de conquista dos povos andinos.

associada à penetração nos Andes peruanos e conquista do império inca e a outra à exploração do rio da Prata, do Chaco paraguaio e da região andina de Charcas. Como elo comum estavam as informações, repassadas pelos nativos em várias partes da América do Sul, sobre a existência dos incas, de sua capital Cuzco e do lago Titicaca, que, segundo Enrique de Gandía, foram difundidas pelas migrações indígenas “hasta la América Central, penetró en las selvas del Amazonas y del Orinoco, cruzó el Chaco, descendió por el Rio de la Plata y se expandió a lo largo de la costa del Brasil”.³ O conhecimento destas matrizes míticas americanas é fundamental para o entendimento dos aspectos que marcaram as lendas sobre as riquezas do sertão brasileiro, como veremos mais adiante.

Os primeiros indícios sobre a existência de um reino opulento ao sul das possessões castelhanas nas Antilhas apareceram, possivelmente, em 1511 no Panamá, revelados a Vasco Nuñez de Balboa pelo filho de um cacique local. Desde então, conforme apurado por Gandía, “las noticias del Imperio del Sol fueron cada vez más copiosas y precisas a medida que avanzaban las conquistas de Pizarro y de Almagro”.⁴ Os informes que os espanhóis obtinham dos índios falavam sobre um poderoso rei, que seria filho do sol e possuiria metais preciosos em profusão, especialmente ouro. Este metal exercia grande atração nos exploradores europeus, não somente por seu valor material, mas também pelo seu simbolismo.⁵ O sonho da fartura do ouro entretinha a imaginação daqueles que se

³ GANDÍA, Enrique de. *Historia crítica de los mitos y leyendas de la conquista americana*. Buenos Aires: Centro Difusor del Libro, 1946, p. 153. Gandía defende a idéia da comunicação entre os índios através das migrações e do comércio, responsável pela disseminação das informações sobre os incas entre, por exemplo, os chibchas da costa do Pacífico, os guaranis do Paraguai e tribos ao longo do rio Marañon.

⁴ GANDÍA, 1946, p. 161.

⁵ Johnni Langer destaca que “O mais nobre dos metais, utilizado como metáfora do poder político e da realeza, foi vinculado a aspectos religiosos e místicos. O europeu, desta forma, herdeiro de um vasto repertório fantástico sobre esse metal, transferiu para o incógnito uma ambígua e extrema obsessão da busca pela riqueza e poder”. Ver LANGER, Johnni. *O mito do Eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano*, *Revista de História*, São Paulo, nº 136, 1997, p. 25-40, citação p. 26.

aventuravam no novo continente na expectativa de fortunas e prodígios.⁶ E foi justamente quando o sonho parecia ter se materializado, após o domínio do império inca entre 1531 e 1533,⁷ e a revelação de tesouros extraordinários, como o que foi obtido no resgate de Atahualpa, que surgiu uma das lendas mais influentes e duradouras do imaginário americano: o Eldorado.⁸

Os acontecimentos que levaram ao aparecimento do Dorado espanhol relacionam-se com a conquista de Quito por Sebastián de Benalcázar em 1533, quando veio à tona a história de um chefe indígena que se banhava em um lago após ter seu corpo coberto por ouro em pó.⁹ Esta cerimônia ocorria na Laguna de Guatavita e fazia parte da tradição dos índios chibchas, para quem as lagoas eram locais sagrados onde os cultos eram praticados. Tais cultos, porém, já haviam sido abandonados antes da chegada dos europeus à região, devido aos conflitos entre os nativos. Benalcázar, referindo-se ao “índio dorado”, teria feito surgir o nome com o qual o mito, daí por diante, seria conhecido.¹⁰ O próprio Benalcázar, em 1534, batizou os domínios do “cacique dourado”, onde se esperava encontrar grandes riquezas, de “Provincia del Dorado”.¹¹

⁶ “Na história da colonização e exploração americana, o mito das cidades de ouro (principalmente o Eldorado) sempre teve grande repercussão e importância”. Ver LANGER, 1997, p. 25. Sérgio Buarque de Holanda também considera que “ao ouro coubesse desde o início uma primazia indiscutível entre as pedras cobiçadas”. Ver HOLANDA, 2000, p. 84. Langer identifica em alguns mitos da tradição européia, como o velozino de ouro grego e a literatura argonáutica, as descrições do império do Preste João e o reino do Ophir bíblico, as matrizes culturais que influenciaram a concepção do Eldorado na América. Ver LANGER, 1997, p. 26-28.

⁷ ELLIOTT, J. H. *A conquista espanhola e a colonização da América*. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: A América latina colonial*, vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998, p. 135-194, citação p. 159.

⁸ Conforme mostra Johnni Langer, a procura pelo ouro pareceu ser algo mais importante para os espanhóis do que o ouro em si, “pois a cada nova posse deste buscava-se outra”. Ver LANGER, 1997, p. 26-27.

⁹ HOLANDA, 2000, p. 38 e LANGER, 1997, p. 28-29.

¹⁰ GANDÍA, 1946, p. 110-112.

¹¹ LANGER, 1997, p. 28.

Apesar de ter se originado a partir da descrição de um ritual cuja historicidade é comprovada por pesquisas arqueológicas modernas, que o situam em uma região da Colômbia atual,¹² o mito desvinculou-se de suas raízes andinas e o Eldorado passou a designar um lugar lendário, procurado em pontos distintos da América. Esta metamorfose é percebida nos relatos sobre as diversas expedições que os espanhóis empreenderam em busca de locais imaginários, como o País da Canela, objetivo da jornada pela Amazônia empreendida por Gonçalo Pizarro e Francisco de Orellana e documentada pelo padre Gaspar de Carvajal. As narrativas foram enriquecidas com as descrições feitas pelos cronistas sobre as cidades e os tesouros incas, passando a incorporar elementos como as “casas do sol”, que traziam a imagem da presença do ouro em abundância.¹³

O Eldorado migrou, então, dos Andes para a região amazônica, sendo situado, no final do século XVI, às margens do fantástico lago Parima ou Parime, supostamente localizado entre a Venezuela e a Guiana.¹⁴ Mesmo com a cerimônia do “cacique dourado” permanecendo no imaginário dos conquistadores, o “El Dorado, desde hacía mucho tiempo, ya no era un Cacique: se había convertido en una ciudad, en un país, en unas montañas de oro y en un lago”.¹⁵ Surgiu, assim, uma outra denominação para o Eldorado: Manoa, a cidade de ouro, descrita em uma relação deixada por Johannes Martinez, mestre de munições de Diego de Ordaz abandonado como traidor na Amazônia em 1531, que

¹² LANGER, 1997, p. 29.

¹³ Segundo Johnni Langer, o relato de Gaspar de Carvajal, ao mencionar as “cinco casas del sol a donde tienen sus ídolos de oro y de plata”, lembra a descrição de Cuzco feita por Francisco Xerez em 1534. A aproximação entre o Peru e o Eldorado teria se acentuado com a publicação, em 1552, da *História General de las Índias*, de Francisco de Gomara. Ver LANGER, 1997, p. 29-31.

¹⁴ LANGER, 1997, p. 31.

¹⁵ GANDÍA, 1946, p. 131.

teria sido levado até esta cidade pelos índios.¹⁶ A mítica Manoa se popularizaria através de obras como a do inglês Walter Raleigh, *The discoveries of the large, rich and beautiful empire of guiana, with a relation of the great and golden city of Manoa*, e por sua representação pela cartografia.¹⁷

A notoriedade do mito do Eldorado fica patente em sua irradiação por todo o continente americano, associado a outras lendas e lugares fantásticos. Sérgio Buarque de Holanda faz um inventário desses locais: “o Dourado de Paititi, nas regiões de Mojos e Chiquitos; o Dourado dos Césares, na Patagônia, até o Estreito de Magalhães e, para o norte, na área de Chaco; o Dourado das Sete Cidades, no território do Novo México atual, e o de Quivira, ao oriente das grandes planuras da América do Norte. A esses poderia juntar o Dourado do Vupabuçu e Paraupava, no Brasil (...)”.¹⁸ Porém, é preciso ficar atento à ressalva feita por Enrique de Gandía de “cómo los historiadores hicieron del Dorado sinónimo de imperios maravillosos, ciudades fantásticas, riquezas inconcebibles, y cómo los confundieron con otros móviles que no eran, por cierto, el de buscar al olvidado cacique de Guatavita”.¹⁹

Gandía cunha a expressão “falsos dourados” para denominar aquelas manifestações do mito não relacionadas à procura do “índio dourado” e de sua lagoa, estabelecendo uma tipologia baseada em um critério de autenticidade, definido pela vinculação das lendas com a cerimônia original da Laguna de Guatavita.²⁰ Ou seja, presume a existência de um Eldorado genuíno, diante do qual diversas outras representações do imaginário americano

¹⁶ LANGER, 1997, p. 30-31.

¹⁷ LANGER, 1997, p. 34-38.

¹⁸ HOLANDA, 2000, p. 43.

¹⁹ GANDÍA, 1946, p. 111-112.

²⁰ Ver o capítulo VIII, *Los falsos dorados*, em GANDÍA, 1946, p. 124-150.

seriam meros simulacros. Distinguir representações verdadeiras e falsas, a nosso ver, significa admitir a existência de uma realidade objetiva por detrás das imagens lendárias: somente seriam legítimas aquelas que correspondessem à “verdade dos fatos” que, no caso do Eldorado, estaria relacionada à historicidade do cacique de Guatavitá. Pensamos, ao contrário, que os mitos também contribuem para a construção da realidade histórica, trazendo um sentido para esta realidade. Os muitos “Dourados” que despontaram na América revelariam a força que o imaginário sobre as minas fabulosas e as cidades encantadas teve na ocupação do território, ao preencher o vazio dos mapas e mobilizar um grande contingente de aventureiros à sua procura, sendo um anacronismo qualificar tais mitos de falsos ou inverídicos.

No entanto, a observação de Gandía torna-se pertinente quando percebemos que sua categoria de “falsos dourados” contempla algumas situações onde o termo “Dourado” não aparece nas fontes disponíveis sobre as expedições. Nestes casos, chegar ao Eldorado não fazia parte do objetivo dos exploradores, sendo esta filiação uma obra posterior de cronistas e historiadores. Foi o que ocorreu com as entradas realizadas a partir do rio da Prata, como as jornadas de Hernando de Ribera, Domingo Martinez de Irala e Nuflo de Chaves ao Paraguai e ao Charcas, atribuídas por Ruy Díaz de Guzmán, por Antonio de Herrera y Tordesillas, pelo padre Pedro Lozano e pelo padre Guevara como uma busca deste lugar lendário.²¹ Gandía ilustra a confusão feita por estes autores através das evidências contidas em uma cópia da *Relação de Ribera*, realizada em Assunção no início do século XVII, na qual alguns trechos foram modificados durante sua transcrição:

²¹ Por outro lado, Enrique de Gandía não considera como “autênticas” diversas expedições que “no hemos comprobado la búsqueda del Cacique de Guatavitá, sino de regiones más o menos ricas e incógnitas, impropriamente designadas con el nombre del Dorado”, como as de Pedro de Ursúa, Antonio de Berrio e Walter Raleigh. Nestes exemplos, a referência ao “Dorado” aparece na documentação correspondente. Ver GANDÍA, 1946, p. 124-150, citação p. 126-127.

“Al margen de donde se habla de la Casa del Sol, lleva escrito ‘El Dorado’, y a continuación del párrafo ‘dicen que allí se encierra el Sol’, viene este outro ‘que hasta la laguna llaman el dorado’; con lo cual se prueba que los copistas del 1601 o quien mandó sacar dicha copia, suponían que las noticias consignadas por Ribera se referían al Dorado”.²²

A assimilação indiscriminada da busca de riquezas no interior desconhecido da América à procura do Eldorado se tornou um lugar-comum, não apenas entre os cronistas preocupados em registrar os acontecimentos de sua época, mas também entre os historiadores atuais dedicados ao estudo do lendário americano, seja pela similitude dos elementos observados, seja pelo sentido alegórico de lugar faustoso e enigmático que a palavra Eldorado passou a expressar, dissimulando ou enquadrando os componentes míticos das representações imaginárias em uma mesma classificação, sem embasamento histórico.

Plínio Freire Gomes, por exemplo, ao analisar a mitogeografia dos rios Amazonas e Prata, afirma: “Não faltam evidências de que os índios construíram à volta do Amazonas uma mitologia própria. Humboldt registrou uma belíssima lenda nativa, segundo a qual as Nuvens de Magalhães e as nebulosas de Argos seriam um reflexo do esplendor metálico lançado pelas montanhas de prata do Parima. As fontes da época mencionavam ainda o Vupubaçu ou Paraupava, províncias fantásticas associadas a uma lagoa central que possuía 33 léguas de largo e era circundada por cidades de ouro. Não é difícil perceber que esse imaginário de origem local repetia, como num jogo de espelhos, o próprio mito

²² GANDÍA, 1946, p. 216-217.

do El Dorado”.²³ Gomes não discrimina quais seriam estas “fontes da época”, remetendo-as à passagem de Sérgio Buarque de Holanda sobre o “Dourado do Vupabuçu e Paraupava”.²⁴ Holanda, por sua vez, cita somente Frei Vicente do Salvador e menciona a representação da Lagoa Dourada em alguns mapas, asseverando, erroneamente, que ela não aparece nos textos do próprio Gabriel Soares de Sousa, que morreu em sua demanda.²⁵ As semelhanças entre os mitos, “como num jogo de espelhos”, é o que parece levar Holanda a concluir que “Tributário, embora, do mito que se esgalhara de Nova Granada para a Guiana e o país dos Omágua, é significativo que esse Dourado, impellido por alguns até o Xaraies, na direção do Peru, não teve para nenhum dos cronistas portugueses, ao que se saiba, aquelas cores deslumbrantes ou a auréola paradisíaca de que se envolvera a Manoa lendária”.²⁶

Se por um lado não podemos reputar como falsas as crenças de exploradores como Pedro de Ursúa, Antonio de Berrio e Walter Raleigh, cobrando-lhes uma historicidade indevida, derivada de premissas teóricas assumidas *a posteriori*, por outro devemos exigir do pesquisador do imaginário a historicização dos elementos que constituem sua matéria-prima de trabalho. Isto é particularmente válido para os mitos do sertão brasileiro, que parecem estar mais ligados à segunda matriz mítica que mencionamos no início do capítulo, idealizada durante a exploração da bacia do rio da Prata, do que diretamente ao

²³ GOMES, Plínio Freire. *O Amazonas e o Prata na mitogeografia da América, Topoi*, Rio de Janeiro, n° 3, 2001, p. 41-61, citação p. 55.

²⁴ Ver p. 75, nota 18.

²⁵ HOLANDA, 2000, p. 43. Gabriel Soares se refere a esta lagoa no capítulo denominado *Que trata da grandeza do rio de São Francisco e seu nascimento*, no seu *Roteiro geral da costa brasileira*, chamando-a de Alagoa Grande. Ver SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001, p. 51. O interessante é que Sérgio Buarque de Holanda reproduz, no mesmo capítulo em que afirma a ausência da Lagoa Dourada nos escritos de Gabriel Soares, o trecho deste autor quinhentista que trata da Alagoa Grande, não fazendo uma correspondência entre as duas. Ver HOLANDA, 2000, p. 49.

²⁶ HOLANDA, 2000, p. 43.

Eldorado castelhano, ao qual muitas vezes são associados. Os motivos para tal decorrem das condições, ou limitações, para a transmissão do conhecimento sobre as novas terras, cujas principais alternativas incluíam os relatos publicados sobre o Novo Mundo e a comunicação oral através do contato com viajantes e exploradores. Iremos, então, buscar na documentação quinhentista os indícios que fundamentam estas considerações e que esclarecem as origens e as características do lendário brasileiro.

O trajeto a ser percorrido pela tradição do Eldorado até a América Portuguesa era longo e tortuoso, dificultado pelas barreiras naturais representadas pela cordilheira dos Andes e pelas florestas interiores, como a Amazônica. A noção da contigüidade entre o Brasil e o Peru, examinada no capítulo 1, baseava-se em conjeturas que tinham como um importante referente a localização das minas de Potosí,²⁷ cujo imaginário encontrava-se mais próximo às representações míticas surgidas na região platina do que ao Eldorado em suas múltiplas facetas. Se havia alguma possibilidade de conexão, e troca de informação, entre estas duas partes da América, esta seria através das trilhas indígenas existentes entre o litoral sul do Brasil e a região do rio Paraná e seus afluentes, que davam acesso ao Chaco paraguaio e à área de Charcas; mas este contato não aconteceu, efetivamente, antes

²⁷ Sérgio Buarque de Holanda comenta que “Já se mostrou aqui mesmo, através das narrativas de Anthony Knivet, entre outros, inspiradas muito provavelmente numa opinião corrente entre portugueses e luso-brasileiros, como se julgou, durante algum tempo, que não haveria grande espaço a caminhar daquelas partes para o Serro de Potosi”. Ver HOLANDA, 2000, p. 88. As dificuldades de comunicação entre o Brasil e o Peru podem ser constatadas pela descrição de um caminho fantasioso ligando essas partes da América, feita por Gandavo em 1576, época em que as viagens dos Andes ao litoral brasileiro por terra já eram uma realidade: “E até hoje hum só caminho lhe acharão os homens vindos do Perú a esta Provincia, e este tam agro, que em o passar perecem algumas pessoas cahindo do estreito caminho que trazem, e vam parar os corpos mortos tam longe dos vivos que nunca os mais vem, nem podem ainda que queirão dar-lhe sepultura”. Ver GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 81.

da expedição de Irala de 1548.²⁸ Mais ao norte, a utilização dos rios amazônicos como via de acesso ao Atlântico se tornou realidade somente a partir de 1541, com a viagem empreendida por Francisco de Orellana de Quito até a foz do rio Amazonas. É desta época, também, o primeiro texto impresso mencionando o Eldorado andino, a *História general y natural de las Índias*, de Gonçalo de Oviedo.²⁹

Vemos, assim, que as oportunidades para que as informações sobre o “cacique dourado” se difundissem plenamente pela América Portuguesa, até meados do século XVI, não eram as mais favoráveis. Até mesmo a divulgação do Eldorado através de obras impressas só conheceu um maior impulso no final deste século ou no início do século XVII.³⁰ Poderíamos propor, ainda, a alternativa de que as notícias sobre este mito se propagassem nas possessões lusitanas vindas da Europa, após terem sido levadas para lá por informantes procedentes das conquistas espanholas.³¹ É inegável que os acontecimentos ocorridos nas áreas castelhanas tornavam-se, de alguma forma,

²⁸ Segundo Enrique de Gandía, Irala havia partido em busca das minas dos índios caracaraes e, provavelmente, não associava estas riquezas com o Peru, que nesta época já se encontrava conquistado. Foi somente a partir desta expedição que a ligação do Paraguai com o Peru, efetivamente, se estabeleceu. Ver GANDÍA, 1946, p. 210.

²⁹ LANGER, 1997, p. 28.

³⁰ Johnni Langer cita as seguintes obras como importantes fontes de divulgação do mito: *Elegias de varones ilustres de Indias*, de Juan de Castellanos, publicada em 1589; *Relación de lo sucedido en el descubrimiento de guayana y Manoa*, de Antonio de Berrio, publicada em 1593 e *The discoverie of the large, rich and beautiful empire of guiana, with a relation of the great and golden city of Manoa*, de Walter Raleigh, publicada em 1596 na Inglaterra. Ver LANGER, 1997, p. 29-34. Enrique de Gandía relaciona outros cronistas, já no século XVII, que contribuíram para a propagação das notícias sobre o “Dorado”: Antonio de Herrera y Tordesillas, em sua *Historia general de los hechos de los castellanos en las Islas y Tierra Firme del Mar Oceano* e Fray Pedro de Simón, nas *Noticias historiales de las conquistas de Tierra Firme en las Indias Occidentales*. Ver GANDÍA, 1946, p. 117.

³¹ Restaria, por fim, a possibilidade de que o Eldorado fosse uma criação exclusivamente européia, concebida a partir da herança cultural do pensamento medieval e renascentista, tornando os referenciais andinos desnecessários para que semelhantes crenças se difundissem pelo Brasil. Tal opinião é defendida pelo pesquisador Demétrio Pérez Ramos, conforme exemplifica Johnni Langer. Ver LANGER, 1997, p. 26. Aceitar esta alternativa, porém, significaria negar a historicidade do mito do Eldorado e das demais concepções sobre as riquezas lendárias americanas, motivo pelo qual não a consideramos como uma hipótese válida no contexto de nossa pesquisa.

conhecidos no Brasil, pelo menos os mais relevantes, como a descoberta, em 1545, das minas de prata de Potosí. Mas não podemos afirmar, sem uma comprovação documental, que crenças importadas desta maneira possam ter se arraigado no imaginário brasileiro, a ponto de influenciar as concepções geográficas e lendárias locais.

As chances de que portugueses e espanhóis compartilhassem um imaginário comum eram maiores na costa oriental da América, já que chegar ao rio da Prata implicava na navegação ao longo do Atlântico, não sendo raro que navios castelhanos utilizassem alguns locais do litoral brasileiro para seu reabastecimento.³² A convivência entre navegantes e exploradores das duas nações ibéricas, em terra e a bordo dos navios, é bem anterior ao surgimento do Eldorado no outro lado do continente, remontando às primeiras décadas do século XVI. Jaime Cortesão, ao tratar dos tripulantes das embarcações que freqüentavam a região, ressalta que: “Várias armadas, uma após a outra, deixaram naufragos, condenados ou desertores na costa entre o estuário platino e Pernambuco. Observe-se, entretanto, que muitos deles embora embarcados em navios de Espanha, eram portugueses”.³³ É importante lembrar, ainda, a existência de caminhos terrestres ligando o Brasil ao Paraguai. Sérgio Buarque de Holanda relaciona diversos pontos de penetração no continente a partir do Atlântico: Patos, Viaçá, Cananéia e São Vicente. Esta relativa facilidade de comunicação coaduna-se com a observação de Holanda de que “Houve momento, com efeito, em que pareceram quase confundir-se nas terras da Bacia

³² Só para citar alguns exemplos, Sebastião Caboto esteve em Pernambuco, São Vicente e no porto dos Patos; Diogo Garcia em São Vicente; Fernão de Magalhães no Rio de Janeiro e D. Rodrigo de Acuña em Santa Catarina. Ver GANDÍA, 1946, p. 174-181; HOLANDA, 2000, p.127 e PIGAFETTA, Antonio. *A primeira viagem ao redor do mundo: o diário da expedição de Fernão de Magalhães*. Porto Alegre: L&PM, 2005, p. 53.

³³ CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo – capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955, p. 33.

do Prata – e cumpre não esquecer que entre ela se inscreve a capitania de Martim Afonso – as sociedades coloniais sujeitas respectivamente às coroas de Portugal e Castela”.³⁴

Foi na costa meridional do Brasil, possivelmente nas proximidades do rio da Prata, que apareceu uma das primeiras referências à existência dos povos e das riquezas andinas, revelada em um documento sobre a expedição de Dom Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, ocorrida entre 1513 e 1514: “Deveis saber além disto que elles trazem noticias bastante exactas de que do referido Cabo até nós ha perto de 200 milhas e que ahi estiveram num porto e rio, onde receberam noticias de muita prata e ouro e tambem cobre que se acham no interior do paíz. (...) Nesse mesmo lugar, á beira-mar, souberam daquelle mesmo povo que no interior do paíz existe um povo serrano que tem muito ouro e traz o ouro batido fino á maneira de arnez na fronte e ao peito”.³⁵ Constituiu-se, a partir de então, a já mencionada matriz mítica relacionada à exploração do rio da Prata, com grande prestígio em terras brasileiras. O litoral ao sul de Cananéia passou a ser conhecido como a “costa do ouro e da prata”,³⁶ atraindo a atenção de Portugal e Espanha, que iniciaram a disputa pela soberania na região.

Porém, foi somente após a viagem do João Diaz de Solis ao estuário platino, em 1516, que as notícias de riquezas forjaram as primeiras lendas, corporificadas nas imagens do “rei branco” e da “Serra da Prata”. Solis, que era português, mas encontrava-se a serviço de Castela, foi morto pelos indígenas no rio da Prata e uma de suas naus, no retorno à

³⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Um mito geopolítico: a ilha Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, 61-84, citação p. 65. Holanda relembra, ainda, que eram numerosos os moradores portugueses em Buenos Aires e Assunção, do mesmo modo que os castelhanos na vila de São Paulo.

³⁵ *NOVA Gazeta da Terra do Brasil, Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 33, 1911, p. 111-143, citação p. 119.

³⁶ HOLANDA, 2000, p. 88-89.

Espanha, naufragou perto da ilha de Santa Catarina. Quando outra expedição espanhola passou por lá, dez anos depois, sob o comando do veneziano Sebastião Caboto, encontrou dois sobreviventes da armada de Solis, Henrique Montes e Melchior Ramirez, que falaram sobre a jornada que outros náufragos, dentre os quais os portugueses Aleixo Garcia e um mulato chamado Pacheco, haviam feito ao interior do continente, motivados pelas informações dadas pelos indígenas sobre o rei branco e os metais preciosos. Garcia e seus companheiros foram dizimados pelos guaranis nas imediações do rio Paraguai, chegando ao litoral de Santa Catarina somente alguns índios que os acompanhavam, que traziam, junto com as novidades sobre o fim de Garcia, amostras de ouro e de prata.³⁷

Aleixo Garcia saiu do porto de Patos, um dos pontos de penetração ao interior mencionados por Holanda, por volta de 1525, chegando, provavelmente, até os contrafortes andinos da região de Charcas. Seu roteiro é reconstituído por Jaime Cortesão da seguinte forma: “Tendo partido da costa, a expedição atingiu o Paraná pelo Iguaçu, passou daquele rio ao Paraguai, que subiu; atravessou o Alto Chaco e, penetrando entre os rios Pilcomaio e Grande ou Guapaí, alcançou a região de Potosi e Sucre, onde atacou algumas povoações incaicas, com cujos despojos se retirou para o Paraguai”.³⁸ E, mais adiante, acrescenta: “Ficavam desta forma conhecidas as possíveis comunicações entre o Paraguai e a região andina, quer partindo das costas brasileiras, quer do estuário platino”.³⁹ Este caminho se tornaria, posteriormente, conhecido como Peabiru, antiga

³⁷ Sobre as expedições de Solis, Aleixo Garcia e Caboto ver HOLANDA, 2000, p. 89-91; CORTESÃO, 1955, p. 34-38 e GANDÍA, 1946, p. 155-160.

³⁸ CORTESÃO, 1955, p. 34.

³⁹ CORTESÃO, 1955, p. 35.

trilha indígena cuja construção era atribuída pelos nativos ao mítico pai Sumé, que os missionários jesuítas identificaram como o apóstolo São Tomé.⁴⁰

As notícias sobre a existência do rei branco e da Serra da Prata foram, continuamente, transmitidas aos portugueses e espanhóis pelos índios guaranis do sul do Brasil. Tais notícias eram ouvidas no litoral brasileiro e ao longo do rio da Prata até o Paraguai.⁴¹ Os guaranis conheciam bem as regiões interioranas devido às várias incursões ofensivas por eles realizadas contra os domínios incaicos. Segundo Enrique de Gandía, a ampla difusão da existência do império inca e de suas riquezas entre os indígenas da América do Sul havia atraído os guaranis até as montanhas andinas, onde eram conhecidos como chiriguanes, estabelecendo uma corrente migratória através do Chaco paraguaio.⁴² As informações fornecidas pelos nativos da bacia platina incluíam, também, referências aos índios caracaras e suas minas de prata, que Gandía identifica com as ricas jazidas de Potosí.⁴³

O mito da Serra da Prata consolidou-se, portanto, através dos informes revelados pelos indígenas, que se baseavam nos conhecimentos geográficos dos guaranis e em seus contatos com os povos andinos, senhores de muito ouro e prata. Os participantes das explorações pioneiras no sul do Brasil, interpretando o que diziam os nativos, engendraram as imagens ligadas a estas riquezas e propagaram sua fama, que chegou até a Europa no retorno das armadas de Solís, Diogo Garcia, Cristóvão Jacques e Rodrigo de Acuña.⁴⁴ No litoral brasileiro, os remanescentes destas expedições contribuíram na

⁴⁰ HOLANDA, 2000, p. 142-143.

⁴¹ GANDÍA, 1946, p. 153.

⁴² GANDÍA, 1946, p. 152-153.

⁴³ GANDÍA, 1946, p. 170-171.

⁴⁴ GANDÍA, 1946, p. 180.

elaboração e disseminação da lenda, principalmente após a jornada de Aleixo Garcia: “Pelos naufragos de Solis, em particular Enrique Montes, Melchior Ramirez e Francisco Chaves, a existência de grandes riquezas numa serra, que se alcançava subindo o Paraguai, e onde reinava um rei Branco, difundiu-se com enorme rapidez e determinou durante muito tempo o rumo das expedições, que passaram a buscar o Prata”.⁴⁵

A influência destas notícias pode ser observada na expedição de Sebastião Caboto, planejada, originalmente, para se dirigir às ilhas Molucas em 1526. Enrique de Gandía considera que a proposta de Caboto de navegar até este arquipélago visava, somente, a obtenção de financiamento por parte da coroa espanhola, já que sua real pretensão era a exploração da região platina.⁴⁶ Se sua idéia era esta ou não, o certo é que em Pernambuco, após conversar com os portugueses e ser informado dos rumores que pairavam sobre o rio de Solis e dos naufragos que se localizavam no porto de Patos, Caboto mudou o roteiro e os objetivos de sua viagem para a busca das riquezas platinas. Aportando na ilha de Santa Catarina, encontrou-se com Henrique Montes e Melchior Ramirez, que narraram a história de Aleixo Garcia e confirmaram o que se dizia a respeito do rei branco e da Serra da Prata.

Alguns documentos relacionados à viagem de Caboto são bastante relevantes para o conhecimento do imaginário brasileiro quinhentista a respeito da existência das riquezas minerais. A carta escrita em 1528 por um companheiro de Caboto, Luiz Ramirez,

⁴⁵ CORTESÃO, 1955, p. 36. Jaime Cortesão é enfático ao tratar do impacto que as notícias dos índios e os detalhes da expedição de Aleixo Garcia tiveram no imaginário sobre as riquezas do sul do Brasil: “Desde Pernambuco ao estuário platino, como se vê do exposto, os naufragos comunicavam entre si; ofereciam base de abastecimentos às armadas em curso; e davam informes sobre a existência das riquezas, a cuja região conduzia o rio Paraguai. (...) Vários núcleos intermediários, como São Vicente, Rio de Janeiro, Pôrto Seguro e Baía de Todos os Santos haviam de participar desse fundo informativo”. Ver CORTESÃO, 1955, p. 38-39.

⁴⁶ GANDÍA, 1946, p. 157.

descreve o encontro com os náufragos no porto de Patos e, além de revelar alguns detalhes sobre a jornada de Aleixo Garcia, menciona, explicitamente, o “rei branco” e a “Serra da Prata”, comprovando a forma como portugueses e espanhóis traduziam, ou denominavam, as referências indígenas. Luiz Ramirez ouvira de Henrique Montes que “estaba cierto que entrando por el rio de Solís iriamos á dar en un rio que llaman Paraná, el qual es mui caudalosisimo y entra dentro en este de Solís con 22 vocas, y que entrando por este dicho rio arriba no tenia en mucho cargar las naos de oro y plata aunque fuesen mayores, porque dicho rio de Paraná, y otros que á el bienen á dar, iban á confinar con una sierra á donde muchos Yndios acostumbraban ir y venir, y que en esta sierra havia mucha manera de metal, y que en ella havia mucho oro y plata (...)”.⁴⁷ E acrescenta o que tanto Montes, quanto Melchior Ramirez, asseveravam: “los quales dijeron quellos quedaron alli siete hombres de su armada sin otros que por otra parte se havian apartado, y que destes ellos dos solo havian quedado alli estantes en la tierra, y los demas vista la gran riqueza de la tierra, e como junto á la dicha sierra avia un Rey blanco que traia buenos vestidos como nosotros, se determinaron de ir allá”.⁴⁸

Luiz Ramirez também utiliza as imagens do “rei branco” e da “Serra da Prata” no restante de sua narrativa, quando já se encontrava, junto com Caboto, navegando pelo rio Paraná. Em algumas situações, estes termos eram usados na interpretação do que os índios diziam: “Esta generacion nos dió mui buena relacion de la sierra y del Rey blanco”.⁴⁹ Ou ainda: “Estos nos dijeron que de la otra parte de la sierra confinaba la mar y segun decian crecia y menguaba mucho y mui supito, y segun la relacion que dan el Sñr. Capitan

⁴⁷ *CARTA de Luiz Ramirez*. Rio da Prata, 10 de julho de 1528, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n° 15, 1852, p. 14-41, citação p. 20.

⁴⁸ *CARTA de Luiz Ramirez*, p. 20.

⁴⁹ *CARTA de Luiz Ramirez*, p. 26.

General piensa que la mar del sur, y en ser así no menos tiene este descubrimiento que de la sierra de la plata por el gran servicio que S.M. en ello recibiera”.⁵⁰ Mas a Serra da Prata aparece, también, como una referencia geográfica dada pelo próprio Ramirez, sugiriendo ser esta una concepción de uso corriente: “ansi que com este trabajo que digo á vuestra merced pasamos la boca del Paraguay, un río mui caudaloso que va á la dicha sierra de la plata”.⁵¹

Outras evidências importantes, suscitadas pela expedição de Caboto, referem-se à participação efetiva dos portugueses na elaboração da lenda da Serra da Prata e em sua difusão. Na *Probanza hecha en Ocaña a petición del capitán Francisco de Rojas*, citada por Gandía, aparecem várias alusões ao conhecimento dos portugueses sobre as riquezas e segredos do rio da Prata, durante a estadia de Caboto em Pernambuco: “que en el dicho Pernambuco vido este testigo cómo el dicho Sebastián Caboto e Miguel Rifos y el factor que allí estaba en el dicho Pernambuco, muchas veces estaban apartados hablando, y después supo este testigo del mismo factor que lo que hablaba era informarse del dicho factor de la riqueza que había en el dicho río de Solís; y de allí del dicho Pernambuco vido este testigo cómo se tomó la derrota para el puerto de los Patos, donde decía el dicho factor que había unos cristianos que habían quedado de la dicha armada del dicho Juan de Solís, los cuales el dicho factor decía que estaban muy informados de la riqueza que en el dicho río había”. Outra testemunha menciona o mesmo: “vido venir muchas veces al factor de Pernambuco, e piloto e a otros portugueses que iban a la nao capitana, los cuales dieron las nuevas contenidas en la pregunta de mucha riqueza de oro y plata que

⁵⁰ CARTA de Luiz Ramirez, p. 27.

⁵¹ CARTA de Luiz Ramirez, p. 31.

decían que había en aquel río”.⁵² Também é bastante sugestiva a observação de Enrique de Gandía de que os portugueses, em 1526, já conheciam o rio de Solis como o rio da Prata, enquanto documentos espanhóis, como a *Carta de Luiz Ramirez*, utilizam-se da primeira denominação.⁵³

E não foram somente os espanhóis os instigados a penetrar o território em busca das riquezas lendárias da Serra da Prata. As notícias trazidas por Caboto e Diogo Garcia também teriam chegado a Portugal, motivando a expedição de Martim Afonso de Sousa ao litoral brasileiro,⁵⁴ acompanhado por Henrique Montes e Gonçalo da Costa, português que havia passado muitos anos no Brasil e que participaria, anos mais tarde, de outras expedições castelhanas ao rio da Prata e ao Paraguai.⁵⁵ Em Cananéia, Martim Afonso recebeu mais notícias da existência de ouro e prata, fornecidas, desta vez, por Francisco de Chaves, outro provável remanescente do naufrágio da armada de Solis, conforme cogitado por Sérgio Buarque de Holanda e Jaime Cortesão.⁵⁶ A descrição deste encontro aparece no *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*: “Quinta-feira, dezassete dias do mês d’Agosto, veo Pedr’Eannes, piloto, no bargantim e com ele veo Francisco de Chaves e o bacharel e cinco ou seis castelhanos. Este bacharel havia 30 anos que estava degradado nesta terra e o Francisco de Chaves era mui grande língoa desta terra. Pola enformação que dela deu ao capitão Irmão mandou a Pero Lobo com oitenta homens que

⁵² GANDÍA, 1946, p. 180-181.

⁵³ GANDÍA, 1946, p. 187.

⁵⁴ GANDÍA, 1946, p. 190.

⁵⁵ Gonçalo da Costa acompanhou a expedição de Pedro de Mendoza ao rio da Prata, em 1534, como intérprete dos índios, e foi o piloto-mor de Cabeza de Vaca em 1540. Ver HOLANDA, 2000, p. 128.

⁵⁶ CORTESÃO, 1955, p. 36 e HOLANDA, 2000, p. 89.

fosse descobrir pola terra dentro, porque o dito Francisco de Chaves se obrigava que em dez meses tornara ao dito porto com quatrocentos escravos carregados de prata e ouro”.⁵⁷

Após estas declarações de Francisco de Chaves, Martim Afonso de Sousa deu ordens para que Pero Lobo, em 1531, partisse de Cananéia em direção ao rio Paraná, guiado pelo próprio Chaves. Mas, diferentemente das expedições espanholas anteriores, Pero Lobo fez seu trajeto por terra e chegou em algum ponto do caminho utilizado por Aleixo Garcia, tendo um fim semelhante ao do naufrago português ao ser morto pelos índios, junto com os demais participantes de sua expedição.⁵⁸

As jornadas de Garcia e Pero Lobo ilustram a relativa facilidade de se chegar ao interior do continente, partindo do litoral meridional brasileiro. Em meados do século XVI já havia um caminho terrestre consolidado, ligando São Vicente a Assunção, que provavelmente aproveitava as trilhas seguidas por estes pioneiros.⁵⁹ Esta rota deve ter sido bastante utilizada “pelos portugueses de São Vicente, em busca dos Carijó, e ainda mais pelos castelhanos do Paraguai, que vinham à costa do Brasil ou pretendiam ir por ele à Espanha”,⁶⁰ sendo mencionada nos relatos de diversos exploradores que a percorreram, como Cabeza de Vaca e Ulrich Schmidel, e citada em algumas cartas jesuíticas, como a do padre Leonardo Nunes, de 29 de junho de 1552: “Depois de ter escrito a V. R. falei com uns castelhanos que aqui estão, e vieram do Peru até aqui por

⁵⁷ *DIÁRIO da navegação de Pero Lopes de Sousa*. In: GUIRADO, Maria Cecília. *Relatos do descobrimento do Brasil: as primeiras reportagens*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, p. 139-189, citação p. 163-164.

⁵⁸ HOLANDA, 2000, p. 98-102.

⁵⁹ HOLANDA, 2000, p. 102.

⁶⁰ HOLANDA, 2000, p. 102.

terra, e depois dêstes chegaram outros do Paraguai onde têm uma grande povoação como lá verá nas cartas (...).⁶¹

Por este caminho chegavam, também, as notícias das expedições espanholas realizadas a partir das povoações estabelecidas na bacia do rio da Prata e no Paraguai: “Depois de partida de aqui a armada, daí a poucos dias chegaram uns homens, que tinham ido à terra firme dentro, a descobrir a noticia de ouro, onde andaram passante de dois anos, e nos contaram grandes novas da gentilidade e do que deles souberam”, diz o padre Manoel da Nóbrega em uma carta escrita de São Vicente, em 15 de junho de 1553.⁶² Serafim Leite esclarece que, nesta mesma época, chegou a São Vicente Ulrich Schmidel e que as informações divulgadas por Nóbrega em sua carta teriam sido fornecidas por outro membro da Companhia de Jesus, o irmão Antônio Rodrigues, que havia acompanhado Schmidel.⁶³ Nóbrega menciona alguns detalhes que, a princípio, parecem mera fantasia, derivada da velha crença européia sobre as amazonas, as mulheres guerreiras que, freqüentemente, eram avistadas em diferentes partes da América:⁶⁴ “Têm grandes povoações e têm um principal a que todos obedecem. (...) E porque destes há muitas

⁶¹ CARTA do Padre Leonardo Nunes ao Padre Manoel da Nóbrega. São Vicente, 29 de junho de 1552. In: LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 135-140, citação p. 135. O único caminho conhecido por terra, nesta época, para se chegar ao litoral do Brasil vindo do Peru era através do Chaco paraguaio. Este caminho, na segunda metade do século XVI, perderia a primazia para o trajeto através de Córdoba e Tucumán, “com o que se evitam a dificultosa navegação dos afluentes ocidentais do rio Paraguai e a travessia de zonas particularmente inóspitas e agrestes, como o são as do Chaco”. Ver HOLANDA, 2000, p. 107.

⁶² CARTA do Padre Manoel da Nóbrega ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara. São Vicente, 15 de junho de 1553. In: LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 39-50, citação p. 41-42.

⁶³ CARTA do Padre Manoel da Nóbrega ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara, p. 42.

⁶⁴ Sérgio Buarque de Holanda relaciona os diversos pontos onde as Amazonas foram localizadas, como a ilha Matininó, descrita por Colombo; a cidade de Pasto, no novo reino de Granada; o rio de Orellana, que ficaria conhecido como rio das Amazonas; o extremo sul do continente, durante a conquista do Chile por Pedro de Valdivia; e a região do Iucatã, na preparação da expedição de Juan de Grijalva. Ver HOLANDA, 2000, p. 29-31.

gerações, uma delas, que está mais perto das Alamazonas têm guerra com elas. E são estas Alamazonas tão guerreiras, que vão à guerra contra êles, e os mais valentes que podem tomar, desses concebem. E se parem filho dão-no a seu pai ou o matam, e se filha criam-na e cortam-lhe o peito direito por razão do arco. Entre estas Alamazonas dizem que está a noticia do ouro”.⁶⁵

Contudo, mais do que a repetição de um motivo arquetípico, esta referência às amazonas é extremamente elucidativa sobre as origens das lendas do sertão brasileiro, fornecendo indícios que associam as concepções que iriam desenvolver-se na América Portuguesa aos mitos propagados através da bacia platina. A partir dos anos 40 do século XVI, “Otras ‘noticias’ comenzaban a surgir en el Paraguay. Se hablaba de un Imperio poderoso, lleno de infinitas riquezas y de un lago con una casa de oro donde dormía el Sol”.⁶⁶ A nação das mulheres guerreiras, descrita pelos exploradores do Paraguai, era, geralmente, localizada nas proximidades desta lagoa. Se as notícias sobre as amazonas chegavam até São Vicente, o mesmo acontecia, certamente, com este “lago onde dormia o sol”: esta seria a origem mais provável da Lagoa Dourada brasileira e não o Eldorado espanhol, que neste período ainda não havia rompido os limites andinos do “cacique dourado”. Utilizaremos outras fontes sobre os mitos geográficos do Brasil quinhentista para descobrir os vestígios que possam comprovar esta suposição. Antes, porém, é necessário conhecer os atributos associados a estas novas imagens, forjadas no avanço da ocupação da região platina em direção aos Andes, para analisarmos seu vínculo com o lendário brasileiro.

⁶⁵ CARTA do Padre Manoel da Nóbrega ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara, p. 42.

⁶⁶ GANDÍA, 1946, p. 194.

Enrique de Gandía considera que a idéia da Serra da Prata, aos poucos, vai perdendo crédito, principalmente após o malogro da expedição de Juan de Ayolas, enviado por Pedro de Mendoza, em 1536, em busca desta serra mítica e desaparecido no Chaco paraguaio com todos os homens que o acompanhavam.⁶⁷ As próximas explorações na região seriam realizadas por antigos expedicionários, como Hernando de Ribera, remanescente da armada de Caboto,⁶⁸ e Domingo Martinez de Irala e Ulrich Schmidel, companheiros de Ayolas em sua entrada pelo rio Paraná, que haviam ficado aguardando seu retorno no recém fundado porto de Candelária.⁶⁹ Em 1543, Irala, Schmidel e Ribera, fizeram novas incursões ao Paraguai: Domingo de Irala e Ulrich Schmidel acompanharam o adelantado Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, percorrendo o caminho da Ilha de Santa Catarina até Assunção, mesmo roteiro seguido, quase duas décadas antes, por Aleixo Garcia; Hernando de Ribera, por sua vez, navegou do porto dos Reis até a região dos índios xarayes.⁷⁰

Um elemento comum nas narrativas de Ribera, Schmidel e Irala são as notícias sobre as amazonas. No *Relato de Hernando de Ribera*, publicado nos *Comentários*, de Cabeza de Vaca, as mulheres guerreiras são apresentadas como vizinhas de um lago conhecido como “Casa do Sol”. É interessante comparar este trecho com a carta do padre Nóbrega anteriormente citada: “Os ditos índios, em conformidade, sem discordar, disseram que a dez jornadas dali, pelo lado oeste-noroeste, havia povoados grandes, sendo um só de mulheres, que tinham muito metal branco e amarelo, e que os assentos e objetos de suas

⁶⁷ GANDÍA, 1946, p. 192-195.

⁶⁸ GANDÍA, 1946, p. 215.

⁶⁹ GANDÍA, 1946, p. 193.

⁷⁰ GANDÍA, 1946, p. 207.

casas eram todos desse metal. Essas índias tinham por principal uma mulher, sendo elas gente temida e guerreira. E que antes de chegar à tribo das ditas mulheres havia uma tribo de índios muito pequenos, com os quais costumavam guerrear, assim como com a tribo desses índios que prestavam a informação. Durante certo período do ano essas mulheres costumam se juntar com os índios comarcãos, com os quais têm sua conjugação carnal. Ao ficarem grávidas, se geram filhas, criam para si, mas se são meninos criam até deixarem de mamar, quando então os enviam para seus pais. Informaram ainda que por aquela parte em que moravam as ditas mulheres havia ainda muitas outras populações, cujas terras limitavam com as delas. Pelo que disseram, estas populações eram perto de um lago muito grande, que os índios chamavam de Casa do Sol, porque era ali que o sol desaparecia”.⁷¹ As características descritas por Nóbrega aparecem nas declarações de Ribera, sugerindo que ambos falavam sobre uma mesma tradição: as povoações numerosas, as guerras de certas tribos contra as amazonas, o distinto tratamento dado aos filhos e filhas que estas concebiam e a presença do ouro em seus domínios.

Sucedendo a imagem da Serra da Prata surgiria, assim, a de uma lagoa, em cujas imediações habitavam as amazonas e muitas outras populações, possuidoras de metais preciosos em abundância. Gandía interpreta estas representações como uma tradução, feita pelos espanhóis, daquilo que os índios contavam a respeito do Peru e dos incas: o grande lago corresponderia ao Titicaca com seu Templo do Sol e as mulheres guerreiras seriam uma alusão às Virgens do Sol.⁷² Tradução em termos míticos, poderíamos

⁷¹ *RELATO de Hernando de Ribera*. In: CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufraágios e Comentários*. Porto Alegre: L&PM, 1999, p. 306-313, citação p. 309-310.

⁷² GANDÍA, 1946, p. 208-209.

acrescentar, que acabaria por conceber novas lendas, como a do reino de Paititi e de seu monarca fabuloso, o Gran Moxo, associados, também, a uma laguna.⁷³

A influência do Eldorado nos mitos da região platina só seria percebida na segunda metade do século XVI, como indica a ausência da palavra “Dorado” nos documentos paraguaios anteriores a 1560.⁷⁴ Como exemplo, comparemos o *Memorial de Nuflo de Chaves y de Hernando de Salazar*, escrito neste mesmo ano, com a *Relação de Francisco Ortiz de Vergara*, de 1565. No *Memorial*, a expedição de Nuflo de Chaves e de Hernando de Salazar, iniciada em 1548, é apresentada a partir da fama da “terra rica”, que se desejava descobrir: “desde la çiudad de la açuncion que es en la dha. provincia del rrio de la plata fue el capitan nuflo de chaves y el dho. her.^{do} de salazar con outra çierta gente en descubrimiento de la tierra donde hera fama y avia notiçia ser tierra rrica”.⁷⁵ Já na *Relação de Francisco Ortiz de Vergara*, a jornada de Chaves é descrita como uma tentativa de conquista das Amazonas e do Dorado: “Partí de allí, llevando conmigo al capitan Nuflo de Chaves y su mujer y hijos, con intento de que fuese á sustentar á Sancta

⁷³ É o que se verifica em algumas obras citadas por Enrique de Gandía. Na *Orden y traza para descubrir y poblar la tierra de los Chunchos*, escrita por Miguel Cabello de Balboa no início do século XVII, lê-se: “Paititi, provincia tan copiosa de gente quanto lo dicen las noticias que de aquel archipiélago se tienen; y llámanle así, porque, como queda dicho, sábese ser la mayor parte della lagunas con islas muy pobladas (...). Y desde estas provincias tuvieron noticia muy cierta del Paititi y de la provincia que queda dicho ser de mugeres”. Ver GANDÍA, 1946, p. 230. No canto V do poema *La Argentina*, de Martín del Barco Centenera, texto contemporâneo ao de Cabello de Balboa, o “Gran Moxo, Señor del Paytite” é descrito assim: “En una gran Laguna, Este habitava, | Entorno de la qual están poblados | Los indíos, que a su mano él sujetava | En pueblos por gran orden bien formados”. Ver GANDÍA, 1946, p. 224.

⁷⁴ GANDÍA, 1946, p. 221.

⁷⁵ *MEMORIALES de Nuflo de Chaves y de Hernando de Salazar que Cristoval de Salazar envia a S. M.* In: *COLECCIÓN de documentos relativos á la historia de América y particularmente á la historia del Paraguay*, tomo II. Asunción: Talleres Nacionales de M. Kraus, 1901, p. 304-310, citação p. 304.

Cruz de la Sierra, que él habia plobado, saliendo á conquistar y descubrir la noticia de las Amazonas y Dorado, de que en aquella tierra se tiene gran noticia”.⁷⁶

Enrique de Gandía supõe que Domingo de Irala tomou conhecimento do Eldorado em 1549, após seu contato com os castelhanos de Charcas, tendo acontecido, a partir de então, uma progressiva incorporação das representações sobre o Eldorado no imaginário do rio da Prata, formado ao longo de décadas de exploração dessa região. A evidência estaria em uma carta escrita por Irala em 1555, a qual, apesar de não mencionar a palavra “Dorado”, diz que “(...) esta noticia es la que se platica y aprende en el Perú, Santa Marta, Cartagena y Venezuela”.⁷⁷ Mesmo que esta suspeita seja verdadeira, as crenças surgidas no Paraguai já haviam tomado, nesta época, uma feição própria, formando uma mitologia específica com influência em outras regiões, como o Brasil. Tal mitologia incluía, em meados do século XVI, a noção da existência de uma lagoa, próxima à terra das amazonas, em uma região muito povoada e rica em ouro. A relação entre estas imagens e o Eldorado seria disseminada, sobretudo, através dos cronistas que buscavam registrar a história da conquista das possessões espanholas, inserindo nas narrativas concepções geográficas e míticas vigentes na época em que suas obras foram escritas, mas não necessariamente compartilhadas pelos primeiros exploradores.

Assim o fez Juan López de Velasco, cosmógrafo e cronista das Índias, em sua *Geografía y descripción universal de las Indias*, de 1574: “Por las provincias del Río de la Plata se tiene relación de los indios que caen hacia la Equinoccial y parte del norte por encima del

⁷⁶ RELACION verdadera del viaje y salida, que hizo del Rio de la Plata al Perú, Francisco Ortiz de Vergara. In: COLECCION de documentos ineditos, relativos al descubrimiento, conquista y organizacion de las antiguas posesiones españolas en América y Oceanía, sacados de los Archivos del Reino y muy especialmente del de Indias, por D. Luis Torres de Mendoza, tomo IV. Madrid: Imprenta de Frias y compañía, 1865, p. 378-390, citação p. 379.

⁷⁷ GANDÍA, 1946, p. 221.

puerto de los Reys, hasta donde llegó Cabeza de Vaca, que quince jornadas de allí para el norte hay una laguna tan grande que se pierde de vista la tierra en ella, la cual llaman del Dorado, porque en medio hay unas islas en que hay muchas minas de oro muy ricas, y que sus riberas están pobladas de muchos indios y señores que hacen sacar el oro dellas, y que de esta laguna sale el Rio de la Plata, cerca de la cual también dicen que está una provincia de mugeres que llaman las *amazonas*, que no tienen hombres, sino los que van á buscar fuera de su provincia”.⁷⁸ Todos os elementos dos mitos paraguaios encontram-se relacionados nessa passagem, tendo sido incorporados à terra do Eldorado.⁷⁹

As observações de Velasco tornam-se reveladoras, para os objetivos de nosso trabalho, no parágrafo seguinte: “Así mismo, por las provincias del Brasil, los portugueses tienen noticia de esta laguna, y la comienzan ya á pintar en sus cartas dentro de la demarcación de Portugal, y también el río de San Francisco que sale por el Brasil á la mar del Norte dicen que sale de esta laguna, y le llaman de las Amazonas por pasar por las provincias dellas; y así platican de ir á poblar ya esta laguna”.⁸⁰ Aqui temos, de forma explícita, a confirmação de que os mitos geográficos portugueses, relacionados à existência de uma lagoa na nascente do rio São Francisco, mais tarde conhecida como Lagoa Dourada, derivavam-se das crenças surgidas na província do rio da Prata. E não menos importante é esta referência ao rio São Francisco, que iria exercer um papel de destaque no lendário brasileiro.

⁷⁸ VELASCO, Juan López de. *Geografía y descripción universal de las Indias*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1894, p. 398.

⁷⁹ Este trecho, apesar de se reportar à província do rio da Prata, faz parte das *Noticias del Dorado ó Nueva Extremadura*, incluídas na seção dedicada à *Chorografía de la gobernación de Cartagena*. A obra possui uma seção específica denominada *Chorografía de las provincias del Río de la Plata*.

⁸⁰ VELASCO, 1894, p. 398.

Outra obra interessante e elucidativa é *La Argentina*, de Ruy Díaz de Guzmán, escrita no início do século XVII. Guzmán era neto de Domingo de Irala e sua narrativa apresenta as crenças comuns, até então, na região platina e no Paraguai, combinadas com as visões do Eldorado: “dijéronle también estos indios a Domingo de Irala cómo entre el Brasil y el Marañón y las cabezadas del Río de la Plata, había una provincia de mucha gente que tenían sus poblaciones a las riberas de una gran laguna y que poseían gran cantidad de oro de que se servían: y así le dieron los españoles a esta laguna por nominación el Dorado, cuyos naturales dicen que confinan con unos pueblos de solas mugeres ... por lo cual nuestros españoles llamaron a aquella parte la tierra de las Amazonas”.⁸¹ E, mais uma vez, aparecem os portugueses como partícipes na elaboração das imagens sobre a mítica lagoa: “más adelante, por el Paraná, entran otros muchos a una y otra mano, en especial el Paranaiba-huy, y otro que dicen de la laguna del Dorado, que viene de la parte del Norte, de donde han entendido algunos portugueses que cae aquella laguna tan mentada, que los moradores de ella poseen muchas riquezas”.⁸²

⁸¹ GUZMÁN, Ruy Díaz de. *La Argentina*, lib. II, cap. VI, apud GANDÍA, 1946, p. 210.

⁸² GUZMÁN, Ruy Díaz de. *La Argentina*, lib. I, cap. III, apud GANDÍA, 1946, p. 214.

2.2 Os mitos do sertão na América Portuguesa quinhentista

O maravilhoso geográfico no Brasil

O imaginário comum a espanhóis e portugueses, que incluía crenças como o rei branco, a Serra da Prata, a lagoa “onde dormia o sol” e as mulheres guerreiras, põe em evidência a questão elaborada por Sérgio Buarque de Holanda de que “não é menos certo que todo o mundo lendário nascido nas conquistas castelhanas e que suscita eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes de juventude, tende antes a adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que se penetra na América Lusitana”.⁸³ Até que ponto seria possível sustentar esta contraposição entre as representações lendárias vigentes nas áreas castelhanas e portuguesas, a partir do momento que se identifica uma visão compartilhada, formada pelo que chamamos de matriz mítica da bacia do rio da Prata?

Ana Cristina Araújo chama a atenção para a necessidade de “aprofundamento e de revisão crítica” das proposições desenvolvidas por Holanda em sua obra *Visão do Paraíso*, relacionadas à “interferência da mitografia edênica no processo de exploração da América hispânica e portuguesa”.⁸⁴ Segundo esta autora, se no Brasil os elementos fantásticos tenderam a uma certa moderação, não seria em função da experiência dos portugueses adquirida em terras longínquas, o que, conforme Holanda, os teria tornado imunes, pelo costume, aos mistérios que tais lugares suscitavam, mas porque seria no

⁸³ HOLANDA, 2000, p. 161.

⁸⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. *O maravilhoso mundo “reencontrado” na América Portuguesa*. In: *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor João Marques*, vol. 1. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2001, p. 171.

orientes, e não no ocidente, onde os portugueses identificavam “os sinais sobrenaturais deixados pelo rasto da criação divina”.⁸⁵

Holanda reconhece o mito de São Tomé como o único “cuja difusão no continente esteve a cargo de portugueses e, em contraste com os demais, foi do Brasil que se expandiu para o Paraguai, o Peru e o Prata”. E foi no oriente que este mito teria se desenvolvido, já sendo conhecido por lá antes da chegada de Vasco da Gama à Índia, aparecendo nos relatos de Marco Polo e de Montecorvino e na carta do Preste João.⁸⁶ Apesar de não ter sido uma criação lusitana, Araújo relembra os esforços dos portugueses na busca de vestígios sobre as lendárias comunidades cristãs orientais e suas expedições em áreas indianas seguindo os indícios supostamente deixados pelo santo.⁸⁷ O maravilhoso relacionado ao imaginário cristão, deste modo, exerceu uma atração significativa nos portugueses do oriente, sendo transplantado para as terras americanas já nas primeiras incursões ao continente recém descoberto, conforme mostram as notícias contidas na já citada *Nova Gazeta da Terra do Brasil*: “Nessa mesma costa ou terra ha ainda memoria de São Thomé. Quizeram tambem mostrar aos Portugueses as pegadas no interior do paiz. E quando fallam de São Thomé dizem que elle é o deus pequeno. Pois ha outro deus que é maior. É bem crível que tenham lembrança de São Thomé, pois é sabido que São Thomé realmente está por traz de Malacca na costa de Siramatl no golfo de Ceylão”.⁸⁸

Outra lenda associada ao oriente e que conheceu forte prestígio entre os portugueses foi a do reino do Preste João. Sérgio Buarque de Holanda, apesar de admitir que “aos

⁸⁵ ARAÚJO, 2001, p. 171.

⁸⁶ HOLANDA, 2000, p. 133-134.

⁸⁷ ARAÚJO, 2001, p. 172.

⁸⁸ *NOVA Gazeta da Terra do Brasil*, p. 118.

portugueses, já no século XV, coubera parte nada irrelevante na demanda do fabuloso país do Preste João”, minimiza a ascendência desta crença no imaginário lusitano, pois, ao transferirem o reino mítico para a Etiópia, os portugueses contribuíram “para que se simplificasse e desbotasse a lenda, fazendo emergir, em seu lugar, uma realidade bem precisa e, naturalmente, menos excitante”.⁸⁹ Mas não seria este desencantamento o destino de todos os mitos geográficos, mesmo na América espanhola, produzido através do desbravamento de terras, até então, incógnitas e cheias de mistério? O deslocamento do Eldorado é um exemplo, tendo acompanhado o movimento de ocupação do território americano, instalando-se em áreas ainda desconhecidas. Poderíamos citar, ainda, outros mitos africanos perseguidos pelos portugueses, que tenderiam a relativizar o realismo lusitano, concebido por Holanda como “a *forma mentis* vinculada ao passado e avessa, por isso, à especulação e à imaginação desinteressada do humanismo renascentista”.⁹⁰ a montanha de prata de Cambebe, a identificação da lendária Ophir com a Sofala de Moçambique, o reino fabuloso de Monomotapa e os depósitos de ouro de Salomão na bacia do Zambeze.⁹¹

Apesar de contestar a força do maravilhoso nas representações portuguesas sobre o Brasil, pelo menos no que diz respeito aos seus componentes fabulosos e deslumbrantes, Sérgio Buarque de Holanda não nega a influência marcante das lendas sobre as riquezas

⁸⁹ HOLANDA, 2000, p. 176.

⁹⁰ HOLANDA, 2000, p. 165.

⁹¹ Ver, sobre os mitos africanos, MARTINS, J. P. Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880, p. 27; LOPES, Marília dos Santos. *Da descoberta ao saber: os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viseu: Passagem Editores, 2002, p. 117-122 e CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras*, vol. II. Lisboa: Portugalia, 1964, p. 171.

do sertão: “E em realidade, o simples atrativo do ouro, e ainda o da prata, segundo o exemplo de Potosi, bastaria, independentemente de qualquer elemento fantástico, para autorizar o longo prestígio alcançado por uma região imprecisa, onde depoimentos dos índios faziam presumir que comportava abundantes jazidas de metal precioso”.⁹² Deixando de lado a questão da natureza do maravilhoso no pensamento lusitano, nossa pesquisa irá se concentrar nas riquezas míticas do sertão da América Portuguesa, que constituíam uma forma específica de representação imaginária: o maravilhoso geográfico, formado por um conjunto de locais lendários retratados pela cartografia e arduamente procurados pelas expedições exploratórias.⁹³

Os mitos originários: a Serra Resplandecente e a Alagoa Grande

Até meados do século XVI, dois lugares míticos povoaram a imaginação de portugueses e castelhanos: a Serra da Prata e uma lagoa riquíssima em ouro. Como vimos anteriormente, estas crenças, surgidas durante a exploração do rio da Prata, se difundiram no litoral brasileiro pela facilidade de comunicação entre estas áreas e através da convivência entre os povoadores das duas nações ibéricas na região meridional do Brasil. As informações transmitidas pelos indígenas, porém, não eram ouvidas somente na bacia platina e no Paraguai. Na costa brasileira, o contato com os nativos também levou os portugueses a suspeitarem de riquezas localizadas no interior, fazendo emergir espaços

⁹² HOLANDA, 2000, p. 43.

⁹³ É interessante observar que, segundo a interpretação de Guillermo Giucci, o interesse dos portugueses pelas riquezas minerais, mais do que pelas maravilhas e prodígios da América, não seria uma característica que os diferenciasse dos espanhóis, já que “na América o maravilhoso e a imagem das riquezas coincidiram. O fundo do maravilhoso americano foi, quase exclusivamente, econômico”. Ver GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 13.

imaginários concebidos, a princípio, de modo independente das representações oriundas da matriz mítica do rio da Prata, mas influenciadas por esta no decorrer do tempo, na medida em que as lendas se consolidavam no imaginário sobre o sertão.

Através de uma carta escrita em Salvador no ano de 1550, pelo castelhano Filipe Guilhem, ficamos sabendo que desde 1538, pelo menos, chegavam a Porto Seguro notícias dos índios sobre a existência de ouro, motivando entradas ao sertão que duravam até seis meses: “o primeiro ano que a esta Baya cheguey me dixeram que por Porto Seguro entravão pola tera a dentro e andavam la cinco e seis meses, pella qual rezam me fui a Porto Seguro e tirey hum estromento que mandey a V. A. desejando seu favor pera buscar e dar maneira como fosem descubrir has minas douro que hos negros deziã que avia”.⁹⁴ Filipe Guilhem também informa sobre novidades recentes, igualmente trazidas pelos indígenas: “Socedeu agora que este março pasado vierõ a Porto Seguro negros dos que vivem junto de hú gram rio, alem do qual dizem que esta hũa sera junto delle que resprandece muito e que he muito amarella”.⁹⁵

Esta carta de Filipe Guilhem é a fonte mais antiga que se conhece sobre uma misteriosa serra existente no sertão, localizada próxima a um grande rio e que resplandecia muito: “dizem qué muyto temerosa por causa de seu resprandor, e chamãolhe sole da tera”. A montanha, que os índios denominavam “sol da terra”, passaria a ser conhecida como a “serra resplandecente”, um dos primeiros mitos surgidos no Brasil e origem de outras representações lendárias, como a Serra das Esmeraldas e o Sabarabuçu, que acabariam por constituir as “minas imaginárias” do século XVII.

⁹⁴ *CARTA de Filipe Guilhem*. Salvador, 20 de julho de 1550. In: *História da colonização portuguesa no Brasil*, vol. III. Porto: Litografia Nacional, 1924, p. 359. Guilhem esclarece, em 1550, que ele se encontrava no Brasil havia doze anos, de onde se conclui que sua chegada à Bahia se deu em 1538.

⁹⁵ *CARTA de Filipe Guilhem*, p. 359.

Um elemento importante da carta de Guilhem é a menção ao “gram rio”, referência geográfica possivelmente utilizada na orientação do rumo das expedições. Jaime Cortesão relaciona este detalhe ao envio de uma galé por Tomé de Sousa para a exploração do rio São Francisco, naquele mesmo ano de 1550, sob o comando de Miguel Henriques.⁹⁶ Sérgio Buarque de Holanda também corrobora esta opinião, ao afirmar que “é significativo que tenha sido essa a direção tomada pela maior parte das entradas de descobrimento e exploração de minas”.⁹⁷

A primeira penetração ao sertão registrada em documentos, partindo de Porto Seguro, aconteceu em 1554, mas já era planejada desde 1551 por Tomé de Sousa, como revela o padre Manoel da Nóbrega: “O governador Thomé de Sousa me pediu um Padre para ir com certa gente que Vossa Alteza manda a descobrir ouro: eu lh’o prometti, porque tambem nos releva descobril-o para o thesouro de Jesus Christo Nosso Senhor, e ser cousa de que tanto proveito resultará á gloria do mesmo Senhor e bem a todo o Reino e consolação a Vossa Alteza, e porque ha muitas novas delle e parecem certas, e parece-me que irão”.⁹⁸ Esta expedição foi confiada a Francisco Bruza de Espinosa y Megero e seu roteiro é conhecido através de uma carta do padre Azpilcueta Navarro, que acompanhou o grupo. Pela narrativa do jesuíta constata-se que Espinosa e seus homens chegaram até o

⁹⁶ CORTESÃO, 1955, p. 43.

⁹⁷ HOLANDA, 2000, p. 49.

⁹⁸ *CARTA do Padre Manoel da Nóbrega a El-Rei (D. João III)*. Olinda, 14 de setembro de 1551. In: *CARTAS Jesuíticas I. Cartas do Brasil (1549 – 1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931, p. 123-127, citação p. 126.

rio São Francisco: “Dahi partimos e fomos até um rio mui caudal, por nome Pará, que, segundo os Indios nos informaram, é o rio S. Francisco e é mui largo”.⁹⁹

O padre Navarro faz alusão, algumas vezes, à permanência dos exploradores em aldeias de indígenas de língua conhecida, tendo passado somente um longo período “de vinte e tres jornadas por entre uns Indios que chamam Tapuzas, que é uma geração de Indios bestial e feroz”.¹⁰⁰ Nas proximidades do rio São Francisco, às margens de um afluente, mesmo cercados pelos tapuias e tamoios puderam encontrar índios amistosos, provavelmente tupiniquins ou algum grupo a estes aparentado. Também é mencionada a existência de caminhos indígenas: “porque andam de uma parte para outra, fazem os Indios grandes recebimentos, concertando os caminhos por onde hão de vir e fazendo grandes festas de comer e beber”.¹⁰¹ Como o jesuíta não comenta sobre a navegação de nenhum rio no trajeto de ida até o São Francisco, é bem provável que a entrada tenha sido feita por trilhas freqüentadas pelos tupiniquins ligando suas aldeias, onde era possível encontrar abrigo e receber orientação de nativos que falavam uma mesma língua, familiar aos moradores do litoral da Bahia. A despeito da polêmica sobre o trajeto da expedição, o importante é que ela, antes de chegar ao rio São Francisco, percorreu a região da Serra do Espinhaço e, provavelmente, o rio Jequitinhonha e seus afluentes, delimitando a área em que as próximas explorações seriam realizadas.¹⁰²

⁹⁹ *CARTA do Padre João de Azpilcueta Navarro*. Porto Seguro, 24 de junho de 1555. In: *CARTAS Jesuíticas II. Cartas Avulsas (1550 – 1568)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931, p. 146-151, citação p. 148.

¹⁰⁰ *CARTA do Padre João de Azpilcueta Navarro*, p. 147-148.

¹⁰¹ *CARTA do Padre João de Azpilcueta Navarro*, p. 147.

¹⁰² A chegada de Bruza de Espinosa e seus homens à Serra do Espinhaço e ao rio Jequitinhonha parece se confirmar pela seguinte descrição: “Neste ermo passamos uma serra mui grande, que corre do norte para o meio-dia, e nella achamos rochas mui altas de pedra marmore. Desta serra nascem muitos rios caudaes: dous delles passamos que vão sahir ao mar entre Porto Seguro e os Ilhéos: chama-se um rio Grande, e o outro rio das Ourinas”. Ver *CARTA do Padre João de Azpilcueta Navarro*, p. 148. A

A “serra resplandecente” voltaria a aparecer em uma obra de 1570, o *Tratado da Terra do Brasil*, de Pero de Magalhães Gandavo: “A esta Capitania de Porto Seguro chegarão certos índios do Sertão a dar novas dumas pedras verdes que havia numa serra muitas legoas pela terra dentro, e trazião algumas dellas por amostra, as quaes erão esmeraldas, mas não de muito preço. E os mesmos índios dizião que daquellas havia muitas, e que esta serra era mui fermosa e resplandecente”.¹⁰³ Novamente são os indígenas do sertão que dão notícia desta montanha. A diferença é que a serra, agora, é retratada como abundante em pedras verdes, reconhecidas como esmeraldas de baixo valor. Filipe Guilhem já havia cogitado a possibilidade de se encontrar esmeraldas: “he necesario pear iso hũ home de muito siso e cuidado e que saiba tomar a altura e fazer rotero da yda e vimda e olhar a desposiçam da terra, e o que nella ha, porque sem duveda á lla esmeraldas e outras pedras finas”.¹⁰⁴ Porém, a serra descrita por Guilhem é uma jazida aurífera: “da qual serra vão ter ao dito rio pedras da mesma cor, a que nos chamamos pedaços douro”.¹⁰⁵ Foi somente após a associação, realizada por Gandavo, entre a “serra resplandecente” e as pedras verdes trazidas pelos índios que surgiria a imagem da Serra

principal polêmica em relação ao roteiro de Espinosa está na identificação deste “rio das Ourinas”. Orville Derby supõe que este seja o rio Araçuaí, um afluente do Jequitinhonha. Capistrano de Abreu e Pandiá Calógeras discordam, já que o Araçuaí não deságua entre Porto Seguro e Ilhéus, identificando o rio das Ourinas com o rio Pardo. Apesar disso, a sugestão de Derby tem certo fundamento, já que a afirmação de que este rio desaguava no mar poderia ser mera conjectura e, além do mais, os rios Araçuaí e Itamarandiba seriam, posteriormente, importantes referências para se chegar à região onde, supostamente, se encontravam as esmeraldas. Derby menciona, também, a existência de um antigo caminho indígena ligando o vale do rio Itamarandiba ao rio Itacambira, a partir de onde se cruzava a Serra do Espinhaço para sair na bacia do rio São Francisco, mesmo trajeto seguido em sentido inverso, no século seguinte, por Fernão Dias. Ver DERBY, Orville A. *Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. V, 1899-1900, p. 240-246; ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989, p. 91-96 e CALÓGERAS, João Pandiá. *O cyclo das esmeraldas*. In: CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*, vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, p. 371-377.

¹⁰³ GANDAVO, 1980, p. 63.

¹⁰⁴ CARTA de Filipe Guilhem, p. 359-360.

¹⁰⁵ CARTA de Filipe Guilhem, p. 359.

das Esmeraldas, enriquecendo a geografia mítica do sertão no seiscentos e perdurando nos mapas até o século XIX.¹⁰⁶

Mas a grande novidade apresentada por Gandavo é a lagoa que os nativos diziam existir na nascente do rio São Francisco, descrita na sua *História da Província Santa Cruz*: “Outro mui notável sae pela banda do Oriente ao mesmo Oceano a que chamão de Sam Francisco: cuja boca esta em dez graos e hum terço, e será mea legoa de largo. (...) Este rio procede de hum lago mui grande que está no intimo da terra, onde afirmão que ha muitas povoações, cujos moradores (segundo fama) possuem grandes haveres de ouro e pedraria”.¹⁰⁷ Mais adiante Gandavo diz: “Principalmente he publica fama entre elles que ha uma lagoa mui grande no interior da terra donde procede o Rio de Sam Francisco, de que já tratei, dentro da qual dizem haver algumas ilhas e nellas edificadas muitas povoações, e outras orredor della mui grandes onde tambem ha muito ouro, e mais quantidade, segundo se afirma, que em nenhuma outra parte desta Provincia”.¹⁰⁸

Segundo Jaime Cortesão, “tôdas as notícias que os portugueses tiveram sôbre a hidrografia do interior do continente, nas suas conexões com a existência de minas de metais preciosos, antes que êles próprios descobrissem e explorassem êsses rios e

¹⁰⁶ Gandavo narra a entrada pioneira de Martim de Carvalho em busca das pedras verdes que, segundo Calógeras, teria acontecido por volta de 1567 ou 1568. Após atingir a região do Espinhaço, “onde as mais das serras que acharão e virão erão de mui fino christal”, a expedição retornou a Porto Seguro pelo rio Cricaré, que é o São Mateus atual. Gandavo não diz por onde Martim de Carvalho entrou ao sertão e Orville Derby e Calógeras supõem que tenha seguindo o mesmo caminho trilhado por Francisco Bruza de Espinosa. O fato de Gandavo mencionar as serras de cristal e a volta pelo rio Cricaré parece indicar que ele chegou em algum ponto da serra do Espinhaço próximo ao Serro Frio, visitando, pois, a região onde nascem os rios Araçuaí e Itamarandiba, supostamente visitados por Espinosa, conforme interpretação de Derby. Nesta área também se encontram as cabeceiras do rio Suaçuí, que se tornaria outra importante referência nas representações da Serra das Esmeraldas. Ver GANDAVO, 1980, p. 63-65; CALÓGERAS, 1904, p. 378-380 e DERBY, 1899-1900, p. 246-249.

¹⁰⁷ GANDAVO, 1980, p. 84.

¹⁰⁸ GANDAVO, 1980, p. 145.

tesouros, colheram da bôca dos indígenas”.¹⁰⁹ A “cultura geográfica” dos índios brasileiros, que incluía um notável sentido de orientação e uma grande capacidade de representação espacial, decorreria, principalmente, do comportamento nômade e das extensas migrações realizadas pelos aruaques e tupi-guaranis, sendo que estes últimos estiveram em intenso contato com os europeus, repassando-lhes seus conhecimentos sobre a terra e servindo-lhes de guias.¹¹⁰ Dentre estes conhecimentos estariam noções sobre as possibilidades de ligação entre os rios das bacias amazônica e do rio da Prata.¹¹¹ Estas idéias de Cortesão, de certo modo, compatibilizam-se com a opinião de Enrique de Gandía sobre a propagação, por todo o continente sul-americano, das informações sobre as riquezas e as culturas andinas.¹¹²

Gandavo fornece uma confirmação de que os informes trazidos pelos nativos ao litoral do Brasil eram numerosos e bastante similares, o que lhes conferia a reputação de verídicos, ao indicarem a existência de riquezas no interior da terra: “Alem da certeza que por esta via temos ha muitos outros Indios na terra que tambem afirmam haver no sertão muito ouro, os quaes posto que sam gente de pouca fé e verdade, dá-se-lhes credito nesta parte, porque àcerca disto os mais delles sam contestes, e falam em diversas partes per huma boca”.¹¹³ Esta afirmação de Gandavo antecede o parágrafo onde é assinalada a fama, entre os indígenas, da lagoa localizada na nascente do rio São Francisco. As características desta lagoa são tão parecidas com as daquele lago “onde dormia o sol”,

¹⁰⁹ CORTESÃO, 1955, p. 45.

¹¹⁰ CORTESÃO, 1955, p. 48-51.

¹¹¹ CORTESÃO, 1955, p. 58-59.

¹¹² Ver p. 72, nota 3.

¹¹³ GANDAVO, 1980, p. 145.

dos mitos paraguaios, que nos leva à suposição de que Gandavo se referia à mesma tradição transmitida pelos índios da região platina.

O primeiro indício a favor dessa possibilidade é a vinculação do rio São Francisco ao rio da Prata através desta lagoa mítica, que corresponderia a uma nascente comum aos dois sistemas fluviais: “Outro rio mui grande, e hum dos mais espantosos do mundo, sae pela mesma banda do Oriente em trinta e cinco graos, a que chamão rio da Prata (...). Neste rio pela terra dentro se vem meter outro a que chamão Paragoahi, que tambem procede do mesmo lago como o de Sam Francisco que atras fica”.¹¹⁴ O rio Amazonas, por sua vez, procederia de um lago diferente: “Hum dos mais famosos e principaes que ha nestas partes he o das Amazonas, o qual sae ao Norte meio grao da Equinocial para o Sul e tem trinta legoas de boca pouco mais ou menos. Este rio tem na entrada muitas ilhas que o dividem em diversas partes e nasce de huma lagoa que està cem legoas do mar do Sul ao pè de humas serras do Quito, Provincia do Perú”.¹¹⁵

A representação de um lago como sendo o nascedouro dos rios São Francisco e Prata aparece em outras fontes literárias e cartográficas, como se vê em uma crônica jesuítica quinhentista: “Ha tâtas fontes q faze m^{tos} rjoss e o 1º EMajor / he o Rjo da prata esta e 35 graos tem / 35 legoas deboca E m^{tas} legoas bebesuas / agoas no mar q tal furja tras dize q ve / de hua legoa deste sertão m^{to} Rica de / ouro por esta terra estão alguãs Cidades / de Espanhoes”.¹¹⁶ Depois de mencionar a lagoa rica em ouro, de onde vem o rio da Prata, o texto a declara como sendo a origem do rio São Francisco: “Rio de S. fr^{co} esta e 12 graos te meã legoa / de boca bota 3 legoas agoa doce de fundo / E 70 legoas navegão navjoas p^o

¹¹⁴ GANDAVO, 1980, p. 84.

¹¹⁵ GANDAVO, 1980, p. 82.

¹¹⁶ *DE ALGUÃS cousas mais notaveis do Brazil*. In: VALENTE, José Augusto Vaz. *Pequena crônica jesuítica do século XVI*, Revista de História, São Paulo, nº 47, 1973, p. 499-562, citação p. 525.

elle aRbia / te huã Cachoeira e sima de 400 braças / em alto m^{to} a pique este dize p^ocede da / alagoa q vaj ter ao Rio da Prata”.¹¹⁷ E é exatamente uma “lagoa do ouro” que surge em um documento contemporâneo aos escritos de Gandavo, no qual Domingos Garrucho é nomeado mestre de campo para seu descobrimento.¹¹⁸

Outras evidências se manifestam na comparação entre a *História* de Gandavo, a carta do padre Manoel da Nóbrega que trata das Amazonas e a *Relação de Ribera*, já que se percebe uma repetição dos mesmos elementos lendários nestas fontes, conforme evidenciado pelas citações inseridas na Tabela 1. Já sabemos que as informações fornecidas por Nóbrega em sua carta foram levadas a São Vicente por homens que acompanharam Ulrich Schmidel ao Paraguai, justificando sua semelhança com as descrições de Hernando de Ribera. Porém, Nóbrega não diz nada a respeito da lagoa “onde o sol desaparecia”, referida por Ribera. Gandavo, por sua vez, não faz nenhuma menção às amazonas. A existência destas lacunas entre os textos de Nóbrega e de Gandavo permitiria sustentar a sugestão de uma associação entre a lagoa do rio São Francisco e a laguna da tradição mítica paraguaia?

A identidade entre estas duas lagoas se completa, preenchendo estas lacunas, através de uma descrição contida em uma obra de 1587, o *Roteiro Geral da Costa Brasilica*, de Gabriel Soares de Sousa: “Ao longo deste rio vivem agora alguns caetés, de uma banda, e da outra tupinambás; mais acima vivem os tapuias de diferentes castas, tupinaés, amoipiras, ubirajaras e amazonas; e além dela vive outro gentio (não tratando dos que

¹¹⁷ DE ALGUÃS cousas mais notaveis do Brazil, p. 525.

¹¹⁸ CARTA de nomeação de Domingos Garrucho para mestre-de-campo-general da projectada jornada de descobrimento da lagoa do Ouro. s.l., 20 de março de 1574. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes. Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956, p. 406.

comunicam com os portugueses), que se atavia com jóias, de que há certas informações. Este gentio se afirma viver à vista da Alagoa Grande, tão afamada e desejada de descobrir, da qual este rio nasce”.¹¹⁹ O rio de que trata Gabriel Soares é o São Francisco, onde são reportadas, de forma sucinta, as referências apresentadas em minúcias por Hernando Ribera e que haviam sido disseminadas entre os moradores da costa brasileira: as muitas populações e suas grandiosas povoações, a vizinhança das amazonas e a lagoa cujos moradores são ricos em metais, ou jóias, como prefere Gabriel Soares. E esta lagoa surge, agora, designada por um nome próprio: Alagoa Grande. De forma semelhante ao que acontecia na bacia platina, os indígenas do rio São Francisco davam muitas notícias sobre o ouro e a prata, contribuindo, talvez, para que se imaginasse tratar de riquezas idênticas, com o rio São Francisco originando-se na mesma região de onde vinha o rio da Prata: “Depois que este Estado se descobriu por ordem dos reis passados, se trabalhou muito por se acabar de descobrir este rio por todo o gentio que nele viveu, e por ele andou afirmar que pelo seu sertão havia serras de ouro e prata (...)”.¹²⁰ Assim, diferentemente do que conclui Sérgio Buarque de Holanda, ao afirmar que “Então, à semelhança do mito do Dourado, nascido nas Índias de Castela e que já a contagiara, a paisagem mágica se tinha ataviado de uma grande lagoa fabulosamente rica”,¹²¹ a Alagoa Grande filia-se, antes, aos mitos paraguaios do que ao Eldorado andino ou amazônico.

Por fim, vale mencionar a descrição feita por Simão Estácio da Silveira, já em 1624, sobre a jornada de Gabriel Soares: “Por terra, foi em seu descobrimento Gabriel Soares

¹¹⁹ SOUSA, 2001, p. 50-51.

¹²⁰ SOUSA, 2001, p. 51.

¹²¹ HOLANDA, 2000, p. 48.

Tabela 1				
	Ribera (1543)	Nóbrega (1553)	Gandavo (1576)	Velasco (1574)
Lagoa	"estas populações eram perto de um lago muito grande, que os índios chamavam de Casa do Sol, porque era ali que o sol desaparecia"		"lago mui grande que está no intimo da terra" "lagoa mui grande no interior da terra"	"para el norte hay una laguna tan grande que se pierde de vista la tierra en ella, la cual llaman del Dorado" "y que de esta laguna sale el Rio de la Plata" "y también el río de San Francisco que sale por el Brasil á la mar del Norte dicen que sale de esta laguna"
Povoações	"por aquela parte em que moravam as ditas mulheres havia ainda muitas outras populações, cujas terras limitavam com as delas"	"Têm grandes povoações e têm um principal a que todos obedecem"	"afirmão que ha muitas povoações" "algumas ilhas e nellas edificadas muitas povoações, e outras orredor della mui grandes"	
Riquezas	"havia povoados grandes, sendo um só de mulheres, que tinham muito metal branco e amarelo, e que os assentos e objetos de suas casas eram todos desse metal"	"Entre estas Almazonas dizem que está a noticia do ouro"	"cujos moradores (segundo fama) possuem grandes haveres de ouro e pedraria" "onde tambem ha muito ouro, e mais quantidade, segundo se afirma, que em nenhuma outra parte desta Provincia"	"en medio hay unas islas en que hay muchas minas de oro muy ricas, y que sus riberas están pobladas de muchos indios y señores que hacen sacar el oro dellas"
Amazonas	"antes de chegar à tribo das ditas mulheres havia uma tribo de índios muito pequenos, com os quais costumavam guerrear "	"E porque destes há muitas gerações, uma delas, que está mais perto das Almazonas têm guerra com elas"		"cerca de la cual también dicen que está una provincia de mugeres que llaman las <i>amazonas</i> "

Fontes: *RELATO de Hernando de Ribera*. In: CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufraágios e Comentários*. Porto Alegre: L&PM, 1999; *CARTA do Padre Manoel da Nóbrega ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara*. São Vicente, 15 de junho de 1553. In: LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 39-50; GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980 e VELASCO, Juan López de. *Geografía y descripción universal de las Indias*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1894.

com muita gente, e chegando até as cabeceiras do rio São Francisco e a Serra Verde, perto de trezentas léguas pelo sertão encontra o Peru, perto da governação que lá chamam Charcas, na qual jornada se perderam muitos, e depois disto se fizeram algumas entradas pelos do Rio de Janeiro, onde também andaram anos sem conseguir nada”.¹²² Como se observa, ainda no século XVII perdura a tradição que associava os mitos geográficos do rio São Francisco com as crenças das riquezas da região de Charcas. Tais crenças originaram as representações lendárias paraguaias e da bacia platina e, no Brasil, levaram à concepção da imagem da “lagoa do ouro”, que passou a ser conhecida como Alagoa Grande. É interessante observar, também, que os elementos míticos paraguaios e brasileiros, relacionados à “lagoa do ouro”, já se encontram sintetizados em 1574 pelo espanhol Juan López de Velasco.¹²³ Além de confirmar a origem comum destes mitos, Velasco os apresenta sob a influência do Eldorado, chamando a lagoa de “laguna del Dorado”. No Brasil, o uso do termo “dourado” pelos cronistas, influência, porventura, do “Dorado” espanhol, só iria acontecer em 1627, na *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador: “O intento que Gabriel Soares levava nesta jornada era chegar ao rio de São Francisco e depois por ele até a lagoa Dourada, donde dizem que tem seu nascimento”.¹²⁴

¹²² SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001, p. 30.

¹²³ Ver na Tabela 1 a comparação de alguns trechos da *Geografía y descripción universal de las Índias*, de Velasco, com os relatos de Ribera, Nóbrega e Gandavo.

¹²⁴ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 264.

A Serra das Esmeraldas, a lagoa Paraupava e o Sabarabuçu

Nas últimas décadas do século XVI as principais crenças sobre as fabulosas riquezas do sertão eram retratadas através das imagens de uma “serra resplandecente” e de uma lagoa situada na nascente do rio São Francisco. Enquanto a Alagoa Grande correspondia a uma transposição, para terras brasileiras, de uma representação lendária surgida durante a exploração da região platina e do Paraguai, forjando a idéia de uma unidade entre as bacias dos rios da Prata e São Francisco, unidade não somente geográfica, mas de todo um universo mítico, a “serra resplandecente” parece ter se originado a partir das notícias levadas pelos índios à capitania de Porto Seguro, sem vínculo imediato com as demais tradições do imaginário americano. A menção desta serra pelos nativos constituía, possivelmente, uma descrição da cordilheira do Espinhaço, que eles deviam conhecer bem, sem correspondência com nenhuma montanha específica ou isolada. Sua caracterização como “resplandecente” pode ser decorrente das características geológicas desta cordilheira, onde existem cristais de quartzito branco em abundância.¹²⁵ O conhecimento dos índios do litoral sobre estas regiões interioranas fica patente nas informações fornecidas pelo padre Azpilcueta Navarro a respeito da existência de caminhos indígenas e da presença de aldeias tupiniquins próximas ao rio São Francisco, sugerindo uma rede de comunicação estendendo-se até a costa.¹²⁶

Mesmo a transfiguração da “serra resplandecente” em uma Serra das Esmeraldas não se revela como uma herança de noções semelhantes, oriundas de outras partes da América, mas, antes, como uma representação independente. Enrique de Gandía refere-se às

¹²⁵ DERBY, 1899-1900, p. 244.

¹²⁶ *CARTA do Padre João de Azpilcueta Navarro*, p. 148-149.

notícias sobre as esmeraldas registradas por Agustín de Zárate e Cieza de León e apresenta uma crença espanhola associada à localidade de Copiapó que, de certo modo, lembra a Serra das Esmeraldas brasileira. Segundo o jesuíta Diego de Rosales e o cronista Antonio de Herrera y Tordesillas, Copiapó significaria campo de turquesas, remetendo a um cerro do qual se afirmava ser rico em pedras preciosas.¹²⁷ Outros informes similares são fornecidos pelo padre Acosta: “En diversas partes de Indias se han hallado. (...) Mas donde se ha hallado y hoy en dia se halla mas abundancia, es en el nuevo Reyno de Granada, y en el Perú cerca de Manta y Puerto-viejo. Hay por allí dentro una tierra que llaman de las Esmeraldas, por la noticia que hay de haber muchas, aunque no ha sido hasta ahora conquistada aquella tierra”.¹²⁸

Friedrich Renger, por sua vez, comenta que algumas minas de esmeraldas foram localizadas em 1555 no vale do rio Minero, na Colômbia atual, recebendo o nome de minas de Muzo, sendo que as “notícias da descoberta dessas riquezas minerais impressionaram e causaram inveja na Corte portuguesa”.¹²⁹ Porém, não existem evidências documentais que fundamentam uma associação entre a crença nas jazidas de esmeraldas da América Portuguesa e estas concepções surgidas nas conquistas castelhanas.

¹²⁷ GANDÍA, 1946, p. 218.

¹²⁸ ACOSTA, Padre Joseph de. *Historia natural y moral de las Indias*. Madrid: Pantaleon Aznar, 1792, p. 222.

¹²⁹ RENGER, Friedrich E. *Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585 – 1735): dos mitos aos fatos*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 103-126, citação p. 106. Renger não cita nenhuma fonte que confirme o impacto destas notícias na corte portuguesa.

No Brasil, apesar dos indígenas não conhecerem utensílios feitos de ouro ou prata, era comum o uso de ornamentos que traziam pedras verdes incrustadas,¹³⁰ o que pode ter despertado a esperança de se encontrar esmeraldas no interior do território, cuja existência era, algumas vezes, noticiada, como na carta escrita por Brás Cubas em 1562: “nas mjnhas teras achey huãs pedras verdes que pareçem esmeraldas mujto fremosas não ousey mamdalas por este navjo a vosa alteza por não aventurar em tão fraqua passagem”.¹³¹ O valor e o simbolismo atribuídos às esmeraldas também parecem ter sido suficientes para alimentar o desejo de descobri-las.¹³²

A imagem da Serra das Esmeraldas, como já mencionamos anteriormente, remonta à notícia sobre as pedras verdes procedentes de uma “serra resplandecente”, narrada por Gandavo em 1570. Após esta época, as incursões ao sertão revelaram uma região montanhosa, onde haviam cristais e pedras coloridas em profusão, fazendo com que surgissem, lado a lado, os atributos normalmente associados ao resplendor da serra reportada pelos índios e as referências à presença de pedras verdes ou esmeraldas em suas proximidades. Gabriel Soares de Sousa comenta, em um capítulo denominado *Em que se*

¹³⁰ CALÓGERAS, 1904, p. 369-370 e HOLANDA, 2000, p. 85-86.

¹³¹ *CARTA de Brás Cubas para o rei a dar-lhe noticia do descobrimento de ouro e pedras preciosas na capitania de S. Vicente*. Santos, 25 de abril de 1562. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes. Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956, p. 356-357.

¹³² “A verdade é que esse fascínio despertado pelas esmeraldas também descansaria, por sua vez, numa tradição imemorial, de que ficaram traços em toda a literatura da Idade Média e que será conservada largamente durante o Quinhentos. O papel considerável que elas desempenham nas alegorias e ‘visões’ paradisíacas, onde lhes costumam atribuir virtudes sobrenaturais, preserva-se em geral nos mitos da conquista da América, onde serve para alimentar a ambição profana dos colonizadores e aventureiros”. Ver HOLANDA, 2000, p. 86. Sérgio Buarque enumera, também, alguns lugares lendários da “geografia mais ou menos fabulosa da Antiguidade ou da Idade Média” que se parecem com a representação da serra resplandecente no interior da América Portuguesa: as minas preciosas da Índia guardadas por formigas, citadas por Heródoto, Estrabão e autores medievais; as montanhas de ouro localizadas em Taprobana, descritas por Vicente de Beauvais e Mandeville; e a montanha de esmeralda na Líbia, mencionada por Pierre d’Ailly. Imagens semelhantes aparecem, ainda, na Carta do Preste João e nos relatos sobre a peregrinação de São Brandão e sobre a viagem de frei Giovanni da Marignolli ao oriente. Ver HOLANDA, 2000, p. 83-84.

trata das pedras verdes e azuis que se acham no sertão da Bahia, que “No mesmo sertão há muitas pedreiras de pedras verdes coalhadas, muito rijas, de que o gentio também faz pedras para trazer nos beiços (...)”, acrescentando, mais adiante, que “não há dúvida senão que entrando bem pelo sertão desta terra há serras de cristal finíssimo, que se enxerga o resplendor delas de muito longe, e afirmaram alguns portugueses que as viram que parecem de longe as serras da Espanha quando estão cobertas de neve (...)”.¹³³

A mesma aproximação entre as serras de cristal e as esmeraldas se vê em um texto jesuítico de 1591: “te grade / sertão onde dize ha grandes minas assi / de metal como dalabastro m^{to} salitre cristal / e outra pedrarya esmeraldas e tudo se cria / nesta terra”.¹³⁴

E o inglês Anthnoy Knivet, que percorreu o sertão em 1597, chega a uma montanha de brilho intenso, após encontrar pedras verdes e cristais: “Também encontramos pedras verdes como grama e uma grande quantidade de pedras brancas e brilhantes como cristal. Muitas das pedras, no entanto, eram azuis e verdes, vermelhas e brancas, todas deslumbrantes de olhar. Quando vimos as pepitas de ouro e essas pedras, calculamos estar muito próximos de Potosí. (...) Depois disso, chegamos a uma região bonita onde avistamos uma enorme montanha brilhante à nossa frente. Levamos dez dias para alcançá-la pois, ao tentarmos atravessar a planície, mesmo longe da serra, o sol ficava forte demais e não podíamos mais avançar por causa da claridade que refletia e nos cegava”.¹³⁵

¹³³ SOUSA, 2001, p. 267.

¹³⁴ *DE ALGUÃS cousas mais notaveis do Brazil*, p. 515.

¹³⁵ KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, p. 115-116.

As expedições ao sertão posteriores à exploração feita em 1567 ou 1568 por Martim de Carvalho,¹³⁶ que havia sido motivada pelas notícias das pedras verdes levadas a Porto Seguro pelos índios, também passaram a buscar as esmeraldas supostamente existentes no interior. Em 1571 ou 1572 Sebastião Fernandes Tourinho,¹³⁷ morador de Porto Seguro, fez uma entrada pelo rio Doce que se dirigiu à região possivelmente percorrida por Martim de Carvalho, descobrindo algumas serras ricas em pedras verdes, azuis e vermelhas. Esta entrada é descrita por Gabriel Soares de Sousa em seu *Roteiro Geral da Costa Brasileira* e a forma como a mesma é narrada deixa dúvidas se Tourinho realizou uma ou duas viagens ao sertão, levando a diferentes interpretações por parte dos pesquisadores.¹³⁸ Mas o seu roteiro, independentemente das incertezas trazidas pelo texto de Gabriel Soares, traz algumas referências geográficas importantes para a compreensão da representação espacial da Serra das Esmeraldas.

A primeira destas referências é um certo rio Aceci, afluente do rio Doce, por onde Fernandes Tourinho e seus homens entraram após navegarem sessenta ou setenta léguas a partir do mar: “E como esta gente chegou a este rio Doce, e o acharam tão possante, fizeram nele canoas de casca, em que se embarcaram, e foram por ali acima, até onde se mete neste rio outro, a que chamam Aceci (...)”. Após quatro léguas no rio Aceci, os exploradores deixaram as canoas e continuaram sua jornada por terra, cruzando este rio

¹³⁶ Ver p. 106, nota 106.

¹³⁷ CALÓGERAS, 1904, p. 380.

¹³⁸ Capistrano de Abreu defende a idéia de que Fernandes Tourinho realizou duas expedições, uma através do rio Jequitinhonha e outra entrando pelo rio Doce e voltando à costa pelo rio das Caravelas. Pandiá Calógeras reconhece somente uma entrada ao sertão, baseando-se no argumento de que o texto de Gabriel Soares não segue uma ordem cronológica, mas sim a descrição do litoral brasileiro no sentido norte-sul: deste modo, primeiro Gabriel Soares trata do rio Jequitinhonha, por onde saiu Tourinho, e depois do rio Doce, ponto de partida para sua penetração ao sertão. Orville Derby, por sua vez, supõe que foram feitas várias explorações, devido à grande área percorrida por Tourinho. Ver ABREU, 1989, p. 102-104; CALÓGERAS, 1904, p. 380-388 e DERBY, 1899-1900, p. 249-256.

algumas vezes: “E quando esta gente passou o Aceci a derradeira vez, dali cinco ou seis léguas da banda do norte, achou Sebastião Fernandes uma pedreira de esmeraldas e outra de safiras, as quais estão ao pé de uma serra cheia de arvoredos (...).”¹³⁹ O rio Aceci é identificado por Capistrano de Abreu como sendo o rio Suaçuí,¹⁴⁰ que nasce na região do Serro Frio e poderia ter constituído um caminho natural para Tourinho chegar à serra do Espinhaço, no mesmo trecho já trilhado, anteriormente, por Bruza de Espinosa e Martim de Carvalho.

Gabriel Soares menciona, ainda, um outro rio cujo nome traz novos indícios sobre o local onde Fernandes Tourinho teria encontrado as pedras verdes: “e indo com o rosto ao noroeste, deram em algumas serras de pedras, por onde caminharam obra de trinta léguas, e tornando a leste alguns dias deram em uma aldeia de tupiniquins, junto de um rio, que se chama Raso-Aguípe”.¹⁴¹ Novamente é Capistrano de Abreu quem esclarece a identidade deste rio: o Raso-Aguípe seria o rio Araçuai, confirmando a direção tomada por Tourinho, já que o Araçuai também tem suas cabeceiras próximas ao Serro Frio.¹⁴²

¹³⁹ SOUSA, 2001, p. 70.

¹⁴⁰ ABREU, 1989, p. 104.

¹⁴¹ SOUSA, 2001, p. 64.

¹⁴² Vale a pena reproduzir a análise feita por Capistrano de Abreu: “Começamos por tirar da palavra Razo-Aguípe a última sílaba, *-pe*, que é uma posposição da língua geral, significando *em*. É muito usada nos rios do Norte, mas para o Sul é menos, como vemos em Jaguaripe na Bahia e Jaguari em Minas Gerais. Notemos em seguida que o *Z* não é som tupi e que deve estar em lugar do *S*, o qual por estar isolado no manuscrito, sujeitaram à lei da prosódia portuguesa. Lembremos ainda que o *R* em tupi é sempre brando, qualquer que seja a posição que ocupe, e que em português é sempre forte no princípio das palavras: daí o fato interessante de os brasileiros juntarem-lhes um *A* inicial para, pondo o *R* entre duas vogais, conservarem-lhe o som primitivo: é o que se vê em Araripe, por exemplo, cuja forma antiga é *Rari*, como se lê num documento conservado em Purchas. Com todas as alterações que procuramos restituir temos que o rio deve chamar-se Araso-Agui. Se, por fim, notarmos que a forma antiga de Piauí era Piaugui, e muitos fatos congêneres poderíamos invocar, temos um precedente que, juntos a outros, permite afirmar que, lingüisticamente, o Razo-Aguípe de Gabriel Soares é o Araçuai, dos novos mapas”. Ver ABREU, 1989, p. 99-100.

Outra explicação é fornecida por Orville Derby, que cogita a possibilidade de Tourinho não ter seguido o rio Suaçuí até o Serro Frio, mas desviado para o norte por um afluente seu, o rio Urupuca, o que levaria seu grupo até o rio Itamarandiba. Esta alternativa seria condizente com o trajeto seguido, algumas décadas depois, por Marcos de Azeredo, que veremos adiante.¹⁴³ No entanto, todas estas interpretações levam a uma mesma direção, ao vale do rio Itamarandiba e ao rio Jequitinhonha, através do qual Fernandes Tourinho fez sua volta para o litoral: “Este rio tem grande correnteza, e entram nele dois rios, um da banda do leste, e outro da banda do oeste, com os quais se vem meter este rio Raso-Aguipe no rio Grande. E depois que entraram nele navegaram nas suas canoas por ele abaixo vinte e quatro dias, nos quais chegaram ao mar, vindo sempre com a proa ao leste”.¹⁴⁴

Depois de duas décadas de exploração, a partir de Porto Seguro, parece ter se consolidado a convicção sobre a existência de uma serra de pedras verdes em uma região cada vez mais precisa, que abrangia a área compreendida entre os rios Suaçuí, Itamarandiba e Araçuaí e as proximidades das nascentes dos rios Mucuri e Urupuca. Também já se sabia que, seguindo o Itamarandiba ou o Araçuaí, chegava-se ao rio Grande ou Jequitinhonha, caminho fluvial mais fácil para se retornar à costa. Esta convicção se confirma pela expedição que se seguiu à de Fernandes Tourinho: “Com estas informações que Sebastião Fernandes deu a Luís de Brito, sendo governador, mandou Antônio Dias Adorno, como já fica dito atrás, o qual achou ao pé desta serra, da banda do norte, as esmeraldas, e da de leste as safiras”.¹⁴⁵ Ao entrar no sertão pelo rio das Caravelas, Antônio Dias Adorno deve

¹⁴³ DERBY, 1899-1900, p. 253-254.

¹⁴⁴ SOUSA, 2001, p. 64.

¹⁴⁵ SOUSA, 2001, p. 70.

ter seguido, diretamente, rumo às áreas percorridas por Tourinho, voltando pelo mesmo caminho utilizado por este, ou seja, descendo o rio Jequitinhonha: “Este rio vem de muito longe e traz sempre muita água e grande correnteza, pelo qual vieram abaixo alguns homens dos que foram à serra das Esmeraldas com Antônio Dias Adôrno”.¹⁴⁶ Esta referência de Gabriel Soares de Sousa também é bastante relevante, ao mencionar a “serra das Esmeraldas” como um elemento individualizado, já dotado de uma identidade que o distinguia das demais pedreiras de cristais coloridos que eram noticiadas por aqueles que percorriam o sertão.

Após a exploração de Adorno, as entradas ao sertão passaram a buscar outros pontos de penetração ao interior, devido ao avanço dos índios aimorés em direção ao litoral da capitania de Porto Seguro e ao extermínio dos tupiniquins, aliados dos portugueses.¹⁴⁷ O rio Doce tornou-se uma opção menos arriscada, sendo utilizado pelas expedições de Diogo Martins Cão e Marcos de Azeredo. Sobre a primeira, que ocorreu por volta de 1596,¹⁴⁸ nos informa frei Vicente do Salvador ao falar sobre a visita do governador-geral D. Francisco de Sousa à capitania do Espírito Santo: “Também mandou que fossem às esmeraldas, a que já da Bahia havia mandado por Diogo Martins Cão e as tinha descobertas”.¹⁴⁹

Frei Vicente do Salvador também menciona a jornada feita por Marcos de Azeredo que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, além de encontrar as esmeraldas, transmitiu o roteiro de sua viagem para seus parentes, tornando-se “uma espécie de segredo de

¹⁴⁶ SOUSA, 2001, p. 64.

¹⁴⁷ CALÓGERAS, 1904, p. 390 e HOLANDA, 2000, p. 57-58.

¹⁴⁸ PEREIRA, Francisco Lobo Leite. *Em busca das esmeraldas*, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. II, 1897, p. 519-536, citação p. 525.

¹⁴⁹ SALVADOR, 1982, p. 278.

família”:¹⁵⁰ “De cristal sabemos em certo haver uma serra na capitania do Espírito Santo em que estão metidas muitas esmeraldas, de que Marcos de Azeredo levou as mostras a el-rei (...)”¹⁵¹ Neste trecho da *História do Brasil*, escrito nas primeiras décadas do século XVII, encontra-se a tradicional representação de uma serra de cristal associada à existência das esmeraldas. Porém, por esses anos, a Serra das Esmeraldas já era vista como uma referência geográfica específica, assim retratada nos mapas e registrada na documentação escrita.

Esta denominação aparece em uma carta redigida pelo rei Filipe III ao governador-geral do Brasil, Gaspar de Souza: “Marcos d’Azeredo, me fez Rellação do descobrimento q. fez da Serra das esmeraldas, sendo disso encarregado por Dom Francisco de Souza Governador que foi das Capitánias do Rio de Janeiro, Sam Vicente e Spirito Sancto (...)”¹⁵² Por essa carta ficamos sabendo que Marcos de Azeredo foi ao sertão a mando de Dom Francisco de Sousa, quando este era governador da Repartição Sul, que compreendia as capitánias do Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo, devendo sua jornada ter ocorrido entre 1609 e 1612. Seu itinerário é descrito na legenda de um mapa de João Teixeira Albernás, incluído no *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, redigido em 1612 ou 1613:¹⁵³ “Mostrace pelo rio Doçe o caminho q se faz pera a Serra das Esmeraldas, pasando o rio Guasiçi e maes avante das cachoeiras o rio Guasiçimiri e maes avante como se entra no rio Una e delle caminhando pouca terra se entra na lagoa do

¹⁵⁰ HOLANDA, 2000, p. 59.

¹⁵¹ SALVADOR, 1982, p. 63.

¹⁵² *CARTA régia ao governador geral do Brasil Gaspar de Souza*. Lisboa, 22 de fevereiro de 1613. In: TAUNAY, Afonso d’E. *História geral das bandeiras paulistas*, Tomo Quinto. São Paulo: H.L.Canton & Imprensa Oficial, 1929, p. 250-251, citação p. 250.

¹⁵³ MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955, p. 8.

ponto E da qual desembarção e sobe a Serra das Esmeraldas tudo cõforme a viagem q fez Marcos dazevedo”.¹⁵⁴ Neste mapa encontra-se uma representação gráfica da Serra das Esmeraldas, a primeira que se conhece. Uma nova cópia deste mapa surgiria em 1631 no *Atlas do Estado do Brasil*, de Albernás, mas sem a legenda com o roteiro de Marcos de Azeredo.¹⁵⁵

A Serra das Esmeraldas emergia, no início do século XVII, como uma representação mítica distinta de sua imagem originária, a “serra resplandecente”, correspondendo, durante o período seiscentista, a uma das “minas imaginárias” que iriam mobilizar os esforços de governantes e exploradores à sua procura. O percurso do mapa de Albernás pelos rios Guasiçi, Guasiçimiri e Una assemelha-se ao trajeto seguido por Fernandes Tourinho pelo rio Aceci. A idéia de que um afluente da margem esquerda do rio Doce levaria até a Serra das Esmeraldas perduraria nas representações cartográficas, como se verifica em um mapa de Jacques Nicolas Bellin, publicado em meados do século XVIII na *Histoire générale des voyages*, de Prévost, onde aparece um rio chamado “R. das Emeraudes” desaguando no rio Asusi, que correspondem, provavelmente, aos rios Urupuca e Suaçuí.¹⁵⁶

No final do século XVI o então governador-geral, Francisco de Sousa, transferiu para a capitania de São Vicente as atividades de exploração do sertão. Além das dificuldades

¹⁵⁴ ALBERNAS, João Teixeira. *Demonstração da capitania do Espírito Santo até a ponta da barra do Rio Doce. [1626-1627]*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Reproduzido em: MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968, p. 25.

¹⁵⁵ ALBERNAS, João Teixeira. *Mapa da Capitania de Porto de Seguro*. 1631. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. Reproduzido em: ALBERNAS, João Teixeira. *Atlas do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹⁵⁶ BELLIN, Jacques Nicolas. *Suite du Bresil depuis la Baye de Tous les Saints jusqu'à St. Paul*. [1756]. Publicado em: PRÉVOST, Antoine François. *Histoire générale des voyages*. Paris: Chez Didot, 1746-1759.

impostas pelos índios aimorés aos moradores de Porto Seguro e dos fracassos das expedições que partiram da Bahia e do Espírito Santo, como as de Gabriel Soares de Sousa e Diogo Martins Cão, esta última organizada por ordem do próprio Francisco de Sousa, Sérgio Buarque de Holanda ressalta outras razões que motivaram a preferência do governador pelas capitanias do sul, como a familiaridade dos moradores de São Paulo às investidas ao sertão, a mineração do ouro já praticada pelos paulistas e a suposta maior proximidade da capitania de São Vicente com o Peru.¹⁵⁷

Enquanto as entradas que percorriam o sertão em busca das pedras verdes, através dos rios Jequitinhonha, São Mateus, Caravelas ou Doce, demandavam as áreas próximas à serra do Espinhaço, as expedições paulistas passaram a buscar o rumo do rio São Francisco. Na verdade, este rio nunca deixou de ser alvo dos exploradores, cuja fama de riquezas continuava a exercer seu fascínio. Esta atração, é bom lembrar, se dava pela crença na existência da Alagoa Grande em suas nascentes, rica em ouro, prata e pedrarias. Mesmo após o fechamento pelos aimorés das vias de penetração ao sertão próximas a Porto Seguro, outras tentativas foram feitas por rotas alternativas, através da Bahia ou navegando a partir de sua foz, como as de João Coelho de Sousa, de seu irmão Gabriel Soares de Sousa e de Sebastião Álvares.¹⁵⁸ Por sua vez, os sertanistas de São Paulo, segundo Holanda, tomavam o rumo do rio São Francisco seguindo o trajeto estabelecido, já em 1559 ou 1560, por Brás Cubas ou Luís Martins.¹⁵⁹ Assim, foram promovidas, sob

¹⁵⁷ HOLANDA, 2000, p. 61-62 e 113-114.

¹⁵⁸ HOLANDA, 2000, p. 58.

¹⁵⁹ HOLANDA, 2000, p. 54.

os auspícios de Francisco de Sousa, as bandeiras de João Pereira de Sousa em 1597, de André de Leão em 1601 e de Nicolau Barreto em 1602.¹⁶⁰

Nas fontes relacionadas às expedições paulistas surgem, por esta época, duas novas imagens geográficas lendárias, o Sabarabuçu e a lagoa Paraupava. Porém, se buscarmos o significado destas palavras na língua geral, veremos que estes dois lugares míticos não representavam nenhuma novidade no imaginário sobre o sertão da América Portuguesa. Segundo Manoel Rodrigues Ferreira, “Paraupava pode ser decomposto em ‘pará-u-pava’, sendo que ‘pará-u’ significa ‘água grande ou lagoa grande’ e ‘pava’ significa ‘baixa, chata, espriada, rasa’”.¹⁶¹ Ou seja, Paraupava é a mesma lagoa mencionada por Gabriel Soares de Sousa, que optou por traduzir seu nome para Alagoa Grande. O Sabarabuçu, por sua vez, correspondia, em tupi, a “serra resplandecente”, conforme demonstrado por Teodoro Sampaio: “(...) a explicação fornecida por Teodoro Sampaio, de que o nome ‘serra resplandecente’ a que se referira Gandavo corresponde ao tupi Itaberaba e, no aumentativo, Itaberabaoçu, que sem dificuldade se corromperia em Taberaboçu e, finalmente, Sabarabuçu, tem sido geralmente acatada entre os historiadores e pode vir em abono dessa hipótese”.¹⁶² Deste modo, em uma região como “São Paulo, terra de pouco contato com Portugal e de muita mestiçagem com forasteiros e indígenas, onde ainda no século XVIII as crianças iam aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim”,¹⁶³ não é surpreendente que os documentos conservassem a

¹⁶⁰ HOLANDA, 2000, p. 63.

¹⁶¹ FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 41.

¹⁶² HOLANDA, 2000, p. 46.

¹⁶³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 68.

denominação indígena, refletindo a forma como estes locais eram designados pela linguagem coloquial.

A denominação de Sabarabuçu aparece, inicialmente, em uma narrativa sobre a expedição de André de Leão, ocorrida em 1601. Este texto, atribuído ao holandês João de Laet, foi escrito a partir das informações repassadas por Wilhelm Glimmer, também holandês e participante desta expedição, e publicado na *História natural do Brasil* de Marcgrave.¹⁶⁴ Conta Glimmer que “na época em que vivia na Capitania de S. Vicente, chegara áquellas paragens, vindo da Capitania da Bahia, Francisco de Sousa; pois recebera de um brasileiro um certo metal, extrahido, segundo dizia, dos montes *Sabaroason* (...). Tendo sido examinado pelos entendidos em mineração, reconheceu-se que esse metal continha, em um quintal, trinta marcos de prata pura”.¹⁶⁵ E, mais adiante, descreve a visão da tão esperada serra, objetivo da expedição: “(...) chegamos a uma estrada larga e trilhada e a dous rios de grandeza diversa, que, correndo do Sul, entre as serras *Sabaraasu*, rompem para o Norte”.¹⁶⁶

Derby presume que Francisco de Sousa tenha recebido a amostra de prata de algum sertanista que, partindo de São Paulo, tenha chegado até a Bahia. Para Sérgio Buarque de Holanda, este sertanista, possivelmente, foi Domingo Rodrigues.¹⁶⁷ Isto explicaria a preservação do nome indígena Sabarabuçu, como se esperaria de homens que usavam, preferencialmente, a língua geral em seu cotidiano. Além do roteiro detalhado, Glimmer

¹⁶⁴ MARCGRAVE, Jorge. *História natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 263-264. Também reproduzido em DERBY, Orville A. *O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. IV, 1898-1899, p. 333-336.

¹⁶⁵ DERBY, 1898-1899, p. 333.

¹⁶⁶ DERBY, 1898-1899, p. 335-336.

¹⁶⁷ DERBY, 1898-1899, p. 330-331 e HOLANDA, 2000, p. 69.

também revela um aspecto importante: a associação do Sabarabuçu com a prata trazida do interior. Esta associação é bastante significativa, pois, a partir do momento em que a “serra resplandecente” passou a fazer parte do imaginário paulista sobre o sertão, acabou recebendo a influência de outra crença, mais antiga, mas não de todo esquecida, a Serra da Prata, ofuscada em meados do século XVI pelas notícias da “lagoa do ouro”. E, do mesmo modo que a Serra das Esmeraldas, o Sabarabuçu desvinculou-se de sua representação originária, ganhando uma identidade própria, marcada, porém, pelos traços da Serra da Prata quinhentista. No século XVII, as esmeraldas e a prata seriam as principais riquezas buscadas pelos exploradores, constituindo as minas imaginárias, noticiadas, mas nunca materializadas, em diversos pontos da América Portuguesa.

A outra referência mítica da documentação paulista, o Paraupava, tem sua primeira menção, conforme apurado por Holanda, no inventário de Martim Rodrigues Tenório realizado em 1612, onde consta, na relação dos índios que lhe pertenciam, “Uma negra por nome Guaya digo da nação Guoaya que diz ser escrava da entrada de Domingos Rodrigues de Paraupava com tres filhos avaliada em vinte e dois mil réis”.¹⁶⁸ Sérgio Buarque supõe que este Domingo Rodrigues seja o Roiz ou Rodrigues que liderou o grupo que se separou da expedição de João Pereira de Sousa, em 1597. Outra entrada associada ao Paraupava teria saído de São Paulo em 1613, conforme as notícias fornecidas ao padre Domingos de Araújo pelo sertanista Pero Domingues.¹⁶⁹

Um exame na cartografia quinhentista ajuda a esclarecer alguns aspectos relacionados às lagoas lendárias americanas. O primeiro mapa a representar uma lagoa no interior do

¹⁶⁸ *INVENTÁRIO de Martim Rodrigues Tenório*, 1612. In: *INVENTÁRIOS e Testamentos*, vol II. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1920, p. 6.

¹⁶⁹ HOLANDA, 2000, p. 67-68.

continente, porém sem nenhuma denominação, é o de André Homem, de 1559.¹⁷⁰ Já no mapa de Bartolomeu Velho, de 1561, um lago é retratado com o nome de “Alagoado Eupana”.¹⁷¹ Em ambos mapas fica clara a concepção desta lagoa como a origem dos rios da Prata e São Francisco. A ligação com a bacia amazônica, por sua vez, é feita através de um tributário de aspecto mais modesto. Sérgio Buarque de Holanda interpreta a palavra Eupana como “uma simples deformação gráfica do Eupaua, ou Upaua, dos naturais do país”.¹⁷² Uma explicação similar, partindo da decomposição do vocábulo Paraupava, é fornecida por Manoel Rodrigues Ferreira, corroborando a opinião de Holanda: “A palavra ‘pará’ foi traduzida com facilidade para ‘lacus’, mas para ‘upava’, pelos seus diferentes significados, talvez não se encontrou uma tradução correta, tendo sido conservada. ‘Upava’ deu ‘Eupana’ por corruptela (...)”.¹⁷³ Ou seja, o Paraupava indígena teria derivado o “Lacus Eupana” dos mapas.

Holanda, contudo, considera o surgimento do Paraupava através de sua associação com o Eldorado espanhol: “Desse modo preparava-se o terreno, porém, para localizar sem maiores dificuldades no interior do continente o misterioso Dourado de que tanto se falava nas possessões castelhanas do Pacífico e na Guiana”.¹⁷⁴ Como procuramos mostrar ao longo do capítulo, a Alagoa Grande brasileira originou-se da geografia mítica desenvolvida na região platina e no Paraguai, levando à noção da unidade das bacias do rio São Francisco e do rio da Prata. Tal noção transparece em uma descrição do vale do

¹⁷⁰ HOMEM, André. [*América Meridional e Antilhas*]. 1559. Bibliothèque Nationale, Paris. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 59.

¹⁷¹ VELHO, Bartolomeu. [*Parte americana do mapa-múndi*]. 1561. Biblioteca Accademia di Belli Arti, Firenze. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 16.

¹⁷² HOLANDA, 2000, p. 48.

¹⁷³ FERREIRA, 1977, p. 41.

¹⁷⁴ HOLANDA, 2000, p. 71.

rio Paraíba, contida em uma obra de João de Laet de 1640, na qual se vê que o rio da Prata era um importante referencial na percepção espacial do sertão pelos paulistas: “Ao oeste deste rio, existem extensas províncias campestres, mas que são pouco ou nada habitadas por selvagens e através das quaes correm em rumo de sudoeste diversos rios que, é de presumir, se lançam no grande Rio de la Prata. São limitadas pelo lado de noroeste por grandes e asperas montanhas, nas quaes se acredita que existem escondidos filões de ouro e de prata e das quaes saem alguns rios, principalmente aquelle que se lança no mar, entre Bahia e Pernambuco, e que se denomina Rio São Francisco”.¹⁷⁵ A vasta produção cartográfica sobre a América meridional do período também fundamenta esta conclusão.

Os mapas portugueses que representam uma lagoa central no sistema hidrográfico americano enfatizam, geralmente, a ligação entre o rio da Prata e o rio São Francisco. Além dos já citados mapas de André Homem de 1559 e de Bartolomeu Velho de 1561, poderíamos acrescentar a carta *America Mundus Novus* de Luís Dourado, produzida em 1573,¹⁷⁶ os mapas de Fernão Vaz Dourado e de Sebastião Lopes, ambos de 1570,¹⁷⁷ e o

¹⁷⁵ DERBY, 1898-1899, p. 346.

¹⁷⁶ DOURADO, Luís. *America Mundus Novus*. 1573. Mapoteca do Itamaraty (Reprodução), Rio de Janeiro. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 22. Este mapa apresenta um intrincado conjunto de lagos interligados ao rio São Francisco, ao rio da Prata e a outro rio que deságua no litoral norte do Brasil, no Maranhão atual. A possível conexão entre o Prata e o São Francisco encontra-se escondida por um escudo da coroa portuguesa, mas é inferida pela configuração da rede hidrográfica proposta pelo cartógrafo.

¹⁷⁷ LOPES, Sebastião. [*Costa do Brasil*]. 1570. Biblioteca do Palácio Ducal da Casa de Bragança, Vila Viçosa. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 58 e DOURADO, Fernão Vaz. [*Costa do Brasil*]. 1570. The Huntington Library, San Marino, Califórnia. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 57. O mapa de Sebastião Lopes representa, somente, a conexão entre as bacias platina e do São Francisco através de um lago, enquanto o de Fernão Vaz Dourado acrescenta um tributário do rio Amazonas ligado à lagoa central.

Theatrum Mundi de Luís Teixeira e João Batista Lavanha, de 1597.¹⁷⁸ Outros mapas, apesar de não incluírem nenhum lago interior, sugerem a ligação ou a proximidade das nascentes destes dois rios, como o incluído no *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil*, de Luís Teixeira, realizado por volta de 1574.¹⁷⁹ A *Descrição de todo o estado do Brasil*, de João Teixeira Albernás,¹⁸⁰ que faz parte do *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, além de mostrar o vale do rio Amazonas isolado por uma cadeia de montanhas, apresenta uma aproximação entre as cabeceiras dos rios Paraná, São Francisco e Jequitinhonha. O mais instigante e peculiar é que este mapa traz um lago na nascente do rio Jequitinhonha,¹⁸¹ correspondendo, talvez, à lagoa assinalada com um “E” no roteiro de Marcos de Azeredo.¹⁸² As cartas portuguesas que mostram somente a ligação entre a bacia platina e a amazônica, como o mapa de Diogo Homem de 1568¹⁸³ e outro mapa realizado por Luís

¹⁷⁸ LAVANHA, João Batista e TEIXEIRA, Luís. *Theatrum Mundi*. 1597. Biblioteca Reale, Torino. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 27. A lagoa central aqui representada conecta-se a vários rios, como o rio da Prata, o São Francisco, um afluente do Amazonas e outros dois rios do norte do Brasil.

¹⁷⁹ TEIXEIRA, Luís. *A divisão do Brasil em regime de capitânias*. [1574]. Biblioteca da Ajuda, Lisboa. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 23. O traçado convergente do curso dos rios São Francisco e Paraguai sugere uma origem comum, apesar da representação de suas nascentes estar encoberta pela grande legenda incluída no mapa por Luís Teixeira.

¹⁸⁰ ALBERNAS, João Teixeira. *Descrição de todo o estado do Brasil*. [1626-1627]. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Reproduzido em: MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968, p. 13.

¹⁸¹ A nomenclatura dos rios na *Descrição de todo o estado do Brasil* encontra-se ilegível, mas é possível descobrir de qual rio esta lagoa é a nascente através da comparação das latitudes deste mapa com outra carta de Albernás, pertencente ao *Atlas do Estado do Brasil*, denominada *Estado do Brasil*. O rio da *Descrição* deságua no mar entre os graus 16 e 17. No *Estado do Brasil*, o único rio que tem sua foz nesta latitude é o Rio Grande dos Ilhéus. Ver ALBERNAS, João Teixeira. *Mapa do Estado do Brasil*. 1631. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. Reproduzido em: ALBERNAS, João Teixeira. *Atlas do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹⁸² Ver p. 122, nota 154.

¹⁸³ HOMEM, DIOGO. [*América do Sul*]. 1568. Sächsische Landesbibliothek, Dresden. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Parapava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 56.

Teixeira por volta de 1600,¹⁸⁴ aparecem como uma exceção no conjunto de fontes cartográficas examinadas. Neste último mapa encontra-se uma imensa lagoa no interior do continente, denominada “Dourada”, ligada somente ao rio da Prata e a um afluente do rio Amazonas. Uma constatação interessante é que, com a influência do Eldorado espanhol na nomenclatura da lagoa, o rio São Francisco apresenta-se desvinculado desta representação mítica.

Apesar da tendência da cartografia quinhentista portuguesa em destacar a ligação entre as bacias dos rios São Francisco e da Prata, os primeiros registros da existência de um lago no interior do continente americano, que aparecem nas obras do cosmógrafo João Afonso, descrevem este lago como sendo a nascente do rio Amazonas e do rio da Prata. Jaime Cortesão cita estas obras como uma comprovação de que a idéia de uma Ilha Brasil já havia sido concebida na primeira metade do século XVI: “Na sua *Cosmographie*, terminada de escrever em maio de 1544, afirmava êle que tanto o Amazonas (a que ainda se dava o nome de Maranhão), como o rio da Prata nasciam de um lago no interior do Brasil, fazendo deste uma ilha que fôra totalmente circumnavegada por um navio espanhol, e outro português, partindo o primeiro do Maranhão e o segundo do rio da Prata. Nas *Voyages Aventureux*, publicadas em 1559, mas redigidas muito antes, faz a mesma afirmação (...).”¹⁸⁵ Segundo Cortesão, as *Voyages Aventureux* teriam sido redigidas por volta de 1528, antecedendo em quase três décadas o primeiro mapa a representar a lagoa central.¹⁸⁶ Cortesão explica as concepções geográficas de João Afonso como uma interpretação das informações repassadas pelos índios aos europeus. A

¹⁸⁴ TEIXEIRA, Luís. [*América Austral*]. [1600]. Biblioteca Nazionale, Firenze. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 26.

¹⁸⁵ CORTESÃO, 1955, p. 67.

¹⁸⁶ CORTESÃO, 1955, p. 68-70.

influência das representações míticas da região platina acabaria por prevalecer na produção cartográfica da segunda metade do século, ficando a lagoa supostamente existente na nascente do rio São Francisco associada à laguna de que se tinha notícia na região do rio da Prata. Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, considera a possibilidade de que a ligação do rio São Francisco e do rio da Prata à lagoa Eupana fosse uma decorrência de suas similitudes com o rio Nilo, sugestionando a percepção espacial do continente americano a partir das referências edênicas que esta aproximação suscitava: “calmas e comedidas na estação hiberna, era com o advento da canícula que as suas águas se encrespavam e enfureciam”, ao contrário dos demais rios da América. Deste modo, “(...) os motivos paradisíacos, inseparáveis daquele mito, teriam aqui onde ganhar consistência com o paralelo, tentado por alguns autores, entre o São Francisco e o Prata, de um lado, e de outro o Nilo, cujas águas, segundo velha tradição, teriam suas verdadeiras origens no Éden”.¹⁸⁷

O primeiro mapa que atribui a designação de “Dourado” para a lagoa central é o *Delineatio Totius Australis Partis Americae* de Arnold Florent van Langren, de 1596,¹⁸⁸ um pouco anterior ao mapa de Luís Teixeira. Este mapa também é contemporâneo às primeiras representações cartográficas do lago Parima pela *Tabula geographica* de Theodoro De Bry¹⁸⁹ e pela *Nieuwe Caerte* de Jodocus Hondius,¹⁹⁰ ambas de 1599. O lago

¹⁸⁷ HOLANDA, 2000, p. 71.

¹⁸⁸ LANGREN, Arnold Florent van. *Delineatio Totius Australis Partis Americae*. 1596. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 108-109. A “Laguna del dorado” deste mapa encontra-se ligada, somente, ao rio Paraná, apesar de se localizar próxima às nascentes do rio São Francisco e do rio Real. Nestes dois rios aparecem pequenas lagoas. A bacia amazônica, por sua vez, está totalmente isolada através de cadeias de montanhas.

¹⁸⁹ DE BRY, Theodoro. *Tabula geographica nova Omnium Oculis exhibens et proponens verisimam descriptionem potentissimi et auriferi Regni Guiana*. 1599. Reproduzido em: ALÉS, Catherine e

Parima, como vimos, surgiu a partir da migração do mito do Eldorado para a Amazônia e para a Guiana e, nas suas margens, situava-se a lendária cidade de Manoa. A manifestação do Eldorado espanhol na cartografia americana, portanto, somente se deu nos últimos anos do século XVI.

Diferentemente da Serra das Esmeraldas e das minas de prata, que no século XVII seriam não somente retratadas, mas avidamente buscadas, a lagoa Eupana ou Paraupava parece ter mantido seu prestígio somente como um elemento geográfico, perpetuado pelos cartógrafos e cronistas conforme ditava a tradição e os padrões estilísticos, não se constituindo como o objetivo principal dos exploradores seiscentistas. A lagoa também tenderia a se vincular às serras lendárias em algumas representações, das quais o mapa de João Teixeira Albernás com o seu misterioso lago parece ser um prenúncio.¹⁹¹ O curioso é que, após as minas imaginárias do século XVII se desvanecerem com a descoberta do ouro das Minas Gerais, surgiriam novos roteiros para o descobrimento da Lagoa Dourada, que ganharia, uma vez mais, a feição de um lugar lendário independente dos demais mitos do sertão. Este é um dos temas que serão tratados no próximo capítulo, onde investigaremos as transformações e permanências nas imagens míticas na transição das minas imaginárias de esmeraldas e prata para as minas reais de ouro e diamantes.

POUYLLAU, Michel. *La conquete de l'inutile: les géographies imaginaires de l'Eldorado, L'Homme*, Paris, n.º. 122-124, 1992.

¹⁹⁰ HONDIUS, Jodocus. *Nieuwe Caerte van het wonderbaer ende goudrijcke landt Guiana*. 1599. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (ARC.030,02,032). Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart170410.sid.

¹⁹¹ ALBERNAS, João Teixeira. *Demonstração da capitania do Espírito Santo até a ponta da barra do Rio Doce. [1626-1627]*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Reproduzido em: MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968, p. 25.

Capítulo 3: Das minas imaginárias às minas reais

3.1 As minas imaginárias do século XVII

No início do século XVII, as informações sobre a existência de uma “serra resplandecente” no sertão da América Portuguesa, enriquecidas com as notícias trazidas pelas expedições pioneiras que partiram de Porto Seguro e do Espírito Santo em direção à Serra do Espinhaço, confirmando a existência de pedras verdes e montanhas de cristais nesta região, acabaram forjando a imagem da Serra das Esmeraldas, lugar imaginário que passou a ser identificado como uma referência geográfica precisa e específica. Por esta época surgiu outra montanha lendária, o Sabarabuçu, também derivada do mito originário da “serra resplandecente”. Na verdade, Sabarabuçu e “serra resplandecente”, etimologicamente, possuem o mesmo significado.¹ No entanto, ao ser transplantada para a capitania de São Vicente, esta crença recebeu a influência da antiga Serra da Prata quinhentista, concebida durante a exploração da bacia platina e do Paraguai e que ainda devia conhecer algum prestígio entre os paulistas.

A documentação sobre as entradas ao sertão, realizadas a partir de São Paulo, também revela que as áreas onde, supostamente, se localizavam as nascentes do rio São Francisco constituíam a direção predominante tomada pelos sertanistas, o que pode estar relacionado a outro local mítico, a Alagoa Grande ou “lagoa do ouro”, que aparece com o nome indígena de Paraupava nestas fontes. Mas foram o Sabarabuçu e a Serra das Esmeraldas os principais referenciais míticos do período seiscentista, que vivenciou um

¹ Ver capítulo 2, p. 124-125.

grande esforço e numerosos alvitre para o descobrimento da prata e das esmeraldas, muito mais cobiçados do que o ouro ou outras riquezas minerais e pedras preciosas, comprovando a influência menor do mito do Eldorado em terras brasileiras.

Minas de prata no norte do Brasil: o mito de Itabaiana e as explorações holandesas

Logo nos primeiros anos do século XVII surgiram, na Bahia, evidências sobre a descoberta das minas de prata por Belchior Dias Moréia. Em uma carta do coronel Pedro Barbosa Leal, escrita em 1725 para o conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, encontra-se uma descrição do roteiro seguido por Belchior Dias, conforme a tradição recolhida pelo coronel. Segundo Pedro Barbosa, Belchior Dias Moréia seguiu para o sertão com o mineiro que “se presume ser o mesmo que tinha acompanhado a Gabriel Soares”,² seguindo em direção ao local onde o autor do *Tratado Descritivo do Brasil* teria morrido, no “certão entre Jacobina e o Parâmerim do rio das Contas”.³ Moréia chegou, então, ao rio São Francisco, “seguio por elle abaicho, foi ao Corassâ donde descobrio as amatistas e novas minas do Salitre na Serra do Oroquory, continuou a marchar pello ryo

² CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya. São Pedro, 22 de novembro de 1725, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. XLVIII, 1929, p. 58-104, citação p. 63.

³ CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya, p. 62.

abaicho, passou a outra p^{te}. de Pernambuco e se recolheu para a Itabayana a sua caza gastando nesta entrada oito annos”.⁴

Em 1611, Belchior Dias partiu para Madri, na tentativa de ofertar ao rei a revelação das riquezas em troca de honras e mercês, sem obter sucesso: “Ofereci descobrir certas minas de prata na capitania de Seregipe e na da Bahia em rezão do que passei ao Reino tratar com sua Majestade o tal negócio, e vendo-me sem resolução (...)”.⁵ D. Luís de Sousa, ao assumir o governo-geral do Brasil, em 1617, resolveu intermediar um acordo entre Moréia e a Corte e, após uma longa e conflituosa negociação,⁶ acertou em 1619 a realização de uma expedição até o sítio onde as minas de prata de localizariam. As desconfianças de Belchior Dias sobre as reais intenções de D. Luís de Sousa levaram-no a não divulgar a posição exata das minas, sendo preso pelo governador e obrigado a pagar os custos da viagem. Este acontecimento foi narrado pelo coronel Pedro Barbosa Leal da seguinte forma: “Partiraõ da B.^a os dous governadores com Melchior Dias que os levou direito a Serra da Itapayana e que chegando a ellas dissera aos governadores que Suas Senhorias estavaõ com o pez sobre as Minas mas que lhas naõ mostrava sem que lhe entregaçem primeyro a carta de merçez que Sua Mag^{de} lhe fazia. Ao que lhe responderaõ que mostraçe as minas que as Mercês estavaõ sertas e se lhe entregaria o Alvará de SMag^{de} depoiz que as mostraçe; parece q’ ao mesmo tempo que cresseo a duvida em os

⁴ CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya, p. 64.

⁵ ASSENTO de 6 de abril de 1619, em que Dom Luís de Sousa, governador-geral, e Belchior Dias Moréia, na Lagoa do Sul, confirmaram as mútuas promessas, apud CALMON, Pedro. *O segredo das minas de Prata*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1950, p. 13-14.

⁶ O episódio encontra-se descrito em detalhes por Pedro Calmon em CALMON, 1950, p. 31-64. Ver também BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O feudo, Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 157-165.

governadores, cressia maiz a primeyra dezcomfiança de Belchior Dias que se rezolveo a não patentiar os descobrimentos pello que se precizaraõ os governadores a prendello (...)”.⁷

Belchior Dias Moréia morreria poucos anos depois, mas a fama da Serra de Itabaiana perduraria até o século XVIII, pelo menos, como fica patente na carta do coronel Pedro Barbosa. Enquanto o Sabarabuçu e a Serra das Esmeraldas influenciariam o roteiro das entradas organizadas nas capitanias do sul, as minas de prata de Itabaiana⁸ converter-se-iam no objetivo dos exploradores que adentravam o território a partir da costa setentrional brasileira, ocupando um lugar de destaque, junto aos outros dois lugares lendários, no imaginário seiscentista sobre as riquezas minerais do sertão.

A possível existência de jazidas de prata nas capitanias do norte do Brasil também despertou a atenção dos holandeses. Em um relatório escrito pelo coronel Christoffel Arciszewski, em 1637,⁹ são mencionadas “quatro prováveis minas de prata em Cunhaú,

⁷ CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya, p. 66-67.

⁸ Sobre a etimologia da palavra Itabaiana vale destacar que “Theodoro Sampaio considera Itabayana como corruptela de taba-y-na ou taba-anga, morada das almas”. Ver CARVALHO, Alfredo de. *Minas de ouro e prata no Rio Grande do Norte. Explorações holandesas no século XVII, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, vol. III, nº 1, 1905, p. 147-165, citação p. 163. É interessante observar que a montanha mais alta da região da Chapada Diamantina, localizada nas proximidades do Rio de Contas, é conhecida atualmente como Picos das Almas. O sertão do Rio de Contas era associado, pela tradição, aos roteiros de Gabriel Soares de Sousa e Belchior Dias Moréia. Esta denominação é antiga, conforme se constata na descrição, em 1817, das serras da região por Ayres de Casal: “A serra das Almas, que por espaço consideravel divide a Provincia da de Minas Geraes; a de Villavelha proxima á Villa de Rio de Contas; a do Pinga poucas leguas ao Poente daquella, e cuja porção mais alta se denomina Morro das Almas (...)”. Ver CASAL, Ayres de. *Corografia brazilica ou relação historico-geographica do Reino do Brazil*, Tomo II. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817, p. 130.

⁹ ANH, Dossiê Estados Gerais, NL-HaNA_SG 1.01.05, inv. nr. 9217. *RELATÓRIO (cópia) do coronel Artichefsky escrito pouco antes de sua partida em 1637*. Recife, 1637. Os documentos do Arquivo Nacional em Haia (ANH) e do Arquivo da Casa Real em Haia (ACRH), citados neste capítulo, encontram-se descritos em WIESEBRON, Marianne. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*, vol. 3. Leiden: Research School CNWS, 2008.

Terra Nova, na região do Cabo de Santo Agostinho, e em Sergipe del Rei”.¹⁰ Informação semelhante aparece na carta do conde Maurício de Nassau para a Assembléia dos XIX, em 28 de março de 1637: “Passando agora a outro assumpto, vos diremos como, desde a nossa chegada aqui, diligenciamos por conseguir noticias certas de algumas minas de prata e outros metaes existentes neste paiz. Depois de muitas pesquisas afim de averiguar a verdade, chegamos á conclusão de que há nesta Capitania quatro minas, a saber: uma atraz do Cabo de St. Agostinho, outra em Terra Nova, a terceira em Capaura e a quarta, de que temos a mais completa certeza, na Capitania do Rio Grande, acima do rio Cunhaú”.¹¹ Nassau enviou, então, uma expedição para a prospecção desta última mina: “A’ vista disto, não nos demoramos em enviar, sob as ordens do commandante Albert Gerritssen Smient, o mestre-mineiro Paulus Semler em companhia de um portuguez chamado Pedro Xará Ravasco e de alguns brazilienses que ha annos atraz estiveram na referida mina com Albuquerque, pae de Antonio de Albuquerque (...)”.¹²

Em 1639, um judeu procedente da Holanda, chamado Bento Henriques, protagonizou um episódio parecido com o de Belchior Dias Moréia, ao declarar seu conhecimento sobre a localização das minas de prata do interior de Sergipe, impondo algumas condições para a divulgação do segredo.¹³ Segundo Alfredo de Carvalho, em um relatório do Supremo

¹⁰ WIESEBRON, 2008, p. 147.

¹¹ Brieven en Papieren uit Brazilie, 1637, nº 8, apud CARVALHO, 1905, p. 149.

¹² Brieven en Papieren uit Brazilie, 1637, nº 8, apud CARVALHO, 1905, p. 149-150. Um relatório sobre a mina de prata da região de Cunhaú também se encontra em ANH, Dossiê Estados Gerais, NL-HaNA_SG 1.01.07, inv. nr. 12564.6. CARTA de João Maurício de Nassau, M. van Ceulen, Adrian van der Dussen e S. Carpentier para o Conselho dos XIX. Recife, 15 de fevereiro de 1638.

¹³ Os diversos documentos referentes à negociação entre as autoridades holandesas e Bento Henriques sugerem que foi dado certo crédito para a questão da existência destas minas: ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.238. PROCURAÇÃO dos Senhores XIX para que se chegue a um acordo com Bento Henriques. Amsterdam, 17 de setembro de 1639; ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-ff.239-240. TEXTO do contrato a ser apresentado a Bento Henriques a respeito da exploração de prata em Sergipe. Amsterdam,

Conselho do Brasil, datado de 13 de setembro de 1640, consta que Bento Henriques, após recusar as ofertas dos representantes da Companhia das Índias Ocidentais, partiu por conta própria para as minas, trazendo algumas amostras de minérios que foram consideradas sem nenhum valor.¹⁴

As minas de Itabaiana foram, também, alvo de expedições organizadas com o propósito específico de sua descoberta, como a conduzida em 1643 pelo capitão Niemeyer.¹⁵ O coronel Arciszewski já havia recebido, seis anos antes, notícias de um religioso português chamado Manoel do Salvador sobre estas minas.¹⁶ A fama da prata de Itabaiana foi, ainda, utilizada pelo português João de Albuquerque em 1649 como “moeda de troca” para conseguir sua liberdade junto aos holandeses. Preso no Forte dos Reis Magos, no Rio Grande, João de Albuquerque redigiu uma “Memoria sobre o monte Itabayana”,¹⁷ que motivou as duas jornadas de Pieter Persijn para seu descobrimento, uma no mesmo

1639; ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.236. *REQUERIMENTO de Bento Henriques, com anexos, dirigido ao Governador-Geral João Maurício de Nassau. Trata da descoberta e exploração de minas em Sergipe Del Rey.* s.l., [1640]; ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-ff.246-247. *CONTRATO de trabalho temporário entre João Maurício de Nassau e Bento Henriques.* s.l., maio de 1639; ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.237. *CONTRATO entre o Alto e Secreto Conselho e Bento Henriques. Trata da descoberta e exploração de minas de prata.* Cidade Maurícia, 3 de maio de 1640; ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.218. *CARTA de Bento Henriques ao governador-geral João Maurício de Nassau. Trata da expedição exploratória às minas de prata no interior de Sergipe.* s.l., [junho de 1640] e ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.255. *CARTA de Bento Henriques ao Governador Geral João Maurício de Nassau sobre o estado da busca de minérios.* s.l., agosto de 1640.

¹⁴ CARVALHO, de Alfredo. *Minas de ouro e prata no Brasil oriental. Explorações holandesas no século XVII, Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, vol. XX, 1906, p. 96-111, citação p. 100-101.

¹⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956, p. 223.

¹⁶ CARVALHO, 1906, p. 97-98. Alfredo de Carvalho esclarece que este Manoel do Salvador era, na verdade, o frei Manoel Calado, autor de *O valeroso Lucideno*.

¹⁷ *Brieven en Papieren uit Brazilie*, 1637, nº 19, apud CARVALHO, 1905, p. 161.

ano de 1649 e a outra em 1650.¹⁸ Estes exemplos comprovam não somente o prestígio alcançado pelas riquezas supostamente encontradas por Belchior Dias Moréia, mas também que a convivência com os portugueses na costa brasileira levou os holandeses a compartilharem o mesmo imaginário sobre as serras lendárias do sertão.

Os fracassos das expedições fizeram com que Gaspar Barléu, em 1647, desconfiasse da inexistência destas riquezas no sertão brasileiro, atribuindo seu fascínio aos embustes engendrados pelos portugueses: “Foram mandados ao serviço do Cunhaú Alberto Schmient e Paulo Semler, que auxiliados por índios e portugueses, procuraram ali minas e encontraram uma de prata. Pareceu ela opulenta, mas posteriormente enganou a expectativa. Havia também outras, as célebres de Albuquerque. Corria a fama de ter êle mesmo extraído delas grande quantidade de metais, mas não haviam sido descobertas pelos nossos. Andavam igualmente na bôca dos portugueses as minas da Copaoba e as do Cabo de Sto. Agostinho. As da Terra Nova, pobres de metais, só forneciam uma pedra que unicamente pelo brilho prometia falsamente muita valia. Não duvido que os portugueses iludiram a cupidez dos nossos e captaram a benevolência pública com os gabos vãos de riquezas ocultas”.¹⁹ Apesar do descrédito de Barléu, as explorações continuaram até a expulsão definitiva dos holandeses do Brasil, estendendo-se para o Ceará com as buscas das minas de prata nesta região, entre 1649 e 1654, por Mathias Beck.²⁰

¹⁸ CARVALHO, 1905, p. 160-165. Ver também CARVALHO, Alfredo de. *Segunda jornada de Pieter Persijn em busca das Minas de Itabayana – 1650*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, vol. V, nº 1, 1907, p. 161-170.

¹⁹ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 49.

²⁰ CARVALHO, 1906, p. 109-111.

Os relatos sobre as expedições e as fontes cartográficas, produzidos neste período, também evidenciam a assimilação, por parte dos holandeses, do imaginário sobre o sertão da América Portuguesa, revelando o amplo alcance no Brasil das representações sobre outros locais lendários, além das minas de prata, como a Serra das Esmeraldas e a Alagoa Grande.²¹ Assim, em um croqui anexado a uma carta de Jodocus à Stteten à Assembléia dos XIX, onde relata sua viagem à mina de Cunhaú em 1645, aparece, além dos detalhes sobre as jazidas prospectadas, os rios e os caminhos para se chegar à mina, uma montanha descrita como “monte de pedras verdes como os brazilienses e tapuyas usam nos aneis” e outra “todo de crystal”,²² ou seja, os mesmo elementos que, em fins do século XVI, levaram ao surgimento da Serra das Esmeraldas, através da alegada coexistência entre as pedras verdes e os cristais da “serra resplandecente”. Esta última serra parece, também, ter conhecido grande notoriedade entre os holandeses, já que, em várias ocasiões, os exploradores acreditaram divisá-la no meio da paisagem do sertão. Pieter Persijn avistou-a em sua jornada em busca das minas de Itabaiana de João de Albuquerque, referindo-se a um “monte escalvado e luzente, chamado Itaberaba”.²³ O mesmo aconteceu com Elias Herckmann, em 1641, quando procurava as minas de

²¹ Além das fontes holandesas, um documento do século XVIII, a *Notícia da Conquista e Descobrimto dos Sertões do Tibagi*, parece sugerir que a imagem da Serra das Esmeraldas no período seiscentista não esteve restrita ao sertão da capitania do Espírito Santo. Neste documento encontra-se inserido o *Memorial de Luis de Góis Sanches* que descreve, em março de 1644, um certo “Pico de Capivaruçu, que tinha muito mantimento, e seus domínios eram entre os rios de Embetuba, e Ubatuba”, esclarecendo, a seguir, que “Este morro de Capivaruçu também se chama das Esmeraldas”. Ver SOUSA, Afonso Botelho de S. Paio e. *Notícia da conquista e descobrimto dos sertões do Tibagi*, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 76, 1956, p. 2-290, citação p. 76.

²² *Brieven en Papieren uit Brazilie*, 1637, nº 20, apud CARVALHO, 1905, p. 159.

²³ CARVALHO, 1907, p. 167.

Copaoba e “Encontrou uma montanha resplandecente, apenas possíveis cintilações da mica que o sol encandecia, e denominou ‘Montanha de Cristal’, Cristalberg (...)”.²⁴

Mas a representação mais significativa da “serra resplandecente” em uma fonte holandesa encontra-se em um mapa de Gaspar Barléu e Georg Marcgraf, de 1647.²⁵ Nesta carta de Sergipe está retratada uma cadeia de montanhas chamada de “Itaberába”, onde nasce um rio de nome Piacica, afluente do rio São Francisco. No curso médio do rio Piacica aparece uma lagoa denominada “Upabuçû Lagoa Grande”. Estas imagens apresentam importantes particularidades, a começar pela localização da Lagoa Grande: apesar dos cartógrafos preservarem sua associação com o rio São Francisco, ela não corresponde mais à sua nascente, deixando de ser o grandioso lago central de onde procedia, também, o rio da Prata. A proximidade entre a lagoa e a montanha Itaberaba também sugere uma vinculação entre estes dois lugares míticos, talvez a primeira vez em que isto é, explicitamente, retratado.²⁶ Durante o século XVII, a Alagoa Grande quinhentista deixa de ser o objetivo principal das expedições, que visavam, prioritariamente, as minas de prata e esmeraldas. Talvez, por isso, apareça muitas vezes ligada às serras lendárias, emprestando sua fama como uma confirmação das riquezas que se esperaria encontrar nestes lugares.

²⁴ CASCUDO, 1956, p. 224.

²⁵ BARLAEUS, Casper; MARCGRAF, Georg; autor associado; BLAEU, Joan. *Praefectura de Ciriii, vel Seregippe del Rey, cum Itâpuâma*. Amstelodami: ex typographeio Joannis Blaeu. 1647. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. Disponível em: <http://purl.pt/4070>.

²⁶ A carta de João Teixeira Albernaz, *Demonstração da capitania do Espírito Santo até a ponta da barra do Rio Doce*, que foi discutida no capítulo 2, já representava, na segunda década do século XVII, uma lagoa sem nome aos pés da Serra das Esmeraldas. Ver ALBERNAS, João Teixeira. *Demonstração da capitania do Espírito Santo até a ponta da barra do Rio Doce*. [1626-1627]. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Reproduzido em: MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968, p. 25.

Lagoas lendárias

A cartografia seiscentista da América meridional manteve, por bastante tempo, a representação de diversas lagoas fantásticas no interior do continente. Porém, estas representações, além de se caracterizarem pela diversidade de denominações empregadas, como Eupana, Xarayes, Parima ou Dourado, conheceram importantes transformações ao longo do século, refletindo não somente o maior conhecimento geográfico adquirido a partir das explorações realizadas por portugueses e espanhóis, mas também as mudanças nas próprias crenças sobre a existência destes lagos.

Uma diferença primordial, em relação ao século anterior, pode ser observada na produção cartográfica portuguesa. Enquanto que no século XVI uma lagoa central aparece, quase sempre, como a nascente dos rios da Prata e São Francisco, enfatizando, preferencialmente, a unidade destas duas bacias hidrográficas, no seiscentos haverá uma tendência de desvinculação do rio São Francisco deste sistema fluvial. É o que se observa em dois mapas anônimos produzidos em 1628 e 1630,²⁷ que mostram uma lagoa de onde procedem o rio da Prata e um afluente do rio Amazonas. Este afluente, algumas vezes, recebe o nome de rio Pará, como no mapa de João Teixeira, de 1640.²⁸ Este mapa também introduz uma importante modificação: o lago central desaparece, surgindo, no meio do rio Pará, uma grande ilha formada pelo curso circular deste rio. Esta concepção

²⁷ ANÔNIMO. *[América Meridional]*. [1628]. Bibliothèque Nationale, Paris. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 143 e ANÔNIMO. *[América Meridional]*. [1630]. The Huntington Library, San Marino, Califórnia. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 147.

²⁸ TEIXEIRA, João. *Terra de Santa Cruz a que chamão Brasil*. 1640. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 157.

geográfica, na verdade, já havia sido empregada pelo próprio João Teixeira, dez anos antes,²⁹ sendo repetida por outros cartógrafos, como Antônio Sanches.³⁰

E é em um mapa de Sanches que, pela primeira vez, aparece a palavra Paraupava em uma fonte cartográfica, forma indígena utilizada pelos paulistas para referenciar a Alagoa Grande.³¹ Este mapa, de 1633, mantém a representação quinhentista da lagoa central ligada ao rio São Francisco, ao rio da Prata, a um afluente do Amazonas e a outro rio desaguando no litoral norte do Brasil. Este último rio é denominado de “R. Paraupaba” e corresponde ao rio Pará, de João Teixeira.³² Manoel Rodrigues Ferreira destaca que “No desenvolvimento dessa cartografia o fato mais importante a assinalar é que a Lagoa Paraupava deu lugar à Ilha Paraupava (hoje Ilha do Bananal no Rio Araguaia)”.³³ A metamorfose do Paraupava paulista de lagoa para ilha, realizada por cartógrafos como João Teixeira Albernás II³⁴ e José da Costa Miranda,³⁵ pode ser um indício de que a crença na Alagoa Grande, apesar de permanecer influente durante o século XVII, deixa de ser um referencial mítico tão importante como o Sabarabuçu ou a Serra das

²⁹ TEIXEIRA, João. *[As Américas]*. 1630. Library of Congress, Washington. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 145.

³⁰ SANCHES, Antônio. *[América Meridional]*. 1641. Koninklijke Bibliotheek, Den Haag. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 161.

³¹ FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 152.

³² SANCHES, Antônio. *[América Meridional]*. 1633. National Maritime Museum, Greenwich. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 153.

³³ FERREIRA, 1977, p. 138.

³⁴ ALBERNAS II, João Teixeira. *[América Meridional]*. 1670. Hispanic Society of America, New York. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 169.

³⁵ MIRANDA, José da Costa. *[Nova Lusitana]*. 1681. Museu de Marinha, Lisboa. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 173.

Esmeraldas, que foram avidamente procurados ao longo deste século. Manuel Rodrigues interpreta a incorporação da imagem da ilha Paraupava nos mapas como decorrente da experiência adquirida pelos bandeirantes em suas longas jornadas pelo sertão, chegando até o rio Araguaia e à ilha do Bananal.

Isto não significa que a lagoa central tenha desaparecido do imaginário americano. Diversos cronistas continuaram a mencioná-la em suas obras, como na *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, do padre Simão de Vasconcelos, publicada em 1663: “Contam os índios versados no sertão que bem no meio dele são vistos darem-se as mãos estes dois rios, em uma alagoa famosa, ou lago profundo, de águas que se ajuntam das vertentes das grandes serras do Chile e Peru; e demora sobre as cabeceiras do rio que chamam S. Francisco (...)”.³⁶ Ao tratar deste rio, Vasconcelos acrescenta que “Seu nascimento é daquela famosa alagoa feita das vertentes de águas das serranias do Chile, e Peru, donde dissemos procediam os dois principais rios, Grão-Pará, e da Prata”.³⁷ O Grão-Pará, para o jesuíta, é o rio das Amazonas: “O das Alamazonas, por outro nome Grão-Pará, sem exageração alguma, é o Imperador de todos os rios do mundo (...)”.³⁸

Como explicar que, mais de um século após a viagem de Francisco de Orellana e Gaspar de Carvajal de Quito até a foz do rio Amazonas, responsável pela noção, retratada nos mapas a partir de então, de que suas cabeceiras se localizariam nas montanhas andinas, permaneça a concepção de uma lagoa como sendo a nascente deste rio? O naturalista holandês Jorge Marcgrave, ao introduzir em seu tratado uma descrição semelhante para esta lagoa, nos dá um indício dos motivos desta permanência: “O Rio S. Francisco, agora

³⁶ VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 63.

³⁷ VASCONCELOS, 1977, p. 69.

³⁸ VASCONCELOS, 1977, p. 61.

fechando o limite entre a capitania de Pernambuco e a Baía de Todos os Santos, é particularmente célebre; acredita-se, porém, originar-se da parte íntima deste Continente, e com efeito naquele lago celebrado pelos discursos de muitos, que recebe todos os rios e correntes das altíssimas montanhas do Perú, lançados em direção do oriente, e desagua por meio de rios enormes no oceano, em primeiro lugar o Rio de la Plata, sôbre o qual já não se duvida; agora dos nossos Marahaon”.³⁹ Estas referências ao lago “celebrado” afiguram-se como uma mera repetição da tradição de representação da geografia americana perpetuada pelos “discursos de muitos”. Tanto é assim que, ainda em 1757, nos *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco*, de Domingos Couto, apesar do desaparecimento da lagoa, é feita uma aproximação entre as nascentes dos rios da Prata, São Francisco e Amazonas, em uma aparente reprodução destes elementos descritivos: “O Rio de S. Francisco é o terceiro na grandesa dos que regão os Estados que os Portugueses tem no Brasil. Nasce das vertentes das grandes serranias do Chili e Perú, donde tambem o Rio da Prata, e o das Amasonas toma a sua origem”.⁴⁰

O grandioso lago interior americano também foi incorporado, durante o século XVII, pela cartografia holandesa. A lagoa Eupana dos portugueses aparece em diversos mapas do início deste século, como no *America Meridionalis* de Gerhard Mercator,⁴¹ no *America* de Jodocus Hondius,⁴² no *Meridionalis Americae Pars* de Petrus Plancius⁴³ e no *America*

³⁹ MARCGRAVE, Jorge. *História natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 263.

⁴⁰ COUTO, D. Domingos do Loreto. *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco, Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro*, vol. 24, 1902, p. 1-355, citação p. 22.

⁴¹ MERCATOR, Gerhard. *America Meridionalis*. 1606. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 94.

⁴² HONDIUS, Jodocus. *America*. 1606. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 96.

Meridionalis de Petrus Bertius.⁴⁴ Algumas características interessantes destacam-se nestas fontes cartográficas. A primeira é a convivência nos mapas de Mercator, Hondius e Bertius entre a lagoa Eupana e outro lago lendário, o Parima, que, como vimos nos capítulos anteriores, surgiu a partir da transposição do mito do Eldorado andino para a região amazônica. A representação simultânea destas duas lagoas em um mesmo mapa sugere que se tratam de referenciais geográficos distintos, estando a lagoa central desvinculada do “Dourado” espanhol. Outro aspecto marcante é a variabilidade da rede hidrográfica ligada à lagoa Eupana. Apesar de, em todos os mapas, haver uma conexão entre as bacias platina e amazônica, o rio que nasce na lagoa e deságua no litoral leste brasileiro, nas representações de Petrus Plancius e Petrus Bertius, é o São Francisco,⁴⁵ enquanto que Gerhard Mercator e Jodocus Hondius retratam um rio que tem sua foz na Baía de Todos os Santos, correspondendo, talvez, ao rio Paraguaçu.⁴⁶ É importante observar, ainda, o traçado circular deste rio e alguns lagos menores existentes ao longo de seu curso. Outra lagoa recorrente nos mapas do século XVII é a Laguna de los Xarayes que, segundo Maria de Fátima Costa, “é uma construção geográfica absolutamente espanhola, criada a partir dos conquistadores do rio da Prata e divulgada no início do século XVII pelos cronistas das Índias (...)”.⁴⁷ A região dos Xarayes aparece, nos relatos quinhentistas,

⁴³ PLANCIUS, Petrus. *Meridionalis Americae Pars*. [1592-1610]. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 182-183.

⁴⁴ BERTIUS, Petrus. *America Meridionalis*. 1616. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 184.

⁴⁵ O mapa de Petrus Plancius representa, também, uma ligação entre o rio São Francisco e o rio Real.

⁴⁶ JODOCUS HONDIUS o nomeia, erroneamente, como sendo o rio Real, cuja foz localiza-se mais ao norte, nos limites atuais da Bahia com Sergipe.

⁴⁷ COSTA, Maria de Fátima. *De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico*, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, vol. 45, 2007, p. 21-36, citação p. 26.

como uma área inundada, repleta de rios e lagos, onde havia sido fundado o Puerto de los Reys por Domingo de Irala. Somente a partir da *Historia general de los hechos de los castellanos en las Islas y Tierra Firme del Mar Oceano*, de Antonio de Herrera y Tordesillas, é que o topônimo Xarayes surgiu como a designação de uma imensa lagoa.⁴⁸ E foi a cartografia holandesa a primeira a incorporar, a partir da década de 1630, a representação deste lago, “nos Atlas publicados concomitantemente pelas casas editoriais de W. J. Blaeu e J. Janssonius. Contudo, não foram estes cartógrafos os autores do seu desenho; quem deu contornos mapográficos à lagoa sul-americana foi Jodocus Hondius II”.⁴⁹ Nos mapas holandeses, a Laguna de los Xarayes parece ter correspondido a uma mera substituição da lagoa Eupana das cartas anteriores, mantendo a representação dos demais referenciais geográficos, como o curso circular do rio São Francisco. É o que se observa no mapa *Brasilia* de Johannes Blaeu⁵⁰ e no *Mar di Aethiopia Vulgo Oceanus Aethiopicus* de Jan Jansson.⁵¹ Em uma carta francesa da segunda metade do século XVII esta identificação é estabelecida explicitamente, sendo a lagoa denominada de “Lac de Eupana ou de los Xarayes”.⁵²

⁴⁸ COSTA, 2007, p. 26-27.

⁴⁹ COSTA, 2007, p. 27. O primeiro mapa onde aparece o Lago de los Xarayes teria sido o *Paraguay, Ó prov. de Rio de la Plata cum regionibus adjacentibus Tucuman et Sta. Cruz de la Sierra*. Ver BLAEU, Guiljelmo. *Paraguay, Ó Prov. de Rio de la Plata cum Regionibus Adjacentibus Tucuman et Sta. Cruz de la Sierra*. 1640. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 219.

⁵⁰ BLAEU, Johannes. *Brasilia*. 1640. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 92-93.

⁵¹ JANSSON, Jan. *Mar di Aethiopia Vulgo Oceanus Aethiopicus*. 1650. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 113.

⁵² SANSON, Nicolas. *Amerique Meridionale par le Sr. Sanson*. [1670]. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 192-193.

A Laguna de los Xarayes aparece nos mapas da América Meridional produzidos pelas principais escolas cartográficas européias, com exceção da cartografia portuguesa.⁵³ Um elemento comum entre as cartas portuguesas e os mapas que retratam o lago Xarayes é a tendência, a partir da segunda metade do século XVII, de representação do rio São Francisco sem conexão com o sistema fluvial formado pela lagoa central. Esta tendência fica evidente em mapas ingleses,⁵⁴ franceses,⁵⁵ italianos⁵⁶ e holandeses.⁵⁷ Nestes mapas aparecem, também, lagoas menores e sem nenhuma denominação ao longo do curso do rio São Francisco,⁵⁸ denotando, talvez, o deslocamento do mito da Alagoa Grande do

⁵³ COSTA, 2007, p. 26. Os jesuítas também cartografaram a região do Paraguai e do Chaco, representando não apenas a Laguna de los Xarayes, mas também outro elemento lendário, a Isla de los Orejones. Esta ilha, segundo Costa, havia sido descrita por Ruy Diaz de Guzmán em sua obra *La Argentina* e encontra-se relacionada aos motivos edênicos discutidos no capítulo 1: “Em *La Argentina*, Guzmán informa que os orelhões viviam ‘numa ilha que faz este rio [o Paraguai] de mais de dez léguas de comprimento e duas e três de largura’, que esta ilha tinha uma ‘ameníssima terra abundante de mil gêneros de frutas silvestres’, dentre elas ‘uvas, pêras e azeitonas’. Segundo ele, esses índios tinham toda a ilha ocupada de sementeiras e chácaras, ‘e em todo o ano’ plantavam e colhiam ‘sem fazer diferença de inverno nem verão’. Esses ilhéus eram pessoas ‘de boa vontade e amigos dos espanhóis’. E atesta : ‘[...] chamaram os antigos a essa ilha o Paraíso Terreal, por sua abundância e maravilhosas qualidades que tem [...]’”. Ver COSTA, 2007, p. 29-30.

⁵⁴ Ver, por exemplo, OGILBY, John. *Novissima et Acuratissima Totius Americae Descriptio*. 1671. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 190.

⁵⁵ Ver, por exemplo, o mapa de Nicolas Sanson citado na p. 146, nota 52.

⁵⁶ Ver, por exemplo, CORONELLI, Vincenzo Maria. *America Meridionale*. 1691. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 222-223.

⁵⁷ Enquanto os mapas de Johannes Blaeu e Jan Jansson citados na p. 147, notas 50 e 51, mantêm a ligação entre o rio São Francisco e a Laguna de los Xarayes, outras cartas holandesas posteriores representam este rio isolado da hidrografia central do continente. Ver, por exemplo, DANCKERTS. *Recentissima Novi Orbis sive Americae Septentrionalis et Meridionalis Tabula*. 1690. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 196-197. Uma outra variante no padrão de representação dos mapas holandeses, surgida na primeira metade do século XVII, consistia em ligar o lago Xarayes a um rio desaguando no litoral norte do Brasil, mantendo o rio São Francisco desvinculado deste lago. Ver HONDIUS, Henricus. *Americae pars Meridionalis*. 1638. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 38.

⁵⁸ Estas lagoas já eram retratadas em alguns mapas holandeses sobre o norte do Brasil da primeira metade do século XVII, como o *Novus Brasiliae Typus* de Guiljelmus Blaeus e a *Accuratissima Brasiliae Tabula* de Joannes Janson, apesar de se localizarem em um rio que desaguava na Baía de Todos os Santos e não no rio São Francisco. Ver BLAEUS, Guiljelmus. *Novus Brasiliae Typus*. 1630. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 30 e JANSON,

centro do continente americano para regiões periféricas. Já no mapa de Gaspar Barléu e Georg Marcgraf, citado anteriormente, este deslocamento encontra-se explicitado na representação de uma lagoa denominada pelo vocábulo indígena Upabuçu.⁵⁹ Segundo Manoel Rodrigues Ferreira, “esse nome é também da língua Tupi que pode ser assim decomposto: ‘upaba-uçu’ ou ‘i-peba-uçu’ ou ainda ‘i-pava-uçu’, onde ‘i’ significa ‘água’, ‘pava’ significa ‘baixa, chata, espaiada ou rasa’, e ‘uçu’ significa ‘grande’. Ou seja, Vupabuçu tem o mesmo significado de Paraupava”.⁶⁰

A lagoa Upabuçu ou Vupabuçu, denominação empregada pelos cronistas a partir do século XVIII, era associada à jornada de Marcos de Azeredo e apontada como uma das principais descobertas realizadas por Fernão Dias Paes. Pedro Taques, por exemplo, ao dissertar sobre as buscas realizadas por Fernão Dias, diz que este “penetrou os vastos sertões até estabelecer feitoria na Tucumbira, e mais ao centro outra no Itamirindiba, de donde sulcando por diversas veredas, o mesmo sertão do reino dos Mapaxós, até o lugar da alagôa Vupavuçu, no laborioso desvelo de descobrir as apetecidas esmeraldas, no sitio em que as havia extrahido Marcos de Azeredo (...)”.⁶¹ Porém, como o mapa de Gaspar Barléu e Georg Marcgraf deixa claro, esta já era uma denominação utilizada em meados do século XVII, inclusive nas capitânicas do norte sob o domínio holandês.

A importância secundária do mito da Alagoa Grande na orientação das explorações do sertão, durante o século XVII, talvez tenha se refletido em sua representação pelas fontes cartográficas: a lagoa perderia, assim, sua grandiosidade como berço dos principais rios

Joannes. *Accuratissima Brasiliae Tabula*. 1646. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 46.

⁵⁹ Ver p. 141, nota 25.

⁶⁰ FERREIRA, 1977, p. 41.

⁶¹ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarchia Paulistana, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 33, Parte segunda, 1870, p. 27-185, citação p. 148.

americanos, apesar de manter-se viva no imaginário sobre as riquezas do sertão. Além de transferir-se do centro para a periferia do continente, também passaria a ser vinculada às serras lendárias, como na aproximação entre a montanha “Itaberába” e a “Upabuçu Lagoa Grande” realizada por Barléu e Marcgraf. Outro mapa que contém uma concepção similar é o *America Meridionale*, de Vincenzo Maria Coronelli, retratando uma lagoa sem nome ao lado da “Serra do Sarabassu”.⁶² Esta associação também parece ter sido feita pelo padre Simão de Vasconcelos, ao narrar a jornada de Sebastião Fernandes Tourinho, mencionando, em conformidade com o roteiro de Marcos de Azeredo contido na carta do Espírito Santo de autoria de João Teixeira Albernaz,⁶³ a existência de uma lagoa nas imediações da Serra das Esmeraldas: “Ao passar do Aceci a derradeira vez, distância de 5, ou 6 léguas para a banda do Norte, descobriu Sebastião Fernandes uma grande, e formosa pedreira de esmeraldas, e outra de safiras, que estão junto a uma alagoa (...)”.⁶⁴

Minas de prata e esmeraldas nas capitanias do sul: Paranaguá, Sabarabuçu e a Serra das Esmeraldas

A crença na existência de minas abundantes em esmeraldas e prata, muitas vezes, se confundia com locais onde outros metais, como o ouro e o ferro, eram encontrados ou minerados em pequena escala. Estas minas imaginárias ocuparam um espaço significativo no cotidiano das autoridades e dos homens que percorriam o sertão, aparecendo nas fontes, inclusive em documentos oficiais, como locais de existência concreta, para os

⁶² Ver p. 148, nota 56.

⁶³ Ver p. 141, nota 26.

⁶⁴ VASCONCELOS, 1977, p. 72.

quais eram nomeados capitães e governadores para seu descobrimento, ou provedores e administradores para a organização da exploração.

Assim aconteceu com as minas de Biraçoiaaba e da Caatiba, localizadas na região de Sorocaba. Nos primeiros anos do século XVII, uma carta dos membros da Câmara de São Paulo ao donatário da capitania informava sobre a mineração de ferro e ouro praticada nestes locais: “Diogo de Quadros é ainda provedor das minas, até agora tem procedido bem, anda fazendo um engenho de ferro a tres leguas d’esta villa e como se perdeu no Cabo-frio tem pouca posse e vai de vagar, mas acabal-o-ha e será de muita importancia por estar perto d’aqui como tres leguas, e haverá metal de ferro; mas ha na serra de Byraçoiaaba 25 leguas d’aqui para o sertão em terra mais larga e abastada, e perto d’alli como tres leguas está a Cahatyba d’onde se tirou o primeiro ouro (...)”.⁶⁵ No final do século, em 1682, Luiz Lopes de Carvalho recebe o cargo de administrador das minas de prata de Sorocaba, que havia supostamente descoberto: “Por Luiz Lopes de Carvalho hir â sua custa as minas da Pratta de Sorocaba com o titulo de Administrador della”.⁶⁶ Um parecer do Conselho Ultramarino especifica que minas eram estas: “Luiz Lopes de Carvalho fes presente neste Conselho, que servindo de capitão da Capitania de Tinhaem, descobrira no termo da villa de Sorocaba as minas da Serra de Birasojoba, que dista 3 legoas da ditta villa, e as minas da serra de Caatiba, que fica 2 legoas da mesma villa

⁶⁵ *CARTA dos Camaristas de São Paulo*. São Paulo, 13 de janeiro de 1606. In: MARQUES, M. E. de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 352-354, citação p. 353.

⁶⁶ *CARTA régia do príncipe D. Pedro aos officiaes da camara de S. Vicente*. Lisboa, 20 de junho de 1682, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 51, 1888, p. 312.

(...)”.⁶⁷ O ferro de Biraçoiaba e o ouro da Caatiba mesclavam-se, deste modo, com as lendárias minas de prata amplamente apregoadas durante o seiscentos.

O curioso é que, alguns anos depois, as minas de Biraçoiaba são referidas em uma carta régia como minas de prata e ferro,⁶⁸ sendo que, em 1692, o encanto da prata se desfaz e Luiz Lopes de Carvalho propõe a construção de uma fundição.⁶⁹ O próprio Luiz Lopes confessa ter sido influenciado pelas lendas sobre a existência da prata e das esmeraldas, comprovando a força das representações sobre estas minas imaginárias na interpretação da realidade e da geografia do sertão: “Todas estas calamidades padeci por me haverem persuadido, e ter achado alguns Roteiros que insinuavaõ partes, e serras aonde em algum tempo se acharaõ sinais evidentes de minas de prata, e Esmeraldas (...)”.⁷⁰

Algo semelhante ocorreu em Paranaguá, “onde se teria praticado, ainda no século XVI, alguma incipiente mineração”.⁷¹ As atividades mineradoras realizadas nesta região eram de extração do ouro e, antes do povoado de Paranaguá ter sido erigido em vila, em 1647, “com o nome de Nossa Senhora do Rosário, já tinha sido nomeado, no ano antecedente,

⁶⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca das informações que remettera Luiz Lopes de Carvalho sobre as minas da repartição sul. Lisboa, 16 de março de 1682, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 39, 1917, p. 158.

⁶⁸ CARTA régia mandando dar índios para a diligencia das minas de prata e ferro de Sorocaba, realizada por Luis Lopes de Carvalho e Fr. Pedro de Souza. Lisboa, 8 de fevereiro de 1687, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. XVIII, 1913, p. 279-280.

⁶⁹ CARTA régia pedindo informações sobre as Minas de Ferro descobertas em Biraçoyaba por Luis Lopes de Carvalho e a fundição que este pretendia alli estabelecer (acompanhada dos respectivos documentos). Lisboa, 23 de outubro de 1692, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. XVIII, 1913, p. 287-293.

⁷⁰ CARTA régia pedindo informações sobre as Minas de Ferro descobertas em Biraçoyaba por Luis Lopes de Carvalho e a fundição que este pretendia alli estabelecer (acompanhada dos respectivos documentos), p. 288.

⁷¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A mineração: antecedentes luso-brasileiros*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. A época colonial, vol. 2: administração, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003, p. 256-288, citação p. 285.

um provedor para suas minas, na pessoa de Mateus de Leão”.⁷² Mas a fama da existência de prata nas proximidades das minas de Paranaguá acabou por conviver com a mineração aurífera, superando-a na expectativa de se encontrar grandes riquezas, já que o ouro apresentava baixo rendimento, surgindo, então, várias notícias sobre sua provável descoberta. Em uma carta dirigida ao rei, escrita em 1653 pelo provedor da fazenda do Rio de Janeiro e administrador geral das Minas do sul, Pedro de Sousa Pereira, é mencionada uma suposta amostra de prata trazida do sertão por Antonio Nunes Pinto. É interessante observar que, ao mesmo tempo em que procura apurar esta informação, o provedor da fazenda preocupa-se em organizar uma expedição para a busca da serra do Sabarabuçu: “Somente tratei de averiguar as notícias que havia das pedras da prata, que do sertão trouxe Antonio Nunes Pinto, e as da Serra de Sabarabussú, e achando de huma e outra couza bastantes informações, encarreguei do descobrimento da dita Serra a Álvaro Rodrigues do Prado”.⁷³

Esta referência à mítica Sabarabuçu é um indício de sua influência, durante o século XVII, no imaginário sobre as minas de prata supostamente localizadas no sertão e ainda por descobrir, colocando em dúvida as considerações de Sérgio Buarque de Holanda sobre o pouco prestígio que esta lenda teria alcançado após a morte do governador-geral D. Francisco de Sousa, com a retomada das expedições de apresamento de índios por parte dos paulistas: “Se algum efeito possa ter tido sobre esses moradores de São Paulo, tão hostilizados pelo autor do relato a Sua Majestade, a porfia de Dom Francisco de

⁷² HOLANDA, 2003, p. 285.

⁷³ *CARTA do Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro e Administrador geral das Minas do Sul do Brasil Pedro de Sousa Pereira, dirigida ao Rei, na qual o informa circunstancialmente acerca das minas que se tinham descoberto e do que era necessário fazer-se para as conservar*. Vila da Conceição, 20 de maio de 1653, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 39, 1917, p. 202-205, citação p. 203.

Sousa no prosseguir o sonho dos novos Potosi em terras da sua administração, tudo se desvanecerá desde que, em 1628, retomou vulto o apresamento dos Carijó. (...) Passados mais alguns decênios, tão pouca era a lembrança das celebradas jazidas do Sabarabuçu que o Conselho Ultramarino tomava a seu cargo avivar a memória delas à Câmara de São Paulo”.⁷⁴

O episódio a que Holanda se refere está registrado nas Atas da Câmara da Vila de São Paulo, na data de 8 de agosto de 1672, quando foi apresentada aos camaristas uma carta do secretário do Conselho Ultramarino, solicitando informações sobre as minas de prata de Sabarabuçu e outras minas de esmeraldas e ouro de fundição de que se tinha notícia e que haviam motivado a preparação da jornada de Fernão Dias: “(...) como a notícia destas couzas nos não foi manifesta, nem por pessoa algúa, somente ditos, de algúas pessoas que ouvirão a homens antigos averem minas de prata em sabarabuçu, o que se não tem averiguado nem averigou athe o presente e pera que isto tenha efeito o que se emcaregou mandarão chamar, ao capitão fernando dias paes pera que elle declarasse a ordem que tinha do governo geral, sobre o descobrimento das ditas minas que o tinha por çerto, ou era aventura de experiência, e pello dito capitão foi dito que elle hia aventurar pellas imformaçoins dos antigos”.⁷⁵ Mas, bem antes disso, outras expedições haviam sido aparelhadas para a demanda do Sabarabuçu, como aquela solicitada a Álvaro Rodrigues

⁷⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 65.

⁷⁵ *ATA da Câmara da Vila de São Paulo de 8 de agosto de 1672*. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo - 1653-1678*, vol. VI. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915, p. 283-284.

do Prado por Pedro de Sousa Pereira⁷⁶ e a de Manuel Homem Albernás, nomeado capitão do descobrimento da prata da Serra do Sabarabuçu em 1643.⁷⁷

Em 1654, outra carta do provedor da fazenda, Pedro de Sousa Pereira, descreve a descoberta manifestada pelo castelhano Bartholomeu de Toralles, “num serro próximo da vila de Nossa Senhora do Rosário de Parnagua”.⁷⁸ Apesar das numerosas notícias sobre os novos descobrimentos, não surgiam amostras significativas da prata que pudessem comprovar a realidade da riqueza a que todos ansiavam, o que não era suficiente para que as esperanças se desvanecessem. Novas expedições eram, então, organizadas, contando algumas vezes com a presença dos próprios governantes nas lavras para averiguação do estado em que as explorações se encontravam, tamanho o interesse pelo andamento das mesmas. É o que fez, em 1660, o governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, que partiu para Paranaguá deixando o governo da capitania a cargo de Tomé Correia de Alvarenga.⁷⁹ Salvador Correia também havia enviado seu filho, João Correia de Sá, “ao descobrimento da Serra das esmeraldas”, tendo o mesmo chegado a uma certa “Serra do

⁷⁶ Ver p. 153, nota 73.

⁷⁷ AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. 5, doc. 798. *PROVISÃO do Capitão Gaspar de Sousa Uchôa, do terço do Mestre de Campo Martim Soares Moreno, Capitão-mor da Capitania de S. Vicente, pela qual nomeou Manuel Homem Albernás Capitão do descobrimento da prata da Serra do Sabarabusu.* s.l., 18 de abril de 1643.

⁷⁸ AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. , doc. 1843. *CARTA do Provedor da Fazenda Pedro de Sousa Pereira, sobre as diversas diligências que tinha ordenado nas Capitânicas de S. Vicente e Paranaguá acerca do descobrimento das minas e sobre a descoberta que manifestara o castelhano Bartholomeu de Toralles.* Rio de Janeiro, 10 de abril de 1654 e AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. , doc. 1844. *MANIFESTO que fez o Capitão Bartholomeu de Toralles perante o Provedor das minas, o Capitão Diogo Vaz de Escobar, do minerio de prata que descobrira num serro próximo da vila de Nossa Senhora do Rosário de Parnagua.* s.l., 17 de janeiro de 1654.

⁷⁹ ACC, Papéis Vários, t. 32 – Cód. 878 (K VIII If), fl. 507-509. *CARTA de [Tomé Correia de Alvarenga] para el-Rei, comunicando-lhe o motim que se registara na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.* Lisboa, 8 de abril de 1661. Os documentos do Arquivo da Casa de Cadaval (ACC), citados neste capítulo, encontram-se descritos em RAU, Virginia e SILVA, Maria Fernanda Gomes da. (Orgs.). *Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955 – 1958.

Cristal, ponto onde segundo os roteiros se encontravam as esmeraldas, trazendo mesmo amostras de cristal finíssimo”.⁸⁰

O cargo de administrador das minas de Paranaguá, cuja existência justificava-se pelas atividades de extração de ouro ali executadas, era concedido com uma atribuição que ia além da simples organização da produção aurífera já instalada nos ribeirões da região e incluía a prospecção das jazidas de prata que ainda estariam por descobrir, como se percebe na provisão e na carta régia de nomeação de Agostinho Barbalho Bezerra: “fui servido fazer merçe da Administração das Minas de Parnagay, e que podesse hir ao descobrimento dellas com patente de g.^{or} da gente q o acompanhar nesta Jornada”.⁸¹ Observa-se, assim, que as tanto as minas reais de ouro, quanto as imaginárias de prata, influenciavam na definição das funções esperadas de seus administradores, que deveriam governar algo que se desejava encontrar, mas que ainda não havia se concretizado: “(...) e porque eu desejo muito que a dita Jornada se consiga, e o descobrimento das Minas tenha effeito”.⁸² Em uma carta régia de 16 de dezembro de 1667, fica explícito que estas minas eram as míticas jazidas de prata: “(...) e porque Agostinho Barbalho faleceo, antes de acabar de comcluir com o dito descobriment.^o; me pareço emcomendarvos emqt.^o não envio sogeito que vá continuar com esta delig.^a, que tomando todas as noticias necessárias das minas de prata e pedras (de que me remetereis as amostras) me avizeis

⁸⁰ RAU & SILVA, 1955, p. 175-177.

⁸¹ *CARTA régia encarregando a Agostinho Bezerra do descobrimento e administração das minas de Paranaguá*. Lisboa, 21 de maio de 1664, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. XVIII, 1913, p. 275. Ver também AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. 6, doc. 1059. *PROVISÃO régia pela qual se fez mercê a Agostinho Barbalho Bezerra, em recompensa dos seus serviços e dos de seu pai Luiz Barbalho Bezerra, do cargo de administrador das Minas de Parnagai, na Capitania de S. Paulo*. Lisboa, 7 de dezembro de 1663.

⁸² *CARTA régia encarregando a Agostinho Bezerra do descobrimento e administração das minas de Paranaguá*, p. 275.

com toda a particularidade do estado q ficou a delig.^a que estava a cargo do mesmo Agostinho Barbalho”.⁸³

Mas não foi somente a prata de Paranaguá o que Agostinho Barbalho Bezerra havia sido incumbido de encontrar: “Havendo mandado ver o q me escreveo Agostinho Barbalho Bezerra, a quem tinha encarregado do descobrimt.^o das minas de São Paulo, dandome conta da Jornada que fizera da Capitania do espirito Santo p.^a aquelle descobrimt.^o e Serra das esmeraldas (...)”.⁸⁴ Do mesmo modo que Salvador Correia de Sá, Agostinho Barbalho também se encarregou da descoberta da Serra das Esmeraldas. Esta seria uma tendência observada na segunda metade do século XVII, que se caracterizaria pelo empenho de governantes e exploradores para o descobrimento simultâneo das minas mais cobiçadas do período seiscentista: as jazidas de prata e as de esmeraldas.

Na verdade, a Serra das Esmeraldas nunca deixou de ser alvo das expedições ao sertão, havendo, durante todo o seiscentos, um esforço quase contínuo para a revelação de sua localização. Assim, logo após a jornada de Marcos de Azeredo, o capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Gaspar Alves de Siqueira, que ocupou este cargo entre 1616 e 1618, propunha a descoberta das minas de esmeraldas ao rei.⁸⁵ Alguns anos depois,

⁸³ CARTA régia pedindo informações da diligencia confiada a Agostinho Barbalho Bezerra, que fallecera, e sobre o pau-Brazil e o tributo do sal na capitania do Cabo Frio. Lisboa, 16 de dezembro de 1667, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. XVIII, 1913, p. 275-276, citação p. 275.

⁸⁴ CARTA régia pedindo informações da diligencia confiada a Agostinho Barbalho Bezerra, que fallecera, e sobre o pau-Brazil e o tributo do sal na capitania do Cabo Frio, p. 275. Ver também AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. 6, doc. 1060. PROVISÃO régia pela qual se ordenou ao Provedor da Fazenda do Estado do Brasil que fossem fornecidas todas as munições necessárias para a gente de guerra que acompanhasse Agostinho Barbalho Bezerra no entabulamento e descobrimento das Minas de Parnagai, serra das Esmeraldas, nas capitancias de S. Vicente e Espírito Santo. Lisboa, outubro de 1666 e AHU, Cons. Ultram. – Brasil / ES, cx. 01 doc. 58. PROPOSTA (treslado) de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas pelo rio Doce ou São Mateus. Espírito Santo, 28 de abril de 1666.

⁸⁵ AHU, Cons. Ultram. – Brasil / ES, cx. 01 doc. 08. CARTA RÉGIA (capítulo) do Rei [Felipe II] sobre a resposta de uma consulta do Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo Gaspar Alves de Siqueira e

Manuel Maciel Aranha, que também havia sido capitão-mor do Espírito Santo, alertava para o perigo representado pela entrada que se estava planejando em demanda das esmeraldas, já que levaria ao despovoamento da capitania, deixando-a vulnerável aos ataques dos inimigos.⁸⁶

Mas foram os padres da Companhia de Jesus que protagonizaram as principais expedições ao sertão até meados do século XVII. A primeira das explorações jesuíticas foi proposta em 1634 pelos “Padres da Companhia ao Governador Diogo Luiz de Oliveira, que, em Nome de Vossa Magestade, lhe desse licença para á sua custa irem descobrir a dita Serra, entendendo que com o que daquela vez tirassem, ficarião desendividados de mais de cento e cinquenta mil cruzados (...)”.⁸⁷ Aceita a proposta pelo rei, conforme consta no alvará de 29 de junho de 1636,⁸⁸ foi designado o padre Inácio de Sequeira para dirigir a empresa de descobrimento que, no entanto, não apresentou os resultados esperados: “(...) o Padre Ignácio de Serqueira, Religioso da Companhia, que foi a esta missão, lhe deu relação pelo miúdo dellas, e que entre as mais cousas que lhe disse foi o haver achado os rastos do muito Gentio, e que os que ião com elle com receio

da aplicação dos dízimos no descobrimento das minas de esmeralda. Assinada pelo [Secretario de Estado da Repartição dos Reinos de Portugal, África e Ilhas da Madeira e Açores], Cristóvão Soares. Lisboa, 1º de agosto de 1618.

⁸⁶ ACC, Papéis Vários, t. 2 – Cód. 1091 (K VIII Ib), fl. 64-65 v. *PAPÉL sobre a fazenda Real do Brasil*. s.l.n.d.

⁸⁷ *CONSULTA do Conselho Ultramarino*. Lisboa, 16 de novembro de 1644. In: LISBOA, Balthasar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1835, p. 197-200, citação p. 197. Ver também ACC, Papéis Vários, t. 34 – Cód. 976 (K VIII Ir), fl. 139-139 v. *CARTA enviada a el-Rei, em que se dizia que haveria mais de 30 anos que um Antônio de Azevedo descobrira no sertão da capitania do Espírito Santo uma grande serra de esmeraldas, as quais juntamente com alguns diamantes, tinham sido trazidas à corte e reconhecidas por verdadeiras, tendo como único defeito o estarem um tanto escuras e queimadas, por terem sido apanhadas à superfície da terra, mas tirando-se mais do interior, o que não se fizera por falta de instrumentos, seriam perfeitíssimas*. s.l.n.d.

⁸⁸ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 6. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, p. 186.

lhe requererão se tornasse, como fez”.⁸⁹ Segundo Serafim Leite, esta entrada deve ter ocorrido entre os anos de 1636 e 1640.⁹⁰

Em 1646, os jesuítas integraram uma nova expedição, desta vez acompanhados por dois filhos de Marcos de Azeredo, como informa o Provincial Francisco Carneiro em uma carta ao Padre Geral, escrita em 24 de setembro de 1646: “(...) tive aviso em como Sua Majestade me ordenava, por carta sua, que lá tinha chegado, que mandasse dois Padres e juntamente dois filhos de um Marcos de Azeredo, primeiro descobridor de uma Serra de Esmeraldas, que fica ao sertão da Capitania do Espírito Santo, a descobrir a mesma Serra”.⁹¹ Os padres escolhidos para a jornada foram Luiz de Sequeira e Vicente dos Banhos: “Para esse efeito, nomeei por Superior da Missão o P. Luiz de Sequeira, e por seu companheiro o P. Vicente dos Banhos, com ordem que à volta das Esmeraldas procurassem descobrir algumas povoações de gentios, que se diz haver por aquelas partes, para os converterem e trazerem à nossa Santa Fé”.⁹² Serafim Leite menciona uma provisão de 26 de julho de 1647 que, além de esclarecer os resultados infrutíferos da entrada de 1646, “por desacôdo entre os dois irmãos Azeredos e o Capitão-mor do Espírito Santo, António do Couto e Almeida”, convocava os jesuítas para uma terceira expedição de descobrimento das esmeraldas, por considerá-los os mais aptos para a tarefa.⁹³

⁸⁹ *CONSULTA do Conselho Ultramarino*, p. 198-199.

⁹⁰ LEITE, 1945, p. 187.

⁹¹ LEITE, 1945, p. 187. Ver também AHU, Cons. Ultram. – Brasil / ES, cx. 01 doc. 26. *CERTIDÃO (treslado) do Capitão do Forte Nossa Senhora da Vitória, Francisco Garcia Santiago, a declarar que o Capitão Domingos de Azeredo Coutinho e seu irmão Antônio de Azeredo Coutinho e o Padre Luís de Siqueira da Companhia de Jesus foram ao sertão em descobrimento da serra de esmeraldas. Anexo: documentos comprovativos (24 docs. 45 fls.)*. Espírito Santo, 6 de outubro de 1646.

⁹² LEITE, 1945, p. 187.

⁹³ LEITE, 1945, p. 187-188.

Na segunda metade do século XVII aconteceram as tentativas de se chegar às esmeraldas patrocinadas por Salvador Correia de Sá e Agostinho Barbalho Bezerra, já mencionadas anteriormente. Vale acrescentar que, do mesmo modo como ocorria com as presumidas minas de prata de Sorocaba e Paranaguá, a busca da Serra das Esmeraldas também levava à distribuição de cargos administrativos e militares, visando a conquista e a organização de algo só existente nas representações imaginárias sobre as riquezas do sertão. Assim, Salvador Correia solicitou o posto de Mestre de Campo do Terço do Rio de Janeiro para seu filho João Correia de Sá ir ao descobrimento e entabulamento das minas da Serra das Esmeraldas,⁹⁴ tendo sido nomeado, efetivamente, governador da descoberta das minas no sertão do Espírito Santo.⁹⁵ Agostinho Barbalho, por sua vez, recebeu a patente de governador da gente de guerra para o descobrimento das Minas de Paranaguá e da Serra das Esmeraldas.⁹⁶

Diversas outras notícias sobre as esmeraldas poderiam ser mencionadas, como as descobertas supostamente alcançadas por Antônio Luis Espinha em 1667⁹⁷ ou as informações apuradas por João Ferreira de Armando em 1674, “em que dá conta a Vossa Alteza que pelas notícias que com segredo inquirira de um gentio sôbre as que tinha do

⁹⁴ AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. 5, doc. 836. *CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca do requerimento de Salvador Corrêa de Sá e Benavides, em que pedia a confirmação de seu filho João Corrêa de Sá no posto de Mestre de Campo do Terço do Rio de Janeiro, com que ia ao descobrimento e entabulamento das minas da Serra das Esmeraldas*. Lisboa, 1º de março de 1660.

⁹⁵ AHU, Cons. Ultram. – Brasil / ES, cx. 01 doc. 50. *CARTA PATENTE (minuta) do Rei [D. Afonso VI] a conceder nomeação a João Correia de Sá no posto de Governador da descoberta das Minas no sertão do Espírito Santo*. Lisboa, 11 de maio de 1660.

⁹⁶ AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. 6, doc. 1061. *CARTA patente pela qual se fez mercê a Agostinho Barbalho Bezerra no cargo de governador da gente de guerra que o acompanhasse na jornada do descobrimento das Minas de Parnagai e da Serra das Esmeraldas, por tempo de quatro anos, com o soldo de 60\$000, pago a metade ao Rio de Janeiro e a outra metade pelos rendimentos das minas*. Lisboa, 19 de maio de 1664.

⁹⁷ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989, p. 147.

sertão daquela parte das esmeraldas antigas”, levando-o a propor uma nova expedição pelo “sentimento de um tesouro que se perde por oculto, oferecendo-se a Vossa Alteza para o descobrir com efeito às custas de sua fazenda”.⁹⁸ Esta abundância de requerimentos para a realização de investidas ao sertão escondia, muitas vezes, interesses distintos à descoberta dos metais preciosos, sendo a fama das minas imaginárias utilizada para a obtenção das licenças necessárias à execução das explorações. A ressalva acrescentada ao parecer do Conselho Ultramarino que deferiu o pedido de João Ferreira de Armando deixa claro que isto era de conhecimento dos membros do Conselho: “pela muita experiência que tem do Brasil todos estes homens que se oferecem a semelhantes meios levam a mira fazer guerra ao gentio e cativá-los”.⁹⁹

As diligências para se encontrar a Serra das Esmeraldas intensificaram-se durante a administração de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, o visconde de Barbacena, que exerceu o governo-geral entre 1671 e 1675. Já no primeiro ano de seu governo Afonso Furtado de Castro recomendava a Inácio Lercaro, capitão-mor da capitania do Espírito Santo, a realização de expedições para o descobrimento de esmeraldas.¹⁰⁰ O sucessor de Inácio Lercaro, o capitão-mor José Francisco Grizante de Oliveira, anunciava em 1675 a sua intenção em realizar esta jornada.¹⁰¹ Mas foi o capitão-mor seguinte, José Gonçalves de Oliveira, quem neste mesmo ano receberia do

⁹⁸ *SOBRE o aviso que faz João Ferreira de Armando de um haver de ouro e esmeraldas*. Lisboa, 17 de dezembro de 1674, *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, vol. XCII, 1951, p. 210-211, citação p. 210.

⁹⁹ *SOBRE o aviso que faz João Ferreira de Armando de um haver de ouro e esmeraldas*, p. 211.

¹⁰⁰ *CARTA de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça a Inácio Lercaro, capitão-mor do Espírito Santo, recomendando a realização de diligências para o descobrimento de esmeraldas*. Bahia, 22 de outubro de 1671, *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, vol. VI, 1928.

¹⁰¹ AHU, Cons. Ultram. – Brasil / ES, cx. 01 doc. 71 A. *CARTA dos Oficiais da Câmara da Vitória ao Rei [D. Pedro II] a informar da intenção do Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, José Francisco Grizante de Oliveira de fazer uma expedição em busca das esmeraldas. Anexo: documentos comprovativos (02 docs. 02 fls.)*. Espírito Santo, 6 de junho de 1675.

visconde de Barbacena a patente de capitão-mor para o descobrimento das esmeraldas: “Porquanto convem ao serviço de Sua Alteza que por ficarem os Serros em que há tradição haver Esmeraldas na altura da Capitania do Espírito Santo, se façam todas as diligencias possíveis por se descobrirem; e encommendando Eu ao Capitão-Mor della José Gonçalves de Oliveira (...). Hei por bem de o nomear (como pela presente faço) Capitão-Mor da dita Entrada, e descobrimento das Esmeraldas”.¹⁰²

José Gonçalves de Oliveira ver-se-ia, então, envolvido em um conflito de interesses sobre a primazia para a realização da expedição à Serra das Esmeraldas com o donatário da capitania, Francisco Gil de Araújo, que escreveria ao rei queixando-se da incapacidade de José Gonçalves para execução da empresa a que havia sido encarregado e oferecendo-se para conduzi-la a suas custas, com os mesmos privilégios e mercês concedidos a José Gonçalves. O rei, apesar de haver confirmado a patente de capitão-mor do descobrimento da Serra das Esmeraldas para José Gonçalves de Oliveira,¹⁰³ solicita ao governador Afonso Furtado de Castro que acerte com Francisco Gil de Araújo as condições para que este promova a descoberta das minas: “(...) se receber uma Carta de Francisco Gil de Araujo, Donatário da dita Capitania, estando já passadas as ditas ordens em que se oferece mandar fazer o dito descobrimento à sua custa, queixando-se do dito Capitão José Gonçalves lhe não fazer saber a jornada do dito descobrimento; me pareceu ordenar-vos que chamando a Francisco Gil de Araujo ajusteis com êle o negócio do descobrimento

¹⁰² *CARTA patente do posto de capitão-mor de toda a gente que vae ao descobrimento das esmeraldas, provido em José Gonçalves de Oliveira, capitão-mor da Capitania do Espírito Santo. Bahia, 13 de agosto de 1675. Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, Documentos históricos, Rio de Janeiro, vol. XII, 1929, p. 353-354, citação p. 353.*

¹⁰³ *PATENTE por que Sua Alteza faz mercê a José Gonçalves de Oliveira do posto de Capitão-mor da jornada que vai fazer ao descobrimento da Serra das Esmeraldas no sertão da Capitania do Espírito Santo. Lisboa, 26 de dezembro de 1675, Documentos históricos, Rio de Janeiro, vol. LXVII, 1945, p. 182-183.*

das ditas Minas e quando êle o queira mandar fazer na conformidade das ordens que estão passadas a Gonçalves de Oliveira terão efeito nas pessoas que Francisco Gil de Araujo mandar a este descobrimento, fazendo-se à sua custa e praticando com êle as mesmas mercês que estão concedidas pelas ordens referidas”.¹⁰⁴ José Gonçalves de Oliveira acabaria por receber instruções, repassadas por Agostinho de Azevedo Monteiro, um dos membros da junta provisória que governou o Brasil após o visconde de Barbacena, para não realizar sua jornada.¹⁰⁵

A disputa entre Francisco Gil de Araújo e José Gonçalves de Oliveira, além de envolver a cobiça pela imensa riqueza que a Serra das Esmeraldas poderia legar a seus descobridores, parece derivar-se, também, de uma relativa certeza a respeito de sua localização. Isto fica evidenciado na carta em que Afonso Furtado de Castro concede a patente de capitão-mor do descobrimento das esmeraldas a José Gonçalves, onde afirma “por ficarem os Serros em que há tradição haver Esmeraldas na altura da Capitania do Espirito Santo”. A convicção de se saber onde as esmeraldas se encontravam trazia a expectativa da infalibilidade de sua descoberta, motivando os exploradores e, também, acirrando os ânimos em torno dos privilégios para a realização da empresa.

Mas não foram os capitães-mores do Espirito Santo os únicos a quem Afonso Furtado de Castro incumbiu a busca da Serra das Esmeraldas. O visconde de Barbacena também apelou aos paulistas, encomendando a Fernão Dias Paes o descobrimento das esmeraldas e também da prata do Sabarabuçu, confirmando a já apontada inclinação dos governantes,

¹⁰⁴ *CARTA de Sua Alteza sobre se ajustar com Francisco Gil de Araujo o negócio do descobrimento das minas de esmeraldas da Capitania do Espirito Santo*. Lisboa, 2 de dezembro de 1675, *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, vol. LXVII, 1945, p. 179-180, citação p. 179.

¹⁰⁵ *CARTA para o Capitão-mor da Capitania do Espirito Santo Joseph Gonçalves de Oliveira sobre não ir as esmeraldas*. s.l.n.d. Agostinho de Azevedo Monteiro, *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, vol. XI, 1929, p. 58-59.

na segunda metade do século XVII, de buscarem a revelação de todas aquelas minas afamadas do sertão brasileiro: “Porquanto tenho encarregado ao Capitão Fernão Dias Paes o descobrimento das Minas da prata, e Esmeraldas a que ora está para partir (...). Hei por bem de o eleger, e nomear (como em virtude da presente faço) Governador de toda a gente que tiver mandado adiante para o dito descobrimento”.¹⁰⁶

E nas cartas de Afonso Furtado de Castro para Fernão Dias transparece, mais do que nunca, a certeza no sucesso da jornada: “(...) seguro a VM q’ ainda he mayor o cuidado com q’ estou na esperança da prata de Sabarabuçu, cuja infalibilidade nam duvido”.¹⁰⁷ As minas também são descritas como se não houvesse dúvidas sobre sua localização: “Agora escrevo esta em particular para dizer a V. M a grande estimação que fiz de ver o que V. M. escreveu a este Governo sobre o descobrimento que ... sua custa das minas de Sabarabuçu, e Esmeraldas que estão da altura da Capitania do Espirito Santo (...)”.¹⁰⁸ Ou ainda: “Quando V. M. partir com o favor divino me deixe escripto, dando-me conta muito especial da gente que leva tempo em que parte, quando poderá voltar, e a que parte há de descer, se a essa mesma Capitania, se á do Espirito Santo ou a de Porto Seguro, que eu julgo por não menos convenientes; assim por ser a jornada mais suave, como por ficarem mais vizinhas (*a esta*) praça (...)”.¹⁰⁹ Em outra carta são mencionadas, inclusive, algumas referências geográficas que identificavam o sítio onde a Serra do Sabarabuçu se

¹⁰⁶ CARTA Patente do posto de Governador do descobrimento das minas de prata, e esmeraldas, da Capitania de São Vicente, em o Capitão Fernão Dias Paes. s.l., 30 de outubro de 1672, *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, vol. XII, 1929, p. 250-251, citação p. 250.

¹⁰⁷ CARTA para Fernam Dias Paes sobre as minas. Bahia, 19 de março de 1675. Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, vol. XI, 1929, p. 3-9, citação, p. 5.

¹⁰⁸ CARTA que se escreveu ao Capitão Fernão Dias Paes morador da Villa de São Paulo. Bahia, 20 de outubro de 1671. Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, vol. VI, 1928, p. 201-204, citação p. 201.

¹⁰⁹ CARTA que se escreveu ao Capitão Fernão Dias Paes morador da Villa de São Paulo, p. 202.

encontrava: “E porque aqui se me disse que do pé das Serras do Sabarabussú, ha um Rio navegavel que se vae metter no de São Francisco e que por elle abaixo se poderá conduzir mais brevemente a prata até junto a estas Serras que ficam no districto da Bahia, chamadas Jacuabinas, e dellas descer a esta Praça (...)”.¹¹⁰

O visconde de Barbacena alimentava, ainda, a esperança do descobrimento da prata de Itabaiana e de Paranaguá.¹¹¹ Afonso Furtado de Castro manteve uma intensa correspondência com todos os envolvidos nas pesquisas minerais em Paranaguá e com as autoridades da capitania de São Vicente, demonstrando uma grande ansiedade para o recebimento de notícias que confirmassem a riqueza das pedras coletadas. Antecipando-se, talvez, aos resultados dos exames, enviou seu filho João Furtado de Mendonça à Corte com algumas amostras da suposta prata para anunciar o seu descobrimento: “E ultimam.^{te} o fiz por meu filho Joam Furtado de M.^{ca} que mandey a Corte com o p.^{ro} aviso do descobrimento das minas de Pernagua, remetendo por suas mãos as mesmas cartas originaes que VM me havia escrito (...)”.¹¹² O navio que levava João Furtado, no entanto, naufragou, e os informes sobre a prata de Paranaguá foram recebidos com incredulidade: “Perderamse as cartas, amostras da prata, e todos os papeis q’ levava”.¹¹³

¹¹⁰ CARTA que se escreveu a Fernão Dias Paes sobre as Minas. Bahia, 19 de fevereiro de 1671. Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, vol. VI, 1928, p. 221-222, citação p. 222.

¹¹¹ Segundo o coronel Pedro Barbosa Leal, na carta escrita ao conde de Sabugosa em 1725, “(...) quiz cõ Affonço Furtado que entãõ governava este Estado renovar aquelles descobrimentos de Melchior Dias Moreya p.^a o que chamou o dito Coronel Belchior da Foncequa a q.^m chamavaõ o Moribeca para que declarasse os roteyros do seu bisabo e descubriçe aquellas Minas”. Ver *CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretensõ descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya*, p. 68.

¹¹² CARTA para Fernam Dias Paes sobre as minas, p. 3.

¹¹³ CARTA para Fernam Dias Paes sobre as minas, p. 4.

Para a averiguação da viabilidade de exploração das minas de Itabaiana, havia sido enviado ao Brasil pelo rei o castelhano Dom Rodrigo de Castelo Branco: “Com as amostras de pedra da mina de prata da Tabaiana que vieram a este Reino e em que se fizeram várias experiências e por se achar terem prata e poderem dar grandes lucros a êstes Reinos e a meus vassallos fui servido resolver mandar ao beneficio destas minas a Dom Rodrigo de Castelo Branco (...)”.¹¹⁴ Após constatar a inexistência da prata na Serra de Itabaiana, D. Rodrigo recebeu ordens para investigar as minas de Paranaguá: “Porisso indo as evidencias da prata de Parnagua, foram varias as duvidas q’ houve da Corte, e S. A. se servio tomar por expediente esperar segundo aviso meu com a certesa de novas experiencias, e exames q’ manda se façam em Parnagua por huãs instrucções q’ ordenou fizesse D. Rodrigo de castello branco, que a este Estado veio por Administrador g. das minas de Itabanhana (...)”.¹¹⁵ Por fim, foi instruído para partir para a Serra de Sabarabuçu, onde supostamente havia chegado Fernão Dias Paes: “Por ter resoluto que o Administrador Geral Dom Rodrigo de Castelo Branco e o Tenente General Jorge Soares de Macedo passem dessa praça ao Rio de Janeiro para a averiguação da prata de Paranaguai e do ouro que se diz haver naquele distrito e que depois da diligência feita nas partes que lhes parecer desvanecendo-se sem acharem as minas, por última resolução minha façam jornada a São Paulo e dali à Serra de Sabarabussú com as ordens que leva

¹¹⁴ *CARTA de Sua Alteza sobre as minas de prata e se assistir a Dom Rodrigo com três mil cruzados do rendimento das Baleias*. Lisboa, 28 de junho de 1673, *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, vol. LXVII, 1945, p. 224-226, citação p. 224.

¹¹⁵ *CARTA para Fernam Dias Paes sobre as minas*, p. 4.

minhas, onde é opinião comum de haver prata e naquela parte façam a mesma diligência (...)”.¹¹⁶

O sonho da prata imaginária permaneceu presente na correspondência do visconde de Barbacena até o fim de seu governo, apesar de não esconder a decepção trazida pelas prospecções realizadas em Itabaiana: “(...) para q’ a evidencia da prata de Sabarabuçu, seja o mais ... desengano da importancia das minas do Brasil no mesmo tempo q’ as da Itabayana se desvaneceram”.¹¹⁷ Na realidade, no final do século, às vésperas das descobertas das minas reais de ouro, as minas de prata ainda eram objeto de intenso debate, mantendo-se a crença em sua existência.

Um relatório do governador da capitania do Rio de Janeiro, Antonio Paes de Sande, escrito, provavelmente, em 1692, aponta as causas por que ainda não haviam sido descobertas as minas de Paranaguá, Itabaiana e Sabarabuçu. O governador refere-se a estas minas como um “thezouro, que a natureza e a fortuna depositou com mais proprio direito para os que primeiro povoaram as terras donde se escondem”.¹¹⁸ A concepção de um “tesouro escondido”, aguardando seu descobrimento, mantinha-se viva no fim do século, contribuindo para que as imagens das minas de prata não se dissipassem junto com os resultados negativos de mais de um século de exploração do sertão.

O relatório de Antonio Paes de Sande não coloca em questão a realidade das minas, mas sim os métodos utilizados até então para a revelação daquilo que permanecia oculto no

¹¹⁶ *CARTA de Sua Alteza sobre Dom Rodrigo de Castelo Branco, Administrador das Minas e o Tenente General Jorge Soares de Macedo*. Lisboa, 28 de outubro de 1677, *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, vol. LXVIII, 1945, p. 10-12, citação p. 10.

¹¹⁷ *CARTA para Fernam Dias Paes sobre as minas*, p. 6.

¹¹⁸ *RELATÓRIO do Governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento*. s.l.n.d, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 39, 1917, p. 197-200, citação p. 200.

interior do território: “Affirmavam todos que havia as minas que se procuravam descobrir e entabolar, mas que se não achavam, nem se haviam de descobrir pellos meynos que se havia até agora applicado”.¹¹⁹ Duas razões principais são destacadas. A primeira seria a falta de competência dos homens encarregados da averiguação das minas, “que mal póde descobrir e entabolar minas, quem não sabe o que ellas sam”,¹²⁰ questionando, especialmente, os conhecimentos de D. Rodrigo: “Dom Rodrigo de Castelbranco nunca nas Indias foi escrutador ou bruxula (como os Indios) das minas pellos cerros; nunca foi mineiro, nem seguio betas ou profundou estados; nunca foi senhor de minas, nem teve officio de temperar a pedra moida (...)”.¹²¹ A segunda e, porventura, mais importante razão seria a falta de interesse dos paulistas na divulgação da localização das minas, pelo temor de que “se as minas reaes da prata e ouro se descobrirem, necessariamente se ha de mandar Governador ou Vice-Rey para aquellas Capitancias, meter nellas prezidios para a sua segurança, multiplicar-lhe tributos, que hão de ficar as suas cazas expostas ao descredito, que tem padecido muitas nos estragos que costumão fazer os cabos e os soldados, que o governo quasi livre que tinhão da sua republica ha de ser sogeito; que donde mandavam tudo, hão de ser mandados, que os não deixaram ir ao certão, ou se

¹¹⁹ *RELATÓRIO do Governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento*, p. 197-198.

¹²⁰ *RELATÓRIO do Governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento*, p. 198.

¹²¹ *RELATÓRIO do Governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento*, p. 198.

forem lhe hão de tirar os Indios para as minas, que toda a utilidade destas hade ser ruina de suas pessoas, cazas e familias”.¹²²

O governador da capitania do Rio de Janeiro faz, ainda, uma interessante exposição sobre a região onde se localizava a vila de São Paulo, repetindo os mesmos motivos edênicos já consagrados pela tradição na descrição da natureza do Novo Mundo e justificando, através desses motivos, a presença das riquezas minerais: “A excellencia do clima, dos ares e do temperamento se infere bem de não haver até hoje alli medico algum. (...) produz aquella regiam tudo o que a natureza humana pode appetecer para o sustento e para o regallo; assí como as influencias della geram ouro nos serros, e nas arêas de que se tira, parece geram tambem nos homens os espiritos generozos que nelles há”.¹²³ Após a descoberta do ouro das Minas Gerais, ressurgirão as representações da natureza do sertão construídas a partir das tópicas da “visão do Paraíso”, discutidas no capítulo 1.

Um outro relatório escrito por Sebastião Cardoso de Sampaio, em 22 de novembro de 1692, comentando as considerações de Antonio Paes de Sande, também nos ajuda a compreender a permanência das minas imaginárias após a descoberta das minas reais de ouro. Inicialmente, Sebastião Cardoso refuta a possibilidade de se encontrar minas de ouro de beta que, segundo a concepção da época, seriam as minas auríferas verdadeiras, já que o “ouro de lavagem” tinha uma importância menor para os mineradores: “não sendo verosimil que todo o terreno daquellas capitancias esteja semeado de minas de ouro,

¹²² *RELATÓRIO do Governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento*, p. 199.

¹²³ *RELATÓRIO do Governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento*, p. 199.

principalmente não se havendo em tantos annos descoberto nenhuma (...).¹²⁴ E mais adiante acrescenta que “não haja motivo algum provavel para se esperar o descobrimento de minas de ouro de beta (...).¹²⁵ A seguir, apresenta a explicação que sustentava a crença na existência da prata: “de haver minas de prata no mesmo Estado do Brazil não ha mais probabilidade que a tradição que se conserva entre alguns moradores das capitancias de S. Paulo e da Bahia de que já em algum tempo se achava este metal nas serras de Tabiana e Sabarabussú, e a circumstancia de confinar o Brazil pelo sertam de Pernambuco athe o Rio da Prata, e com o Reino do Perú, e concorrerem as serras de Tabiana e Sabarabusu debaixo da mesma altura e pararello, como o celebrado cerro de Potosy que he a fonte de prata inexausta que tem inundado todas as quatro partes do mundo, donde se conjectura que sendo a producção de todos os metaes effeito do calor e actividade do sol pela igualdade da altura e pararello participarão aquellas serras das mesmas influencias”.¹²⁶

Poucos annos depois, o ouro das Minas Geraes contrariaria os prognósticos de Sebastião Cardoso de Sampaio, mas não apagaria a memória das antigas minas de prata e esmeraldas, contribuindo, inclusive, para que outros lugares míticos despontassem na geografia imaginária do sertão.

¹²⁴ *INFORMAÇÃO de Sebastião Cardoso de Sampaio, acerca do relatório antecedente*. Lisboa, 22 de novembro de 1692, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 39, 1917, p. 200-202, citação p. 201.

¹²⁵ *INFORMAÇÃO de Sebastião Cardoso de Sampaio, acerca do relatório antecedente*, p. 201.

¹²⁶ *INFORMAÇÃO de Sebastião Cardoso de Sampaio, acerca do relatório antecedente*, p. 201.

3.2 As minas reais e seus mitos

A geografia mítica da descoberta do ouro

A descoberta do ouro nas Minas Gerais, revelando riquezas minerais em proporções jamais vistas, até então, na América Portuguesa, não esteve isenta da influência dos referenciais míticos do sertão. A expansão das lavras e a realidade das minas auríferas também não levaram a um esvaziamento do imaginário sobre as jazidas lendárias escondidas no interior do Brasil. Uma leitura atenta dos documentos sobre os primeiros anos da ocupação do território nos permite identificar alguns elementos relacionados às crenças sobre as riquezas ocultas, trazendo à tona novos e velhos mitos. Em um destes relatos, conhecido como *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*, de Bento Fernandes Furtado, encontra-se, logo no início do texto, a seguinte informação sobre um lugar denominado Casa da Casca: “Na época de 1693, veio Antônio Rodrigues de Arzão, natural da vila, hoje cidade, de São Paulo, homem sertanejo, conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca (...)”.¹²⁷ Mais adiante, Bento Fernandes menciona outra expedição ao sertão da Casa da Casca: “(...) foram Miguel de Almeida, Antônio de Almeida e outros de que não há lembrança, na era de 1697, encaminhando a sua jornada a dita Casa da Casca que até hoje está por descobrir, por dois motivos: o primeiro, porque

¹²⁷ FURTADO, Bento Fernandes. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*. Minas Gerais, [1750]. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, p. 166-193, citação p. 169.

esta diligência teve outro efeito, como adiante diremos; o segundo, porque está povoado de bravos e orgulhosíssimos gentios, que têm impedido várias diligências que se lhes têm feito por outros bandeirantes. Estes, como dizíamos, indo na mesma diligência descobrir a Casa da Casca, acharam amostras de ouro na povoação que hoje é Itaverava, que já então assim a denominava o gentio – é vocábulo de língua brasílica que quer dizer pedra luzente”.¹²⁸

Mas o que seria a Casa da Casca? Sua localização, segundo Bento Fernandes, estaria nos sertões inóspitos que ficavam a leste dos centros mineradores: “(...) o inculto da Casa da Casca, com cujas partes corresponde às cabeceiras e serras do Cuité pelo larguíssimo sertão que há entre estas Minas e a costa do Brasil”.¹²⁹ Apesar de não aparecer nas fontes do século XVII, a crença na Casa da Casca talvez seja anterior ao descobrimento das Minas Gerais, conforme se deduz de um documento escrito em 10 de dezembro de 1750 por Luís José Ferreira de Gouveia, respondendo a um inquérito realizado pela Câmara de Mariana: “Na forma que Vossas Mercês me ordenam, acho que em 1691 saiu de São Paulo uma bandeira de paulistas, por capitães dela Francisco Rodrigues Sirigueio e Antônio Pires Rodovalho, com um roteiro para irem à Casa da Casca (...)”.¹³⁰ Ou seja, os bandeirantes pioneiros que saíram de São Paulo em 1691 já dispunham de referências sobre a Casa da Casca, na forma de um roteiro, que os teria conduzido até o rio de Guarapiranga.

¹²⁸ FURTADO, Bento Fernandes. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*, p. 170.

¹²⁹ FURTADO, Bento Fernandes. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*, p. 178.

¹³⁰ GOUVEIA, Luís José Ferreira de. *Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga*. Guarapiranga, 10 de dezembro de 1750. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, p. 255-261, citação, p. 257.

Bento Fernandes menciona, ainda, que apesar do fracasso de Miguel de Almeida e Antônio de Almeida em chegar à Casa da Casca, descobriram ouro em Itaverava, “vocábulo de língua brasílica que quer dizer pedra luzente”. Esta Itaverava ou “pedra luzente” corresponde, etimologicamente, à lendária Serra Resplandecente, levando à suposição de que estes exploradores seguiam algum roteiro para o Sabarabuçu.¹³¹ Poderia-se conjecturar, ainda, que a Casa da Casca seria um dos referenciais contidos nos antigos roteiros paulistas para a região onde estariam as minas de prata e esmeraldas. Mas, diferentemente do Sabarabuçu e da Serra das Esmeraldas, a Casa da Casca era um local riquíssimo em ouro. As dificuldades enfrentadas pelas expedições que partiram à sua procura, como a presença de índios hostis no sertão onde, supostamente, a mesma se situava, e o fato de ainda não ter sido descoberta em meados do século XVIII, época em que Bento Fernandes produziu sua narrativa, acabaram por criar uma aura de mistério em torno deste lugar.

Segundo se infere das informações fornecidas ao padre Diogo Soares pelo Mestre de Campo José Rebello Perdigão, a crença na Casa da Casca pode ter surgido a partir das explorações realizadas pela bandeira de Fernão Dias: “Pelas notícias que deram em S. Paulo os primeiros sertanistas, que vieram do descobrimento das esmeraldas com o capitão-mor Fernando Dias Paes, (...) se animaram os moradores de todas aquelas vilas a formarem uma tropa com o intento de buscarem e descobrirem a paragem, ou sertão da desejada casa da casca onde diziam era muito e precioso o ouro”.¹³² José Rebello

¹³¹ O topônimo Itaverava preserva-se, ainda hoje, como nome de um município localizado entre Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, na região das descobertas realizadas no último decênio do século XVII.

¹³² NOTÍCIA - 3^a prática - *Que dá ao R. P. Diogo Soares, o mestre de campo José Rebello Perdigão sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro*. Ribeirão Abaixo, 2 de janeiro de 1733. In: TAUNAY, Afonso d’E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 171-175, citação p. 172.

Perdigão também confirma que o resultado da busca pela Casa da Casca foi a descoberta do ouro em Itaverava: “Sairam estes do Povoado no verão de 1694, trazendo por seus primeiros cabos, Manoel de Camargo, seu cunhado Bartholomeu Bueno, seu genro Miguel d’Almeida, e João Lopes Camargo, seu sobrinho, que ainda hoje existe nestas Minas. Chegados a Itaberava fizeram na sua serra as suas primeiras experiências, e descobriram nela o primeiro ouro; mas como este descobrimento não fosse de grande lucro, prosseguiu o dito Manoel Camargo, com seu filho Sebastião de Camargo, a sua primeira derrota da ideada casa da casca (...)”.¹³³

As buscas pela Casa da Casca continuaram ao longo do século XVIII. Em um outro relato feito ao padre Diogo Soares, estão descritas as tentativas realizadas entre os anos de 1726 e 1728 pelo capitão Luís Borges Pinto. Mas a intenção do capitão em sua terceira viagem seria diferente: “(...) deixando tudo preparado e pronto para no ano seguinte fazer nova viagem com as plantas das três roças pelas mesmas picadas antecedentes, e passar a buscar os Rios Arary, Prê e Pardo, e descer a ver na parte do norte a célebre Bituruna, onde dizem há muito ouro, e sítios capazes de uma boa povoação”.¹³⁴ Ao invés da Casa da Casca, o objetivo da expedição de 1728 era chegar à “célebre Bituruna”, outra montanha famosa por sua riqueza em ouro.

A abundância do ouro nos primeiros anos de ocupação das Minas parece ter levado, além da multiplicação das lavras, a uma proliferação de referências sobre lugares riquíssimos e de existência incerta, cuja fama motivava a realização de novas expedições. Outro destes

¹³³ NOTÍCIA - 3ª prática - *Que dá ao R. P. Diogo Soares, o mestre de campo José Rebello Perdigão sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro*, p. 172.

¹³⁴ NOTÍCIA - 1ª prática - *Que dá ao R. P. Diogo Soares, o capitão Luís Borges Pinto, sobre os seus descobrimentos da célebre Casa da Casca compreendidos nos anos de 1726-27-28, sendo governador e capitão general D. Lourenço d’Almeida*. s.l.n.d. In: TAUNAY, Afonso d’E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 162-167, referência p. 166.

locais “afamados” é citado por um certo alferes Moreira, que partiu em demanda do “celebrado Morro da Esperança”: “Passado o Cururu cortei ao poente a buscar o Rio Grande com intento de empreender o descobrimento do Morro da Esperança, de que dizem os sertanistas antigos ter muito e excelente ouro”.¹³⁵ O alferes também faz menção ao Bituruna, descrito com traços fantásticos, nas proximidades do rio Sapucaí, região bem mais ao sul daquela percorrida pelo capitão Luís Borges Pinto: “Do Sapucaí ao Morro da Esperança serão três dias: neste corta o Rio a Serra ficando-lhe esta sempre à mão direita; fronteira ao morro da Esperança fica o Bituruna-guassu, este morro exala fogo, e há muitas torrentes nele; dizem que tem muito ouro, e que pouco abaixo dele está uma boa aldeia de gentio”.¹³⁶

Uma fonte importantíssima para a identificação dos elementos que compunham a geografia mítica do sertão das Minas em seus primeiros anos é um mapa do Padre Jacobo Cocleo, produzido, provavelmente, em 1700,¹³⁷ cuja cópia conhecida possui o título de *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil, extraído do original do Pe. Cocleo*.¹³⁸ Este mapa, que “cobre todo o Brasil oriental, desde a Ilha de Maranhão até o sul de Santa Catarina (entre as latitudes 2º e 30º sul), com destaque para a bacia do rio São Francisco

¹³⁵ NOTÍCIA - 2ª prática - Dada pelo alferes ... Moreira ao P. M. Diogo Soares das suas bandeiras no descobrimento do celebrado Morro da Esperança empreendido nos anos de 1731 e 1732, sendo general D. Lourenço d’Almeida. s.l.n.d. In: TAUNAY, Afonso d’E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 168-170, citação p. 168-169.

¹³⁶ NOTÍCIA - 2ª prática - Dada pelo alferes ... Moreira ao P. M. Diogo Soares das suas bandeiras no descobrimento do celebrado Morro da Esperança empreendido nos anos de 1731 e 1732, sendo general D. Lourenço d’Almeida, p. 170.

¹³⁷ RENGER, Friedrich E. *Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585 – 1735): dos mitos aos fatos*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 103-126, citação p. 111.

¹³⁸ COCLEO, Pe. *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil, extraído do original do Pe. Cocleo*. [1700]. Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro (n. 23-24.2798; CEH 1530). Reproduzido em SILVA, Moacir. *Kilometro zero*. Rio de Janeiro: Oficina Tipográfica São Benedicto, 1934.

localizada na parte central”,¹³⁹ apresenta uma grande quantidade de informações, detalhando a localização das minas, os arraiais e vilas, os caminhos e os diversos acidentes geográficos, como rios e serras. São representadas, assim, as “*Minas grandes achadas ano 1694*” no rio Guarapiranga, em cujas nascentes encontra-se a observação de que “*Aqui a muito ouro mas ouve muita peste*”, as “*Minas achadas em 1699*” no rio Paraopeba e as “*Minas do R. das Velhas*”. Destaca-se, também, a preocupação na apresentação dos caminhos, sendo mostrado em minúcias o “*Caminho do Mestre de Campo Mathias Cardoso*” para o rio São Francisco, o “*Caminho novo do gado*” para Goiás e Piauí, o “*Caminho do João Glz do Prado*” para a Bahia e o “*Caminho do Garcia Roiz para as Minas*”.

Mas são as diversas montanhas desenhadas no interior que mais importam aos nossos propósitos. As principais serras lendárias do século XVII encontram-se lá: o “*Saberábosu*”, entre o Rio das Velhas e o Guarapiranga; a “*Serra das Esmeraldas*”, próxima a um afluente do rio Doce; e a “*Iuituberaba monte q’ resplandece*”, ao norte do Serro do Frio. É interessante constatar que, apesar da correspondência etimológica entre o Sabarabuçu e a Itaberaba, as duas estão representadas como montanhas individualizadas e independentes.

Com a descoberta do ouro, o Sabarabuçu acabaria por se “desencantar”, passando a ser associado à região das minas do rio das Velhas no início do século XVIII: “(...) Garcia Roiz Paes tem mudado sua casa e familia de São Paulo sua pátria p.^a esta cid.^e do Rio de Janeiro só afim de facilitar o caminho q’ tem principiado p.^a os campos geraes, e minas

¹³⁹ RENGER, 2007, p. 112.

de ouro de Sabarabassu”.¹⁴⁰ Seu nome se preservaria na designação do arraial do Sabará, que se conserva até os dias atuais. “Uma questão interessante a investigar é a de saber se a identificação da lendária Sabarabussú com uma serra nas vizinhanças da actual cidade de Sabará, foi obra desta expedição ou dos mineiros que depois descobriram ricas lavras de ouro no valle que corre ao pé e que ainda hoje conserva o nome na fôrma abreviada de Sabará”, propõe Orville Derby em seu trabalho sobre os primeiros descobrimentos de ouro nas Minas Gerais, ao tratar da expedição de Fernão Dias.¹⁴¹ Sua conclusão é de que esta denominação foi imposta à região pelos mineradores, assentando forçosamente o fugidio Sabarabuçu às margens do Rio das Velhas, o que fez com que o mesmo desaparecesse do imaginário mítico das Minas: “Com a descoberta de ouro ao pé da serra, e pela própria gente que por tanto tempo tinha andado atraz della, é natural que se exclamasse ‘ahi está o nosso Sabarabussú’, sem se importar com a circumstancia de que não correspondia pela riqueza em prata nem pela denominação índia á lendária serra”.¹⁴²

A localização da Serra das Esmeraldas no mapa do padre Cocleo condiz com o roteiro de Marcos de Azeredo, reproduzido, em seus elementos fundamentais, em outra fonte setecentista, a *Notícia das minas da América chamadas Gerais, pertencentes ao Rei de Portugal, relatada pelos três irmãos chamados Nunes, os quais estiveram muitos anos por estas partes*: “Para ir buscar estas Esmeraldas, é necessário que quem se acha nas Minas Gerais vá passar pela Conquista de Antônio Dias: passando o rio Doce,

¹⁴⁰ CARTA régia de d. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei sobre Garcia Rodrigues Paes e enviando-lhe a informação escripta deste relativa ao estado do caminho novo. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1703, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. LI, 1930, p. 185-187, citação p. 186.

¹⁴¹ DERBY, Orville A. *Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. V, 1899-1900, p. 240-278, citação p. 263.

¹⁴² DERBY, Orville A. *Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais*, p. 264.

encaminhando-se para a parte do Norte, e indo pelo Rio Acima, acharão, para a banda do sul, a Barra de outro rio, chamado o Assusi, por cima do qual, para a banda do Norte, está uma descente de água e uma Cachoeira grande, que é do Ribeirão das Esmeraldas. E, montando este rio está uma lagoa, junto do Serro das Esmeraldas, onde já foi povoação e Arraial do descobridor delas, chamado Marcos de Azevedo. E na mesma paragem, as achou Fernão Dias Paes. (...) Querendo, alguém, seguir esta entrada, pela Capitania do Espírito Santo, deve ir pelo Rio Doce acima e, chegando à primeira Cachoeira, deve buscar a parte do Norte; e, cortando o Sertão, em breves dias chegará a um Serro, o qual é o mesmo das Esmeraldas, onde as há em abundância”.¹⁴³ Este Ribeirão das Esmeraldas aparece em um mapa de Jacques Nicolas Bellin de meados do século XVIII, já discutido no capítulo 2, com o nome de “R. das Emeraudes”.¹⁴⁴

Outras montanhas do mapa do padre Cocleo também chamam a atenção. Próxima à “Iuituberaba” está a “Itapuca Pedra q’ estara”. Este local estava, possivelmente, ligado às notícias sobre as pedras que estouravam debaixo da terra, liberando cristais ou outras riquezas, que eram difundidas desde o século XVI, como nesta passagem de Gabriel Soares de Sousa: “Afirmam os índios tupinambás, os tupinaés, tamoios e tapuias e os índios que com eles tratam neste sertão da Bahia e no da capitania de São Vicente, que debaixo da terra se cria uma pedra do tamanho e redondeza de uma bola, a qual arrebenta debaixo da terra; e que dá tamanho estouro como uma espingarda, ao que acodem os índios e cavam a terra, onde soou este estouro, onde acham aquela bola arrebentada, em

¹⁴³ Stuttgart. Bosch Collection, Doc. 555. *NOTÍCIA das minas da América chamadas Gerais, pertencentes ao Rei de Portugal, relatada pelos três irmãos chamados Nunes, os quais estiveram muitos anos por estas partes.*

¹⁴⁴ BELLIN, Jacques Nicolas. *Suite du Bresil depuis la Baye de Tous les Saints jusqu'à St. Paul.* [1756]. Publicado em: PRÉVOST, Antoine François. *Histoire générale des voyages.* Paris: Chez Didot, 1746-1759. Ver capítulo 2, p. 122.

quartos como romã, e que lhe saem de dentro muitas pontas cristalinas do tamanho de cerejas, as quais são de uma banda oitavadas e lavradas mui sutilmente em ponta como diamante (...).¹⁴⁵ O barulho decorrente do estouro dessas pedras era, às vezes, associado aos lugares onde existia ouro. As descobertas em Guarapiranga teriam acontecido, segundo Agostinho Azevedo Monteiro, após estranhos rumores escutados durante a noite: “No fim do seculo passado andando os Paulistas a conquista do gentio que aquelles certos povoaõ, e heraõ os escravos de q’ se serviaõ alojandose as margens de hum Ribeiro do Territorio de Minas Geraes presentiraõ de noute hum rumor que acontece haver nas parages donde há ouro por oculta cauza athe agora de ninguem avriguada: e adevtidos que nas colinas do Cururupêba o mesmo observavaõ ao subsequente dia se dispuzeraõ a minerar e acharão o pr.^o ouro que se manifestou na serra de Guâripirângua (...).¹⁴⁶

Mais ao sul, próximo ao Rio das Mortes, encontra-se retratada outra serra com o nome de “*Saberá Bucusurana*”. Esta serra é descrita pelo médico José Rodrigues Abreu, em 1739, como possuindo algumas características excepcionais, do mesmo modo que a serra de Itapanhoacanga: “(...) mostrando os celebres metaes ou málatias (como lhe chamão os mineiros Hespanhoes) indicão nas superficies summa riqueza para o centro, que ordinariamente são Rosiclères, Antimonio, e Caparroza. Estes mineraes, reputados por primeiras disposiçoens de grandes esperanças em outras partes, nesta paixão de ensayos a desempenhos, porque logo demonstrão o que inculcão, e se achão nas serras de

¹⁴⁵ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001, p. 268.

¹⁴⁶ *PROVISÃO Régia ordenando ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro que desse parecer sobre a proposta de Agostinho Azevedo Monteiro, relativa ao descobrimento de minas no interior do Brasil (acompanhada da parte legível do documento anexo)*. Lisboa, 3 de abril de 1716, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. XLIX, 1929, p. 193-195, citação p. 194-195.

Saberâboçurana do rio das Mortes, e da Tapanhuacanga das Minas geraes grandes haveres logo à vista (...).¹⁴⁷ As propriedades inusitadas dos minerais retirados destas montanhas serviam como referência para a descrição de pedras encontradas em outros locais: “Agora chegou aquy um M.^{el} de Barros, que acompanhou o descobridor dos Goyazes, o qual fez pelos mesmos Goyazes uma entrada no mato, mais proximo a Sam Paulo adonde achou uma especie de pedra semelhante a que chamaõ Tapinhoacanga de que trouxe amostra, sem conhecimento do que era (...).¹⁴⁸

Finalmente, vale destacar, perto do Rio dos Ilheos, a montanha denominada “*M. q^o vai ao Sol*” ao lado de um lago sem nome, talvez a lagoa Vupabuçu, representada de acordo com o padrão da cartografia da segunda metade do seiscentos, que deslocou a Alagoa Grande do centro para o leste do território brasileiro, associando-a às serras lendárias do sertão.

Além das fontes cartográficas e dos relatos descrevendo montanhas e lagoas imaginárias, outra forma de apresentação da natureza das Minas, herdeira da tradição de edenização das terras do Novo Mundo, também é bastante reveladora sobre a geografia mítica do sertão. A tópica da temperança dos ares discutida no capítulo 1,¹⁴⁹ considerada por Sérgio Buarque de Holanda como o principal dos motivos edênicos utilizados pelos autores portugueses, cujas “visões do paraíso” sofriam uma espécie de atenuação que as depurava das maravilhas e encantamentos, aparece, por exemplo, na obra do médico José Rodrigues Abreu: “São os seus ares benignos, e salutiferos, e posto que o temperamento

¹⁴⁷ ABREU, José Rodrigues. *Historiologia médica, fundada e estabelecida nos princípios de George Ernesto Stahl*, Tomo Segundo. Lisboa: Oficina de Antônio de Sousa da Silva, 1739, p. 526.

¹⁴⁸ CARTA do Governador da capitania do Rio de Janeiro ao vice-rei do Estado do Brasil sobre os embustes de Manuel Francisco dos Santos, novos descobrimentos de minas, a pedra Tapinhoacanga achada em Goyás por Manuel de Barros, projectos do Governador de S. Paulo, frotas, falta de moeda e ódio que lhe votam nas minas. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1730. Luiz Vahya Monteiro, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. L, 1929, p. 205-207, citação p. 205-206.

¹⁴⁹ Ver capítulo 1, p. 62-64.

do clima seja frio, e humido, por conjunção de algum astro benelovo em vez de destruição nos individuos, se experimenta multiplicarem-se as especies com repetidos engendros, sendo os nascidos nas minas mais bem proporcionados partos de bellissimas creaturas”.¹⁵⁰ Segundo Júnia Ferreira Furtado, “as Minas que ele descreveu reuniam uma série de imagens oníricas, todas associadas ao paraíso terrestre no imaginário cristão ocidental (...)”.¹⁵¹ E a explicação para a edenização do território mineiro estaria nos “dados que recolheu sobre as Minas: a perfeição dos corpos e da natureza, o prodígio das riquezas e, principalmente, a desordem com que essas riquezas se apresentavam, aparecendo por toda parte, confundiam o discurso e impediam que o Livro da natureza pudesse ser lido com base em teorias correntes”.¹⁵²

As idéias de José Rodrigues de Abreu, porém, não se afiguram como algo excepcional, estando relacionadas com a já citada tradição de descrição das terras americanas a partir de traços paradisíacos, repetindo as fórmulas já consagradas pelos cronistas. Esta tradição perdurou durante o século XVII no Brasil, refletindo a forma como diferentes regiões, como Pernambuco e Maranhão, eram retratadas. Os exemplos são vários. Em 1624, Simão Estácio da Silveira se refere ao Maranhão nos seguintes termos: “A excelência desta terra consiste em muitas cousas notórias. A primeira, no ameníssimo céu e salubérrimo ar que goza, aonde sempre é verão e sempre está o campo e arvoredo verde, carregado de infinita diversidade de frutas, cujos nomes, sabores e feições, excedem a toda a declaração humana. Sempre os dias são iguais com as noites: de que procede um

¹⁵⁰ ABREU, 1739, p. 515.

¹⁵¹ FURTADO, Júnia Ferreira. *José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro*. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (Orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português (séc. XVI a XIX)*, vol. 1. São Paulo: Alameda, 2005, p. 277-295, citação p. 280.

¹⁵² FURTADO, 2005, p. 280.

suavíssimo temperamento, nem quente, nem frio”.¹⁵³ Um documento de 1650, tratando das vantagens de se resgatar Pernambuco do domínio holandês, “Começava por expor as propriedades e excelências do Estado do Brasil – os seus bons ares e esplêndidas águas, pastos para todo o gado, matas densas, madeiras aptas para construir naus, solo fértil”.¹⁵⁴ Diz ainda que “Possuía diversos climas, todos muito temperados (...). Procurando, não se deixariam de encontrar minas de metais, salitre e pedras preciosas, como já se tinham descoberto de ouro em S. Paulo, na capitania de S. Vicente, e de esmeraldas na do Espírito Santo”.¹⁵⁵ E, em 1663, o padre Simão de Vasconcelos discutia, em alguns parágrafos censurados de suas *Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil*, sobre a perspectiva do Paraíso Terreal localizar-se em terras americanas.¹⁵⁶

Junto com a temperança e salubridade dos ares, a boa disposição e longevidade dos naturais, a excelência das águas e a vegetação sempre verde, a presença das riquezas minerais é outro aspecto que acompanha os motivos edênicos na América Portuguesa. Poderíamos até mesmo supor que a descoberta de metais preciosos motivaria o ressurgimento dos demais motivos, como no caso das Minas Gerais de José Rodrigues Abreu. Isto fica patente no relatório do governador Antonio Paes de Sande, que considera a “excellencia do clima, dos ares e do temperamento” como “influencias [que] della

¹⁵³ SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001, p. 44.

¹⁵⁴ RAU & SILVA, 1955, p. 90. Ver ACC, Papéis Vários, t. 2 – Cód. 1091 (K VIII 1b), fl. 1-5 v; fl. 18-22. *ARBÍTRIO em benefício comum que inculca o modo conveniente para se haver o resgate desta praça [de Pernambuco] em caso que o holandês a largue por preço de dinheiro; ou bem se possa sustentar a guerra, quando pelas armas se liberte; e se socorra com um grosso empréstimo aos moradores para levantarem os seus engenhos, e os fabricarem sem dispêndio da fazenda real. Ao qual precede uma breve notícia das propriedades e importância desse estado que move a sua defesa e a aceitação do arbítrio – oferecido a el-Rei por Manuel Fernandes Cruz, antigo morador de Pernambuco*. Pernambuco, 20 de agosto de 1650.

¹⁵⁵ RAU & SILVA, 1955, p. 91.

¹⁵⁶ Ver capítulo 1, p. 38.

geram ouro nos serros, e nas arêas de que se tira”, referindo-se aos ribeirões auríferos existentes na região da vila de São Paulo.¹⁵⁷ José Rodrigues, ao tratar da origem do ouro, também utiliza-se da noção de “influência” de um agente climático externo: “Dizem, recebe as influencias do melhor, e mais luzido de todos os astros, que he o Sol, não há certeza fisica na sua produção”.¹⁵⁸

Mas as semelhanças entre os argumentos do médico português e de Antonio Paes de Sande vão além do temperamento do clima e de seu papel na geração do ouro, indicando que seguiam uma mesma linha interpretativa sobre o mundo natural. Ambos adotam a tópica do “tesouro oculto”, discutida nesta passagem de José Rodrigues: “Como a Natureza he tão igualmente rica quanto avara, que o que preciosa cria; occulta, guarda, e nunca debalde facea a cobiça dos homens, nestas espessuras, e fragosidades depositou hum dos seus mayores thesouros defendidos de quais inexpugnaveis muralhas de serras sobre serras (...)”.¹⁵⁹ A percepção da existência de riquezas escondidas no sertão enquadrava-se na tradição de leitura da natureza que buscava nas coisas visíveis os sinais daquilo que permanecia velado. O meio natural convertia-se em um conjunto de signos, que revelavam tanto a presença divina, como a existência de maravilhas e tesouros.¹⁶⁰

Até mesmo as teorias sobre o surgimento do ouro no cascalho dos ribeirões são idênticas, oscilando entre a possibilidade do mesmo ser produzido no alto das montanhas e levado para o leito dos rios pelas águas, ou de ser criado nos mesmos locais onde eram normalmente descobertos: “Lavravão-se ordinariamente os rios, e as suas margens,

¹⁵⁷ Ver p. 169, nota 123.

¹⁵⁸ ABREU, 1739, p. 514.

¹⁵⁹ ABREU, 1739, p. 526. Para uma comparação com Antonio Paes de Sande, ver p. 167, nota 118.

¹⁶⁰ HOLANDA, 2000, p. 74 e 240-241.

tirando o Ouro de entre huma calçada parecida a huma parede deitada, à qual chamão Cascalho, he algum muito fechado, e forte com grossura de cinco, e seis palmos, lugar em que costuma encontrar-se este concreto precioso, ou porque nelle tambem se cria (segundo bem fundados pareceres), ou porque, como metal grave, trasido por remoção da terra, ou pela inundação das águas, busca parte inferior para se aposentar por entre, e debaixo daquelle concurso de pedras (...).¹⁶¹ Estas hipóteses são apresentadas pelo governador da seguinte forma: “Duvida-se se os grãos de ouro, que em todo elle se acham sam abalados dos mesmos serros pelas agoas nativas, que delles se despenhão, se descobertos pellas chuvas, donde, separadamente se criam”.¹⁶² E também são utilizadas no parecer de Sebastião Cardoso de Sampaio sobre as proposições de Antonio Paes de Sande: “(...) persuadindo-se os que mais superficialmente discorrem que o ouro de lavagem se cria em minas de beta, donde a corrente das agoas, que por ellas passam a conduz aos ribeiros, onde se acha. Porém os mais praticos e intelligentes desta matéria affirmão constantemente que o ouro de lavagem não nasce nem se cria em minas de beta, mas he produzido pela actividade do sol nos mesmos lugares em que se acha em mayor ou menor quantidade, segundo o temperamento e disposições do terreno”.¹⁶³

José Rodrigues de Abreu, portanto, é um homem de seu tempo, reproduzindo em sua obra os mesmos *topos* discursivos adotados por autores contemporâneos e apresentando as teorias vigentes sobre as riquezas minerais e o mundo natural. Seu apego à tradição fica evidente quando descreve, no centro do continente americano, o Lago Dourado como

¹⁶¹ ABREU, 1739, p. 527.

¹⁶² *RELATÓRIO do Governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento*, p. 198.

¹⁶³ *INFORMAÇÃO de Sebastião Cardoso de Sampaio, acerca do relatório antecedente*, p. 201.

origem do rio da Prata e do Amazonas, utilizando-se mais dos elementos perpetuados pelos cronistas do seiscentos, como Jorge Marcgrave ou o padre Simão de Vasconcelos, do que dos avanços da cartografia portuguesa, que na segunda metade do século XVII já havia incorporado o conhecimento acumulado pelos sertanistas, transformando a lagoa Paraupava em uma ilha: “Compoem-se esta corpórea figura americana de muitas provincias, e grandes estados, os do nosso Brasil encostão-se pelo Sertão às terras, e montanhas do Perù, affirma-se, divide estes dous dominios o notavel Lago Dourado, ou Xarais (como lhe chamão os naturaes) que como coração deste corpo situado quase no centro delle, reparte os senhorios com dous braços, ou dous rios, servindo-lhe de barreira pela parte do Norte, o das Amazonas, e pela do Sul, o da Prata”.¹⁶⁴ Mas isto não significa que era avesso ao conhecimento dos exploradores paulistas, já que apresenta o rio da Prata como uma importante referência geográfica na hidrografia do centro-sul da América Portuguesa, do mesmo modo que este rio aparece em alguns relatos sobre as expedições de São Paulo: “Neste lugar, como centro de repetidas linhas emanão os mais caudalosos rios da América, o Theaté, que circumvala a Cidade de S. Paulo, e mais rios das mais Villas de Serra acima, o rio grande da Guruóca, rio das Mortes, e seus braços são as primeiras vertentes do celebre rio da Prata, que corre para o Sul sempre ao Sertão (...)”.¹⁶⁵

Outro exemplo de edenização das terras mineiras aparece no processo inquisitorial de Pedro de Rates Henequim, português que havia morado nas Minas Gerais nos primeiros anos do século XVIII. Adriana Romeiro sintetiza da seguinte forma as crenças de

¹⁶⁴ ABREU, 1739, p. 523-524.

¹⁶⁵ ABREU, 1739, p. 517. Sobre o rio da Prata na percepção espacial do sertão pelos paulistas, ver capítulo 2, p. 127-128.

Henequim que o levariam, em 1744, a ser condenado como heresiarca pelo Santo Ofício: “Visionário e cabalista, Henequim acreditava que o Paraíso terreal localizava-se numa serrania perdida no Brasil, onde Deus teria protagonizado a Criação, fazendo surgir ali Adão e Eva. Herdeiro do milenarismo do padre Antonio Vieira, defendia com entusiasmo a tese de que o Quinto Império haveria de se levantar em terras brasileiras, dando início a um período de mil anos de felicidade, ao longo dos quais o Brasil se transformaria no centro do mundo”.¹⁶⁶ O Paraíso de Henequim, segundo Romeiro, estaria em algum lugar “para além das montanhas do Serro do Frio”.¹⁶⁷

As idéias heréticas de Henequim incluíam “que o ‘Paraíso Terreal está no meio do Brasil em umas serranias’, que ‘havia no Brasil uma árvore, a qual dava uns frutos como maçãs, e como figos, e que esta era a árvore do Paraíso’; que ‘Adão fora criado no Brasil, e dele se passara a pé enxuto para Jerusalém’; que os quatro rios do Paraíso chamavam-se São Francisco, das Amazonas e outros (...). Todas estas idéias traziam, inegavelmente, a marca dos anos vividos nas Minas Gerais – e dali em diante, decidiriam irreversivelmente o seu destino”.¹⁶⁸ Profundamente influenciado pelas concepções milenaristas do padre Antônio Vieira, a identificação do Paraíso nas Minas por parte de Henequim trazia

¹⁶⁶ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 14.

¹⁶⁷ “A julgar pelos papéis de Henequim, as vultuosas minas de ouro e diamantes das quais se dizia descobridor localizavam-se ‘em terras da outra parte das serranias [do Serro do Frio], e já vertentes ao Rio da Prata’, a leste e aquém do grande Rio da Prata, ‘por outro nome Paraguay’. Levando-se em conta a enorme distância que separa a região do Serro e o rio Paraguai, fica evidenciada a sua total ignorância da geografia da região (...). Certamente, em algum lugar o Paraíso terreal de Henequim cruzava-se com os tesouros guardados para além das montanhas do Serro do Frio, fazendo confluir assim os mitos do Éden e do Eldorado”. Ver ROMEIRO, 2001, p. 163. As referências de Henequim ao rio da Prata, mais do que demonstrar sua ignorância em relação à geografia da região mineira, poderiam ser interpretadas como a já discutida influência que este rio tinha na percepção espacial do sertão desde o século XVI. Tal influência fez com que os mitos da bacia platina, ao invés do Eldorado, convergissem nas representações míticas do imaginário brasileiro. Ver capítulo 2, p. 71-97.

¹⁶⁸ ROMEIRO, 2001, p. 28.

consigo uma significação escatológica, que apontava para o período de renovação que antecederia o fim dos tempos, quando se levantaria em terras brasileiras o Quinto Império português. Segundo Romeiro, “O Brasil é, na cosmologia de Henequim, o alfa e o ômega de toda a história humana”.¹⁶⁹ Mas o Quinto Império de Henequim representa um retorno às origens, ao Paraíso, afastando-se da concepção de tempo linear da doutrina judaico-cristã: “Neste sentido, guardadas as devidas diferenças entre o milenarismo cristão e o milenarismo indígena, Henequim parecia mais próximo à Terra sem Mal dos tupis do que ao paraíso da ortodoxia cristã”.¹⁷⁰

O caso de Henequim é complexo e suas acusações de heresia, conforme defende Adriana Romeiro, esconderiam uma conspiração contra o rei D. João V, que tinha como objetivo aclamar o infante D. Manoel o imperador do Quinto Império Brasílico.¹⁷¹ Suas motivações políticas e o teor milenarista de suas proposições também inspiram cautela em qualquer tentativa de aproximação de seu pensamento sobre o Paraíso com a visão edenizadora do médico José Rodrigues de Abreu. Como elemento comum, talvez poderíamos ressaltar a relação, anteriormente sugerida, entre o ressurgimento dos motivos edênicos e a descoberta das riquezas minerais. Segundo Romeiro, que também considera que “Em fins do século XVII e início do XVIII, os mitos edênicos deslocaram-se para o palco das descobertas auríferas, reatualizados e investidos de um novo sentido”,¹⁷² a “tese da projeção dos mitos edênicos para a região mineira foi proposta por Affonso Ávila (...)”.¹⁷³ E vale a pena citar o trecho do *Triunfo Eucharístico* de Simão

¹⁶⁹ ROMEIRO, 2001, p. 61.

¹⁷⁰ ROMEIRO, p. 110.

¹⁷¹ Ver, especialmente, o capítulo *Um infante para o Brasil* em ROMEIRO, 2001, p. 59-98.

¹⁷² ROMEIRO, 2001, p. 162-163.

¹⁷³ ROMEIRO, 2001, p. 249, nota 62.

Ferreira Machado, publicado em 1734, utilizado por Affonso Ávila para corroborar sua opinião: “(...) porque os Portuguezes vendo a saudavel temperança dos ares, a immudavel fertilidade, e frescura dos campos, como de continua Primavera, em humas partes fundáraõ povoaçõens, em outras se dividiraõ por dilatados campos. Tal he a grandeza, e taõ ampla a esfera destas regioens, que sendo a cobiça do coração humano difficil, ou impossível de contentar, e nesta parte os Portuguezes sobre todas as naçoens, acháraõ terras, em que constituiriaõ propriedade nos limites, que quizeraõ para o domínio, e cultura; e superabundaõ ainda remotos, e incognitos paizes”.¹⁷⁴

Duas décadas após José Rodrigues Abreu ter escrito seu tratado, a possibilidade de localização do Paraíso Terreal em terras da América ainda era uma questão que despertava interesse e debates, sendo proposta como ponto a ser dissertado pelos sócios da recém fundada “Sociedade Brazilica dos Academicos Renascidos”, para inclusão nas *Memórias para a Historia universal da nossa America, que se hão de escrever na língua portugueza*: “No mesmo dia se dissertará: ‘Se tem alguma probabilidade a opinião de alguns auctores, que discorreram estava o Paraiso terreal neste Novo Mundo?’”.¹⁷⁵ Em 1761, o frei Antônio de Santa Maria Jaboatão segue a tradição de edenização das terras brasileiras, ao retratar a capitania de Pernambuco em sua obra *Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil*: “O seu clima he hum segundo Paraizo, em ares vitaes, e benignos. O terreno, he outra nova terra da Promissão,

¹⁷⁴ MACHADO, Simão Ferreira. *Triunfo Eucharistico*. In: ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*, vol. 1. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006, p. 147-299, citação p. 182-183.

¹⁷⁵ *DISTRIBUIÇÃO dos empregos para os quaes a Academia dos Renascidos elegeu por votos conformes, depois de repetidas conferencias, a alguns de seus sócios. Memorias para a Historia universal da nossa America, que se hão de escrever na lingua portugueza, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 1, 1839, p. 86-97, citação p. 96.

(...) e as Riquezas são as melhores de toda a América, e as delícias são como as do Paraíso do novo mundo”.¹⁷⁶ Mas o curioso é que, diferentemente do médico José Rodrigues, Jabotão desmistifica a geografia lendária americana, deixando de lado os elementos continuamente reproduzidos pelos autores até então e atendo-se à experiência e às informações trazidas pelos novos mapas: “Muitas, e grandes notabilidades, ou famosos encarecimentos, por lhe não dar o nome de fabulas Gentílicas, escreverão os primeiros, que passearão estes Paizes, e terras do Brasil. (...) o que affirmarão da sua origem na famosa lagôa, que se fórma das vertentes, que correm das Serranias do Chilli, da qual escreverão, nascião também os dous Gigantes das agoas, o Pará, e o da Prata”.¹⁷⁷ Concluindo que “Nem tampouco deixou de ser engano affirmar, que os outros dous Rios do Pará, e Prata, nascião, como o de S. Francisco, destas mesmas agoas das sobreditas Serranías do Chilli. O de S. Francisco, e o da Prata, não, como fica mostrado; e o do Pará muito menos (...)”.¹⁷⁸

Ainda as minas de prata e esmeraldas

Apesar do Sabarabuçu converter-se, no setecentos, em um próspero arraial aurífero, as minas de prata, e também de esmeraldas, continuariam a despertar a imaginação dos exploradores. No final do século XVII, Garcia Rodrigues Paes havia se oferecido para continuar o descobrimento das esmeraldas, recebendo em 1683 os cargos de capitão-mor

¹⁷⁶ JABOATAM, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo orbe seráfico brasílico ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 149.

¹⁷⁷ JABOATAM, 1858, p. 381.

¹⁷⁸ JABOATAM, 1858, p. 385-386.

da entrada e descobrimento e de administrador das minas de esmeraldas: “Por parte de Garcia Rodrigues Pais haver acompanhado a seu pai Fernão Dias Pais no descobrimento das minas de esmeraldas de que trouxe a êste Reino as amostras e nelas se fazer exame e se oferecer a ir continuar com êle (...) fui servido fazer-lhe mercê dos cargos de Capitão-mor desta entrada e descobrimento e administrador das minas de esmeraldas”.¹⁷⁹ Mais uma vez, patentes militares e funções administrativas eram designadas para a organização do trabalho em minas imaginárias, que ainda se esperava encontrar, como enfatiza o rei em outra carta: “dezejo muyto que esta jornada se consiga, e tenha effeito o descobrimento das minas”.¹⁸⁰ O mesmo se deu em 1698, quando ainda perdurava a esperança de se encontrar a prata de Sabarabuçu, talvez um dos últimos sinais de sobrevivência desta crença: “pellas noticias q tenho q na paraje a q chamaõ Sabarabuassu haverá minas de Pratta a cujo descobrim.¹⁰ mando a Manoel de Borba gato (...). Hey por bem de o nomear e eleger, como por esta o faço nomeo, e elejo por Tenente general desta jornada de Sabarabuassu”.¹⁸¹ Quinze anos após ter sido nomeado capitão-mor, Garcia Rodrigues Pais ainda estava à procura das esmeraldas: “(...) e pode suceder q o Cap.^{am} Mor garcia Roiz Pais faça jornada p.^a a mesma paraje ao seu descobrim.¹⁰ das esmeraldas

¹⁷⁹ *CARTA de Sua Majestade sobre Garcia Rodrigues Pais, se oferecer a ir continuar o descobrimento das minas das esmeraldas*. Lisboa, 23 de dezembro de 1683, *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, vol. LXVIII, 1945, p. 140-141, citação p. 140. Ver também AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. , doc. 2478. *CARTA patente pela qual se fez mercê a Garcia Rodrigues Paes do cargo de capitão-mor da entrada e descobrimento das minas de esmeraldas*. Lisboa, 23 de dezembro de 1683 e AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. , doc. 2480. *PROVISÃO régia pela qual se fez mercê a Garcia Dias Paes do cargo de administrador das minas de esmeraldas, que tinha descoberto*. Lisboa, 23 de dezembro de 1683.

¹⁸⁰ *CARTA régia mandando dar toda a ajuda e favor a Garcia Rodrigues Paes, como capitão-mor da entrada, descobrimento e administração das minas de esmeraldas*. Lisboa, 23 de dezembro de 1683, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. XVIII, 1913, p. 277.

¹⁸¹ *PATENTE dada por Arthur de Sá e Menezes a Manuel de Borba Gato, de Tenente general na jornada do descobrimento da prata de Sabarabussu*. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1698, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. XVIII, 1913, p. 356-357, citação p. 357.

encontrandosse com o d.^o Tenente general se ajudarão hum ao outro p.^a mais promptam.^{te} se fazer o Real serviço”.¹⁸²

Em 1703, o governador da capitania do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira de Albuquerque, manifestava sua desconfiança em relação às minas de prata: “O Mineyro Antonio Borges de Faria me trouxe a carta q’ faço prez^{te} a VMag.^e em q’ lhe davaõ noticias de poder acharse prata, e ainda q’ a experiencia me tem mostrado q’ todas estas noticias são enganozas o despachei cõ ordê p.^a ir fazer esta averiguaçãõ”.¹⁸³ O governador, apesar do descrédito, havia mandado, neste mesmo ano, a Antonio Correia da Veiga para o descobrimento da prata e das esmeraldas, de quem aguardava notícias.¹⁸⁴ Em 1705 ainda não se conhecia o resultado desta diligência.¹⁸⁵

¹⁸² *PATENTE dada por Arthur de Sá e Menezes a Manuel de Borba Gato, de Tenente general na jornada do descobrimento da prata de Sabarabussu*, p. 357.

¹⁸³ *CARTA de D. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei participando-lhe que mandou o mineiro Antonio Borges de Farias a uma diligencia para o descobrimento da prata e que ainda não tinha tido aviso da jornada de Antonio Correia da Veiga*. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1703, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. LI, 1930, p. 198-199.

¹⁸⁴ *CARTA de D. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei enviando-lhe uma memória de Antonio Correia da Veiga sobre o descobrimento de prata e esmeraldas*. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1703, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. LI, 1930, p. 187-188; *CARTA de D. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei participando-lhe que mandou o mineiro Antonio Borges de Farias a uma diligencia para o descobrimento da prata e que ainda não tinha tido aviso da jornada de Antonio Correia da Veiga*. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1703, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. LI, 1930, p. 198-199; *CARTA régia a D. Álvaro da Silveira de Albuquerque sobre o descobrimento de minas de prata e esmeraldas que Antonio Correia da Veiga se propoz fazer (acompanhada da resposta daquelle governador, de 24 de janeiro de 1704)*. Lisboa, 13 de setembro de 1703, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. LI, 1930, p. 204-206; *CARTA de D. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei sobre as diligencias de Antonio Correia da Veiga para o descobrimento das minas de prata*. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1704, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. LI, 1930, p. 246-247 e *CARTA de D. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao dr. Antonio Luis Peleja, ouvidor-geral de S. Paulo, ordenando-lhe providencias sobre a entrega de índios a Antonio Correia da Veiga para as diligencias deste no descobrimento de minas de prata e esmeraldas*. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1704, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. LI, 1930, p. 248-249.

¹⁸⁵ *CARTA régia ao governador da capitania do Rio de Janeiro sobre a diligência de Antonio Correia da Veiga para o descobrimento de minas de prata e esmeraldas*. Lisboa, 20 de janeiro de 1705, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. LI, 1930, p. 269.

Porém, se as minas de prata do Sabarabuçu, no início do século XVIII, estavam desacreditadas, o mesmo não se poderia dizer das minas de Belchior Dias Moréia. É o que mostra a já citada carta do coronel Pedro Barbosa Leal ao conde de Sabugosa, ao relatar, extensamente, as diversas tentativas de se chegar às supostas riquezas descobertas por Belchior Dias. Além das entradas seiscentistas, como a de Francisco Dias Ávila em 1628, a de João Calhelha em 1655 e a de João Peixoto Viegas e Jorge Soares de Macedo, cunhado de D. Rodrigo de Castelo Branco, em 1675, o coronel Pedro Barbosa menciona as expedições organizadas a mando do governador D. João de Alencastro, a primeira conduzida pelo coronel Belchior da Fonseca, bisneto de Belchior Dias, e as seguintes lideradas por ele próprio. Em 1696, o coronel Pedro Barbosa havia seguido todo o roteiro de Belchior Dias Moréia até Jacobina, rio São Francisco e Itabaiana, buscando informações com os índios e antigos sertanistas, como João Calhelha, comprovando que a tradição das minas encontradas pelo Moréia permanecia viva no sertão da Bahia.¹⁸⁶ No ano seguinte, após voltar a Jacobina para estabelecer uma fábrica de salitre, o coronel Pedro Barbosa mandou o capitão-mor Damião Cosme de Faria e o sargento-mor Manoel do Rego Proença para investigar as “Serras da Sapocaya”, que, segundo diziam os indígenas, seria a verdadeira Jacobina de Belchior Dias. Em 1702, o capitão-mor e o sargento-mor foram novamente enviados para a Serra de Sapucaia, sem resultado, pois se limitaram a prospectar ouro no caminho. Até que, no início da década de 1720, o coronel

¹⁸⁶ *CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya, p. 73-79.*

Pedro Barbosa resolveu fazer esta diligência por conta própria, após partir uma vez mais para a região de Jacobina, sob ordens do novo governador, o conde de Sabugosa.¹⁸⁷

As conclusões do coronel Pedro Barbosa, após mais de duas décadas de pesquisas minerais, reforçaram as crenças na realidade das minas de prata de Belchior Dias Moréia: “Com esta certeza ja não he p.^a desprezar o Roteyro de Melchior Dias, e por este se devem acreditar todos os seus descobrimentos”.¹⁸⁸ E ainda: “(...) por todas as circunstançiaz e notiçias fez Belchior Dias Moreya todos os descobrimentos no Certaõ da B.^a no quaze rotundo territorio desde o ryo de Saõ Fran.^{co} comprehendendo a capitania de Sergipe del Rey, Jacobina, Paraguassu, Parâmerim athe o continente que comprehendem as Minas do ryo das Contas em q’ actualm.^{te} se esta tirando ouro”.¹⁸⁹

E, em 1752, chegou-se a anunciar o tão esperado descobrimento das “minas do Moribeca” pelo mestre de campo João da Silva Guimarães que, quase duas décadas antes, confessava não ter nenhum conhecimento sobre a prata de Belchior Dias Moréia, apesar de não duvidar de sua existência: “Em tudo quanto toca a Conquista de Melchior Dias Morea não posso dizer couza digna de realidade, porque como verifico que as suaz entradas foraõ pelo rio de Saõ Francisco, Paramirim, e Jacobina, não posso dizer couza alguma desse Certaõ pelo não apalpar com a experiencia, porem tambem me persuado que como Melchior Dias Morea, não so em hua parte achou prata, senaõ em muitas que

¹⁸⁷ CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya, p. 80-83.

¹⁸⁸ CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya, p. 84.

¹⁸⁹ CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya, p. 87.

factivamente poderia achalla pela campanha que eu tenho corrido”.¹⁹⁰ A descoberta foi noticiada pelo comandante das Minas Novas do Araçuaí, Pedro Leolino Mariz, ao vice-rei do Brasil, o Conde de Athouguia, dizendo que “quiz esperar primeiro a confirmação do tal aviso, porque tendo-se por tantas vezes divulgado por certo o descobrimento da prata da Moribeca, sem nunca se chegar a ver, estava quase reduzida a fabula a tradição, dessas minas; mas agora que a providencia vae dispondo os meios de as mostrar, parece-me ser da minha obrigação o dizer quanto sei nesta matéria”.¹⁹¹ Após uma exposição sobre os principais acontecimentos relacionados aos achados de Belchior Dias, conclui sua carta com as novidades das explorações feitas por João da Silva Guimarães, em conformidade com o tradicional *topos* do “tesouro escondido”: “Os Monarchas de Portugal que sempre cuidarão em assegurar a grandeza do seo imperio na base da religião passarão efficazes ordens, como V. Ex.^a sabe, para a conquista do gentio a fim de o reduzir á nossa Sancta Fé e descobrir tão bem os haveres que esconde o dilatado e desconhecido Paiz e por estes passos veio o Mestre de Campo João da Silva a dar na mina, que deo conta ter achado”.¹⁹²

¹⁹⁰ *INFORMAÇÃO prestada ao conde de Sabugosa sobre um tratado relativo às minas metallicas existentes na capitania da Bahia, por João da Silva Guimarães*. Minas Novas, 12 de julho de 1734, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. XLVIII, 1929, p. 109-121, citação p. 110.

¹⁹¹ *OFFICIO do Vice Rei Conde de Athouguia dando conta da informação que recebera do Commandante das Minas Novas do Arassuahi, Pedro Leolino Mariz e do Mestre de Campo João da Silva Guimarães, acerca da descoberta das minas de prata, que annos antes tinham sido reveladas por Belchior Dias Morea, por alcunha o Moribeca. Tem annexos 5 documentos e entre elles as copias das cartas de Pedro Leolino e Silva Guimarães, a certidão da analyse que se fizera ao mineiro e uma planta das minas*. Bahia, 25 de maio de 1753, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 31, 1909, p. 48-49, citação p. 48.

¹⁹² *OFFICIO do Vice Rei Conde de Athouguia dando conta da informação que recebera do Commandante das Minas Novas do Arassuahi, Pedro Leolino Mariz e do Mestre de Campo João da Silva Guimarães, acerca da descoberta das minas de prata, que annos antes tinham sido reveladas por Belchior Dias Morea, por alcunha o Moribeca. Tem annexos 5 documentos e entre elles as copias das cartas de Pedro Leolino e Silva Guimarães, a certidão da analyse que se fizera ao mineiro e uma planta das minas*, p. 49. Ver também AHU, Cons. Ultram. – Brasil / BA, cx. doc.522. *CARTA do Mestre de Campo da Conquista João da Silva Guimarães, participando a descoberta de umas minas*

No entanto, não eram somente de prata e de ouro as notícias que chegavam da capitania da Bahia. O coronel Pedro Barbosa Leal também descreve a descoberta, em 1697, de uma montanha de esmeraldas pelo capitão-mor Marcelino Coelho, após ter atravessado o sertão do Rio de Contas, chegando no Rio Verde, assim denominado porque “o rio que say daquella pedreira tem a agua verde, as hervas que dentro della se criaõ o são tambem, e athe o peixe ally he verde, e por isto he chamado o rio Verde”.¹⁹³ E esta serrania possuía outra característica fantástica: “que hera serto os terremotos, e estrondos que havia naquellas Serras”.¹⁹⁴ Foi, contudo, nos sertões das Minas Gerais e do Espírito Santo que os esforços para a descoberta da Serra das Esmeraldas se concentraram.

Em 1714, o rei solicitava o parecer de Garcia Rodrigues Paes sobre a proposta de um certo Jeronymo Camello de S. Paio para a organização de uma expedição de descobrimento às suas custas. Jeronymo Camello, curiosamente, se refere às esmeraldas como um “encanto”, possivelmente devido às dificuldades de se chegar até elas: “(...) determino a custa da minha faz.^a descobrir, por notícia que tenho da breve derota em

de prata no sertão contíguo à Cidade da Bahia. Sertão do Paraiassu, 12 de abril de 1753; AHU, Cons. Ultram. – Brasil / MG, cx. 62, doc. 55. CARTA de Pedro Leolino Maris, para D. José I, dando conta do estado de umas minas de prata abertas por Moribeca. Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas de Araçuaí, 4 de maio de 1753 e AHU, Cons. Ultram. – Brasil / BA, cx. doc. 3091. OFICIO do Intendente geral interino Sebastião Francisco Manuel para Sebastião José de Carvalho e Mello, em que se refere às descobertas do Capitão Mor Romão Gramacho Falcão e às explorações das minas de salitre por Manoel Dias Mascarenhas e à comunicação de João da Silva Guimarães de haver encontrado as minas de prata descobertas pelo “celebrado Moribeca”. Bahia, 14 de dezembro de 1757.

¹⁹³ *CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya, p. 94.*

¹⁹⁴ *CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya, p. 93.*

companhia de alguns parentes meos que me querem acompanhar a descobrir este encanto sem nenhu dispendio da fazenda Real”.¹⁹⁵

Em 1723, o descobrimento das esmeraldas havia sido encomendado pelo governador da capitania de Minas Gerais, D. Lourenço de Almeida, aos paulistas Lucas de Freitas, Alberto Dias e Domingos Dias Ribeiro.¹⁹⁶ No final desta década, ou princípios da seguinte, aconteceu a jornada de Francisco de Melo Coutinho Souto Maior, que havia recebido a patente de Mestre de Campo dos descobrimentos das esmeraldas do rio Doce, da Capitania do Espírito Santo.¹⁹⁷ José João Teixeira Coelho, em sua *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, informa que “Da carta escripta a 23 de Outubro de 1731 pelo mestre de campo Francisco de Mello Coutinho Sotomaior ao governador D. Lourenço de Almeida, e da resposta que este lhe deu a 31 de janeiro de 1732, se mostra que o dito mestre de campo penetrou o sertão que fica ao norte do Rio Doce, e que achou algumas esmeraldas, que remetteu”.¹⁹⁸ Desta mesma época são as explorações realizadas

¹⁹⁵ PROVISÃO Régia mandando que o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, ouvido Garcia Rodrigues Paes, prestasse informações sobre a proposta de Jeronymo Camello de S. Paio de continuar os descobrimentos de esmeraldas iniciados pelos Azeredos (acompanhada da cópia da respectiva petição). Lisboa, 2 de março de 1714, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, vol. XLIX, 1929, p. 141-143, citação p. 142.

¹⁹⁶ AHU, Cons. Ultram. – Brasil / MG, cx. 4, doc. 67. CARTA de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, dando conta da diligência que entregou aos paulistas Lucas de Freitas, capitão Alberto Dias e Domingos Dias Ribeiro, para o descobrimento das esmeraldas. Vila Rica, 20 de setembro de 1723.

¹⁹⁷ AHU, Cons. Ultram. – Brasil / MG, cx. 15, doc. 30. CARTA do Marechal de Campo Francisco de Melo Coutinho Souto Maior a D. João V, na qual solicita ordens para que tudo o que cativar por armas na conquista das serras das Esmeraldas, excepto as aldeias, seja vendido em praça e tirando-se o quinto devido à Real Fazenda, se reparta o resto pelos soldados que o acompanharem, de molde a entusiasamá-los, para enfrentarem grandes obstáculos (doenças e gentios bárbaros) que têm dificultado essa difícil conquista. Vila do Príncipe, 28 de outubro de 1729 e AHU, Cons. Ultram. – Brasil / MG, cx. 21, doc. 79. CARTA de Francisco de Melo Coutinho Souto Maior, informando a D. João V acerca das esmeraldas que lhe havia remetido através do ouvidor-geral António Ferreira do Vale de Melo. A margem: 1 provisão (cópia). Em anexo 2 cartas. Serro do Frio, 24 de julho de 1732.

¹⁹⁸ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Geraes*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 15, 1852, p. 257-476, citação p. 446.

pelo mestre de campo Manuel de Queiroz e Gregório Affonso da Torre, nos rios Doce e Jequitinhonha e na região de Jacobina.¹⁹⁹

Em uma carta ao conde de Sabugosa, escrita em 12 de julho de 1734, João da Silva Guimarães analisa as explorações realizadas, até então, para o descobrimento das esmeraldas, afirmando que “do roteiro que aponta se verifica que das Entradas que fizeraõ, assim Sebastião Frz Tourinho, o Capitão Antonio Dias Adorno, Diogo Miz, e o Capitão Marcos de Azeredo nada dos haveres que levaraõ se achaõ descubertos, e he evidencia infalivel que todos elles foraõ do Rio Dosse para a parte da Cidade da Bahya poiz o testifica a rezaõ o hir o Capitão Antonio Dias Adorno pelo Rio Grande abaixo, onde se vê q’ todos os ditos haveres eraõ no Certaõ em que eu tenho andado (...)”.²⁰⁰ João da Silva Guimarães acredita na existência das riquezas ainda escondidas no sertão, retomando a tópica do “tesouro oculto”: “(...) porem venho a inferir que tanta riqueza oculta tendo principio o seu descobrimento ha tantos annos manifesto tem sido providencia Divina estarem enserados, ou esperando a furtuna dos tempos, ou a grandeza de Nosso Augustissimo Soberano, poiz hoje mais que nunca vejo se atravessaraõ todos estes Certõens, e naõ poderá ser possivel segundo as diligencias que se fazem, continuandoce ellas deixaremse de abrir tantos, e taõ dilatados thezouros para enriqueessem a Monarchia, e participarem os vassallos delles, pois he certo os oculta taõ vasto Certaõ”.²⁰¹ Baseando-se nos antigos roteiros, em seu conhecimento da região

¹⁹⁹ AHU, Cons. Ultram. – Brasil / BA, cx. doc. 253. *PORTARIA do Conselho Ultramarino acerca das explorações de diamantes e esmeraldas nos Rios Doce e Jequitinhonha e proximidades da Villa de Jacobina, pelo Mestre de Campo Manuel de Queiroz e Gregório Affonso da Torre*. Lisboa, 24 de julho de 1732.

²⁰⁰ *INFORMAÇÃO prestada ao conde de Sabugosa sobre um tratado relativo às minas metallicas existentes na capitania da Bahia, por João da Silva Guimarães*, p. 111-112.

²⁰¹ *INFORMAÇÃO prestada ao conde de Sabugosa sobre um tratado relativo às minas metallicas existentes na capitania da Bahia, por João da Silva Guimarães*, p. 110.

compreendida entre o rio Jequitinhonha e o rio Doce, na opinião de sertanistas experientes e nos informes dos indígenas, conclui que as riquezas se encontram no rio São Mateus, oferecendo-se para a realização de uma expedição para seu descobrimento: “asento por inquestionavel que o Rio a que chamaõ Rio Grande, he o que hoje chamaõ Rio de Saõ Matheuz, o que asentado digo – que todas as noticias que daõ os antigos Certanistas Sebastião Frz Tourinho, o Capitaõ Antonio Dias Adorno, Diogo Miz, o Capitaõ Marcos de Aser.^{do}, de ouro, prata, mais mineraes, e pedras preciosas, saõ todas no Rio de Saõ Matheus, vindo a ficarem todos os haveres no Certaõ que fica entre o Rio Dosse e Jequitinhonha”.²⁰²

As tentativas de se encontrar as esmeraldas continuariam até a segunda metade do século XVIII. Entre 1738 e 1739, Miguel Paes de Campos “Foi capitão da leva das esmeraldas por patente de Gomes Freire de Andrade, quando a ella foi mandado Ignacio Dias Velho, irmão mais moço do guarda-mór general Pedro Dias Paes”.²⁰³ Em 1764, Francisco Xavier Álvares de posse de um roteiro que, do mesmo modo que a carta de João da Silva Guimarães três décadas antes, apontava para as riquezas do rio São Mateus, solicita uma permissão ao ouvidor de Porto Seguro, Thomé Couceiro de Abreu, para a realização de uma entrada por este rio: “Ha cinco annos que vivo no projecto de dar huma entrada nestes sertoes no descobrimento das esmeraldas e ouro; (...) e vendo ser este o rio de S. Matheus, de que hum meu roteiro dá varias noticias”.²⁰⁴ O ouvidor, porém, nega a licença

²⁰² *INFORMAÇÃO prestada ao conde de Sabugosa sobre um tratado relativo às minas metallicas existentes na capitania da Bahia, por João da Silva Guimarães*, p. 115.

²⁰³ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n° 34, 1871, p. 141-253, citação p. 241. Ver também FRANCO, 1989, p. 105.

²⁰⁴ *CARTA de Francisco Xavier Álvares para o Ouvidor de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu, em que pede licença para explorar os sertões do Rio S. Matheus para a descoberta de ouro e esmeraldas*. S. Matheus, 13 de maio de 1764, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 32, 1910, p. 54.

de forma enfática: “Hum Francisco Xavier Teixeira Alvares me escreveo a carta inclusa pedindo-me licença, como que eu pudesse dar-lha para ir descobrir nos sertões deste rio ouro e esmeraldas e eu lhe respondi, que nem por pensamento conviria em tal por ser contra as ordens de S. M., antes interporia toda a minha força por lhe encontrar similhante entrada e que se não cansasse em pedir licença ao Governo da Bahia, porque certamente lha não havia de permittir, e quando permitisse, de pouco lhe aproveitaria, porque eu lha havia de encontrar athé á ultima instancia (...)”.²⁰⁵ Finalmente, têm-se as notícias dadas por José João Teixeira Coelho sobre as expedições patrocinadas pelo governador D. Antonio de Noronha: “No anno de 1778 se acharam tambem [as esmeraldas] no Cuyeté por diligencia do governador D. Antonio de Noronha; e são melhores. Este governador no anno de 1779, em que eu me ausentei de Minas Geraes, havia dado as ordens necessarias para que na sêcca futura partissem alguns mineiros acompanhados de uma esquadra de pedestres para os sertões que ficam ao norte do Rio Doce, para se fazer exame das minas de esmeraldas, que por diligencia do mesmo governador se haviam descoberto nos mesmos sertões; mas ignoro o effeito que resultou d’esta diligencia”.²⁰⁶

²⁰⁵ *OFICIO do Ouvidor de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu (para o Ministro dos Negócios do Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado), no qual transmite muitas e interessantes informações, sobre as povoações, rios, população e madeiras da sua Capitania.* Porto Seguro, 16 de junho de 1764, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 32, 1910, p. 50-53, citação p. 53.

²⁰⁶ COELHO, 1852, p. 446.

Mitos tardios

No final do século XVIII, as áreas localizadas no leste das comarcas do Serro do Frio e de Vila Rica correspondiam à porção menos conhecida e explorada da capitania de Minas Gerais: “Entre as vilas formadas em torno da mineração e o litoral ficava o ‘imenso deserto’ conhecido como ‘Áreas Proibidas’, ‘Sertões do Leste’ ou ‘Sertão do Rio Doce’”.²⁰⁷ Era uma imensidão de matas no espaço compreendido entre os rios Doce e Jequitinhonha, habitada por índios ferozes, que se estendia até a capitania do Espírito Santo: “A maior parte das bacias dos rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Pomba era coberta pela floresta pluvial tropical. Este tipo de floresta dependia da frequência das chuvas, possuindo variações no tipo de vegetação, que ia da mata de folhas perenes à aquela que perdia a folhagem na época da seca”.²⁰⁸ A descrição do sertão do rio Doce, feita em 1739 pelo médico José Rodrigues Abreu, parecia retratar a realidade da região no despontar do oitocentos: “são os matos que rega summamente grossos, e as terras não menos altas, asperas, e medonhas. Sertão finalmente ainda sem alguma cultura, nem benefício”.²⁰⁹

O isolamento e desconhecimento das regiões orientais do rio Jequitinhonha e do rio Doce levou, nos últimos decênios do período setecentista e durante uma parte do século seguinte, ao deslocamento dos mitos sobre as riquezas do sertão para estas áreas. É esta a imagem que Teófilo Otoni apresenta para o vale do rio Mucuri, localizado no coração dos “sertões do leste”, nas primeiras décadas do século XIX: “O Mucuri era para todos um

²⁰⁷ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 44.

²⁰⁸ ESPINDOLA, 2005, p. 66.

²⁰⁹ ABREU, 1739, p. 523.

país encantado, uma espécie de Eldorado. Muitas caravanas penetraram então nas suas cabeceiras. Para o norte iam procurar as apregoadas riquezas de ouro da famosa Lagoa Dourada, e os diamantes da serra do Chifre. Ao sul demandavam-se os falados campos do Tambucuri. O próprio Governo Provincial de Minas sob a presidência do Exmo. Barão do Pontal deixou-se enlevar pelos roteiros antigos, e mandou fazer uma exploração mineralógica nas margens do Todos os Santos”.²¹⁰

Foi nos sertões do Rio Pomba que, em 1798, voltaram a surgir notícias sobre a antiga Casa da Casca, demonstrando que a mesma permanecia presente no imaginário sobre as Minas: “Tenho certeza, que aparecendo nas vizinhanças da Tapera hum negro bucal, que segundo as informações, que delle se poderão colher, havia fugido de algum dos portos de mar deste Continente, noticiou aos moradores daquela paragem, que em certo lugar do certão, por onde tinha divagado, havia grande abundancia de ouro; declarou ou com verdade, ou com engano certos signaes, que fizeram persuadir aos moradores, que o sobred.^o lugar era o da antiga caza da Casca, de que falão os aranzéis e roteiros dos antigos Paulistas”.²¹¹ Mais adiante, o autor da carta confirma que a crença na Casa da Casca ainda era corrente na capitania: “He certo que os Povos desta Capitania estão persuadidos da existencia, e riqueza da intitulado Caza da Casca, e já mais tem desesperado de a encontrar. Talvês (a ser verdadeira a sua existencia), que a porfiada indagação destes Aventureiros a descobrão (...)”.²¹² Para a descoberta da Casa da Casca ofereceram-se Manoel Lemos da Silva e Antônio Coelho, em cujo requerimento encontra-se uma explicação sobre a origem do nome deste lugar: “Diz o Alf.^{es} Antonio

²¹⁰ OTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 44.

²¹¹ *CARTA de Antonio Ramos da Silva Nogueira*. Vila Rica, 2 de julho de 1798, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. X, 1905, p. 690-691, citação p. 690.

²¹² *CARTA de Antonio Ramos da Silva Nogueira*, p. 691.

Côelho morador na freguezia da pomba q' ele Sup.^{te} andando Com indios manços Corôados pela pomba abaixo arancando poalha entre estes indios se achava hû velho oCoal diçe ao Sup.^{te} q' sabia de hû campo adonde os Antigos Paulistas disCobridores de hoiro se arrancharão e fizerão Cazas Cobertas de Cascas Com fexaduras de ferro donde consta q' tirarão hoiro com m.^{ta} Cônta (...).²¹³

Além da Casa da Casca, cujos primeiros informes já davam-na como situada à leste dos centros mineradores, outro local lendário também ressurge no período final do setecentos: a Lagoa Dourada, denominação consagrada pelo frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil*, para a Alagoa Grande quinhentista, que no decorrer do século XVII havia deixado de ser o objetivo principal das entradas que demandavam as riquezas ocultas do sertão. Agora, porém, não equivalia mais à imensa lagoa central de onde procediam os principais rios do continente, e sim a um lago de dimensões mais modestas, mas riquíssimo em ouro. Em 1788, o padre Cypriano Lobato Mendes informava sobre a localização desta lagoa na capitania da Bahia: “Eu sendo Jesuita, estive por superior em huma das missões de Indios naquella comarca, por este motivo tive occasião de conhecer aquelle Paiz e de fazer n'elle grandes experiencias, por isso me animo a noticiar a V. A. este thesouro: (...) tudo com muita abundancia e não menos de ouro, segundo as noticias que me davão os Indios e algum cheguei a ver e segundo as mesmas noticias n'esta comarca he que existe a celebrada lagoa dourada, nas visinhanças do monte Paschoal”.²¹⁴

²¹³ *REQUERIMENTO de licença de Antonio Coelho*. Vila Rica, 2 de julho de 1798, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. X, 1905, p. 691-692.

²¹⁴ *REPRESENTAÇÃO do Padre Cypriano Lobato Mendes dirigida a D. Pedro III, sobre a situação econômica da Capitania da Bahia, em que se contêm noticias muito interessantes*. Bahia, 31 de julho de 1788, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 34, 1912, p. 91-93, citação p. 92.

Mas é no leste das Minas Gerais onde a lagoa, neste período, será buscada pelos exploradores.

Joaquim Ribeiro transcreve um trecho de um manuscrito denominado *Diário da viagem do rio Doce*, escrito pelo governador da capitania do Espírito Santo, Manuel Viera da Silva Tovar, com uma referência sobre a suposta descoberta da Lagoa Dourada em 1809: “que logo que chegar ao Paraque-assú fizesse apromptar a sua divisão marchando para aquela Alagoa que tinha descoberto, pois, como se julgava ser aquela rica e famosa Alagoa denominada Dourada que no Reynado do Senhor D. Sebastião, governando a Bahia Luis de Brito e Almeida, Sebastião Fernando Tourinho e Antonio Dias Adorno descobriram, e que desde aquelle tempo tanto se tem procurado pela grande riqueza que se julga ter; assim como um lugar vizinho, a que dão o nome de Campo da Riqueza”.²¹⁵

Um ano depois, José Pereira Freire de Moura anunciava ter encontrado um antigo roteiro guardado por seu pai, concebido, provavelmente, no século anterior, para se chegar à Lagoa Dourada, resolvendo-se por organizar uma entrada para averiguar sua existência: “M.^{tos} annos ha q’ achei entre os papeis do meo pay hum roteiro, q’ me pareceo digno de atenção tanto q’ rezolvi fazer uma entrada p.^a procurar realizar, ou desenganar-me da veracidade do mesmo roteiro, o q’ não teve efeito porq’ fui então acometido de hua gr.^{de} enfermidade (...); mas desde o anno passado adquirindo varias noticias, q’ combinadas me confirmavão naquela prim.^a opinião da grande riqueza do descobrim.^{to} anunciado no roteiro rezolvi mandar hum dos meos filhos a executar aquella diligencia”.²¹⁶ A lagoa, neste roteiro, encontrava-se no sertão do rio Jequitinhonha: “Sahirão pelo Jiquitinhonha

²¹⁵ RIBEIRO, Joaquim. *Folklore dos bandeirantes*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1946, p. 50.

²¹⁶ MOURA, Joze Pereira Freire de. *Exploração no Jequitinhonha*, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. II, 1897, p. 31-36, citação p. 31.

abaixo até se findar em os Catingas, e entrando nas matas verdadeiras em três dias de viagem pelo rio abaixo se verá hua grande tromba de serra, q.´ embeíça no mesmo rio, aonde se largará o rio, caminharão com a cara ao Sul pela parte da mão esquerda da serra, e na sahida acompanhando a d.^{ta} serra se dará com a Lagoa rica”.²¹⁷

O imaginário sobre as riquezas escondidas nos “sertões do leste” abria espaço não apenas para a renovação dos mitos passados, mas, também, para a concepção de novas lendas. É o que sugere o relato de uma expedição conduzida em 1829 por Francisco Teixeira Guedes, concebida a partir das tradicionais representações encontradas em mapas e roteiros e cujo objetivo era chegar a uma certa Serra das Ametistas: “(...) dei preça a prevenir quanto era necessario para rotear, e entrar em huma mata fertil por tradições, e que em Mappas ou roteiros antigos pude encarar”.²¹⁸ Encontraram sinais de esmeraldas no Rio Todos os Santos, mas seguiram em busca da meta principal: “Este achado deu animo a toda Companhia, e certamente nos contentariamos de empregar ali nossos trabalhos se deixando a especulação a que nos dirigimos, qual era a de hir a Serra das Amatistas (...)”.²¹⁹ Os resultados desta expedição é que, talvez, tenham motivado a exploração mineralógica ordenada pelo Barão do Pontal no Rio Todos os Santos, de que Teófilo Otoni faz menção, e que deve ter ocorrido entre os anos de 1831 e 1833.

Contudo, se havia espaço para novos lugares míticos, já surgia uma ponta de descrença, marcada pelo tom satírico com que o padre Silvério da Paraopeba tratou uma destas entradas tardias ao sertão mineiro em busca de tesouros ocultos, conforme registra a ata

²¹⁷ MOURA, 1897, p. 34.

²¹⁸ *REQUERIMENTO dirigido à Câmara de Minas Novas por Francisco Teixeira Guedes*. Minas Novas, 27 de dezembro de 1829, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. III, 1898, p. 281-288, citação p. 281.

²¹⁹ *REQUERIMENTO dirigido à Câmara de Minas Novas por Francisco Teixeira Guedes*, p. 285.

de uma sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ocorrida em setembro de 1839: “tem solicitado noticias de uma Bandeira que no principio d’este seculo se organisou com homens do termo de Marianna, para explorações na serra da Flecheira e no rio Pomba, bem como o transumpto do roteiro e caravana achincalhados pelo padre Silverio da Paraopeba”.²²⁰ Mas o descrédito das representações sobre o imaginário do sertão não era, como nunca foi, algo imediato, fazendo com que as crenças perdurassem na longa duração. Se, aos poucos, os tesouros do sertão perdiam seu poder de atração com o contínuo desbravamento do interior, permaneciam na tradição os lugares onde os mesmos presumidamente se encontravam, reproduzidos pelos autores ao longo dos anos. Auguste de Saint-Hilaire, escrevendo em 1830, comenta sobre os esforços que ainda se fazia, alguns anos antes, para a descoberta da Lagoa Dourada na região do rio Jequitinhonha: “Antes de chegar ao local em que fizemos alto, o rio corta uma cadeia de montanhas pouco elevadas, que chamam Serra de S. Simão. É próximo a essa cadeia que um roteiro dos antigos bandeirantes paulistas, bem conhecido na região, situa, ao que eu penso, o famoso lago denominado Lagoa do Pau Dourado, onde ainda se espera encontrar grandes riquezas. O comandante de S. Domingos procurara descobrir esse lago; guiado pelo roteiro, tinha mergulhado pelas florestas, e tudo o que vira, asseverava em minha presença, estava perfeitamente de acordo com as informações deixadas pelos paulistas. Qualquer circunstância o tinha impedido, acrescentava, de continuar sua viagem até atingir seu objetivo; mas, apesar de sua idade avançada, tencionava recomeçar as explorações. O comandante Julião e o ouvidor de Porto Seguro tinham também combinado ir juntos à procura do lago cuja descoberta constitui o objeto de ardentes

²²⁰ *EXTRACTO da acta da 22ª sessão em 21 de setembro de 1839, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, nº 1, 1839, p. 260-263, citação p. 261.*

desejos. Partindo um de S. Miguel e o outro do litoral marítimo, deviam reunir-se em ponto determinado. Cada qual por sua parte seguiu o itinerário, e achou-o perfeitamente exato; tinham, porém, combinado mal a época da partida; não se encontraram, e um e outro voltaram sozinhos para casa”.²²¹ E conclui: “É no território da Província de Porto Seguro que está situada, dizem, a famosa Vupabuçu, ou Lagoa Grande que foi descoberta pelo bandeirante octogenário Fernão Dias Paes, e que depois chamaram Lagoa Encantada, porque não se podia mais encontrar. A Serra de S. Simão deve fazer parte da Província de Porto Seguro ou se encontrar em seus limites; por conseguinte, pareceu-me muito provável que a Lagoa Dourada de que aqui se trata não seja outra senão a antiga Vupabuçu. Como veremos na minha ‘Viagem ao Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil’, existe ainda uma Lagoa Dourada a algumas léguas de S. João del Rei, existe uma outra perto da povoação de Boa Morte, na estrada de Vila Rica a Abaeté (Eschwege, Bras. Neue Welt, I), e é muito provável que esses lagos devam o nome a narrativas maravilhosas semelhantes às que se fizeram a respeito da Lagoa de Serra de S. Simão”.²²² Já o inglês Richard Burton, em 1869, apesar de se preocupar em apresentar os lagos lendários brasileiros, trata-os como “superstições”, ou seja, algo ainda presente no imaginário, ou na tradição, das populações locais, mas que não poderia ser levado tão a

²²¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, p. 264-265.

²²² SAINT-HILAIRE, 1975, p. 265, nota 399. A povoação vizinha a São João del Rei mencionada por Saint-Hilaire, hoje um município, preserva o nome original de Lagoa Dourada, mais um resquício da toponímia mítica do sertão das Minas Gerais. Vale observar que as cabeceiras do rio Paraopeba encontram-se na região onde este município se localiza. Para Sérgio Buarque de Holanda, as imediações deste rio, cujo nome seria derivado de Paraupava, correspondiam a um dos locais onde a Lagoa Dourada era, tradicionalmente, situada: “À vista disso, é claro que perdem sua razão de ser as dúvidas a que tem dado lugar o problema da exata localização da lagoa de Paraupava. Esta se acharia tão bem no sertão dos goiases, onde andou aparentemente Domingos Rodrigues, quanto no Xaraies ou no próprio sítio de Paraopeba, que até hoje conserva esse nome, em Minas Gerais. É de notar-se que este último lugar deveria corresponder melhor ao da Lagoa Dourada do São Francisco, tão procurada pelos aventureiros que buscavam as origens do grande rio”. Ver HOLANDA, 2000, p. 68-69.

sério a ponto de motivar a organização de uma expedição para sua procura: “Essas superstições lacustres são comuns no Brasil. La Condamine, Humboldt e outros falam da Lagoa Dourada, Henderson menciona a Lagoa Feia. O Príncipe Max registrou as fábulas do Taipe e ouviu falar de outras tradições, nas margens do Rio de Ilhéus e do Mucuri. O Lago Parimá ou Parimó, na Guiana, é igualmente rico em lendas. Ligada ao lago de areias douradas estava a cidade de Beni, Grão Pará, Grão Pairiri ou Paititi, ou melhor, El Dorado, cujas ruas eram calçadas com o precioso metal, e onde o Imperador dos Museus, o grande Paititi, ou rei dourado dos espanhóis, era, todas as manhãs, ao levantar, untado com óleo e polvilhado com ouro em pó, pelos cortesãos, por meio de compridas taquaras ocas. Castelnau conta as lendas da ‘Opabuçu’ boliviana. Esta palavra, como a Vupabuçu de Southey, é corruptela de “ipabuçu”, que, na língua brasílica, significa lago”.²²³

A Serra das Esmeraldas também permaneceria, até a segunda metade do século XIX, como um importante referencial geográfico do sertão das Minas Gerais, continuamente representada pela cartografia e descrita pelos cronistas. Friedrich Renger destaca que “A serra das Esmeraldas fica em evidência em quase todos os mapas da região oriental do Brasil até meados do séc. XIX, como nos mapas de Eschwege & Martius (1834) ou de Gerber (1862)”.²²⁴ Em 1817, aparece na *Corografia Brazilica* de Ayres de Casal como um ramo da Serra do Espinhaço: “Huma cordilheira (continuação da Mantiqueira) que não conserva sempre o nome, nem a altura, nem a direcção, quebrando em muitas partes, e lançando varios ramos a diversos rumos, a atravessa quazi Norte Sul. Nota-se a serra

²²³ BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, p. 42, nota 19.

²²⁴ RENGER, 2007, p. 108.

das Esmeraldas na parte oriental (...)”.²²⁵ Três décadas depois, o *Diccionario geographico* de Saint-Adolphe apresenta-a em conformidade com os roteiros dos séculos anteriores: “Negra ou das Esmeraldas: Serra de Minas-Geraes, entre as cabeceiras do rio Araçuahi e a margem direita do Jequitinhonha, onde Fernão Dias Paes achou esmeraldas em 1674 e 1676 (...)”.²²⁶ Teófilo Otoni, escrevendo em 1858, a identifica como sendo a Serra dos Aimorés: “Antes e depois desta expedição diversas bandeiras de aventureiros à procura de pedras preciosas ousaram internar-se até a serra das Esmeraldas, que outra não é senão a mesma cordilheira dos Aimorés, hoje conhecida no Mucuri sob o nome de *Map-map-krak*, que significa – pedra lisa”.²²⁷ E finalmente vamos encontrá-la, ainda, em 1880, na obra de J. P. Martins, que a situa nas cabeceiras do rio São Francisco: “O Espinhaço fôrma os Andes brasileiros, de que a serra-do-Mar é um socalco: entre ambas corre para o norte o rio S. Francisco, em cujas cabeceiras se levanta a chamada serra das Esmeraldas, que ligando os dous systemas parallellos fôrma no ponto de junção com os contrafortes austraes das Vertentes, o planalto propriamente brasileiro (...)”.²²⁸ A Serra das Esmeraldas transformar-se-ia, assim, de um lugar mítico cujas riquezas atraíam levas de desbravadores, em um elemento descritivo da geografia mineira, mantido pelos autores que seguiam a tradição de representação do interior do território. A força da tradição fazia com que tais elementos perdurassem no imaginário do sertão na segunda metade do oitocentos, destituídos, porém, de sua significação e de seu simbolismo originais.

²²⁵ CASAL, Ayres de. *Corografia brazilica ou relação historico-geographica do Reino do Brazil*, Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817, p. 392.

²²⁶ SAINT-ADOLPHE, J. O. R. Milliet de. *Diccionario geographico, historico e descriptivo do imperio do Brazil*, Tomo Segundo. Pariz: J. P. Aillaud, 1845, p. 147.

²²⁷ OTONI, 2002, p. 44.

²²⁸ MARTINS, J. P. Oliveira. *O Brazil e as colônias portuguezas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880, p. 128.

Conclusão

O imaginário sobre o sertão consolidou-se através da incorporação das concepções oriundas da cultura europeia, reelaboradas e combinadas com as representações surgidas na vivência das especificidades da América Portuguesa, apreendidas durante a conquista e ocupação do território. A herança cultural europeia incluía, dentre outros elementos, os mitos da Antiguidade, o maravilhoso medieval e o pensamento renascentista, e era profundamente marcada pelas formulações do cristianismo, forjando uma visão de mundo essencialmente religiosa que influenciou o modo como o novo continente foi percebido e retratado.

A assimilação pela igreja católica das crenças pagãs durante a Idade Média, incorporando-as à ortodoxia cristã, havia provocado uma racionalização do maravilhoso. A multiplicidade de forças e agentes, que fazia com que os componentes do maravilhoso fossem marcados pela imprevisibilidade, foi substituída, no sobrenatural cristão, por uma única fonte originária, a vontade divina. O maravilhoso acabou transferindo-se para as regiões longínquas e incógnitas, onde o exotismo das terras e das gentes confundia-se com os prodígios da tradição. Na América não foi diferente: a interação com um “mundo novo”, onde tudo era desconhecido e inusitado, levou à migração das maravilhas para o novo continente. A experiência com o “outro”, ou seja, o convívio com os indígenas e o contato com as particularidades da natureza americana, foi um movimento duplo de afirmação de identidades e reconhecimento de diferenças, criando espaço para a irrupção do maravilhoso, na medida em que as especificidades passaram a ser compreendidas através de sua inserção no universo mítico europeu.

Dentre as concepções do cristianismo de maior prestígio no imaginário popular e nos círculos eruditos, desde o período medieval, estava a convicção sobre a realidade física do Paraíso Terrestre. A existência de noções semelhantes em inúmeras culturas fez com que a imagem do Éden bíblico se combinasse com as características dos “jardins de delícias” pagãos, descritos em mitos como o Horto das Hespérides, as ilhas Afortunadas e a ilha de Avalon, e que fosse situado ora no oriente, ora em uma ilha atlântica. Descobrir a localização do Paraíso tornou-se uma idéia fixa para a cristandade ocidental, convertendo-se no objetivo de inúmeros navegadores, como Colombo.

O surgimento da América trouxe a sensação da proximidade do sítio edênico e as novas terras passaram a ser apresentadas através de motivos paradisíacos, como a temperatura amena, a vegetação sempre verde, a abundância de alimentos, a fertilidade espontânea, a longevidade dos naturais, a salubridade da terra e a presença de riquezas. Muitos mitos americanos, como as amazonas e a fonte de Juventa, derivavam-se das representações sobre o Paraíso no imaginário europeu. A concepção da rede hidrográfica do continente, que considerava uma imensa lagoa central como sendo a nascente de seus principais rios, também sugeria uma aproximação com a descrição dos rios do Éden contida no Gênesis.

Mas a revelação do Paraíso significava, também, a iminência do final dos tempos, tornando evidente uma outra importante faceta do pensamento cristão: a obsessão escatológica. A preocupação com o fim do mundo levou, desde os primeiros séculos do cristianismo, ao surgimento de crenças milenaristas, que concebiam um período de mil anos de felicidade, inaugurado com a segunda vinda de Cristo, antecedendo o evento escatológico derradeiro. A ortodoxia da igreja condenava o milenarismo, entendendo a expressão “mil anos” em um sentido simbólico. O retorno à condição paradisíaca, porém,

trazia consigo uma significação especial, independentemente da interpretação dada ao Milênio, confirmando o cumprimento das profecias sobre o fim dos tempos.

As profecias de Isaías, que considerava a evangelização e a conversão dos gentios e dos judeus como uma das condições para a concretização do Milênio, motivou a fundação de ordens religiosas, que tinham como princípio básico a catequese dos povos e o envio de missionários para a América. A Companhia de Jesus foi criada sob forte influência do pensamento milenarista, sobretudo das idéias de Joaquim de Fiori, sendo a principal responsável, na América Portuguesa, pela experiência com o “outro” no período quinhentista, a partir de seu trabalho de conquista espiritual dos índios. A compreensão do surgimento de um imaginário específico sobre o sertão requer, assim, o entendimento das representações jesuíticas sobre os nativos e sobre a natureza brasileira no século XVI. Os significados atribuídos à noção de sertão na América Portuguesa também esclarecem algumas facetas de seu imaginário. A pluralidade de sentidos observada relaciona-se com as múltiplas visões de mundo e possibilidades interpretativas, surgidas durante a ocupação do território. Quando utilizado na descrição dos aspectos físicos, o vocábulo sertão, geralmente, trazia a idéia de lugar interior ou afastado da costa. Mas a imagem do sertão, além das significações espaciais, carregava em suas acepções as referências da cultura portuguesa, sendo empregado na caracterização do espaço do “outro”, onde as instituições políticas e religiosas européias encontravam-se ausentes. Assim, ao mesmo tempo em que a natureza era edenizada, ressaltava-se a barbárie dos homens que nela habitavam, fazendo do sertão o Paraíso ou o Inferno, conforme os traços enfatizados.

A edenização da natureza brasileira foi marcada, principalmente, pela reprodução entre os cronistas dos motivos ligados à temperança invariável do ar. As crenças sobre as riquezas

escondidas no interior do sertão também parecem derivar-se desta visão paradisíaca, reforçadas, ainda, pela percepção da contigüidade entre as possessões portuguesas e espanholas, onde os metais preciosos haviam sido encontrados em abundância. Surgia, assim, a tópica do “tesouro oculto”, preenchendo os vazios do sertão com montanhas e lagoas lendárias. O desconhecimento do território mantinha viva a esperança da descoberta destes tesouros, ao mesmo tempo em que a realidade vivenciada trazia à tona a noção da desordem, observada tanto na instabilidade do meio natural, como nos costumes dos nativos.

As representações do sertão oscilavam, assim, entre um “espaço do desconhecido”, onde a imprevisibilidade traduzia-se em possibilidade, e um “espaço da desordem”, marcado pela irregularidade da natureza e dos homens e pelas dificuldades e atribulações decorrentes. As expedições ao sertão, que enfrentavam tais contratemplos em busca dos metais preciosos, também transitavam entre estas duas visões, positiva e negativa, do interior brasileiro, sendo a idéia de Purgatório, fortemente arraigada no imaginário cristão europeu da época, a referência simbólica que, talvez, fornecia o conjunto de significações mais adequado para o entendimento, e motivação, das empresas de descobrimento.

Enquanto a desordem era algo visível na inconstância da vida cotidiana, os “tesouros ocultos” revelavam-se, somente, através de indícios e sinais. O sertão como “espaço do desconhecido” era, portanto, fruto do encantamento do mundo, enquanto a dura realidade das regiões interioranas, junto com o progressivo conhecimento das mesmas, levava à percepção do descontrole e, também, à migração dos lugares lendários para áreas ainda inexploradas. A aparente ambigüidade das distintas formas de percepção do sertão, deste modo, refletia-se nos diversos sentidos que a palavra tomou na experiência histórica

brasileira, estando a vida no sertão marcada pelo dualismo encantamento e desencantamento do espaço físico. Este dualismo também poderia ser expresso através da oposição entre a visibilidade dos perigos e obstáculos e a invisibilidade das minas imaginárias, que somente eram apreendidas através de indícios que, supostamente, confirmavam sua existência. A interpretação do meio natural, e dos tesouros escondidos no sertão, derivava-se da concepção de natureza vigente na cultura europeia entre os séculos XVI e XVIII: a natureza era como um livro, cujos sinais conduziam à confirmação da presença divina em suas criaturas e à revelação de seus mistérios, que incluíam as riquezas minerais ocultas.

Os mitos do sertão, em sua maioria, relacionavam-se à existência das minas imaginárias, derivando uma geografia marcada pelo maravilhoso. Este maravilhoso geográfico, no século XVI, distinguiu-se por duas lendas principais, a Alagoa Grande, também conhecida como Eupana, e a Serra Resplandecente. As notícias trazidas pelos índios, ou a interpretação destas notícias através da mediação do imaginário europeu sobre as terras desconhecidas, contribuíram para o surgimento de tais lendas. Também se observa um vínculo entre as representações do sertão brasileiro e os mitos originados na América Espanhola. Mas, ao contrário do que a historiografia tradicionalmente apresenta, o lendário brasileiro encontra-se mais próximo dos elementos míticos elaborados durante a ocupação da bacia do rio da Prata, do que ao Eldorado andino ou amazônico, devido à facilidade de comunicação entre a região platina e a costa meridional brasileira e ao intenso convívio entre castelhanos e portugueses nestas áreas, levando ao compartilhamento das mesmas crenças, as quais incluíam a Serra da Prata e o rei branco e, posteriormente, o “lago onde dormia o sol”, vizinho à terra das amazonas. Os traços

comuns observados nos relatos sobre este lago e nas descrições da Alagoa Grande brasileira, como sua riqueza em ouro, as numerosas populações e a presença das mulheres guerreiras, permitem concluir que se tratava do mesmo mito. O conhecimento, na capitania de São Vicente, sobre as explorações espanholas no rio da Prata e no Chaco paraguaio, registrado nas cartas jesuíticas, reforça esta possibilidade. Assim, a Lagoa do Ouro ou Lagoa Dourada, forma como o lago Eupana, algumas vezes, era mencionado nas fontes, não seria um mero reflexo do Eldorado espanhol, derivando-se, antes, da mitogeografia do rio da Prata.

A Serra Resplandecente, por sua vez, surgiu em meados do século XVI de forma independente da matriz mítica da região platina, a partir das informações levadas a Porto Seguro por índios chegados do sertão. Diversas expedições organizadas nas capitanias de Porto Seguro e Espírito Santo partiram em busca desta montanha e a descoberta de cristais e pedras verdes na região compreendida entre os rios Doce e Jequitinhonha, nas imediações da Serra do Espinhaço, levou ao aparecimento de outro lugar lendário, a Serra das Esmeraldas.

No início do seiscentos, a capitania de São Vicente passou a ser o principal centro irradiador das expedições para a prospecção dos metais preciosos, em função dos esforços promovidos pelo governador Francisco de Sousa para a descoberta das minas. As entradas paulistas buscavam, preferencialmente, as nascentes do rio São Francisco, local onde, presumia-se, estaria a Alagoa Grande. Duas novas referências geográficas apareceram, então, na documentação paulista: a lagoa Paraupava e a serra de Sabarabuçu. Mas não se tratavam de novos mitos, já que Paraupava era a denominação indígena para a Alagoa Grande, enquanto o Sabarabuçu correspondia a uma corruptela de Itaberabaoçu,

que significava Serra Resplandecente em tupi. Entre os moradores da vila de São Paulo, onde a língua geral era de uso corrente, era natural que os mitos fossem conhecidos por seus nomes originais na linguagem nativa.

O Sabarabuçu e a Serra das Esmeraldas se tornaram as principais referências do maravilhoso geográfico no século XVII, desvinculando-se do mito originário da Serra Resplandecente e constituindo as minas imaginárias avidamente procuradas a partir de então. O Sabarabuçu, em terras paulistas, acabaria por receber a influência da antiga Serra da Prata quinhentista, transformando-se em uma montanha de prata. As esmeraldas e a prata seriam os objetivos prioritários daqueles que se aventuravam pelo sertão no período seiscentista, demonstrando a menor influência do Eldorado na América Portuguesa.

A Alagoa Grande ou Paraupava, em contrapartida, despertaria um interesse menor nas expedições, conservando-se, porém, como um importante referencial geográfico perpetuado pelos cartógrafos e cronistas, ao descreverem o interior do território. Enquanto a cartografia quinhentista portuguesa enfatizava a conexão entre os rios da Prata e São Francisco, simbolizando não somente a unidade geográfica entre estas duas bacias hidrográficas, mas também a integridade de seu universo mítico, no século XVII haveria a tendência de desvinculação do rio São Francisco deste sistema fluvial. Isto, possivelmente, se deu tanto pelo conhecimento adquirido sobre o interior brasileiro, com a transformação da lagoa Paraupava em uma ilha, quanto pelo menor prestígio da Alagoa Grande na orientação do rumo das explorações. No entanto, as lagoas lendárias não desapareceram dos mapas produzidos pelas demais escolas cartográficas européias, que continuaram a retratá-las em suas diversas denominações, como Eupana, Xarayes, Parima

ou Dourado. Ao longo do seiscentos, porém, a lagoa situada na nascente do rio São Francisco tenderia a deslocar-se das regiões centrais do continente para áreas periféricas, aparecendo, em algumas ocasiões, representada ao lado das serras lendárias.

As minas imaginárias de prata e esmeraldas confundiam-se, muitas vezes, com locais onde já havia uma exploração de outros metais em pequena escala, como o ouro em Paranaguá ou o ferro em Sorocaba. A influência de suas representações no seiscentos foi tão forte que levou à distribuição de cargos militares e administrativos para a organização da exploração mineral de jazidas ainda não descobertas, mas que eram tratadas como lugares de existência concreta. A Serra das Esmeraldas foi buscada, principalmente, no interior do Espírito Santo, consolidando-se sua localização, nos mapas e roteiros, nas proximidades de um afluente da margem esquerda do rio Doce, apesar de se conhecer alguns informes sobre serras semelhantes em outras regiões, como nos sertões da capitania de São Vicente ou da Bahia. Já a prata foi propagada, mas nunca encontrada, em inúmeros lugares. A serra de Sabarabuçu constituía a montanha de prata mais procurada pelas expedições paulistas, que continuavam a demandar o sertão do rio São Francisco. No sul, a prata foi noticiada em Paranaguá e Sorocaba. Nas capitanias do norte prevaleceu o mito das minas da serra de Itabaiana, supostamente encontradas, no início do século, por Belchior Dias Moréia, e que iria atrair a atenção, inclusive, dos holandeses. A descoberta dos ribeirões auríferos nas Minas Gerais não implicou em um esgotamento do imaginário mítico sobre as riquezas do sertão. Com a proliferação das lavras surgiram novas notícias sobre lugares riquíssimos em ouro, como a Casa da Casca, a montanha Bituruna e o Morro da Esperança. Tais lugares, muitas vezes descritos com aspectos que beiravam o fantástico, acabaram envolvidos em uma aura de mistério e, na medida em

que permaneciam velados, eram incorporados ao lendário sobre os tesouros ocultos. Os antigos mitos seiscentistas, como a Serra das Esmeraldas e as minas de prata de Belchior Dias Moréia, também perduraram. Somente o Sabarabuçu desencantou-se, ao ser assimilado à região das minas de ouro do rio das Velhas.

O descobrimento dos metais preciosos foi acompanhado, ainda, por descrições que reproduziam os motivos edênicos habitualmente relacionados às terras do Novo Mundo, parecendo confirmar o vínculo entre as visões do Paraíso americano e a presença das riquezas minerais. As teorias sobre a criação dos metais, como o ouro e a prata, contemplavam, inclusive, os efeitos do sol e as disposições do clima, compatibilizando-se com a velha fórmula da temperança invariável dos ares. As jazidas minerais das Minas Gerais, deste modo, possibilitaram a permanência das representações edenizadoras ao longo do século XVIII. Mas esta permanência não significou, necessariamente, uma renovação dos mitos paradisíacos, mas, antes, uma repetição de idéias já consagradas pela tradição.

No final do setecentos, a existência de áreas inexploradas na capitania de Minas Gerais, principalmente no leste das comarcas do Serro do Frio e de Vila Rica, proporcionou a sobrevivência do imaginário mítico sobre os tesouros ocultos nestes locais. De certo modo, a presença de lugares lendários, como a Casa da Casca e a Lagoa Dourada, nas representações dos “sertões do leste” até as primeiras décadas do século XIX, confirma a relação entre o maravilhoso geográfico brasileiro e a percepção do sertão como “espaço do desconhecido”. O aparecimento tardio de novas referências míticas, como a Serra das Ametistas, e as diversas expedições organizadas em demanda das riquezas, também demonstram a força deste imaginário na penetração e ocupação do território.

O encantamento das regiões compreendidas entre o rio Doce e o rio Jequitinhonha foi acompanhado, como já havia acontecido em outras áreas da América Portuguesa, pelo movimento inverso: além das imagens positivas relacionadas aos lugares míticos, encontravam-se as representações derivadas das dificuldades de controle do território ainda inóspito, que incluíam a barbárie observada nos indígenas da região. Em outras palavras, representações decorrentes da percepção do sertão enquanto “espaço da desordem”. E este espaço, já se desencantando, abria caminho para o descrédito. Na segunda metade do oitocentos, algumas crenças permaneciam vivas no imaginário sobre o sertão das Minas Gerais, mas eram vistas como meras superstições ou como referenciais geográficos perpetuados pelos autores que seguiam a tradição de representação do sertão mineiro, já esvaziados de seus significados originais.

Referências Bibliográficas

Abreviaturas

ACC	Arquivo da Casa de Cadaval
ACRH	Arquivo da Casa Real em Haia
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANH	Arquivo Nacional em Haia
APM	Arquivo Público Mineiro
BN	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
CC	Casa dos Contos
Cód.	Códice
Div. Mss.	Divisão de Manuscritos
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Fontes Manuscritas

ACC, Papéis Vários, t. 2 – Cód. 1091 (K VIII 1b), fl. 1-5 v; fl. 18-22. *ARBÍTRIO em benefício comum que inculca o modo conveniente para se haver o resgate desta praça [de Pernambuco] em caso que o holandês a largue por preço de dinheiro; ou bem se possa sustentar a guerra, quando pelas armas se liberte; e se socorra com um grosso empréstimo aos moradores para levantarem os seus engenhos, e os fabricarem sem dispêndio da fazenda real. Ao qual precede uma breve notícia das propriedades e importância desse estado que move a sua defesa e a aceitação do arbitrio – oferecido a el-Rei por Manuel Fernandes Cruz, antigo morador de Pernambuco.* Pernambuco, 20 de agosto de 1650.

ACC, Papéis Vários, t. 2 – Cód. 1091 (K VIII 1b), fl. 64-65 v. *PAPÉL sobre a fazenda Real do Brasil.* s.l.n.d.

ACC, Papéis Vários, t. 32 – Cód. 878 (K VIII If), fl. 507-509. *CARTA de [Tomé Correia de Alvarenga] para el-Rei, comunicando-lhe o motim que se registara na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.* Lisboa, 8 de abril de 1661.

ACC, Papéis Vários, t. 34 – Cód. 976 (K VIII Ir), fl. 139-139 v. *CARTA enviada a el-Rei, em que se dizia que haveria mais de 30 anos que um Antônio de Azevedo descobrira no sertão da capitania do Espírito Santo uma grande serra de esmeraldas, as quais juntamente com alguns diamantes, tinham sido trazidas à corte e reconhecidas por verdadeiras, tendo como único defeito o estarem um tanto escuras e queimadas, por terem sido apanhadas à superfície da terra, mas tirando-se mais do interior, o que não se fizera por falta de instrumentos, seriam perfeitíssimas.* s.l.n.d.

ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.218. *CARTA de Bento Henriques ao governador-geral João Maurício de Nassau. Trata da expedição exploratória às minas de prata no interior de Sergipe.* s.l., [junho de 1640].

ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.219. *RELATÓRIO em português de Francisco Velho Tinoco a João Maurício de Nassau. Trata, entre muitos, da expedição exploratória às minas de prata no interior de Sergipe.* Cidade Maurícia, maio de 1639.

- ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.236. *REQUERIMENTO de Bento Henriques, com anexos, dirigido ao Governador-Geral João Maurício de Nassau. Trata da descoberta e exploração de minas em Sergipe Del Rey. s.l., [1640].*
- ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.237. *CONTRATO entre o Alto e Secreto Conselho e Bento Henriques. Trata da descoberta e exploração de minas de prata. Cidade Maurícia, 3 de maio de 1640.*
- ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.238. *PROCURAÇÃO dos Senhores XIX para que se chegue a um acordo com Bento Henriques. Amsterdam, 17 de setembro de 1639.*
- ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-ff.239-240. *TEXTO do contrato a ser apresentado a Bento Henriques a respeito da exploração de prata em Sergipe. Amsterdam, 1639.*
- ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-ff.246-247. *CONTRATO de trabalho temporário entre João Maurício de Nassau e Bento Henriques. s.l., maio de 1639.*
- ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.255. *CARTA de Bento Henriques ao Governador Geral João Maurício de Nassau sobre o estado da busca de minérios. s.l., agosto de 1640.*
- ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.257. *CARTA em francês de Simão Dias dirigida ao Governador Geral João Maurício de Nassau acompanhando amostras de minérios. Forte Maurício, 3 de agosto de 1640.*
- ACRH, Inventário N. 1454: Assuntos Brasileiros 1636 – 1645, KHA-A4-1454-f.318-319. *CARTA de Gaspar Dias Ferreira para João Maurício de Nassau. Esta carta trata das atividades de Bento Henriques referentes às minas de prata em Sergipe. s.l.n.d.*
- AHU, Cons. Ultram. – Brasil / BA, cx. doc. 253. *PORTARIA do Conselho Ultramarino acerca das explorações de diamantes e esmeraldas nos Rios Doce e Jequitinhonha e proximidades da Villa de Jacobina, pelo Mestre de Campo Manuel de Queiroz e Gregório Affonso da Torre. Lisboa, 24 de julho de 1732.*
- AHU, Cons. Ultram. – Brasil / BA, cx. doc.522. *CARTA do Mestre de Campo da Conquista João da Silva Guimarães, participando a descoberta de umas minas de*

prata no sertão contíguo à Cidade da Bahia. Sertão do Paraiassu, 12 de abril de 1753.

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / BA, cx. doc. 3091. *OFICIO do Intendente geral interino Sebastião Francisco Manuel para Sebastião José de Carvalho e Mello, em que se refere às descobertas do Capitão Mor Romão Gramacho Falcão e às explorações das minas de salitre por Manoel Dias Mascarenhas e à comunicação de João da Silva Guimarães de haver encontrado as minas de prata descobertas pelo “celebrado Moribeca”.* Bahia, 14 de dezembro de 1757.

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / ES, cx. 01 doc. 08. *CARTA RÉGIA (capítulo) do Rei [Felipe II] sobre a resposta de uma consulta do Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo Gaspar Alves de Siqueira e da aplicação dos dízimos no descobrimento das minas de esmeralda. Assinada pelo [Secretario de Estado da Repartição dos Reinos de Portugal, África e Ilhas da Madeira e Açores], Cristóvão Soares.* Lisboa, 1º de agosto de 1618.

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / ES, cx. 01 doc. 26. *CERTIDÃO (treslado) do Capitão do Forte Nossa Senhora da Vitória, Francisco Garcia Santiago, a declarar que o Capitão Domingos de Azeredo Coutinho e seu irmão Antônio de Azeredo Coutinho e o Padre Luís de Siqueira da Companhia de Jesus foram ao sertão em descobrimento da serra de esmeraldas. Anexo: documentos comprovativos (24 docs. 45 fls.).* Espírito Santo, 6 de outubro de 1646.

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / ES, cx. 01 doc. 50. *CARTA PATENTE (minuta) do Rei [D. Afonso VI] a conceder nomeação a João Correia de Sá no posto de Governador da descoberta das Minas no sertão do Espírito Santo.* Lisboa, 11 de maio de 1660.

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / ES, cx. 01 doc. 58. *PROPOSTA (treslado) de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas pelo rio Doce ou São Mateus.* Espírito Santo, 28 de abril de 1666.

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / ES, cx. 01 doc. 71 A. *CARTA dos Oficiais da Câmara da Vitória ao Rei [D. Pedro II] a informar da intenção do Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, José Francisco Grizante de Oliveira de fazer uma expedição em busca das esmeraldas. Anexo: documentos comprovativos (02 docs. 02 fls.).* Espírito Santo, 6 de junho de 1675.

- AHU, Cons. Ultram. – Brasil / MG, cx. 4, doc. 67. *CARTA de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, dando conta da diligência que entregou aos paulistas Lucas de Freitas, capitão Alberto Dias e Domingos Dias Ribeiro, para o descobrimento das esmeraldas.* Vila Rica, 20 de setembro de 1723.
- AHU, Cons. Ultram. – Brasil / MG, cx. 15, doc. 30. *CARTA do Marechal de Campo Francisco de Melo Coutinho Souto Maior a D. João V, na qual solicita ordens para que tudo o que cativar por armas na conquista das serras das Esmeraldas, excepto as aldeias, seja vendido em praça e tirando-se o quinto devido à Real Fazenda, se reparta o resto pelos soldados que o acompanharem, de molde a entusiasamá-los, para enfrentarem grandes obstáculos (doenças e gentios bárbaros) que têm dificultado essa difícil conquista.* Vila do Príncipe, 28 de outubro de 1729.
- AHU, Cons. Ultram. – Brasil / MG, cx. 21, doc. 79. *CARTA de Francisco de Melo Coutinho Souto Maior, informando a D. João V acerca das esmeraldas que lhe havia remetido através do ouvidor-geral António Ferreira do Vale de Melo. A margem: 1 provisão (cópia). Em anexo 2 cartas.* Serro do Frio, 24 de julho de 1732.
- AHU, Cons. Ultram. – Brasil / MG, cx. 62, doc. 55. *CARTA de Pedro Leolino Maris, para D. José I, dando conta do estado de umas minas de prata abertas por Moribeca.* Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas de Araçuaí, 4 de maio de 1753.
- AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. 5, doc. 798. *PROVISÃO do Capitão Gaspar de Sousa Uchôa, do terço do Mestre de Campo Martim Soares Moreno, Capitão-mor da Capitania de S. Vicente, pela qual nomeou Manuel Homem Albernás Capitão do descobrimento da prata da Serra do Sabarabusu. s.l., 18 de abril de 1643.*
- AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. 5, doc. 836. *CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca do requerimento de Salvador Corrêa de Sá e Benavides, em que pedia a confirmação de seu filho João Corrêa de Sá no posto de Mestre de Campo do Terço do Rio de Janeiro, com que ia ao descobrimento e entabulamento das minas da Serra das Esmeraldas.* Lisboa, 1º de março de 1660.
- AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. 6, doc. 1059. *PROVISÃO régia pela qual se fez mercê a Agostinho Barbalho Bezerra, em recompensa dos seus serviços e dos de seu*

pai Luiz Barbalho Bezerra, do cargo de administrador das Minas de Parnagai, na Capitania de S. Paulo. Lisboa, 7 de dezembro de 1663.

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. 6, doc. 1060. *PROVISÃO régia pela qual se ordenou ao Provedor da Fazenda do Estado do Brasil que fossem fornecidas todas as munições necessárias para a gente de guerra que acompanhasse Agostinho Barbalho Bezerra no entabulamento e descobrimento das Minas de Parnagai, serra das Esmeraldas, nas capitanias de S. Vicente e Espírito Santo. Lisboa, outubro de 1666.*

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. 6, doc. 1061. *CARTA patente pela qual se fez mercê a Agostinho Barbalho Bezerra no cargo de governador da gente de guerra que o acompanhasse na jornada do descobrimento das Minas de Parnagai e da Serra das Esmeraldas, por tempo de quatro anos, com o soldo de 60\$000, pago a metade ao Rio de Janeiro e a outra metade pelos rendimentos das minas. Lisboa, 19 de maio de 1664.*

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. , doc. 1843. *CARTA do Provedor da Fazenda Pedro de Sousa Pereira, sobre as diversas diligências que tinha ordenado nas Capitanias de S. Vicente e Paranaguá acerca do descobrimento das minas e sobre a descoberta que manifestara o castelhano Bartholomeu de Toralles. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1654.*

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. , doc. 1844. *MANIFESTO que fez o Capitão Bartholomeu de Toralles perante o Provedor das minas, o Capitão Diogo Vaz de Escobar, do minerio de prata que descobrira num serro próximo da vila de Nossa Senhora do Rosário de Parnagua. s.l., 17 de janeiro de 1654.*

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. , doc. 2478. *CARTA patente pela qual se fez mercê a Garcia Rodrigues Paes do cargo de capitão-mor da entrada e descobrimento das minas de esmeraldas. Lisboa, 23 de dezembro de 1683.*

AHU, Cons. Ultram. – Brasil / RJ, cx. , doc. 2480. *PROVISÃO régia pela qual se fez mercê a Garcia Dias Paes do cargo de administrador das minas de esmeraldas, que tinha descoberto. Lisboa, 23 de dezembro de 1683.*

ANH, Dossiê Estados Gerais, NL-HaNA_SG 1.01.05, inv. nr. 9217. *RELATÓRIO (cópia) do coronel Artichefsky escrito pouco antes de sua partida em 1637. Recife, 1637.*

- ANH, Dossiê Estados Gerais, NL-HaNA_SG 1.01.07, inv. nr. 12564.6. *CARTA de João Maurício de Nassau, M. van Ceulen, Adrian van der Dussen e S. Carpentier para o Conselho dos XIX*. Recife, 15 de fevereiro de 1638.
- ANH, Dossiê Estados Gerais, NL-HaNA_SG 1.01.07, inv. nr. 12564.29. *NÓTULAS de reuniões do Alto Conselho do Brasil*. Recife, 26 de novembro de 1649 a 3 de janeiro de 1650.
- ANH, Dossiê Estados Gerais, NL-HaNA_SG 1.01.07, inv. nr. 12564.34. *DECLARAÇÃO de Jonas Laurens afirmando ter recebido uma libra (500 g) de mineral proveniente do Ceará*. Recife, 16 de agosto de 1651.
- ANH, Dossiê Estados Gerais, NL-HaNA_SG 1.01.07, inv. nr. 12564.34. *CARTA de Sigismund von Schoppe para os Estados Gerais*. Cidade Maurícia, 18 de julho de 1649.
- ANH, Dossiê Estados Gerais, NL-HaNA_SG 1.01.07, inv. nr. 12564.34. *CARTA de Sigismund von Schoppe para os Estados Gerais*. Cidade Maurícia, 15 de abril de 1649.
- Stuttgard. Bosch Collection, Doc. 555. *NOTÍCIA das minas da América chamadas Gerais, pertencentes ao Rei de Portugal, relatada pelos três irmãos chamados Nunes, os quais estiveram muitos anos por estas partes*.

Fontes Impressas – Documentos Avulsos

ALVARÁ conferindo a Gabriel Soares de Sousa, capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco, a faculdade de nomear sucessor no dito empreendimento para o caso de ele falecer antes de o levar a cabo. Madrid, 13 de dezembro de 1590. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

ALVARÁ conferindo a Gabriel Soares de Sousa, capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco e minas dele, a faculdade, válida por três anos, de prover os ofícios de Justiça e Fazenda que se houver de criar nas povoações que se fundarem. Madrid, 14 de dezembro de 1590. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

ALVARÁ da mercê do foro de cavaleiro-fidalgo aos capitães, soldados e mais pessoas, até o número de 100, que acompanharem Gabriel Soares de Sousa, capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco, e que ele para isso designar, desde que satisfaçam aos requisitos necessários. Madrid, 13 de dezembro de 1590. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

ALVARÁ conferindo a Gabriel Soares de Sousa, capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco, a faculdade de nomear sucessor no dito empreendimento para o caso de ele falecer antes de o levar a cabo. Madrid, 13 de dezembro de 1590. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

ALVARÁ conferindo a Gabriel Soares de Sousa, capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco e minas dele, a faculdade, válida por três anos, de prover os ofícios de Justiça e Fazenda que se houver de criar nas povoações que se fundarem. Madrid, 14 de dezembro de 1590. In: CORTESÃO, Jaime.

Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.
Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

ALVARÁ da mercê do foro de cavaleiro-fidalgo aos capitães, soldados e mais pessoas, até o número de 100, que acompanharem Gabriel Soares de Sousa, capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco, e que ele para isso designar, desde que satisfaçam aos requisitos necessários. Madrid, 13 de dezembro de 1590. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

ALVARÁ de perdão aos degredados que acompanharem Gabriel Soares de Sousa na jornada do descobrimento e conquista do Rio de S. Francisco. Madrid, 13 de dezembro de 1590. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

ALVARÁ para D. Francisco de Sousa, governador-geral do Brasil, a fim de que mande dar a Gabriel Soares de Sousa, que vai por capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco e minas dele, 50 quintais de algodão em caroço para se fazerem armas para as pessoas que hão-de acompanhá-lo. Lisboa, 27 de janeiro de 1591. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

ALVARÁ para D. Francisco de Sousa, governador-geral do Brasil, ou para quem tiver este cargo, a fim de que dê a Gabriel Soares de Sousa, que vai por capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco, 200 frecheiros índios, a fim de o acompanharem e ajudarem no dito empreendimento. Madrid, 13 de dezembro de 1590. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

ALVARÁ para que se entreguem a Gabriel Soares de Sousa, que vai por capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco e minas dele, e com ele embarquem todos os galeotes portugueses que sejam mineiros, fundidores,

artilheiros, polvoristas e de todos os outros ofícios mecânicos. Madrid, 13 de dezembro de 1590. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

ALVARÁ para que se não cometa senão a Gabriel Soares de Sousa, encarregado da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco e minas dele, o descobrimento mais além se ele quiser prosseguir nele, o que fará sem prejuízo de doações e privilégios de outras capitanias e governanças do Brasil. Madrid, 13 de dezembro de 1590. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

ATA da Câmara da Vila de São Paulo de 8 de agosto de 1672. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo - 1653-1678, vol. VI.* São Paulo: Typographia Piratininga, 1915.

CARTA de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça a Inácio Lercaro, capitão-mor do Espírito Santo, recomendando a realização de diligências para o descobrimento de esmeraldas. Bahia, 22 de outubro de 1671. *Documentos históricos.* Rio de Janeiro, vol. VI, 1928.

CARTA de Antonio Ramos da Silva Nogueira. Vila Rica, 2 de julho de 1798. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte, vol. X, 1905.

CARTA de Brás Cubas para o rei a dar-lhe notícia do descobrimento de ouro e pedras preciosas na capitania de S. Vicente. Santos, 25 de abril de 1562. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

CARTA de D. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao dr. Antonio Luis Peleja, ouvidor-geral de S. Paulo, ordenando-lhe providencias sobre a entrega de índios a Antonio Correia da Veiga para as diligencias deste no descobrimento de minas de prata e esmeraldas. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1704. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.* São Paulo, vol. LI, 1930.

CARTA de D. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei enviando-lhe uma memória de Antonio Correia da Veiga sobre o descobrimento de prata e esmeraldas. Rio de

- Janeiro, 14 de julho de 1703. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, vol. LI, 1930.
- CARTA de D. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei participando-lhe que mandou o mineiro Antonio Borges de Farias a uma diligencia para o descobrimento da prata e que ainda não tinha tido aviso da jornada de Antonio Correia da Veiga*. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1703. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, vol. LI, 1930.
- CARTA de D. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei sobre as diligencias de Antonio Correia da Veiga para o descobrimento das minas de prata*. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1704. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, vol. LI, 1930.
- CARTA de Diego Garcia*. s.l.n.d. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 15, 1852.
- CARTA de Diogo Nunes, escripta a D. João III acerca do descobrimento de sertões aonde podia chegar atravessando a terra de S. Vicente (Provincia de S. Paulo)*. s.l.n.d. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 2, 1840.
- CARTA de Duarte Coelho a Dom João III*. s.l., 27 de abril de 1543. In: *HISTÓRIA da Colonização Portuguesa no Brasil, vol. III*. Porto: Litografia Nacional, 1924.
- CARTA de Duarte de Lemos escrita de Porto Seguro a Dom João III*. Porto Seguro, 14 de julho de 1550. In: *HISTÓRIA da Colonização Portuguesa no Brasil, vol. III*. Porto: Litografia Nacional, 1924.
- CARTA de Filipe Guilhem*. Salvador, 20 de julho de 1550. In: *HISTÓRIA da colonização portuguesa no Brasil, vol. III*. Porto: Litografia Nacional, 1924.
- CARTA de Francisco Xavier Álvares para o Ouvidor de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu, em que pede licença para explorar os sertões do Rio S. Matheus para a descoberta de ouro e esmeraldas*. S. Matheus, 13 de maio de 1764. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 32, 1910.
- CARTA de Luiz Ramirez*. Rio da Prata, 10 de julho de 1528. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 15, 1852.

- CARTA de Mercê e doação das minas de ouro e prata que Fernão Álvares de Andrade, Aires da Cunha e João de Barros venham a descobrir nas terras do Brasil.* s.l., 18 de junho de 1535. In: *HISTÓRIA da Colonização Portuguesa no Brasil, vol. III.* Porto: Litografia Nacional, 1924.
- CARTA de Mercê, que o Snr. Govor. Mem de Sá fez a Vasco Roiz de Caldas e a 100 homens que vão com ele a descobrir minas.* s.l., 24 de dezembro de 1560. In: ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.
- CARTA de nomeação de Domingos Garrucho para mestre-de-campo-general da projectada jornada de descobrimento da lagoa do Ouro.* s.l., 20 de março de 1574. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes.* Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.
- CARTA de Pero Correia.* São Vicente, 18 de julho de 1554. In: LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- CARTA de Pero Vaz de Caminha.* s.l., 1º de maio de 1500. In: AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *Brasil 1500: quarenta documentos.* Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- CARTA de Sua Alteza sobre as minas de prata e se assistir a Dom Rodrigo com três mil cruzados do rendimento das Baleias.* Lisboa, 28 de junho de 1673. *Documentos históricos.* Rio de Janeiro, vol. LXVII, 1945.
- CARTA de Sua Alteza sobre Dom Rodrigo de Castelo Branco, Administrador das Minas e o Tenente General Jorge Soares de Macedo.* Lisboa, 28 de outubro de 1677. *Documentos históricos.* Rio de Janeiro, vol. LXVIII, 1945.
- CARTA de Sua Alteza sobre se ajustar com Francisco Gil de Araujo o negócio do descobrimento das minas de esmeraldas da Capitania do Espírito Santo.* Lisboa, 2 de dezembro de 1675. *Documentos históricos.* Rio de Janeiro, vol. LXVII, 1945.
- CARTA de Sua Majestade sobre Garcia Rodrigues Pais, se oferecer a ir continuar o descobrimento das minas das esmeraldas.* Lisboa, 23 de dezembro de 1683. *Documentos históricos.* Rio de Janeiro, vol. LXVIII, 1945.

- CARTA de Tomé de Sousa*. s.l., 18 de julho de 1552. In: *HISTÓRIA da colonização portuguesa no Brasil*, vol. III. Porto: Litografia Nacional, 1924.
- CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as varias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metallicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreya*. São Pedro, 22 de novembro de 1725. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, vol. XLVIII, 1929.
- CARTA do Governador da capitania do Rio de Janeiro ao vice-rei do Estado do Brasil sobre os embustes de Manuel Francisco dos Santos, novos descobrimentos de minas, a pedra Tapinhoacanga achada em Goyás por Manuel de Barros, projectos do Governador de S. Paulo, frotas, falta de moeda e ódio que lhe votam nas minas*. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1730. Luiz Vahya Monteiro. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, vol. L, 1929.
- CARTA do Padre João de Azpilcueta Navarro*. Porto Seguro, 24 de junho de 1555. In: *CARTAS Jesuíticas II. Cartas Avulsas (1550 – 1568)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- CARTA do Padre João de Azpilcueta Navarro aos Irmãos de Coimbra*. Porto Seguro, 19 de setembro de 1553. In: LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- CARTA do Padre Leonardo do Vale para os padres e irmãos da Companhia de Jesus, em São Roque*. Salvador, 26 de julho de 1562. In: *CARTAS Jesuíticas II. Cartas Avulsas (1550 – 1568)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- CARTA do Padre Leonardo Nunes*. São Vicente, 24 de agosto de 1550. In: *CARTAS Jesuíticas II. Cartas Avulsas (1550 – 1568)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- CARTA do Padre Leonardo Nunes ao Padre Manoel da Nóbrega*. São Vicente, 29 de junho de 1552. In: LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- CARTA do Padre Luiz da Grã*. Espírito Santo, 24 de abril de 1555. In: LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

- CARTA do Padre Luiz da Grã a Santo Inácio*. Bahia, 27 de dezembro de 1553. In: LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- CARTA do Padre Manoel da Nóbrega a El-Rei (D. João III)*. Olinda, 14 de setembro de 1551. In: *CARTAS Jesuíticas I. Cartas do Brasil (1549 – 1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- CARTA do Padre Manoel da Nóbrega ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara*. São Vicente, 15 de junho de 1553. In: LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- CARTA do Padre Manoel da Nóbrega ao Padre Simão Rodrigues*. Porto Seguro, 6 de janeiro de 1550. In: *CARTAS Jesuíticas I. Cartas do Brasil (1549 – 1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- CARTA do Padre Manoel da Nóbrega para o Padre Provincial de Portugal*. Bahia, 1552. In: *CARTAS Jesuíticas I. Cartas do Brasil (1549 – 1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- CARTA do Padre Ruy Pereira aos padres e irmãos da Companhia da Província de Portugal*. Bahia, 15 de setembro de 1560. In: *CARTAS Jesuíticas II. Cartas Avulsas (1550 – 1568)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- CARTA do Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro e Administrador geral das Minas do Sul do Brasil Pedro de Sousa Pereira, dirigida ao Rei, na qual o informa circunstancialmente acerca das minas que se tinham descoberto e do que era necessário fazer-se para as conservar*. Vila da Conceição, 20 de maio de 1653. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 39, 1917.
- CARTA dos Camaristas de São Paulo*. São Paulo, 13 de janeiro de 1606. In: MARQUES, M. E. de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- CARTA para Fernam Dias Paes sobre as minas*. Bahia, 19 de março de 1675. Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, vol. XI, 1929.

- CARTA para o Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo Joseph Gonçalves de Oliveira sobre não ir as esmeraldas.* s.l.n.d. Agostinho de Azevedo Monteiro. *Documentos históricos.* Rio de Janeiro, vol. XI, 1929.
- CARTA patente do posto de capitão-mor de toda a gente que vae ao descobrimento das esmeraldas, provido em José Gonçalves de Oliveira, capitão-mor da Capitania do Espírito Santo.* Bahia, 13 de agosto de 1675. Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça. *Documentos históricos.* Rio de Janeiro, vol. XII, 1929.
- CARTA Patente do posto de Governador do descobrimento das minas de prata, e esmeraldas, da Capitania de São Vicente, em o Capitão Fernão Dias Paes.* s.l., 30 de outubro de 1672. *Documentos históricos.* Rio de Janeiro, vol. XII, 1929.
- CARTA que se escreveu a Fernão Dias Paes sobre as Minas.* Bahia, 19 de fevereiro de 1671. Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça. *Documentos históricos.* Rio de Janeiro, vol. VI, 1928.
- CARTA que se escreveu ao Capitão Fernão Dias Paes morador da Villa de São Paulo.* Bahia, 20 de outubro de 1671. Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça. *Documentos históricos.* Rio de Janeiro, vol. VI, 1928.
- CARTA régia ao governador geral do Brasil Gaspar de Souza.* Lisboa, 22 de fevereiro de 1613. In: TAUNAY, Afonso d'E. *História geral das bandeiras paulistas, Tomo Quinto.* São Paulo: H.L.Canton & Imprensa Oficial, 1929.
- CARTA régia de d. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei sobre Garcia Rodrigues Paes e enviando-lhe a informação escripta deste relativa ao estado do caminho novo.* Rio de Janeiro, 14 de julho de 1703. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.* São Paulo, vol. LI, 1930.
- CARTA régia a D. Álvaro da Silveira de Albuquerque sobre o descobrimento de minas de prata e esmeraldas que Antonio Correia da Veiga se propoz fazer (acompanhada da resposta daquelle governador, de 24 de janeiro de 1704).* Lisboa, 13 de setembro de 1703. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.* São Paulo, vol. LI, 1930.
- CARTA régia ao governador da capitania do Rio de Janeiro sobre a diligência de Antonio Correia da Veiga para o descobrimento de minas de prata e esmeraldas.*

- Lisboa, 20 de janeiro de 1705. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, vol. LI, 1930.
- CARTA régia do príncipe D. Pedro aos officiaes da camara de S. Vicente*. Lisboa, 20 de junho de 1682. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 51, 1888.
- CARTA régia encarregando a Agostinho Bezerra do descobrimento e administração das minas de Paranaguá*. Lisboa, 21 de maio de 1664. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. XVIII, 1913.
- CARTA régia mandando dar índios para a diligencia das minas de prata e ferro de Sorocaba, realizada por Luis Lopes de Carvalho e Fr. Pedro de Souza*. Lisboa, 8 de fevereiro de 1687. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. XVIII, 1913.
- CARTA régia mandando dar toda a ajuda e favor a Garcia Rodrigues Paes, como capitão-mor da entrada, descobrimento e administração das minas de esmeraldas*. Lisboa, 23 de dezembro de 1683. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. XVIII, 1913.
- CARTA régia mandando prover Garcia Rodrigues Paes na administração de minas de esmeraldas ou de ouro de lavagem*. Lisboa, 19 de novembro de 1697. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. XVIII, 1913.
- CARTA régia pedindo informações da diligencia confiada a Agostinho Barbalho Bezerra, que fallecera, e sobre o pau-Brazil e o tributo do sal na capitania do Cabo Frio*. Lisboa, 16 de dezembro de 1667. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. XVIII, 1913.
- CARTA régia pedindo informações sobre as Minas de Ferro descobertas em Biraçoyaba por Luis Lopes de Carvalho e a fundição que este pretendia alli estabelecer (acompanhada dos respectivos documentos)*. Lisboa, 23 de outubro de 1692. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. XVIII, 1913.
- CARTAS inéditas do Padre José de Anchieta copiadas do Archivo da Companhia de Jesus*. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 19, 1897.
- COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Geraes*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 15, 1852.

- CONSULTA do Conselho Ultramarino*. Lisboa, 16 de novembro de 1644. In: LISBOA, Balthasar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1835.
- CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca das informações que remettera Luiz Lopes de Carvalho sobre as minas da repartição sul*. Lisboa, 16 de março de 1682. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 39, 1917.
- COPIA de uma carta do padre Pero Rodrigues, Provincial da Provincia do Brazil da Companhia de Jesus, para o Padre João Álvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral*. Bahia, 1 de maio de 1597. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 20, 1898.
- CÓPIA de uma do irmão Antonio Rodrigues para os irmãos de Coimbra*. São Vicente, 31 de maio de 1553. In: LEITE, Serafim. *Páginas de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.
- COUTO, D. Domingos do Loreto. *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco*. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 24, 1902.
- COUTO, D. Domingos do Loreto. *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco (Conclusão)*. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 25, 1903.
- DE ALGUÃS cousas mais notaveis do Brazil*. In: VALENTE, José Augusto Vaz. *Pequena crônica jesuítica do século XVI*. *Revista de História*. São Paulo, nº 47, 1973.
- DIÁRIO da navegação de Pero Lopes de Sousa*. In: GUIRADO, Maria Cecília. *Relatos do descobrimento do Brasil: as primeiras reportagens*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- DISTRIBUIÇÃO dos empregos para os quaes a Academia dos Renascidos elegeu por votos conformes, depois de repetidas conferencias, a alguns de seus sócios. Memorias para a Historia universal da nossa America, que se hão de escrever na lingua portugueza*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 1, 1839.
- ENFORMAÇÃO do Brazil, e de suas Capitancias*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 6, 1844.

- EXTRACTO da acta da 22ª sessão em 21 de setembro de 1839. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 1, 1839.*
- FURTADO, Bento Fernandes. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios.* Minas Gerais, [1750]. *Códice Costa Matoso.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.
- GOUVEIA, Luís José Ferreira de. *Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga.* Guarapiranga, 10 de dezembro de 1750. *Códice Costa Matoso.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.
- HISTORIA dos collegios do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro, vol. 19, 1897.
- INFORMAÇÃO de Sebastião Cardoso de Sampaio, acerca do relatório antecedente.* Lisboa, 22 de novembro de 1692. *Anais da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro, vol. 39, 1917.
- INFORMAÇÃO prestada ao conde de Sabugosa sobre um tratado relativo às minas metálicas existentes na capitania da Bahia, por João da Silva Guimarães.* Minas Novas, 12 de julho de 1734. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.* São Paulo, vol. XLVIII, 1929.
- INVENTÁRIO de Martim Rodrigues Tenório, 1612.* In: *INVENTÁRIOS e Testamentos, vol II.* São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1920.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarchia Paulistana. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, nº 33, Parte segunda, 1870.
- MEMORIALES de Nuflo de Chaves y de Hernando de Salazar que Cristoval de Salazar envia a S. M.* In: *COLECCIÓN de documentos relativos á la historia de América y particularmente á la historia del Paraguay, tomo II.* Asunción: Talleres Nacionales de M. Kraus, 1901.
- MOURA, Jozé Pereira Freire de. *Exploração no Jequitinhonha. Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte, vol. II, 1897.
- NOBREGA, Manoel da. *Informação das terras do Brasil.* s.l.n.d. In: *CARTAS Jesuíticas I. Cartas do Brasil (1549 – 1560).* Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

NOTA do alvará régio concedendo ordenado a Luis Martins, mandado a examinar as minas de metaes, que constava existirem nas terras do Brasil. Lisboa, 7 de setembro de 1559. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. XLVIII, 1929.

NOTÍCIA - 1ª prática - Que dá ao R. P. Diogo Soares, o capitão Luís Borges Pinto, sobre os seus descobrimentos da célebre Casa da Casca compreendidos nos anos de 1726-27-28, sendo governador e capitão general D. Lourenço d'Almeida. s.l.n.d. In: TAUNAY, Afonso d'E. Relatos sertanistas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

NOTÍCIA - 2ª prática - Dada pelo alferes ... Moreira ao P. M. Diogo Soares das suas bandeiras no descobrimento do celebrado Morro da Esperança empreendido nos anos de 1731 e 1732, sendo general D. Lourenço d'Almeida. s.l.n.d. In: TAUNAY, Afonso d'E. Relatos sertanistas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

NOTÍCIA - 3ª prática - Que dá ao R. P. Diogo Soares, o mestre de campo José Rebello Perdigão sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro. Ribeirão Abaixo, 2 de janeiro de 1733. In: TAUNAY, Afonso d'E. Relatos sertanistas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

NOVA Gazeta da Terra do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vol. 33, 1911.

OFFICIO do Vice Rei Conde de Athougua dando conta da informação que recebera do Commandante das Minas Novas do Arassuahy, Pedro Leolino Mariz e do Mestre de Campo João da Silva Guimarães, acerca da descoberta das minas de prata, que annos antes tinham sido reveladas por Belchior Dias Morea, por alcunha o Moribeca. Tem annexos 5 documentos e entre elles as copias das cartas de Pedro Leolino e Silva Guimarães, a certidão da analyse que se fizera ao mineiro e uma planta das minas. Bahia, 25 de maio de 1753. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vol. 31, 1909.

OFICIO do Ouvidor de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu (para o Ministro dos Negócios do Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado), no qual transmite muitas e interessantes informações, sobre as povoações, rios, população e madeiras

da sua Capitania. Porto Seguro, 16 de junho de 1764. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 32, 1910.

ORDEM para João Gomes da Silva a fim de que mande dar passagem e mantimento ordinário às pessoas que embarcam com Gabriel Soares de Sousa para o acompanhar na conquista do Rio de S. Francisco. Lisboa, 27 de janeiro de 1591. In: CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*, vol. I (1494 – 1600), V – VIII partes. Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.

PATENTE dada por Arthur de Sá e Menezes a Manuel de Borba Gato, de Tenente general na jornada do descobrimento da prata de Sabarabussu. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1698. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. XVIII, 1913.

PATENTE por que Sua Alteza faz mercê a José Gonçalves de Oliveira do posto de Capitão-mor da jornada que vai fazer ao descobrimento da Serra das Esmeraldas no sertão da Capitania do Espírito Santo. Lisboa, 26 de dezembro de 1675. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, vol. LXVII, 1945.

PROVISÃO Régia mandando que o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, ouvido Garcia Rodrigues Paes, prestasse informações sobre a proposta de Jeronymo Camello de S. Paio de continuar os descobrimentos de esmeraldas iniciados pelos Azeredos (acompanhada da cópia da respectiva petição). Lisboa, 2 de março de 1714. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, vol. XLIX, 1929.

PROVISÃO Régia ordenando ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro que desse parecer sobre a proposta de Agostinho Azevedo Monteiro, relativa ao descobrimento de minas no interior do Brasil (acompanhada da parte legível do documento anexo). Lisboa, 3 de abril de 1716. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, vol. XLIX, 1929.

RELACION verdadera del viaje y salida, que hizo del Rio de la Plata al Perú, Francisco Ortiz de Vergara. In: *COLECCION de documentos ineditos, relativos al descubrimiento, conquista y organizacion de las antiguas posesiones españolas en América y Oceanía, sacados de los Archivos del Reino y muy especialmente del de*

- Índias, por D. Luis Torres de Mendoza, tomo IV. Madrid: Imprenta de Frias y compañía, 1865.*
- RELATO de Hernando de Ribera. In: CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. Naufrágios e Comentários. Porto Alegre: L&PM, 1999.*
- RELATÓRIO do Governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento. s.l.n.d. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vol. 39, 1917.*
- REPRESENTAÇÃO do Padre Cypriano Lobato Mendes dirigida a D. Pedro III, sobre a situação econômica da Capitania da Bahia, em que se contém notícias muito interessantes. Bahia, 31 de julho de 1788. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vol. 34, 1912.*
- REQUERIMENTO de licença de Antonio Coelho. Vila Rica, 2 de julho de 1798. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, vol. X, 1905.*
- REQUERIMENTO dirigido à Câmara de Minas Novas por Francisco Teixeira Guedes. Minas Novas, 27 de dezembro de 1829. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, vol. III, 1898.*
- SOBRE o aviso que faz João Ferreira de Armande de um haver de ouro e esmeraldas. Lisboa, 17 de dezembro de 1674. Documentos históricos. Rio de Janeiro, vol. XCII, 1951.*
- SOUSA, Afonso Botelho de S. Paio e. Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vol. 76, 1956.*

Fontes Impressas

- ABREU, José Rodrigues. *Historiologia médica, fundada e estabelecida nos princípios de George Ernesto Stahl*. Lisboa: Oficina de Antônio de Sousa da Silva, 1733-1739.
- ACOSTA, Padre Joseph de. *Historia natural y moral de las Índias*. Madrid: Pantaleon Aznar, 1792.
- ALBERNAS, João Teixeira. *Atlas do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- ANÔNIMO. *La carta del Preste Juan*. Madrid: Ediciones Siruela, 2004.
- BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
- CARDIM, Padre Fernão. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- CARTAS Jesuíticas I. *Cartas do Brasil (1549 – 1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- CARTAS Jesuíticas II. *Cartas Avulsas (1550 – 1568)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- CASAL, Ayres de. *Corografia brazilica ou relação historico-geographica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.
- CÓDICE Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.
- COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre, L&PM, 1991.
- COLÓN, Cristóbal. *Libro de las profecías*. Barcelona: Editorial CLIE, 1992.
- CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*. Lisboa: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956-1961.

- COSTA, Cláudio Manoel da. *Fundamentos Históricos*. In: COSTA, Cláudio Manoel da. *Obras Poéticas*. Rio de Janeiro: 1903.
- COUTINHO, J. J. da Cunha Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*. In: COUTINHO, J. J. da Cunha Azeredo. *Obras econômicas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- D'AILLY, Pierre. *Ymago Mundi y otros opusculos*. Madrid: Alianza, 1992.
- DOCUMENTAÇÃO brasileira seiscentista*. São Paulo: Diário Oficial, 1927.
- DOCUMENTOS históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol.VI, 1928; LIV, 1941; LXVII, 1945; LXVIII, 1945; LXXV, 1947; LXXXVIII, 1950; XCII, 1951.
- DOCUMENTOS interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, vol. XLVIII, 1929; XLIX, 1929; L, 1929; LI, 1930; LIII, 1931.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (Org.). *Viagens de Jean de Mandeville*. Bauru: EDUSC, 2007.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- HUET, Pierre Daniel. *Traitté de la situation du Paradis Terrestre*. Paris: Imprimerie Royale, 1691.
- INVENTÁRIOS e Testamentos, vol II*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1920.
- JABOATAM, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo orbe seráfico brasílico ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858.
- KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- LEITE, Serafim. *Cartas avulsas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.
- LEITE, Serafim. *Cartas do Brasil e demais escritos do P. Manoel da Nóbrega*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

- LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- LIVRO primeiro do governo do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1958.
- MACHADO, Simão Ferreira. *Triunfo Eucharístico*. In: ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006.
- MARCGRAVE, Jorge. *História natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943.
- MARQUES, M. E. de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- MARTINS, J. P. Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880.
- MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.
- MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968.
- OTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- PIGAFETTA, Antonio. *A primeira viagem ao redor do mundo: o diário da expedição de Fernão de Magalhães*. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- PINELO, Antonio de León. *El Paraíso en el Nuevo Mundo. Comentário apologético, historia natural y peregrina de las Indias Occidentales, islas y tierra firme del mar oceano*. Lima: Inprenta Torres Aguirre, 1943.
- RAU, Virginia e SILVA, Maria Fernanda Gomes da. (Orgs.). *Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955 – 1958.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- SAINT-ADOLPHE, J. O. R. Milliet de. *Diccionario geographico, historico e descriptivo do imperio do Brazil*. Pariz: J. P. Aillaud, 1845.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975.
- SANTOS, Fr. João dos. *Ethiopia Oriental*. Lisboa: Typografia do Commercio de Portugal, 1891.
- SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001.
- TAUNAY, Afonso d'E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- VELASCO, Juan López de. *Geografía y descripción universal de las Indias*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1894.
- WIESEBRON, Marianne. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654), vol. 3*. Leiden: Research School CNWS, 2008.
- ZURARA, Gomes Eanes da. *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1937.

Fontes Cartográficas

- ALBERNAS, João Teixeira. *Demonstração da capitania do Espírito Santo até a ponta da barra do Rio Doce*. [1626-1627]. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Reproduzido em: MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968, p. 25.
- ALBERNAS, João Teixeira. *Descrição de todo o estado do Brasil*. [1626-1627]. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Reproduzido em: MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968, p. 13.
- ALBERNAS, João Teixeira. *Mapa da Capitania de Porto de Seguro*. 1631. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. Reproduzido em: ALBERNAS, João Teixeira. *Atlas do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- ALBERNAS, João Teixeira. *Mapa do Estado do Brasil*. 1631. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. Reproduzido em: ALBERNAS, João Teixeira. *Atlas do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- ALBERNAS II, João Teixeira. *[Estado do Brasil]*. 1670. Hispanic Society of America, New York. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 169.
- ANÔNIMO. *[América Meridional]*. [1628]. Bibliothèque Nationale, Paris. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 143.
- ANÔNIMO. *[América Meridional]*. [1630]. The Huntington Library, San Marino, Califórnia. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 147.
- ANÔNIMO. *[Mapa de Kunstmann III]*. [1503 ou 1506]. Biblioteca do Exército, Munique. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 3.

- ANÔNIMO. *[Parte americana de um mapa-múndi da Biblioteca Real de Turim]*. [1523].
Biblioteca Real de Turim, Itália. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 8.
- ANÔNIMO. *Planisfério de Cantino*. 1502. Bibliothèque Estense, Modena. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 1.
- BARLAEUS, Casper; MARCGRAF, Georg; autor associado; BLAEU, Joan. *Praefectura de Ciriis, vel Seregippe del Rey, cum Itâpuâma. Amstelodami: ex typographeio Joannis Blaeu*. 1647. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. Disponível em: <http://purl.pt/4070>.
- BELLIN, Jacques Nicolas. *Suite du Bresil depuis la Baye de Tous les Saints jusqu'à St. Paul*. [1756]. Publicado em: PRÉVOST, Antoine François. *Histoire générale des voyages*. Paris: Chez Didot, 1746-1759.
- BERTIUS, Petrus. *America Meridionalis*. 1616. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 184.
- BLAEU, Johannes. *Brasília*. 1640. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 92-93.
- BLAEU, Guiljelmo. *Paraguay, Ó Prov. de Rio de la Plata cum Regionibus Adjacentibus Tucuman et Sta. Cruz de la Sierra*. 1640. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 219.
- BLAEUS, Guiljelmus. *Novus Brasiliae Typus*. 1630. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 30.
- COCLEO, Pe. *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil, extraído do original do Pe. Cocleo*. [1700]. Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro (n. 23-24.2798; CEH 1530). Reproduzido em SILVA, Moacir. *Kilometro zero*. Rio de Janeiro: Oficina Tipográfica São Benedicto, 1934.
- CORONELLI, Vincenzo Maria. *America Meridionale*. 1691. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a*

cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 222-223.

DANCKERTS. *Recentissima Novi Orbis sive Americae Septentrionalis et Meridionalis Tabula*. 1690. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 196-197.

DE BRY, Theodoro. *Tabula geographica nova Omnium Oculis exhibens et proponens verisiman descriptionem potentissimi et auriferi Regni Guiana*. 1599. Reproduzido em: ALÉS, Catherine e POUYLLAU, Michel. *La conquete de l'inutile: les géographies imaginaires de l'Eldorado. L'Homme*. Paris, n°. 122-124, 1992.

DESCELIERS, Pierre. *[América Meridional]*. 1550. Museu Britânico, Londres. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 12.

DOURADO, Fernão Vaz. *[Costa do Brasil]*. 1570. The Huntington Library, San Marino, Califórnia. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 57.

DOURADO, Luís. *America Mundus Novus*. 1573. Mapoteca do Itamaraty (Reprodução), Rio de Janeiro. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 22.

HOMEM, André. *[América Meridional e Antilhas]*. 1559. Bibliothèque Nationale, Paris. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 59.

HOMEM, Diogo. *[América do Sul]*. 1568. Sächsische Landesbibliothek, Dresden. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 56.

HOMEM, Lopo. *Terra Brasilis*. [1519]. Bibliothèque Nationale, Paris. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 22.

HONDIUS, Henricus. *Americae pars Meridionalis*. 1638. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 38.

- HONDIUS, Jodocus. *America*. 1606. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 96.
- HONDIUS, Jodocus. *Nieuwe Caerte van het wonderbaer ende goudrijcke landt Guiana*. 1599. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (ARC.030,02,032). Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart170410.sid.
- JANSON, Joannes. *Accuratissima Brasiliae Tabula*. 1646. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 46.
- JANSSON, Jan. *Mar di Aethiopia Vulgo Oceanus Aethiopicus*. 1650. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 113.
- LANGREN, Arnold Florent van. *Delineatio Totius Australis Partis Americae*. 1596. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 108-109.
- LAVANHA, João Batista e TEIXEIRA, Luís. *Theatrum Mundi*. 1597. Biblioteca Reale, Torino. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 27.
- LOPES, Sebastião. *[Costa do Brasil]*. 1570. Biblioteca do Palácio Ducal da Casa de Bragança, Vila Viçosa. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 58.
- LOPES, Sebastião. *[Américas Central e Austral]*. 1558. Museu Britânico, Londres. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 14.
- MERCATOR, Gerhard. *America Meridionalis*. 1606. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 94.
- MIRANDA, José da Costa. *[Nova Lusitana]*. 1681. Museu de Marinha, Lisboa. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 173.

- OGILBY, John. *Novissima et Acuratissima Totius Americae Descriptio*. 1671. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 190.
- PLANCIUS, Petrus. *Meridionalis Americae Pars*. [1592-1610]. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 182-183.
- SANCHES, Antônio. *[América Meridional]*. 1633. National Maritime Museum, Greenwich. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 153.
- SANCHES, Antônio. *[América Meridional]*. 1641. Koninklijke Bibliotheek, Den Haag. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 161.
- SANSON, Nicolas. *Amerique Meridionale par le Sr. Sanson*. [1670]. Instituto Cultural Banco Santos, São Paulo. Reproduzido em: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 192-193.
- SANTA CRUZ, Alonso de. *[Carta da América Meridional]*. [1540]. Biblioteca Nacional, Madrid. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 9.
- TEIXEIRA, João. *[As Américas]*. 1630. Library of Congress, Washington. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 145.
- TEIXEIRA, João. *Terra de Santa Cruz a que chamão Brasil*. 1640. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa. Reproduzido em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 157.
- TEIXEIRA, Luís. *[América Austral]*. [1600]. Biblioteca Nazionale, Firenze. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 26.

TEIXEIRA, Luís. *A divisão do Brasil em regime de capitanias*. [1574]. Biblioteca da Ajuda, Lisboa. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 23.

VELHO, Bartolomeu. [*Parte americana do mapa-múndi*].1561. Biblioteca Accademia di Belli Arti, Firenzi. Reproduzido em: *MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d., p. 16.

Livros, artigos, teses e dissertações

- ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.
- ALÉS, Catherine e POUYLLAU, Michel. *La conquete de l'inutile: les géographies imaginaires de l'Eldorado. L'Homme*. Paris, n°. 122-124, 1992.
- AMADO, Janaína. *Região, sertão e nação. Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n° 15, 1995.
- AMANTINO, Márcia Sueli. *O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. Vária História*. Belo Horizonte, n° 29, 2003.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *O maravilhoso mundo "reencontrado" na América Portuguesa*. In: *ESTUDOS de Homenagem ao Professor Doutor João Marques, vol. 1*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2001.
- ARAÚJO, Emanuel. *Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais*. In: PRIORI, Mary del. (Org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Imagens simbólicas da conquista da terra dos Brasis. Revista de História*. São Paulo, n° 136, 1997.
- BABCOCK, William H. *Legendary islands of the Atlantic*. New York: American Geographical Society, 1922.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi, vol. 5*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O feudo, Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BARROSO, Gustavo. *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*. São Paulo: GRD, 2000.

- BAUMANN, Thereza B. *Imagens do “outro mundo”: o problema da alteridade na iconografia cristã ocidental*. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *A América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada*. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *Cartografia, poder e imaginário: cartográfica portuguesa e terra de além-mar*. In: SIMAN, Lana Mara de Castro e FONSECA, Thais Nívia de Lima e. (Orgs.). *Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *Imagens do Brasil do século XVII: um estudo sobre o Atlas de Albernás. Anos 90*. Porto Alegre, nº 11, 1999.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CALMON, Pedro. *O segredo das minas de Prata*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1950.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1904-1938.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *O cyclo das esmeraldas*. In: CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação, vol. I*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.
- CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado*. São Paulo: FFLCH / USP, 2002. Tese de Doutorado.
- CARVALHO, Alfredo de. *Minas de ouro e prata no Brasil oriental. Explorações holandesas no século XVII*. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, vol. XX, 1906.
- CARVALHO, Alfredo de. *Minas de ouro e prata no Rio Grande do Norte. Explorações holandesas no século XVII*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal, vol. III, nº 1, 1905.

- CARVALHO, Alfredo de. *Segunda jornada de Pieter Persijn em busca das Minas de Itabayana – 1650*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal, vol. V, nº 1, 1907.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. *Profecias e tempo do fim*. In: NOVAES, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COBO BORDA, Juan G. *Fabulas Y leyendas de El Dorado*. Barcelona: Tusquets Editores, 1987.
- CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo – capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores (Instituto Rio Branco), 1965-1971.
- CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa: Portugal, 1964.
- CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- COSTA, Antônio Gilberto. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- COSTA, Antônio Gilberto. *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- COSTA, Maria de Fátima. *De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, vol. 45, 2007.
- COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- DEL PRIORI, Mary. *Esquecidos por Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- DELUMEAU, Jean. *Historia del Paraíso*. Madrid: Taurus, 2005.

- DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DELUMEAU, Jean. *O que sobrou do Paraíso?* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DELUMEAU, Jean. *Uma travessia do milenarismo ocidental*. In: NOVAES, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DERBY, Orville A. *As bandeiras paulistas de 1601 a 1604*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. VIII, 1903.
- DERBY, Orville A. *O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. IV, 1898-1899.
- DERBY, Orville A. *Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. V, 1899-1900.
- DINIZ, Sílvio Gabriel. *Sabarabuçu*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, vol. 11, 1964.
- ELLIOTT, J. H. *A conquista espanhola e a colonização da América*. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: A América latina colonial, vol. 1*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005.
- FERREIRA, Francisco Ignacio. *Opulência de Minas Geraes*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. XX, 1924.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Os segredos do sertão da terra: um longe perto*. *Intermidias*, nº 8, 2008.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *História das minas de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

- FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia territorial do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1906.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro*. *Anais de História do Além Mar*. Lisboa, vol. IV, 2003.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Chuva de estrelas na terra: o Paraíso e a busca dos diamantes nas Minas Setecentistas*. In: *HISTÓRIA e meio ambiente: o impacto da expansão europeia*. Funchal: CEHA, 1999.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro*. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (Orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português (séc. XVI a XIX)*, vol. 1. São Paulo: Alameda, 2005.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *O Peregrino Instruído: José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária das minas brasileiras*. In: GODOY, Scarlett O'Phelan e SALAZAR-SOLER, Carmen. (Orgs.). *Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX*, vol. 1. Lima: Instituto Riva-Agüero-PUCP/Instituto Francês de Estudios Andinos, 2005.
- GANDÍA, Enrique de. *Historia crítica de los mitos y leyendas de la conquista americana*. Buenos Aires: Centro Difusor del Libro, 1946.
- GERBI, Antonello. *La naturaleza de las Indias Nuevas: de Cristobal Colon a Gonzalo Fernandez de Oviedo*. México: Fondo de Cultura, 1992.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIUCCI, Guillermo. *Velhos e novos mundos: da conquista da América ao domínio do espaço cósmico*. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº. 7, 1991.
- GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GOMES, Plínio Freire. *O Amazonas e o Prata na mitogeografia da América*. *Topoi*. Rio de Janeiro: nº 3, 2001.
- GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao Paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

- GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- HEMMING, John. *Os índios e a fronteira no Brasil colonial*. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: A América latina colonial*, vol. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A mineração: antecedentes luso-brasileiros*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. A época colonial*, vol. 2: administração, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Um mito geopolítico: a ilha Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- KANTOR, Íris. *Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas*. *Vária História*. Belo Horizonte: n° 37, 2007.
- LANGER, Johnni. *As cidades imaginárias do Brasil*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.
- LANGER, Johnni. *O mito do Eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano*. *Revista de História*. São Paulo, n° 136, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *O ocidente medieval e o Oceano Índico: um horizonte onírico*. In: LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950.
- LEITE, Serafim. *Uma grande bandeira paulista ignorada*. In: LEITE, Serafim. *Páginas de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.
- LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 2002.

- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan / IUPERJ, 1999.
- LOPES, Marília dos Santos. *Da descoberta ao saber: os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viséu: Passagem Editores, 2002.
- MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O Vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Departamento de História / PUC, 1995. Dissertação de Mestrado.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MAPAS históricos brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, s.d.
- METCALF, Alida. *Vila, reino e sertão no São Paulo colonial*. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira e MONTEIRO, John Manuel. (Orgs.). *Raízes da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1996.
- MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.
- MONTEIRO, John. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- O'GORMAN, Edmundo. *La invención de América: investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 5, 1998.
- PEREIRA, Francisco Lobo Leite. *Descobrimento e devassamento do território de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. VII, 1902.
- PEREIRA, Francisco Lobo Leite. *Em busca das esmeraldas. Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. II, 1897.
- PEREZ, Demetrio Ramos. *El mito de El Dorado*. Madrid: Ediciones Istmo, 1988.
- PIEL, Joseph. *Sobre a origem de sertão palavra testemunho dos Descobrimentos. Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, vol. IV*. Lisboa: 1961.
- RENGER, Friedrich E. *Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585 – 1735): dos mitos aos fatos*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos.

- (Orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas, vol. 1*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas, vol. 1*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- RIBEIRO, Joaquim. *Folklore dos bandeirantes*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1946.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.
- ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. *Quem foi São Patrício? Uma reflexão sobre algumas representações acerca deste santo*. *Brathair*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 1, 2005.
- SANTOS, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e Verde Grande, 1688-1732*. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2004. Dissertação de Mestrado.
- SETÚBAL, Paulo. *El-Dorado*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1934.
- SETÚBAL, Paulo. *O romance da prata*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935.
- SETÚBAL, Paulo. *O sonho das esmeraldas*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935.
- SILVA, Moacir. *Kilometro zero*. Rio de Janeiro: Oficina Tipografica São Benedicto, 1934.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico: demonologia e colonização – Séculos XVI - XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Néri de Almeida. *Peregrinação, conquista e povoamento. Mito e “realismo desencantado” numa hagiografia medieval portuguesa*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 21, nº 40, 2001.
- TAUNAY, Afonso d’E. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1961.

- TAUNAY, Afonso d'E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H.L.Canton & Imprensa Oficial, 1924-1950.
- TAUNAY, Afonso d'E. *Monstros e monstregos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VAINFAS, Ronaldo. *Idolatrias Luso-Brasileiras: santidades e milenarismos indígenas*. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *A América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- WECKMANN, Luis. *La herencia medieval del Brasil*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ZIERER, Adriana Maria de Souza. *Paraíso versus Inferno: a visão de Tândalo e a viagem medieval em busca da salvação da alma (século XII)*. *Revista Mirabilia*. São Paulo / Frankfurt / Barcelona, vol. 2, 2003.